

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

EDUARDO KAROL

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NO BRASIL (1982-2012)

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2014

EDUARDO KAROL

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NO BRASIL (1982-2012)

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de  
Doutor em Geografia

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

“De acordo” \_\_\_\_\_

SÃO PAULO

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

K18g  
KAROL, Eduardo  
Geografia Política e Geopolítica (1982-2012) /  
Eduardo KAROL ; orientador Manoel Fernandes de  
SOUSA NETO. - São Paulo, 2013.  
257 f.  
Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Geografia. Área de concentração:  
Geografia Humana.  
1. Geografia - Brasil. 2. Geografia Política. 3.  
Geopolítica. 4. Renovação, Renovações. 5. Bertha  
Koiffmann Becker. I. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de  
, orient. II. Título.

Nome: KAROL, Eduardo.

Título: Geografia Política e Geopolítica no Brasil (1982-2012).

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de  
Doutor em Geografia

Aprovado em: 31/01/2014

### Banca Examinadora

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto - Orientador (FFLCH-USP)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Douglas Santos (PUC/SP)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gloria da Anunciação Alves (FFLCH-USP)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP-RIO CLARO)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a memória de meu pai Yani Karol (1924-1996) e da minha mãe Irvanowna Rodrigues Karol (1929-2010).

## AGRADECIMENTOS

Por mais que seja minha responsabilidade apresentar e defender as ideias contidas nesse trabalho, ele é resultado de um trabalho coletivo que construímos durante anos. Também é consequência das afinidades que elegemos em nossa trajetória acadêmica.

De início cabe agradecer ao amigo e orientador Manoel Fernandes, que colaborou com seu conhecimento e crítica para a escrita desse trabalho. Muitas vezes trocamos informações no aconchego do seu lar, onde sempre me recebeu com alegria e acolhimento. Outras vezes me visitou em minha morada para orientação. Considero esse ato um privilégio, pois em tempos de “ciência produtiva” quem se dispõe a acompanhar os estudantes em suas moradas? Enfim, agradeço por toda a vivência alegre que tivemos nos últimos quatro anos.

Ao professor Antonio Carlos Robert Moraes que propiciou a entrada no curso de pós-graduação com a cessão da vaga. Ao programa de pós-graduação de Geografia da USP, cabe a lembrança de todos, professores e funcionários que de alguma maneira participaram desse processo.

No processo de qualificação sou grato a Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim e Paulo Roberto Teixeira de Godoy, leitores atentos que ajudaram com boas dicas na construção do objeto.

Na instituição em que trabalho, Departamento de Geografia da UERJ/FFP, sou grato a todos os professores e professoras. O empenho coletivo possibilitou o afastamento para desempenhar essa tarefa. No entanto, a gratidão se dirige a alguns nomes especiais: Ana Valéria, Andrelino, Catia Antonia, Desiree Guichard, Charles da França, Denilson Araujo, Jorge Braga, Nilo Sérgio, Manoel Santana, Marcos Cesar, Marcos Couto, Paulo Alentejano, Renato Emerson, Ruy Moreira.

No início dessa jornada, duas professoras foram essenciais para a obtenção de resultado favorável na prova de proficiência: Georgina e Conceição.

Em família consanguínea, reconheço que todos me auxiliaram no trajeto da construção desse trabalho, pois o fato de não escolher nossos parentes faz com que tenhamos que aprender a conviver com cada um. Sou grato a Luiz Karol, irmão que divide muitas conversas sobre como conviver em família e com quem sempre troco informações sobre vários assuntos apresentados nesse trabalho, como, por

exemplo, os anos da ditadura militar. Sintam-se todos os familiares contemplados nesse momento: minhas tias: Henriqueta, Chimene; meus primos: Ana Luiza, Eduardo, Emanuel e Rita; meus irmãos: Ana Beatriz e Ricardo; minha cunhada Graça; e os sobrinhos: Ísis, Felipe, Ricardo, Rafaela e Selene.

O afeto e afinidade de Claudia Maria, companheira de vida, que me faz sentir um ser privilegiado. Seu apoio nas horas difíceis, com palavras de carinho e conforto que foram muito importantes, pois sempre esteve disposta a me auxiliar, na leitura crítica do trabalho, na pesquisa de documentos, artigos e no debate de ideias. Meu bem, agradeço do fundo do meu ser!

Não posso deixar de fora os nomes de: Fernanda, que preparou os esquemas e sempre esteve à disposição de ajudar quando foi solicitada; Jefferson com sua colaboração silenciosa; Nathalia que preparou as transcrições das orientações, em tempo recorde. Obrigado!

Devo lembrar o nome de Carlos Walter Porto-Gonçalves, amigo e orientador “eterno”. É um privilégio ser seu amigo! E o de Sérgio Nunes que auxiliou com importantes informações desde o início e se colocou à disposição para solucionar problemas com a aquisição de documentos. Não posso deixar o inquieto Douglas Santos fora desse momento, onde quer que estivesse, África, Europa, São Paulo, sempre disposto a ler meus rascunhos. Contribuiu com dicas úteis para o trabalho.

João Maurício e Luciano Dalcol que contribuíram com as traduções de textos do inglês para o português. Que encontrem seus caminhos e sejam felizes.

Guilherme e Giulia não podem ficar ausentes dado que são crianças que revigoram a minha existência. Obrigado por me lembrar de que existem gerações das quais precisamos cuidar.

Esse momento não teria fim se colocasse todos aqui, então para não estender em demasia, sou grato aos que de alguma forma ajudaram nesse trabalho e sintam-se todos contemplados. Obrigado!

## EPÍGRAFE

Querer impor à humanidade inteira uma forma especial de Estado ou de sociedade, submetendo-a a estes ou aqueles estereótipos, é portanto um procedimento muito restritivo.

Friedrich Nietzsche

Negar, (...), a prática estratégica, seja a das origens da disciplina [Geografia Política], seja a da Geopolítica explícita do Estado Maior ou a implícita na prática dos geógrafos, é negar a própria Geografia...

Bertha Koiffmann Becker



## RESUMO

KAROL, E. **Geografia Política e Geopolítica no Brasil (1982-2012)**. 257 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta tese discute a Geografia Política e Geopolítica produzida por geógrafos no período de 1982-2012, procura identificar quais os temas mais tratados, os lugares da produção e a existência de especialistas com ligação na formulação de políticas territoriais do Estado brasileiro. Neste sentido, questiona a renovação da Geografia no Brasil, mostra que a negligência dos geógrafos com a análise do Estado não passou ao largo das instituições de ensino e pesquisa. Dentre os resultados alcançados, expõe a concentração da produção em poucos geógrafos, fato marcante em todo o século XX, a localização em grandes universidades dos centros urbanos e a ligação dos geógrafos como formuladores de políticas estatais de organização territorial. Conclui-se que, no período analisado, a obra de Bertha K. Becker é preponderante na Geografia Política e Geopolítica e que a renovação que pretendia olvidar a ligação dos geógrafos com o Estado não se efetivou, ao contrário viu crescer o número de trabalhos sobre políticas territoriais para o Estado.

Palavras-chave: Geografia-Brasil. Geografia Política. Geopolítica. Renovação. Renovações. Bertha Koiffmann Becker.

## **ABSTRACT**

This thesis discusses Political Geography and Geopolitics produced by geographers between 1982 and 2012, looking to identify which topics were the most discussed, the places where they were produced and the existence of specialists linked to the formulation of territorial policies of the Brazilian State. Thus, this thesis debates a new moment in Brazilian Geography, showing that the negligence of the geographers towards an analysis of the State did not go off the education and research institutions. Among the results achieved, this thesis also exposes the concentration of production in the hands of few geographers, an observed situation throughout the whole 20th century, the location of the production based on large universities in the biggest urban centers of the country, and the bond of geographers with State policies of territorial organization. It concludes that, during the period observed, the works of Bertha K. Becker are widely spread in the Political Geography and Geopolitics, and that the renewal, which intended to make geographers not to produce studies about the State has failed, in fact, the number of studies about territorial policies of the State has grown.

**Keywords:** Geography-Brazil. Political Geography. Geopolitics. Renovation. Renovations. Koiffmann Bertha Becker.

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABC – Academia Brasileira de Ciência

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANA – Agência Nacional de Águas

ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

BASA – Banco da Amazônia

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CGEE – Centro de Gestão Estudos Estratégicos

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CB – Colégio Bandeirantes

CNE – Conselho Nacional de Estatística

CNG – Conselho Nacional de Geografia

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

CPII – Colégio Pedro II

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPGB – Centro de Pesquisa de Geografia do Brasil

C & T, I – Ciência, Tecnologia e Informação

DHBB - DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO

ENG – Encontro Nacional de Geógrafos

ESG – Escola Superior de Guerra

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FC – Faculdade Católica

FFILF – Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette

FFP – Faculdade de Formação de Professores

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHPII – Faculdade de Humanidades Pedro II

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

GEPOPO – Laboratório de Geografia Política

IAG – International Advisory Group

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGU – International Geographical Union

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHG-SP – Instituto Histórico e Geográfico – São Paulo

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPGH – Instituto Panamericano de Geografia e História

IRB – Instituto Rio Branco

LAGET - Laboratório de Gestão do Território

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC – Ministério da Educação

MI – Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPI – Ministério do Planejamento e do Interior

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

PNOT – Política Nacional de Ordenamento Territorial

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RBG – Revista Brasileira de Geografia

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SESU – Secretaria de Educação Superior

SGRJ – Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UB – Universidade do Brasil

UDF – Universidade do Distrito Federal

UEG – Universidade do Estado da Guanabara

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UGI – União Geográfica Internacional

UNAMAZ – Associação de Universidades Amazônicas /UNO/TWU

UnB – Universidade de Brasília

UNCED - United Nations Conference on Environment and Development

UNCRD – Centro das Nações Unidas para o Desenvolvimento Regional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

USU – Universidade Santa Úrsula

## LISTA DE QUADROS

Quadro I – Instituições de trabalho dos geógrafos citados no artigo de TAMBS

Quadro II - Geógrafos e número de publicações

Quadro III – Demonstração da produção de geógrafos em quatro períodos

Quadro IV – Demonstração da produção de geógrafos em três décadas

Quadro V – Periódicos com maior produção dos geógrafos

Quadro VI – Geógrafos com maior número de orientações

Quadro VII – Geógrafos com maior número de orientações segundo o ano

Quadro VIII – Número de teses e dissertações orientadas na USP referentes à Geografia Política e Geopolítica – 1990-2011

Quadro IX – Número de teses e dissertações orientadas na UFRJ referentes à Geografia Política e Geopolítica – 1992-2010

Quadro X – Número de teses e dissertações orientadas em várias instituições, referentes à Geografia Política e Geopolítica – 1992-2011

Quadro XI – Número de trabalhos nos anais do I Geosimpósio – 2009

Quadro XII – Número de trabalhos nos anais do III Geosimpósio – 2013

Quadro XIII – Apresentação dos capítulos de Geopolítica da Amazônia

Quadro XIV – Autores que citam a obra de Bertha K. Becker

Quadro XV – Autores que não tem citação da obra de Bertha K. Becker em seus trabalhos sobre Geografia Política e Geopolítica

Quadro XVI – Síntese das obras de Bertha K. Becker que são citadas no Quadro XIV

Quadro XVII – Classificação das afinidades eletivas

Quadro XVIII – Cargo/condição de Bertha K. Becker na UGI

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Produção da Geografia Política e Geopolítica 1982-2012

Gráfico II – Geógrafos (as) com elevada produção

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Árvore da reprodução de geógrafos no campo a partir de Bertha K. Becker
- Figura 2 – Capa do curso de altos estudos geográficos
- Figura 3 – Capa do livro *Recomendações Sobre Reforma Agrária* – IBAD
- Figura 4 – Imagem do livro *Recomendações Sobre Reforma Agrária* – IBAD – Lista de Participantes
- Figura 5 – Bilhete encontrado na documentação do General Juarez Távora
- Figura 6 – Relações Institucionais de Bertha K. Becker 1949-1979
- Figura 7 – *ARCA* Boletim do Movimento dos Desapropriados pela Eletronorte, 1982.
- Figura 8 – Matéria do *Jornal do Brasil* sobre o Projeto Aripuanã
- Figura 9 – Capa da Revista *Realidade* de Outubro de 1971
- Figura 10 – Propaganda do Ministério do Interior
- Figura 11 – Mapa das Três Macrorregiões da Amazônia Legal (2003)
- Figura 12 – Capa do Plano Amazônia Sustentável – PAS
- Figura 13 – Nota do Texto “A Implantação da Rodovia...”
- Figura 14 – Composição do Projeto O Estado e a Fronteira no Brasil
- Figura 15 – Orientandos Bertha K. Becker – Mestrado
- Figura 16 - Orientandos Bertha K. Becker – Doutorado
- Figura 17 – Capa dos Anais da Latin American Regional Conference - RJ
- Figura 18 – Lista de Conferencista Emérito da ESG
- Figura 19 – Documento do Projeto – Equipe Responsável
- Figura 20 – Afinidades Institucionais 1980-2010



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I – ESTADO, GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA	24
1.1 – O Estado como base inicial da Geografia Política e Geopolítica	24
1.2 – Ausências atuais no Debate sobre o Estado em Geografia	41
1.3 – O Debate em Geografia Política e Geopolítica	43
1.4 – O Fio do debate por um Hífen: Geografia Política-Geopolítica	47
1.5 – Lugares da Produção de Geografia Política e Geopolítica no Brasil	52
II – RENOVAÇÃO, RENOVAÇÕES – O TEMA DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA	60
2.1 – Notas sobre Renovar e a Geografia	60
2.2 – As Periodizações	62
2.3 – Renovação, renovações...	69
III – A PRODUÇÃO DOS GEÓGRAFOS EM GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA	77
3.1 – Lewis Arthur Tambs – A Produção de quase um Século	79
3.2 – A Contribuição de Shiguenoli Miyamoto	85
3.3 – Observações à Produção dos Geógrafos em Tambs e Miyamoto	87
3.4 – A Geografia Política-Geopolítica em tempos de Renovações: Atualizando a Produção dos Geógrafos	89
3.4.1 – Definição das Escolhas	91
3.5 – Teses e Dissertações em Geografia Política e Geopolítica	106
3.6 - Encontros, Congressos, Simpósios e a Geografia Política e Geopolítica	116
IV – BERTHA KOIFFMANN BECKER, ENTRE A TRADIÇÃO E A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NO	125

BRASIL	
4.1 – Trajetos e Conjunturas	127
4.2 – CPGB – Um Lugar de Produção e Formação	131
4.3 Afinidades que Carecem de Esclarecimento	135
4.4 – A Docência no Instituto Rio Branco	139
4.5 – A Geopolítica, o Território e sua Gestão	143
4.6 – A Geopolítica, a Gestão e o Meio Ambiente	147
4.6.1 – Projetos, Documentos e a obra de Bertha K. Becker	161
V – A MANUTENÇÃO DE UMA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA LIGADA AO ESTADO E ÀS AFINIDADES DAÍ PROCEDENTES.	181
5.1 – As Afinidades Medida pelas Produções dos Geógrafos	185
5.2 – Afinidades e Instituições	199
5.3 – A Afinidade nos Ministérios	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
ANEXOS	223
Anexo I – Bibliografia Tambs	223
Anexo II – Bibliografia Miyamoto	228
Anexo III – Bibliografia Atualizada em Geografia Política e Geopolítica	231
Anexo IV – Dissertações de Geografia Política e Geopolítica	248
Anexo V – Teses de Geografia Política e Geopolítica	250
Anexo VI – Programa de Geografia do IRB	253

## INTRODUÇÃO

A escolha pelo estudo da Geografia Política e Geopolítica, produzida por geógrafos nos últimos trinta anos (1982-2012), tem alguns motivos que apresento para o conhecimento do leitor.

O primeiro tem relação com minha história. Filho de pai romeno — refugiado político — e mãe brasileira, vivi anos de minha juventude no contexto do que se convencionou chamar de Guerra Fria no cenário internacional e da ditadura sob tutela militar no Brasil.

Era comum escutar que a Guerra Fria envolvia a disputa pelo domínio do mundo entre duas superpotências. Mas não conseguia ligar a vinda do meu pai para o Brasil com esse *Zeitgeist*, pois o refúgio deveu-se à convulsão que atingiu os países do chamado leste europeu. A URSS, uma das superpotências, denominada vulgarmente Rússia, desenvolvia seu plano de expansão e apropriação do espaço europeu junto às suas fronteiras.

Na infância ouvia meu pai falar sobre o perigo que representavam os russos para a Europa. Dizia ele: “os russos vão invadir a Europa e dominar os europeus”. Estava implícito nessa fala o temor do totalitarismo russo, que na época eu nem sabia do que se tratava. A fala soava estranha aos meus ouvidos e ao mesmo tempo intrigava. Pensava: quem são esses russos? Porém o que me fascinava era a atmosfera de conflito implícita na fala de meu pai.

No Brasil estava em curso o regime ditatorial sob tutela militar alinhado às políticas norte-americanas de expansão do capitalismo, mal sabia o que isso significava e que também era parte do “espírito de época”. Passei anos da vida sem entender o que isso significava. Lembro que havia muita propaganda para amarmos o País incondicionalmente. Na escola, parte em ensino privado e parte na rede pública, a propaganda aliciava as mentes a repetir que o Brasil seria potência mundial, influenciado por aquelas aulas de Moral e Cívica e depois Organização Social e Problemas Brasileiros que inculcavam um conteúdo meramente ideológico, no sentido negativo do termo, hoje se pode avaliar e afirmar que o projeto do militares estava sendo colocado em prática. Daí as informações que recebíamos na disciplina Geografia ligava-se à ideia de Brasil grande através de obras como a construção da hidrelétrica de Itaipu, a criação de mobilidade Norte-Sul, Leste-Oeste

com Belém-Brasília, a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, enfim o projeto de Integração Nacional. Integração dos confins de um país continental à dinâmica internacional do sistema capitalista.

O entendimento desse contexto se iniciou com maior consciência quando passei a frequentar o movimento de juventude da Igreja Católica, o que possibilitou compreender as lutas travadas na sociedade brasileira por mais democracia e contra as negociatas das frações da classe dominante para aumentar os seus lucros. É dessa época também a participação mais engajada no movimento sindical, quando fui funcionário na Universidade Federal Fluminense.

Ingressei na faculdade como estudante de ciências e posteriormente me transferei, através de novo vestibular, para o curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1985, em pleno período de muito debate e mudança na Geografia no Brasil. Entretanto a UFF ainda vivia um arcaísmo geográfico, que foi sendo superado à medida que alguns mentores da renovação chegavam para exercer cargo de professor substituto.

No curso de Geografia conheci a Associação dos Geógrafos Brasileiros, através da seção Niterói, órgão representante dos geógrafos. A AGB foi e será a Escola de aprendizagem da Geografia Política e Geopolítica no Brasil, onde pode-se conhecer no momento da(s) renovação(ões) os debates que os geógrafos realizaram e realizam sobre as políticas territoriais. A associação nos permite ter o privilégio de conhecer os geógrafos e com eles debater a construção de uma sociedade com maior igualdade econômica, social, política e cultural.

Após a formação na graduação e, posteriormente, no mestrado, ingressei como professor na Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Aí tive a oportunidade de assumir a disciplina eletiva Geopolítica. Essa situação ampliou sobremaneira os estudos no campo, pois passei a conhecer autores até então desconhecidos, que não foram apresentados no curso de graduação. Como soma às descobertas que fazia, fui convidado para ministrar curso para professores na Fundação Educacional de Duque de Caxias e proferir palestra sobre “Conflito em um Mundo em Transformação”, na Universidade Salgado de Oliveira, o que acabou sendo decisivo na escolha definitiva pela Geografia Política e Geopolítica. Incorporei o tema como principal em meus estudos e passei a me dedicar até perceber que era o momento de ampliar e cristalizar a trajetória percorrida.

O segundo motivo tem relação com a História da Geografia e o Pensamento Geográfico. De nossa parte desconhecemos trabalho de síntese que possibilite visão de conjunto da Geografia Política e Geopolítica produzida por geógrafos no Brasil. O que há são trabalhos específicos sobre geógrafos que atuaram no campo<sup>1</sup>. Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo escreveu a tese “Geografia e Geopolítica na formação nacional brasileira” (2000), com ênfase na obra de Everardo Adolpho Backheuser; Sergio Adas com “O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)” (2006); Eli Alves Penha com o artigo “Geografia Política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro” (2008); Sergio Nunes Pereira, “Delgado de Carvalho e o ensino de Geografia Política” (2008), entre tantos outros.

O fato de existirem trabalhos sobre obras específicas, ou até mesmo biografias, como citado, proporciona muitas vezes, a ausência de uma visão de conjunto no campo. Isso deve ser tomado como dificuldade para elaboração de um trabalho que objetiva estudar a produção dos geógrafos em determinado período e contribua com o conhecimento geográfico.

Desse modo somos obrigados a admitir que, em não havendo nada muito sistematizado sobre a história da Geografia Política e Geopolítica no Brasil, o trabalho acabou se tornando demasiado empírico/documental, uma espécie de trabalho de base a partir do qual esperamos que surjam outros e que nós também possamos prosseguir em nossas investigações.

A opção de pesquisa a partir da documentação existente, a nosso ver, não considera a ideia de que as personagens devem compor e ser inseridas através de testemunhos/entrevistas<sup>2</sup>. Esses testemunhos podem ser encontrados em obras das personagens que a pesquisa vai tornando visível. E então por que não trabalhar com a obra enquanto documento? Assim consideramos que é possível fazer a História da Geografia a partir da documentação, entendida como produção de textos, entrevistas, memoriais para concursos, currículos, documentos estatais, livros, artigos, reportagens de jornais e revistas.

Outras dificuldades se impõem nesse tipo de trabalho. As personagens dessa história, em sua grande maioria, estão vivas. Isso implica tirá-las muitas vezes da

---

<sup>1</sup> Apresentamos no capítulo I a discussão do que entendemos por campo.

<sup>2</sup> Há investigadores que defendem a realização de Histórias do presente, onde as entrevistas são essenciais, vide SILVA, 2010.

penumbra e trazê-las para o foco do primeiro plano na produção geográfica. No entanto, não é nada fácil encontrar as peças do quebra-cabeça, dado que a documentação ainda não se encontra disponível.

As personagens podem estar vinculadas à produção e execução de projetos geográficos ligados ao aparelho de Estado. Esse fato não seria importante não fosse certo distanciamento em tempos de renovações em relação às práticas estatais de organização espacial. Será demonstrado que o distanciamento dos geógrafos das práticas estatais de organização do território brasileiro ficou mais no discurso do que na prática.

Não é fácil também situar a renovação ou renovações da Geografia no Brasil, dado em que o debate em Geografia Política e Geopolítica não se efetivou, ou quando se efetivou foi de maneira muito parcial com produções pontuais sobre alguns fenômenos da realidade espacial. A título de exemplo, nessas três décadas são apresentados poucos livros para a consulta da comunidade geográfica que cresce em números de estudantes e cursos de graduação e pós-graduação.

Pode-se intuir que, na Geografia no Brasil, a formação dos estudantes de graduação, pós-graduação e, conseqüentemente, dos estudantes da escola básica com os instrumentos teóricos da Geografia Política e Geopolítica não foi prioridade. Isso pode ser atestado com o pequeno número de produções no Brasil e a diminuta quantidade de traduções de livros e artigos escritos por geógrafos de outras terras. O interessante é que podemos encontrar, antes do período de nosso estudo, transcrições de Halford John Mackinder e Jean Gottmann no Boletim Geográfico do IBGE. Por outro lado, a tão divulgada palestra de Halford John Mackinder na Sociedade Geográfica Real de Londres em 1904, foi apresentada em português no Brasil no ano de 2011 na Revista de Geopolítica, editada por Edu Albuquerque Silvestre. Ou seja, mais de um século foi necessário para os leitores de língua portuguesa terem acesso a um texto considerado por muitos especialistas como seminal, apesar de todas as críticas que foram feitas.

Recentemente é possível também ver a defasagem do debate dos geógrafos no Brasil com relação à crítica na Geografia Política e Geopolítica. Isso se constata com a “Geopolítica Crítica”, corrente que objetiva revisar as ideias veiculadas por especialistas, homens e mulheres de Estado e imprensa. Só se tem acesso às ideias de autores como Gearóid Ó Tuathail, Klaus Dodd, Colin Flint, John Agnew, Peter Taylor, entre tantos outros, em inglês, francês e espanhol. Ainda não

construímos, na Geografia no Brasil, a prática da tradução de diversas obras que amplie a formação dos estudantes com análises de gênero, como as Geopolíticas femininas, tema atual na discussão do espaço.

Por que afirmamos que é necessária a tradução de autores estrangeiros que produzem em Geografia Política e Geopolítica? Primeiro, porque a troca de informações entre autores que produzem diferentes concepções em contextos espaciais diferenciados é fundamental ao avanço do campo e da ciência. Segundo, permite que a formação abarque o maior número de concepções e seja mais ampla do que quando apresenta só concepções autóctones da Geografia no Brasil. Terceiro, porque os alunos de graduação e pós, muitas vezes, não dominam outras línguas, o que pode ser constatado pelo oferecimento de cursos a distância em várias línguas para capacitar alunos na participação que desejam aderir ao programa *Ciência Sem Fronteiras*, mesmo com toda a crítica que possa daí advir. Poderíamos passar essa introdução elencando muitos motivos, porém por hora nos basta os apresentados. Contudo, não se pode desconsiderar que existe uma competição no mercado editorial, entre os acadêmicos e suas filiações teóricas e ideológicas, que por motivos variados não possibilita a disponibilização de qualquer obra no momento que desejarmos.

Em que pese as dificuldades apresentadas e embora não tendo formado muitos quadros em Geografia Política e Geopolítica *strictu senso* no Brasil, a Geografia interveio por intermédio de alguns geógrafos e suas proposições em políticas de Estado que se tornaram concretas e delinearam ações estatais diversas sobre questões como fronteiras, políticas de recursos naturais, etc. Dentre estes geógrafos se destaca a obra de Bertha K. Becker.

Geografia Política e Geopolítica como tese foi escrita em cinco capítulos que tratam da temática do Estado como base do campo, do debate das renovações na Geografia no Brasil, da produção dos geógrafos e sua atualização, da produção específica de Bertha K. Becker e, por último, das relações institucionais da autora com a maior expressão nos últimos trinta anos.

O primeiro capítulo, ESTADO, GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA, está organizado em cinco itens: 1.1 – O Estado como base inicial da Geografia Política e Geopolítica; 1.2 – Ausências atuais no Debate sobre o Estado em Geografia; 1.3 – O Debate em Geografia Política e Geopolítica; 1.4 – O Fio do

debate por um hífen: Geografia Política-Geopolítica; 1.5 – Lugares da Produção de Geografia Política e Geopolítica no Brasil.

O Estado é apresentado como base do campo por ser a temática privilegiada por diversos geógrafos em Geografia Política e Geopolítica e por suscitar muitas interpretações e significados que variam no tempo e espaço segundo concepções distintas. Essas são predominantes em muitos manuais acadêmicos, por outro lado, nota-se o silêncio sobre concepções que não lograram espaço no debate acadêmico.

Visa afirmar que muitas vezes o debate sobre duas disciplinas científicas distintas — Geografia Política e/ou Geopolítica — não corresponde à formulação dos geógrafos e por fim debater a influência dos lugares de produção da ciência como elemento a ser considerado nas análises.

O capítulo dois, RENOVAÇÃO, RENOVAÇÕES – O TEMA DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA, foi subdividido em: 2.1 – Notas sobre Renovar e a Geografia; 2.2 – As Periodizações; 2.3 – Renovação, renovações....

A renovação na Geografia, como em qualquer ciência, é recorrente. Nosso intuito é problematizar a renovação da Geografia no Brasil, pós-década de setenta do século XX, mostrando que, para além da crítica, outra Geografia se manteve atuante nas instituições.

O terceiro capítulo, A PRODUÇÃO DOS GEÓGRAFOS EM GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA, subdivide-se em: 3.1 – Lewis Arthur Tambs – A Produção de Quase um Século; 3.2 – A Contribuição de Shiguenoli Miyamoto; 3.3 – Observações à Produção dos Geógrafos em Tambs E Miyamoto; 3.4 – A Geografia Política-Geopolítica em Tempos de Renovações: Atualizando a Produção dos Geógrafos; 3.4.1 – Temáticas; 3.5 – Teses e Dissertações em Geografia Política e Geopolítica; 3.6 – Encontros, Congressos, Simpósios e a Geografia Política e Geopolítica.

Recuperar o que foi produzido por geógrafos e refletir sobre a construção da Geografia Política e Geopolítica no Brasil nos últimos trinta anos são os objetivos desse capítulo. Lançar mão de dois balanços, para em seguida propor um balanço com as produções bibliográficas e os eventos de disseminação.

No capítulo seguinte, BERTHA KOIFFMANN BECKER, ENTRE A TRADIÇÃO E A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NO BRASIL, apresentamos a produção da geógrafa revelada no levantamento do capítulo



anterior com propriedade quantitativa e qualitativa no campo. No balanço dos últimos trinta anos encontram-se numerosas publicações da autora, o que justifica breve incursão pela sua obra e vida. É preciso esclarecer que não objetivamos fazer trabalho biográfico, porém é preciso apresentá-la com sua história de vida e contexto. Desejamos apresentar de forma resumida sua produção em livros, artigos em periódicos e cotejá-los com os documentos que revelam políticas de Estado e seu planejamento. Está subdividido nos seguintes itens: 4.1 – Trajetos e Conjunturas; 4.2 – CPGB – Um Lugar de Produção e Formação; 4.3 – Afinidades que Carecem de Esclarecimento; 4.4 – A Docência no Instituto Rio Branco; 4.5 – A Geopolítica, o Território e sua Gestão; 4.6 – A Geopolítica, a Gestão e o Meio Ambiente; 4.6.1 – Projetos, Documentos e a obra de Bertha K. Becker.

O quinto capítulo intitulado A MANUTENÇÃO DE UMA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA LIGADA AO ESTADO E AS AFINIDADES DAÍ PROCEDENTES objetiva expor a participação institucional/intelectual da professora Bertha K. Becker na construção da Geografia Política e Geopolítica nas últimas três décadas. Intentamos mostrar as afinidades construídas pela geógrafa através das instituições das quais participou, as revistas em que escreveu, os “discípulos” formados nos cursos de pós-graduação. Este capítulo está dividido em três itens: 5.1 – As Afinidades Medida pelas Produções dos Geógrafos; 5.2 – Afinidades e Instituições; 5.3 – A Afinidade nos Ministérios.

Encerramos o trabalho com os elementos analisados no corpo do texto e apresentando as considerações finais.

## I – ESTADO, GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

### 1.1 – O Estado como base inicial da Geografia Política e Geopolítica

O Estado é considerado como o ator privilegiado por diversos geógrafos e geógrafas em Geografia Política e Geopolítica e o estudo suscita interpretações e significados que variam no tempo e espaço. Mesmo antes do aparecimento, em 1897, do clássico *Geografia Política* de Friedrich Ratzel, o Estado já era objeto de análises. Na Geografia, o tema se tornou obrigatório nos manuais, dicionários, dissertações e teses, ou seja, publicações específicas da disciplina. Por que começar um trabalho de doutorado com a discussão do Estado?

No século XVIII, Turgot (1727-1781) já afirmava que a Geografia Política tem a intenção explícita de contribuir com uma perspectiva geográfica ao desenho das políticas de governo [Estado] (MACHADO, 1998, p. 59). Recentemente entre nós, a declaração de uma personagem envolvida na trama de relações constituídas nos últimos trinta anos (1982-2012), na Geografia no Brasil, justificou sua escolha pela Geografia Política como campo de pesquisa, porque tinha o Estado como seu principal interlocutor (BECKER, 1993, p. 2). Se tomarmos essa escolha como ponto de partida, poderemos intuir uma disputa institucional pela legitimação de correntes geográficas: aqueles que trabalham na construção de uma Geografia do Estado e os que se opõem e buscam construir uma Geografia que expresse as lutas de movimentos sociais pela melhoria das condições de vida e, muitas vezes, proponentes da destruição do Estado e do sistema da mercadoria. A luta pelo monopólio da autoridade, seja de uma Geografia estatal, seja ligada aos movimentos sociais, teve como arena a Associação dos Geógrafos Brasileiros e a União Geográfica Internacional.

Começar a discussão com o Estado, parafraseando renomado autor, talvez não seja coisa vã (BOSI, 1992, p. 11), dado que em Geografia Política e Geopolítica, muitas vezes, se inicia a discussão pelo seu estudo enquanto unidade política territorial e ator privilegiado na organização da sociedade. No entanto quais os significados sobre o Estado nas correntes da Geografia? Sabe-se que a Geografia passou por modificações e que muitas vezes os conceitos utilizados pelos geógrafos

ficaram mais complexos, principalmente no período de mudanças pós Segunda Grande Guerra até a atualidade (WILLIAMS, 2007). Desde o século XIX a intervenção do Estado ampliou-se e diversificou-se apresentando características distintas em relação à Geografia de cada país.

Na ciência geográfica, conceitos de **Poder, Estado, Território e Fronteira**, têm diversos entendimentos, segundo conjunturas e escalas em que são utilizadas. Assim em Geografia Política e Geopolítica pode-se considerar a ideia sobre o Estado para discutir a construção de unidade entre as divisões da Geografia e da Ciência Política como um campo. Os motivos para isso serão arrolados mais adiante.

A breve incursão pelas publicações de alguns autores acerca das ideias sobre o Estado pode revelar a diversidade de tratamento segundo matrizes diversas e, ao mesmo tempo, propiciar a análise de como a utilizaram em seus estudos.

É prudente esclarecer que as palavras não são exclusivas das divisões disciplinares, o que dificulta a sua precisão. Se considerarmos as palavras **Poder, Estado, Território e Fronteira**, elas podem ter significados diferentes para o léxico comum aos geógrafos e entre a gramática conceitual desses para com aquelas estruturadas por outros especialistas.

Desse modo, a utilização dos termos para o estudo e o entendimento de sociedades concretas possibilita a observação de diferenciações entre as análises dos fenômenos no nível escalar de comparação dos processos de integração territorial, onde podem existir funções diversas para as esferas de poder local, regional e nacional.

A ilustração com resenhas de algumas publicações entre manuais, dicionários, dissertações e teses que expressam a compreensão do termo Estado na Geografia, será apresentada a seguir. A escolha do material obedece aos seguintes critérios: 1) ser considerado clássico ou referência no pensamento geográfico; 2) ser ou ter sido trabalho inédito e inovador quando de sua publicação; 3) apresentar proposta de leitura geográfica do mundo superando a visão cartográfica baseada em continentes (África, América, Antártida, Ásia, Europa e Oceania); 4) expor um debate teórico articulando correntes que se contrapõem.

Derwent Whittlesey, ao afirmar que “O principal evento político que está localizado sobre a terra é o Estado” (WHITTLESEY, 1948, p. 13), liga-se à tradição das ideias formuladas por Friedrich Ratzel sobre o enraizamento da sociedade e do

Estado ao solo (RATZEL, 1983). No pensamento geográfico, as ideias de Friedrich Ratzel são referências e muitos autores iniciam suas reflexões imputando-lhe a responsabilidade pela corrente do determinismo ambiental na leitura da formação do Estado.

Na introdução de Geografia Política<sup>3</sup>, Friedrich Ratzel afirma que os Estados devem ser estudados do ponto de vista geográfico. Os Estados, como formações espaciais delimitadas e organizadas, devem ser tratados entre os fenômenos estudados pela Geografia que os descreve, mede, desenha e compara cientificamente. Quanto ao método, aponta que se a Geografia Política não exigir outros que os da Geografia, esta deve ser assimilada pelo observador dos fenômenos geopolíticos, se tornando para ele, em aptidão da concepção espacial, um “sentido geográfico” comparado ao “sentido histórico”. Assevera que “este sentido geográfico jamais faltou aos homens de Estado pragmáticos e caracteriza nações inteiras”. Com o sentido geográfico surge o chamado instinto de expansão, a colonização, o sentido inato de dominação, diante disso é necessário apreciar os fundamentos geográficos do poder político à organização do Estado (RATZEL, 1897[1987], p.9). Em suma, a teoria de Friedrich Ratzel reduzida aos seus elementos essenciais está edificada sobre três ideias-força: espaço, posição e organismo. A inovação da análise ratzeliana está na delimitação dada ao objeto Estado e sua concepção orgânica (SANGUIN, 1977, p.6). Não se pode deixar de informar a forte influência do contexto: defesa do colonialismo alemão, do darwinismo, positivismo e cientificismo.

Anterior à Geografia Política é o artigo “As leis do crescimento espacial dos Estados”, em que se examina a relação espaço/poder na evolução das “sociedades primitivas” (COSTA, 1992, p. 40). Na Geografia, o Estado apresentado como organismo territorial trouxe muitas interpretações, entre elas aquela de que a expansão é tendência natural dos organismos estatais. Essa tendência ligou os objetivos expansionistas veiculados por leituras da Geografia Política e Geopolítica à Teoria da Soberania de Estado, que parte do princípio de que a soberania é a capacidade de autodeterminação do Estado por direito próprio e exclusivo [sobre o

---

<sup>3</sup> Pode-se considerar que anterior a Friedrich Ratzel, há trabalhos como os de Turgot, Vauban, Bodin são expoentes de certo pensamento que busca o elo entre Geografia e política.

território, população e recursos]. A soberania é uma qualidade do poder do Estado, ou seja, uma qualidade do Estado perfeito (JELLINEK, 2002).

Noventa e cinco anos após o lançamento do livro de Friedrich Ratzel e depois de alguns geógrafos no Brasil apresentarem suas leituras sobre as disciplinas em questão, foi editado um dos poucos manuais que surgiu em tempos de renovações na Geografia. Trata-se de *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*<sup>4</sup> de Wanderley Messias da Costa, publicado em 1992. Além de apreciar as ideias de Friedrich Ratzel e os fundamentos de uma Geografia do Estado, traz – no capítulo ‘Temas e problemas da Geografia Política contemporânea’ – o item ‘Algumas abordagens sobre o Estado Moderno e o seu significado atual’. Interessa-se também por temas como ‘fronteira’ e ‘nações e nacionalismos’, esse último devido às mudanças territoriais na Europa. Segundo Wanderley Messias da Costa, apesar do alerta de desestatização “da Geografia Política, é inegável que uma adequada instrumentação teórica, (...) requer uma nova reflexão dos geógrafos sobre o Estado Moderno”. Isso porque

(...) o problema da Geografia Política quanto ao tratamento do tema, até anos recentes, não foi tanto o de exagerar a importância do Estado vis-à-vis a sociedade e o território mas, mais grave do que isso, fazê-lo frequentemente mediante uma abordagem equivocada quanto à sua natureza, significado e funções nas várias realidades sociais, geográficas e políticas, sobre as quais se debruçaram os nossos clássicos e muitos de seus seguidores. Ainda hoje, dada a quase ausência de reflexão e debate sobre o tema, não se deve subestimar a força de conceitos-chave como o de Estado-organismo-territorial no pensamento de muitos dos que tratam assuntos do setor em Geografia (...) (COSTA, 1992, p. 264-265).

Após discorrer sobre o problema do tratamento do tema na Geografia Política, apresenta o debate sobre o Estado em amplo espectro das ciências sociais, considerando os escritos de Maquiavel a Gramsci. É interessante a proposta do autor, pois traz para o debate a atualização da temática além dos limites da Geografia, o que indica o esforço de renovação no debate da Geopolítica no pensamento geográfico no Brasil. No entanto, é necessário lamentar que, depois do livro de Costa, pouco se avançou em publicações de Geografia Política e

---

<sup>4</sup> O livro é a publicação da tese de doutoramento apresentada em 1991. No ano de 2008, o livro ganhou uma reedição.

Geopolítica no Brasil. Vinte anos após sua publicação, são raros os livros no campo publicados em nosso país, o que indica a consolidação do manual como referência para quem desenvolve estudos na área<sup>5</sup>.

Treze anos após a publicação do livro de Wanderley Messias da Costa, Iná Elias de Castro publica “Geografia e Política: território, escalas e instituições”. A autora informa que o livro surgiu da necessidade de reencantar a política na Geografia, submersa na crença difusa de que os conflitos de interesses nas sociedades e no território se resolvem na solução dos conflitos produtivos (CASTRO, 2005, p. 11), e a Geografia Política pode ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da Geografia com a política e vice-versa (CASTRO, 2005, p. 17).

O Estado é tratado no item ‘Geografia e projeto político-territorial do Estado-Nação’, em que está ligado ao surgimento da ciência geográfica no século XIX. Em ‘O modelo Estado Moderno territorial’, aborda algumas das razões objetivas para retomar o tema do Estado ainda como necessário à Geografia Política. Uma das razões objetivas é o Estado ter-se tornado um refúgio de valores simbólicos, como língua e solo, e de interesses que resistem à circulação imposta pela globalização. Para esta, o papel do Estado e seus desdobramentos na Geografia foram obscurecidos pela perspectiva reducionista do determinismo estrutural comandado pelas relações capitalistas de produção (CASTRO, 2005, p. 107-108).

Em ‘Organização territorial do Estado Moderno’, são dois elementos considerados: o controle sobre o território e seus conteúdos; e a existência de uma classe dirigente (CASTRO, 2005, p.124). Nos dois últimos itens interessa a autora a discussão do poder e seus problemas. O interessante é que com o intuito de dar precisão aos significados dos termos para o leitor, anexa um glossário. O termo Estado não está incluso em seu rol de significados. A autora lista “Estatista” com o significado de “influenciado pelo Estado” (CASTRO 2005 p. 285). No entanto, para ela, a Geografia Política é “o ramo [da Geografia] voltado para as questões relativas ao Estado: localização, posição, território, recursos, fronteiras, população, relação com outros Estados etc.”. Ressalta que é do Estado moderno territorial que está tratando (CASTRO 2005, p. 43-44).

---

<sup>5</sup> Essa crítica se aproxima das ideias que Manoel Fernandes apresenta na introdução da 21ª edição do livro de Antonio Carlos Robert Moraes, *Geografia: pequena história crítica*.

Por mais que tente deslocar o debate sobre o papel central do Estado na organização geográfica da sociedade, é forçada, por diversas circunstâncias, a retomar o seu debate e tratá-lo como o poder espacial exercido nas relações sociais territorializadas.

O trajeto até aqui explorou, brevemente, dois autores ligados à produção geográfica no Brasil. Devemos reter desses autores a ideia de que o Estado Moderno pode ser investigado em sua contemporaneidade e que a referência a Friedrich Ratzel é tão somente uma necessidade criada na Geografia de voltar às origens e fazer um histórico dos processos que pretende tratar. Após essa constatação, passemos a produção de alguns geógrafos estrangeiros que também tratam do Estado em suas obras.

A edição em espanhol de *Geografía Política; economía-mundo, Estado-Nación y localidad*<sup>6</sup> – livro citado por alguns geógrafos no Brasil e ainda não traduzido para a língua portuguesa –, de Peter J. Taylor e Colin Flint facilitou sobremaneira o acesso a ideias originais. No primeiro capítulo com o título de Análise dos sistemas-mundo em Geografia Política, apresentam a globalização como fenômeno que está na moda em ciências sociais e penetrou no imaginário popular. Porém o mais importante é que a globalização entrou no debate político e exemplificam como o processo levou os Estados a invocarem uma competição econômica mundial para diminuir as políticas de distribuição de renda que implementaram ao longo do século XX.

Para os autores, o Estado é o principal tema da Geografia Política e terá lugar central, mas não exclusivo no livro. O Estado está mudando, porém existem pontos de vista diversos e divergentes do que está acontecendo. O que os leva a questionar: se trata de um autêntico desaparecimento do Estado, ou é apenas a última de uma longa sucessão de adaptações às novas circunstâncias? Concluem que, sem dúvida, este é um momento emocionante para estudar Geografia Política (TAYLOR; FLINT, 2002, p. 1-2).

Sem descartar a discussão sobre o Estado territorial no mundo contemporâneo, os autores tomam o cuidado de informar ao leitor que o tema não terá exclusividade e que o enfoque da Geografia Política adotado é o dos sistemas-mundo. Após discorrer sobre o ressurgimento da Geopolítica e a Geografia dos

---

<sup>6</sup> A primeira edição em língua inglesa foi editada pela Pearson Education Limited, em 1985.

imperialismos, respectivamente nos capítulos dois e três, apresentam ‘Os Estados Territoriais’ no capítulo quatro. Um detalhe de o título ter sido colocado no plural já demonstra a complexidade de tratamento do tema.

Iniciam o capítulo justificando o apogeu da Geografia Política no entre guerras de 1918 a 1939 quando os geógrafos atuaram como conselheiros da Conferência de Paz de Versalhes em 1919. Halford John Mackinder, Karl Haushoffer e Isaiah Bowman entre outros, figuraram como personagens políticas importantes para além do âmbito da Geografia acadêmica. Qualquer que seja a semelhança com os geógrafos políticos no Brasil não será mera coincidência.

A partir de 1945, a Geopolítica foi relegada ao esquecimento na Geografia Política que foi relegada ao esquecimento. A partir de então, se pode observar claramente o cambio a partir da escala de análise que se utilizou nos estudos. Os grandes temas internacionais em sentido amplo foram deixados de lado e se enfatizou os ‘estudos de áreas’, as ‘divisões políticas do mundo’ e, sobretudo, a ‘região política’<sup>7</sup>. Na opinião dos autores, isso se deve a Richard Hartshorne, que para alguns geógrafos no Brasil é lamentável não ter seus textos políticos traduzidos<sup>8</sup>, por outro lado, esses mesmos geógrafos que dominam o campo também não providenciaram a tradução<sup>9</sup>. A região política se reduzia ao Estado territorial, quer dizer a uma das unidades políticas que compõem o mapa político mundial.

A Geografia Política foi limitada a escala de análise determinada. No entanto essa Geografia Política do Estado deu lugar a interessantes modelos dos aspectos espaciais das estruturas estatais. Predominaram dois enfoques, ‘*a evolução espacial dos Estados*’ e sua ‘*integração espacial*’ que originaram dois legados teóricos relevantes para o estudo dos Estados territoriais, o ‘desenvolvimentismo’ (El desarrollismo) e o ‘funcionalismo’. Esses legados teóricos estão estreitamente relacionados e não devem ser colocados em contraposição (TAYLOR; FLINT, 2002, p. 161-162).

O desenvolvimentismo concebe que os Estados passam por etapas de crescimento. Em análises da industrialização no Brasil do século XX, por exemplo, é

---

<sup>7</sup> Não se conhecem no Brasil trabalhos que apontem o papel da Geografia produzida por Hartshorne junto ao Estado americano na perspectiva de garantir o expansionismo imperialista estadunidense.

<sup>8</sup> No Brasil encontra-se traduzido, *Propósitos e natureza da Geografia* (1978) em segunda edição pela Hucitec e Edusp, com a supervisão de Fábio Macedo Soares Guimarães e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes.

<sup>9</sup> Cf. MACHADO, 1998, p. 61-62.



comum recorrer a esse modelo. Apresenta-se, a partir da crise da economia cafeeira, um período de substituição de importações, uma intervenção estatal para a criação de indústrias no território brasileiro e, por fim, uma aliança entre o capital monopolista estrangeiro, o capital estatal e o capital privado nacional. O problema não está no modelo, mas sim nas reduções que podem ocorrer quando se trata de fenômenos espaciais complexos.

O funcionalismo está baseado nas ideias de Jean Gottmann (1951; 1952), Richard Hartshorne (1950) e Jones (1954), que em princípios dos anos cinquenta do século XX, desenvolveram os elementos básicos de uma teoria geográfica do Estado. Jean Gottmann – ao analisar a divisão política do mundo – chega à conclusão de que esta se baseia em dois fatores: o ‘movimento’ que gera instabilidade e a ‘iconografia’ que gera estabilidade. Essas duas forças se opõem entre si, e em qualquer época o mapa mundial é resultado do equilíbrio alcançado entre estabilidade e instabilidade. Richard Hartshorne, em “enfoque funcional da Geografia Política”, desenvolveu a ideia de duas forças opostas em torno do Estado. Para ele, o Estado tem como objetivo principal unir diversos seguimentos sociais e o território em um conjunto eficaz. Assim formula o que se pode denominar de uma teoria da integração territorial (TAYLOR; FLINT, 2002, p. 166). As abordagens de Jean Gottmann e Richard Hartshorne são muito semelhantes, pois analisam forças de coesão e de divisão no interior do Estado e suas consequências (SANGUIN, 1977, p. 11).

Jones apresentou a teoria do campo unificado “fundamentada no fato de que existe uma cadeia de ação e interação que, partindo de uma ideia política, atinge um espaço organizado politicamente”. Essa concepção pode ser exemplificada com a formação de Israel articulada nos seguintes elos: ideia política (conceito judeu de sionismo), decisão (declaração de Balfour de 1917), movimento (emigração de judeus em direção à Palestina), campo de ação (povoamento e organização do novo território), espaço político (criação do Estado de Israel) (SANGUIN, 1977, p. 11).

Para o entendimento das concepções sobre o Estado na Geografia, até o momento, devemos ter em mente a visão organicista e evolucionista, aquela que toma o objeto como organismo que se desenvolve e que preconiza a evolução para a integração, opondo forças na formação do território. As ideias sobre forças em oposição dizem respeito a círculos de intelectuais que privilegiam as condições internas de mudanças e outros com ponto de vista externo, colocando em oposição

conservadores e progressistas no debate sobre a melhor maneira de organizar o Estado (MACHADO, 2000, p. 16).

Para efeito de registro, nossa apresentação que trata do tema Estado, chega a uma obra peculiar em Geografia Política. Por que peculiar? Porque concebe a integração territorial com unidades amplas, como comunidade de países e união de repúblicas. Trata-se de *Geografía y Política en un mundo dividido* (1980), de Saul Bernard Cohen. Superando o tratamento do Estado como unidade política territorial por excelência, apresenta outra proposta para análise das diversas unidades espaciais surgidas no mundo pós Primeira Guerra Mundial. A princípio são duas: a Comunidade Britânicas de Nações e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mesmo que diferissem em sua estrutura e objetivos, compartilhavam uma forma política que abarcava territórios mais extensos e variados que os ocupados pelo tradicional Estado Nacional (COHEN, 1980, p. 23). Pós Segunda Grande Guerra também se testemunha a criação de outras unidades multinacionais: a Organização do Tratado do Atlântico Norte; o Pacto de Varsóvia; a Comunidade Econômica Européia; a Organização dos Estados Americanos; a Organização dos Países Produtores de Petróleo; e, por fim, a Federação de Repúblicas Árabes.

Diz Cohen que todas são veículos para agrupar zonas maiores que as abarcadas pelos Estados Nacionais. Os propósitos de tais unidades se estendem desde o estratégico até o econômico e ideológico. Cohen escreve na conjuntura da Guerra Fria e apresenta como o mundo está organizado naquele momento — grandes zonas geoestratégicas, subdivididas em regiões Geopolíticas. Critica a Geografia Política e Geopolítica que ainda trata o Estado territorial como única possibilidade de análise. Percebe a Geografia Política, essencialmente, como uma abordagem espacial dos assuntos internacionais (SANGUIN, 1977, p. 14). Chama atenção que apesar das unidades supranacionais aparecerem em número crescente, o processo de formação dos Estados Nacionais também é crescente. Afirma ainda que a remodelação do mapa político do mundo é resultado da inovação tecnológica e do fermento ideológico (COHEN, 1980, p. 24)

Na década de oitenta, é publicada uma contribuição diferenciada no debate sobre o Estado e seu território. Diferenciada porque apresenta à Geografia a discussão do Ajuste Espacial com matriz marxista. O debate sobre o papel do Estado que interessa ao geógrafo é o de explicar a formação, manutenção e expansão da ocupação espacial na sociedade. David Harvey apresenta e discute o

processo no texto *O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx*, pela primeira vez em Antipode ([1981], 2005). Harvey afirma que Marx e Von Thünen almejam responder a questão deixada em aberto por Hegel sobre “o papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e imperialismo na estabilização do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 97-98).

Hegel em *Filosofia do Direito* buscou apresentar o Estado como materialização do interesse geral da sociedade e chegou à conclusão de que *as tensões entre as esferas privada e pública da vida social só podem ser superada através das instituições do Estado Moderno*. Harvey debate a questão e expõe duas soluções sugeridas pelo filósofo. A primeira seria a “cobrança de impostos dos ricos para favorecer os pobres, pelo amparo dos pobres com o auxílio da beneficência pública”. A segunda “pela oferta de novas oportunidades de trabalhos aos pobres”. Hegel observa que as soluções ‘internas’ não resolvem problema tão complexo e afirma que necessita considerar um segundo conjunto de soluções. Tomemos de empréstimo as palavras de Harvey sobre essas soluções:

A sociedade civil, assevera ele [Hegel], move-se por sua ‘dialética interna’, ‘impelindo-se’ para além dos seus limites e buscando mercados — portanto, meios necessários de subsistência — em outros países, deficientes nos bens que superproduziu e/ou atrasados no setor industrial. Também deve fundar colônias e, assim, permitir que parte de sua população ‘retorne a uma vida sobre uma base familiar em uma nova terra’, enquanto também “oferece a si mesma com uma nova demanda e um novo campo para sua indústria. (HEGEL, 1967: 150-2 apud HARVEY, 2005, p. 100).

Desse modo, toda “sociedade civil madura” é forçada a resolver suas contradições internas mediante a expansão externa – busca de novos mercados para a indústria – para a minimização dos problemas. Sugere Hegel que os problemas que surgem entre as esferas privada e pública justificam o intervencionismo do Estado na busca de equilíbrio interno e externo de modo que não haja conflitos entre os que se apropriam da riqueza criada e os que ficam distantes das condições essenciais de existência.

Marx remodela inteiramente o argumento idealista de Hegel em termos materialistas teóricos. Não aceita a ideia de que o Estado representa o interesse geral, para ele o fundamental é que a crescente polarização entre capital e trabalho

e o progressivo empobrecimento relativo da classe trabalhadora podem ser interpretados materialmente como resultado inevitável das forças identificáveis em ação dentro de um modo de produção específico e historicamente conhecido como capitalismo. Nesse modo de produção, uma das questões básicas é o domínio e controle da demanda e oferta da força de trabalho pelos capitalistas. Quando esse controle é ameaçado, deve ser restaurado por meios violentos e pela interferência do Estado (HARVEY, 2005, p. 111-112). Temos então a concepção que considera o Estado como instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a exploração de classe e conseqüentemente exercer o monopólio legítimo da violência (WEBER, 1999, p. 525-529).

Caminhando em direção à Geografia produzida na França, encontramos a publicação de manuais que visam orientar os geógrafos e outros especialistas. Apresentaremos alguns manuais que interessam a apreciação específica sobre o Estado em nossa pesquisa.

Em *La dissertation de géopolitique*, coordenado por DAVID e SUISSA (2005), citando René Chat, escreveram “*Mal nommer les choses, c’est ajouter au malheur des hommes*”<sup>10</sup>. Os autores oferecem um léxico de conceitos e problemáticas em Geopolítica com o intuito de mostrar aos estudantes a possibilidade de tornar preciso os termos que podem utilizar na escrita de seus trabalhos. O termo Estado, no léxico, começa com a seguinte afirmação: “três significados e, assim, várias questões a considerar”.

O primeiro significado é um agrupamento humano submetido a uma mesma autoridade que pode ser considerada como entidade jurídica do direito internacional que detém o monopólio da violência legítima. Derivam daí as problemáticas em torno do lugar do Estado no seio das instituições internacionais, seu grau de poder, seu comportamento (Estados pacíficos, “bandidos”), seu pertencimento geopolítico e/ou geoeconômico.

Segundo, o território sobre o qual se exerce o poder claramente delimitado por fronteiras. Problemas de ordem da diversidade regional (centralização/descentralização, desigualdades sócio econômicas no plano espacial).

Terceiro, a autoridade soberana se manifesta sobre o grupamento humano e o território e, mais precisamente, o conjunto de serviços gerais (“poder público se

---

<sup>10</sup> Tradução livre: Mal nomear as coisas, é aumentar os males dos homens.

distingue da sociedade civil e do mercado”). Problemas de intervencionismo e/ou liberalismo (DAVID e SUISSA, 2005, p. 15).

Jérôme Dunlop, em seu *Les 100 Mots de la Géographie*, no capítulo VIII ‘Les Problématiques Politiques et Géopolitiques’, item 88, apresenta o termo État, principia com a definição de que “*é uma organização política inseparável do território sob seu comando*”. Acrescenta a autoridade soberana sobre o território e a sua ocupação por uma população. Enfatiza a relação entre o Estado e seu território de tal forma que qualquer tipo de enfraquecimento afeta as duas ‘entidades’. Assegura que as funções variam no espaço e tempo, mas avisa que algumas são mais constantes como a manutenção da ordem, da justiça e a defesa do território. Para o autor, essas funções são garantias de estabilidade e condição para a paz civil (DUNLOP, 2012, p. 108-109).

Gauchon, junto com Huissoud, em *Les 100 Mots de la Géopolitique* publica no capítulo dois intitulado “Les maîtres du monde” o termo Estado-Nação e indica a sua importância afirmando: “entidade responsável pelos destinos da nação”. Apresenta, como principal característica do Estado-Nação, a coesão que nasce de caracteres étnicos comuns e/ou que se manifesta na vontade de viver em conjunto por um plebiscito diário. A coesão resulta, parcialmente, de verdadeiro adestramento das pessoas, iniciada com a monarquia absolutista e acentuada no século XIX. É neste século que se completa a constituição do Estado-Nação nos planos simbólico (adoção de bandeiras e hinos nacionais), organizacional (desenvolvimento da burocracia), jurídico e cultural (luta contra os regionalismos) e econômico (formação de mercado doméstico [interno]). Todos esses esforços contribuem para fazer emergir o território nacional, de modo que o Estado-Nação se define hoje como a forma territorial por excelência. Juntos, Estado e território tornam-se Estado Democrático e Estado-Providência: o sentimento de formar uma comunidade conduz a minoria a aceitar a lei da maioria, e os ricos a financiar a solidariedade com os pobres. Coesão é, portanto, a força do Estado-Nação. Ela serve de suporte para a democracia que garante sua legitimidade. Só o Estado-Nação teria o direito de exercer os poderes soberanos herdados do mundo feudal – justiça, o monopólio da força, a emissão de moeda, etc. (GAUCHON e HUISSOUD, 2010, p. 32-33).

Nos manuais franceses, sobressai a concepção jurídica de soberania já apontada anteriormente. Muito forte, também, é a necessidade de se referir ao

território e ao grupamento humano na construção do simbolismo que dão coesão à nação.

O retorno à Geografia, produzida no Brasil em tempos de renovações, nos leva ao encontro da dissertação de Douglas Santos: *Imperialismo e Estado; reflexões sobre a Geografia contemporânea*, apresentada no ano de 1990. Ao chamar a atenção de como a Geografia aborda o Estado, nos informa que esse é tomado como um dado a priori, não se importando com a origem ou função desse fenômeno. O Estado, como expressão fenomênica, dificilmente terá seu poder absoluto questionado, dado que importa é a forma, não sendo possível perguntar sobre os movimentos que definem aparentemente esse poder, deixando de lado a questão da essência (SANTOS, 1990, p. 121).

Encontramos um trabalho de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, de James Gonçalves Dias com o título de *A Terminologia da Geografia Política*, em que elabora um “Glossário de Termos relacionados à Geografia Política”, a palavra Estado aparece como a:

Organização de pessoas, unidas de modo permanente por relações de solidariedade e autoridade, com território e governo próprios, visando a consecução de objetivos individuais e coletivos e dotada de personalidade jurídica e soberania internacionalmente reconhecida (DIAS, 1999, p. 151).

Pode-se dizer que o autor não é oriundo da Geografia, entretanto James Gonçalves Dias recorre não só a conversas com Andre Roberto Martin, como também se apoia em Manuel Correia de Andrade para validar a definição exposta do Estado. Apoia-se também, em nota, no livro *Elementos de Teoria Geral do Estado* de Dalmo de Abreu Dallari. Para Dallari,

Encontrar um conceito de Estado que satisfaça a todas as correntes doutrinárias é absolutamente impossível, pois sendo o Estado um ente complexo, que pode ser abordado sob diversos pontos de vista e, além disso, sendo extremamente variável quanto à forma por sua própria natureza, haverá tantos pontos de partida quantos forem os ângulos de preferência dos observadores. E em função do elemento ou do aspecto considerado primordial pelo estudioso é que este desenvolverá o seu conceito. Assim, pois, por mais que os autores se esforcem para chegar a

um conceito objetivo, haverá sempre um quantum de subjetividade, vale dizer, haverá sempre a possibilidade de uma grande variedade de conceitos (DALLARI, 1998, p. 101).

Gilberto Souza Rodrigues Júnior, em tese intitulada *Geografia Política e os recursos hídricos compartilhados: o caso Israelo-Palestino* – orientado por Wagner Costa Ribeiro –, ao analisar o conflito atribui a privação ao povo palestino de todos os elementos citados por GAUCHON e HUISSOUD. Afirma que,

Sem o direito de constituir sua própria entidade estatal, os cidadãos palestinos são privados de todos os direitos e obrigações correntes em qualquer Estado moderno, além de não possuírem as garantias institucionais que este pode oferecer a seus cidadãos, como: um governo capaz de manter a ordem e de garantir a infraestrutura básica para o normal funcionamento de uma sociedade; forças armadas preparadas e equipadas para manter a segurança do território; e um sentimento de identidade nacional não apenas forjada em anos de luta por liberdade, mas também por símbolos e valores nacionais, que um Estado plenamente constituído possui, tais como um território com fronteiras definidas e, conseqüentemente, um mapa, o reconhecimento de outros países e de organismos internacionais, sejam eles de ordem econômica ou política, ser um full member da ONU, ou outros símbolos já muito presentes no dia a dia palestino como a bandeira nacional (RODRIGUES JÚNIOR, 2010, p. 73).

Nota-se que Rodrigues Júnior começa sua exposição sobre o Estado, seguindo a afirmação de Wanderley Messias da Costa de que na “Geografia Política raramente trabalha teoricamente o conceito de Estado”. Desse modo cabe perguntar: se a Geografia Política não trabalha teoricamente o conceito, de onde vêm as concepções de Estado que o campo disciplinar utiliza? É preciso concordar com Graham Smith,

No âmago deste desafio à nação-estado está a noção de soberania política e o seu relacionamento com a ideia de comunidade política. Nós nos acostumamos a mapear e interpretar nosso mundo político com base na teoria da soberania, que sustenta ser a comunidade política do estado a que exerce autoridade suprema sobre uma determinada jurisdição territorial e que é a imagem mais apropriada de como o espaço político deveria ser organizado, demarcado e, para grande parte da Geografia Política, teorizado (SMITH, 1996, p.66).

Nossa trajetória de análise continua com a observação de alguns dicionários de Geografia, em português, inglês e francês.

No ano de 1996, no momento em que não havia interesse em publicar obras de referência em Geografia, Gilberto Giovannetti e Madalena Lacerda organizaram 'Melhoramentos, dicionário de Geografia: termos, expressões, conceitos'. No dicionário, o verbete Estado tem dois significados: primeiro – a divisão territorial adotada por alguns países; e segundo, à organização política, jurídica e administrativa de uma sociedade, seu território e sua população (p. 75). Surpreende a fragilidade e a pobreza apresentadas, pois já havia sido publicado em 1967 e reeditado em 1972, para estudantes, o Dicionário de Geografia como parte integrante da Enciclopédia do curso secundário Globo, em que as definições expostas são mais ricas em significado do que a versão de Giovanetti e Lacerda. Pode-se criticar a negligência dos autores, porque também na década de noventa é traduzido o Dicionário de Política editado pela Universidade de Brasília, em que o termo Estado é explorado amplamente e poderia oferecer significados mais ricos à Geografia.

Na língua inglesa, Colin Flint – em *The Dictionary of Human Geography* – define no verbete Estado como *conjunto centralizado de instituições que facilitam o poder coercitivo e as capacidades de governabilidade sobre um determinado território*. Observa que nenhuma definição para Estado é adequada, porque os modelos adquiridos variaram formatos e funções através do tempo e espaço (FLINT, 2009, p. 722).

Com o *Dictionnaire de géographie*, de Paul Baud, Serge Bourgeat e Catherine Bras, retornamos aos franceses. O termo *État* está associado a *nation* e *pays*, os quais afirmam serem diferentes e complementares. O Estado é definido como entidade jurídica abstrata construída historicamente sobre um território. Os autores expõem três tipos: *Estado-Nação* – constituído de modo lento, a partir de um centro original e que cresce através de conquistas sucessivas; *Estado-fusão* – que provém de povos e comunidades étnicas, e podem surgir do sentimento comunidade entre pessoas que habitam o mesmo território, professam o mesmo código linguístico e as mesmas crenças; e por fim, os Estados que nascem de uma divisão, *Estado-divisão* – ligados à desagregação de impérios coloniais ou a um movimento separatista lutando pela independência (BAUD; BOURGEAT; BRAS, 2008, p. 198-199).



A apreciação de obras de referências só comprovam as concepções anteriormente abordadas. O pequeno trajeto por algumas publicações nos leva a observar que, em sua maioria, as ideias sobre o Estado expostas teoricamente são provenientes da obsessão geográfica pela defesa da soberania. Parece natural que exista sempre 'um governo para manter a ordem e promover o desenvolvimento', considerando o processo evolutivamente ou o conflito entre forças que precisam ser estabilizadas.

O Estado, de maneira geral, foi abordado com duas orientações, a primeira oriunda de uma concepção orgânica baseada no darwinismo social onde seu papel principal era de competir pela construção autárquica com outros Estados no cenário mundial, e, a segunda, de uma concepção funcionalista com o papel de promover a integração nacional e a acumulação de capital, o que pode ser exposto também com a integração do Estado e o crescimento do capital. Nos dois casos esconde-se a concepção liberal de instituição que paira sobre a sociedade e que regula a todos da mesma forma, de modo "neutro" e acima dos interesses particulares. O Estado torna-se *uma espécie de 'Sujeito', pairando acima e fora da sociedade como um todo*. Outro aspecto não considerado é a detenção pelo Estado do 'monopólio da violência' necessário, segundo a visão liberal, para manutenção dos *status quo* (MENDONÇA, 2012 p. 349-351).

Apesar de todas as considerações e críticas sobre as ideias veiculadas na Geografia Política e Geopolítica sobre o Estado, ainda permanecem em muitos autores as concepções formuladas *a priori*, ou seja, apresenta-se a aparência em detrimento da essência. No Brasil sabe-se que o Estado é tratado nos estudos como intervencionista e ator principal do desenvolvimento capitalista, o que conseqüentemente impõe políticas de integração espacial, com intuito de amenizar as desigualdades entre as regiões pelo planejamento.

No debate recente, muitas vezes, se tem realizado uma opção por abordagens que privilegiam a micropolítica, relegando o Estado-Nação como escala de análise na compreensão dos processos políticos relacionados ao atual sistema-mundo. Na abordagem da micropolítica, a análise de outros atores se faz necessária (movimentos sociais específicos, organizações não governamentais e até mesmo instituições estatais criadas para as mediações entre público e privado), e o poder absoluto do Estado é questionado e negligenciado. Entendemos que esses atores não devem ser privilegiados nem silenciados, mas considerados como parte

constituente do fenômeno Estado. É preciso superar concepções que aprofundam as dicotomias e encontrar um caminho que entenda os atores em relação na construção da sociedade e resolução de seus conflitos.

O caminho proposto para superar aquela dificuldade é ter no léxico comum do campo o vocabulário com tratamento ampliado, talvez até multidisciplinar, pois muitas vezes os conceitos se sobrepõem a diversas disciplinas tornando-se palavras fortes, difíceis e persuasivas no uso cotidiano. É necessário observar que muitos termos são utilizados em contextos especializados e são comumente transpostos para descrições de reflexões e experiências de realidades diversas e com amplitude escalar ampla (WILLIAMS, 2007, p. 30).

O Estado tomado como palavra forte, difícil e persuasiva será entendido, nesse trabalho, como um pacto de dominação de classe, uma arena privilegiada, um complexo de aparelhos e instituições e o representante simbólico da unidade da nação (BORON, 2006, p. 515).

Junto ao termo Estado, vai surgindo a necessidade de conceituar poder, território, fronteira, coesão, população, entre outros, que requerem também precisão e contextualização. Isso torna a tarefa de definir Estado em Geografia Política e Geopolítica um trabalho de Sísifo — tomando emprestada a imagem da rocha rolada até o cimo de uma colina e que retorna a sua base, lembrando que isso foi um castigo aplicado devido às astúcias de Sísifo. Desse modo, não é fácil discutir a unidade no campo da Geografia Política e Geopolítica utilizando a astúcia de só definir os termos comuns. O que nos leva a concordar e estender aos outros termos a afirmação de Dalmo Dallari, corroborada por Colin Flint, de que “encontrar um conceito [...] que satisfaça as diversas correntes doutrinárias é absolutamente impossível...”.

De posse das informações de que o vocabulário em Geografia Política e Geopolítica é muitas vezes utilizado para abordar os mesmos fenômenos, por exemplo, a análise do território, toma-se o cuidado de pesquisar o contexto em que estão sendo produzidas as ideias, pois a aplicação de alguns conceitos gerais ganham especificidades em análises de caráter restrito ou amplo (CASTRO, 2005, p.23), o que é considerado como polêmica bem comum na tradição no campo<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A ideia de campo, extraída de Bourdieu, é definida *como o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social* (BOURDIEU 1983, p. 122). Além da ideia de

## 1.2 – AUSÊNCIAS ATUAIS NO DEBATE SOBRE O ESTADO EM GEOGRAFIA

No debate sobre o Estado percebemos algumas ausências e silêncios por parte dos geógrafos. Uma delas diz respeito ao anarquismo de Piotr Kropotkin e Élisée Reclus.

Nos escritos anarquistas, um dos mais famosos por suas críticas ao Estado é Bakunin. Talvez a fama esteja relacionada ao famoso embate com Marx. Na Geografia cumpriram o papel de crítica ao Estado, Piotr Kropotkin e Élisée Reclus. Ambos ao longo de seus escritos chamaram atenção para o perigo do domínio da sociedade pelo Estado. No entanto, é raro em Geografia Política e Geopolítica um escrito que critique as concepções de Estado em bases libertárias. Desse modo oculta-se o que Kropotkin, já em 1905, ao escrever o verbete “Anarquismo” para a 11ª Edição da Enciclopédia Britânica, observava sobre o Estado:

Havendo sido sempre a organização do Estado, tanto na história antiga como na moderna (império macedônico, império romano, os modernos Estados europeus edificados sobre as ruínas das cidades livres), o instrumento para estabelecer monopólios das minorias dominantes, não pode ser utilizado para a destruição de tais monopólios. Os anarquistas consideram, portanto, que entregar ao Estado todas as principais fontes da vida econômica (a terra, as minas, as ferrovias, os bancos, os seguros, etc.), significaria criar um novo instrumento de domínio. O capitalismo de Estado não faria mais que incrementar os poderes da burocracia e o capitalismo. O verdadeiro progresso está na descentralização, tanto *territorial* como *funcional*, no desenvolvimento do espírito local e da iniciativa pessoal, e na federação livre do simples ao complexo, em vez da hierarquia atual, que vai do centro à periferia. (KROPOTKIN, 1987, p. 21).

---

campo é preciso discutir também o conceito de *habitus* em interdependência com campo. *O conceito de habitus auxilia a pensar a relação, a mediação entre os condicionantes sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos* (SETTON, 2002 p. 61). É definido como *um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações — e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas...* (BOURDIEU, 1983, p. 65). O entendimento de *habitus* e campo é condição para superar os determinismos das práticas entre sujeito e sociedade. As ações dos indivíduos, seus comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura (SETTON, 2002, p. 64).

Élisée Reclus também em 1905 já havia criticado a concepção de entidade independente dos homens:

(...) o que quer que digam os teóricos que veem no Estado uma espécie de entidade independente dos homens, a história mostra-nos da maneira mais evidente que o governo apresenta-se ainda para muitos, sob sua forma mais primitiva da violência, aquela do açambarcamento, do capricho, e que o representante por excelência do Estado, isto é, o soberano, dá-lhe forçosamente a direção que provém da resultante de suas paixões e de seus interesses (RECLUS, 2010, p. 25).

Seria heresia considerar que autores com inclinações libertárias formulassem concepções teóricas sobre Estado. O que podemos afirmar é que são críticos contundentes das sociedades onde vivem. Por não considerar a crítica de Kropotkin e Reclus as formas estatais, muitos geógrafos optaram por concepções de Estado estabelecidas em diversas ciências por muito tempo. Não apresentando contribuição fora dos marcos estatais possíveis.

Somente na década de sessenta dentro de uma conjuntura de crise interna e externa dos Estados — eventos como a Guerra Fria e suas consequências como o conflito no Vietnã —, passou a ser apreciado com engajamento intelectual aos trabalhos de Karl Marx, o que propiciou a emergência da crítica àquelas concepções estatais e a aproximação com os problemas sociais e com grupos marginalizados, a adoção de novos parâmetros teóricos e o reconhecimento de novas metodologias. Esse contexto propiciou a avaliação de novos atores nos estudos de Geografia Política e Geopolítica. Mesmo assim *o discurso social vigente constrói o Estado como um conceito unificado e coerente da teoria política dominante* (COLOMBO, 2001, p. 48). Não chegamos ainda à concepção de Estado ampliado [Moderno] apresentada por Antonio Gramsci e desenvolvido por vários de seus continuadores, mesmo que novos tópicos, como relações entre poder, técnica e ecologia humana tenha sido incorporado no debate da Geografia Política e Geopolítica no pós-guerra. Entre os geógrafos mantêm-se as ideias de Estado territorial e de Estado Nação.

Outra ausência percebida na Geografia é a não incorporação do debate sobre o Estado estabelecido por Gramsci. Para o filósofo, o Estado não é sujeito nem objeto, mas sim uma relação social, ou melhor, a condensação das relações presentes numa dada sociedade. Sob tal ótica, ele recupera definições marxistas clássicas, porém as redefine, recriando um conceito de Estado que denomina de

Estado ampliado – isso porque estão incorporadas nele tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, em permanente inter-relação. A sociedade civil compreende o conjunto dos agentes sociais, associados nos chamados aparelhos privados de hegemonia, cernes da ação política consciente e organizados pelos intelectuais orgânicos de uma classe ou fração, visando obter determinados objetivos. Em contrapartida, a sociedade política engloba o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito. Qualquer alteração na correlação de forças vigente em uma dessas esferas repercute, forçosamente, na outra.

Logo, o conceito de Estado ampliado transborda os limites institucionais do Estado tal como entendido pelo senso comum (instituições públicas), identificando as formas pelas quais ele integra a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos. Dialeticamente, o Estado ampliado resulta das múltiplas formas de organização e conflito inerentes à vida social (MENDONÇA, 2012 p. 352-353).

### 1.3 – O DEBATE EM GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Há quase um consenso na literatura internacional sobre Geografia Política e Geopolítica, de que houve um avanço teórico metodológico no campo pós Segunda Guerra Mundial. O avanço é creditado às publicações dos geógrafos anglo-saxônicos, que superando preconceitos — instrumentalização da ciência pelo poder de Estado; ciência ligada às práticas totalitaristas (pseudociência); ciência de interesse específico dos militares — e insistindo na importância do debate político, chegaram a monopolizar as pesquisas e os estudos em Geografia Política (SANGUIN, 1977, 5-6; MACHADO, 1998, p. 57).

A Geografia Política e Geopolítica foi revisada, procurou-se superar as críticas sofridas — criação de mitos como o da inacessibilidade e inexpugnabilidade do Heartland, não previsão e valorização do desenvolvimento tecnológico como fator de poder, entre outras —, o que possibilitou outras formulações com novas pesquisas e estudos.

No Brasil, a Geografia Política e Geopolítica teve pouca visibilidade em relação às temáticas regionais, urbanas e agrárias, apesar de continuar a mobilizar a atenção dos geógrafos, principalmente se considerarmos o que foi escrito nos

últimos trinta anos. Torna-se, então, necessária a investigação do que foi produzido pelos geógrafos no período que se convencionou chamar de renovação da Geografia no Brasil, pois desde a década de vinte do século XX, existem estudos sobre o que é a Geografia Política e a Geopolítica e qual a diferença entre elas: como pensar e implementar a divisão regional, como defender as fronteiras, como integrar o território nacional, onde localizar a capital da república<sup>12</sup>?

De modo geral essas temáticas, entre tantas outras, compuseram os estudos na Geografia Política até início da década de oitenta do século XX. Contudo, não se encontram sistematizadas investigações que façam a avaliação da produção realizada por geógrafos, o que justifica um estudo da Geografia Política e Geopolítica no âmbito da história da Geografia e do pensamento geográfico<sup>13</sup>.

A Geografia Política e Geopolítica produzida por geógrafos ainda está por ser pesquisada e apreciada na Geografia no Brasil. Encontra-se na literatura geográfica, citações esparsas e informações gerais em textos de avaliação da Geografia no Brasil (BECKER, 1986; DIAS, 1989) o que constitui, ao mesmo tempo, empecilho e desafio à construção de um estudo historiográfico.

Diante do exposto, que procedimento adotar como caminho para superar a dificuldade? Como avaliar o que foi produzido e validado por geógrafos? Que afinidades se constituíram com intuito de estabelecer teorias, temáticas e práticas no campo no Brasil?

Para responder as questões parte-se da investigação e posterior exposição da bibliografia escrita por geógrafos no Brasil nas três décadas, bem como da avaliação do que foi produzido nomeadamente por geógrafos, já que no campo há outros especialistas não geógrafos (sociólogos, cientistas políticos, militares), que muitas vezes tratam da temática da Geopolítica.

Nossa ideia é apresentar o campo com unidade entre a Geografia Política, ramo da Geografia, e a Geopolítica criada como subdivisão da política (BACKHEUSER, 1942, p. 25). A opção por esse caminho tem como motivação a busca da superação dos problemas encontrados quando se contrapõe as

---

<sup>12</sup> Cf. Laurent Vidal, essa discussão existe desde que a família real chegou ao Brasil. VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital** (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009. 352 p.

<sup>13</sup> Ana Cristina da Silva em tese de doutorado faz menção à 'Geografia Política renovada' e cita cinco publicações de Wanderley Messias da Costa, duas de Bertha Becker e três de Iná Elias de Castro (SILVA, 2010, p.291). O interesse da autora é estudar as concepções de território presentes no geógrafo e geógrafas escolhidos.

disciplinas. Por exemplo, para diferenciá-las imputava-se à Geografia Política ser estática na avaliação dos elementos e a Geopolítica ser dinâmica nos estudos das relações interestatais (RAJA GABAGLIA, 1947; MIYAMOTO 1981).

A constatação de que essa questão é menos importante, ficou clara com os estudos recentes, mais preocupados com os conteúdos dos discursos proferidos pelos especialistas<sup>14</sup> do campo. Sendo assim, é necessário seguir os geógrafos e fazer a análise do que foi escrito, pesquisar e analisar quais as temáticas mais abordadas e relevantes, quais os lugares da produção de Geografia Política e Geopolítica pelos geógrafos no Brasil e quais as vantagens que se obteve de manter certa indefinição do campo.

Entende-se que no campo da Geografia Política e Geopolítica as individualidades são condicionadas/condicionantes de práticas reguladas e estimuladas pela conjuntura e a disputa pela autoridade e legitimidade configura um jogo e luta concorrencial pelo monopólio, tanto interna quanto externamente. Interna e externamente à ciência, a luta por autoridade confere um capital simbólico ao cientista, de onde provém a hierarquização do campo, produzindo os especialistas que constroem o monopólio da fala, dos recursos, dos projetos. A autoridade se constrói na relação entre *habitus* individual e a estrutura do campo, socialmente determinada (SETTON, 2002, p. 64).

No campo considera-se Friedrich Ratzel como o fundador/sistematizador da Geografia Política e influenciador da Geopolítica, primeiro apresentando em 1897 a obra *Politische Geographie* e depois oferecendo a Kjellén as bases para criar o único ramo que logrou sucesso na sua divisão da política. Esse fato é considerado importante, pois a matriz do pensamento que embasa o campo vem da mesma fonte e mesmo contexto social, político e econômico. Contexto que consagrou o estudo sobre o Estado em relação ao seu território e a construção da nação.

A importância do Estado no campo também é elemento a ser visto, pois como apresentamos anteriormente, muitos autores o consideram como único ator de onde emana o poder até tempos recentes. Conceber o Estado como o ator mais importante é dar liberdade de escolha de cada autor, no entanto, não se pode ignorar que essa escolha condiciona o campo a ter sempre esse elemento em suas análises. A crítica a essa ideia vem dos pós-modernos, a exemplo das proposições

---

<sup>14</sup> Com o mesmo sentido weberiano de técnico. A lógica do técnico obedece às normas e à hierarquia; realiza uma administração imparcial; e tem elevada disciplina moral.

realizadas por Bertrand Badie em seu livro *O Fim dos Territórios*, e também ocorre por parte das análises que são produzidas e servem muito bem às instituições acadêmicas dos Estados Unidos e Europa.

Os autores que enveredaram por essa crítica, compreendem que o processo de conformação da ciência moderna e o próprio modelo de Pierre Bourdieu como algo que se aplica muito bem, ou quase, à Europa, à transição de uma sociedade de clérigos sábios para intelectuais vinculados ao Estado, discutem que as matrizes europeias não servem para explicar as sociedades não europeias e os processos de elaboração do conhecimento, bem como os códigos de autoridade em torno do saber.

Para os pós-modernos, a crítica está no próprio processo de constituição da ciência, para Bruno Latour em seu 'Jamais Fomos Modernos' é impossível conformar-se um mundo que possa ser explicado de maneira disciplinarizada e, só pode haver campo, se houver disciplinas científicas, códigos normativos de linguagem – *economês, juridiquês, geografês* – e mais, o que aparece em Badie com o *Fim dos Territórios*, é uma tese que subjaz pós-colonial: talvez os territórios como nos acostumamos a pensar, de fato nunca tenham existido. Assim é revelada a complexidade da afirmação, porque requer avaliar que concepções de Estado ligado ao território são assumidas e apresentadas pelos geógrafos. A ideia de que o Estado transforma a Geografia em Geopolítica deve ser considerada na produção dos geógrafos, pois se tal ideia é aceita, assume-se que as políticas estatais são únicas na organização da vida em sociedade, negligenciando-se o papel de outros atores (ONGs, Movimentos Sociais, trabalhadores em "ramos específicos", organizações ilegais, etc.).

As formulações – que enveredaram pela negação do Estado, enquanto instituição/instituente que deveria ser desmontado até não influenciar nas políticas de desenvolvimento – caíram por terra. O que se vê foi que a globalização propalada do mercado, que insiste no discurso da substituição das funções do velho "Leviatã", não logrou sucesso absoluto como queriam os arautos do liberalismo. Na crise mais recente da economia capitalista, vê-se o Estado 'socorrendo' bancos e empresas e as instituições que substituiriam ou cumpririam o papel estatal pouco ou quase nada puderam fazer, a não ser propor a volta de políticas conservadoras. Não há dúvida de que existem 'novos personagens em cena', porém incumbi-los de papéis que não



podem desempenhar, é exigir que a realidade tenha que se adequar ao pensamento e interesse do pesquisador.

#### 1.4 – O FIO DO DEBATE POR UM HÍFEN: GEOGRAFIA POLÍTICA-GEOPOLÍTICA

Mervyn Busteed<sup>15</sup> (1983) defende que a Geografia Política tem uma história, estrutura e epistemologia distinta do resto da Geografia. Lia Osorio Machado (1998), em curto artigo, apresenta a Geografia Política como um campo. Não adotaremos a tese de Busteed, mas a ideia de Machado, acrescentaremos a Geopolítica. A Construção de um campo único — Geografia Política-Geopolítica — no qual os geógrafos têm atuado na Geografia no Brasil, principalmente nas últimas três décadas, é o que se almeja.

Sobre a Geografia Política e Geopolítica produzida por geógrafos no Brasil, o que se encontra sobre a história do campo são dados ou citações esparsas em textos de avaliação da Geografia no Brasil em geral, o que dificulta a construção de uma historiografia do campo. Que procedimento adotar diante da dificuldade exposta?

A discussão sobre a produção dos geógrafos em Geografia Política e Geopolítica será iniciada com o esclarecimento do que tem sido apresentado na literatura de forma a delimitar o entendimento desse campo. É preciso lembrar que a Geografia Política e Geopolítica, assim como todos os estudos acadêmicos, é produto de seu contexto social e intelectual (FLINT, 2009, p. 550).

Longe de resolver as diferenciações entre Geografia Política e Geopolítica expostas, apresentam-se as definições e busca-se o que pode ser considerado comum entre ambas para justificar tratamento unificado na Geografia e fundamentar a análise. Horta questiona se “será mesmo relevante delimitar rigorosamente essas áreas do conhecimento?” (HORTA 2006 p. 51). Pensamos que não, entretanto é necessário apresentar os elementos que julgamos unificador das disciplinas para

---

<sup>15</sup> Citado em MACHADO, 1998, p. 69.

serem tratadas como campo de estudo e disputas de concepções na Geografia no Brasil.

A Geografia Política e Geopolítica, consideradas separadas e definidas em oposição, marcam campos distintos da ciência quando se confunde o objeto e, conseqüentemente, se opta por uma ou outra, na análise espacial. É o caso de imputar a Geografia ser estática e a Geopolítica ser dinâmica (MIYAMOTO 1981 p. 76). Ainda segundo Raja Gabaglia, *a Geografia Política considera os Estados como organizações **estáticas**, assentadas sobre **substractum** geográfico, enquanto que a Geopolítica estuda o conflito e a mudança, a **dinâmica** dos espaços terrestres e das forças políticas que lutam neles para sobreviver* [grifo do autor], (GABAGLIA 1947 p. 696).

Na perspectiva de superar os problemas históricos de definição, permite-se aqui trabalhar com a perspectiva integradora e considerar somente um único campo na Geografia.

Se para muitos a Geopolítica é subproduto da Geografia Política, cabe procurar os pontos que dão unidade e analisá-los como os geógrafos abordaram e fundamentaram suas análises. Ao contrário do que se constata até então na literatura, ao invés de optar pela diferenciação, busca-se o caminho de identificar o que existe de comum entre a Geografia Política e Geopolítica. Essa perspectiva não se coloca sem problemas, pois os elementos que dão coesão também podem ser os que fragmentam as análises. O Estado, por exemplo, pode ser analisado levando-se em consideração o poder formal das instituições, desconsiderando o seu território. Como não há Estado sem território, julgamos a possibilidade de utilizar as duas categorias como elemento de integração entre as disciplinas. Desse modo, as relações construídas territorialmente serão tomadas como ponto de partida, objetivando dar conta das semelhanças que permitam tratar os temas disciplinares em um mesmo campo.

Desde a publicação de *Politische Geographie*, em 1897, por Friedrich Ratzel, a Geografia Política tem sido definida como *o estudo das relações entre o Estado e o solo* (RATZEL, 1987, p. 55). Segundo MACHADO (1998), *A maior parte da produção dos geógrafos políticos [...] tomava, explicitamente ou não, as ideias de Ratzel como referencial, nenhum deles chegando a formular um quadro conceitual alternativo* (MACHADO, 1998, p. 61). A consulta à bibliografia de Geografia Política, confirma Machado, geralmente os geógrafos trabalham com a ideia de que no seu

estudo interessa a análise da comunidade em relação com o ambiente físico e o Estado (MOODIE, 1965, p. 9). As relações entre fatores geográficos e as entidades políticas é outra maneira de apresentar o interesse da Geografia Política (SANGUIN, 1981, p. 7).

Para Wooldridge e East, *a Geografia Política concentra sua atenção nas relações externas e internas dos Estados* (WOOLDRIDGE; EAST, 1967, p. 130). Costa (1992, p.15) afirma que *cabe à Geografia Política a tarefa nada trivial, dentre outras, de examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos negócios territoriais e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral.*

Nos fragmentos citados, observa-se que o elemento identificador da Geografia Política, é o Estado como entidade política e a base territorial em que se constrói. O Estado como entidade política priorizada por muitos geógrafos políticos, levou Raffestin (1993, p. 11-22) a indagar se não se trata de Geografia do Estado, concluindo que *A Geografia do Estado foi construída a partir de uma linguagem, de um sistema de sinais, de um código que procede do Estado.* Recentemente, Castro (2005, p.17), definiu *como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da Geografia com a política e vice-versa.* O conjunto de ideias diz respeito ao território e conflito, ao poder e ao Estado e, por fim, ao espaço.

A Geopolítica é apresentada por muitos como criada/inspirada por Friedrich Ratzel. O criador do neologismo para uns, e da disciplina para outros foi Rudolf Kjellén, professor sueco, que se inspirou na teoria ratzeliana sobre o espaço vital. A indicação de Friedrich Ratzel como formulador, tanto da Geografia Política como da Geopolítica, para nós, deve ser ponto que identifica a unidade do campo, contrariando a individualidade de cada disciplina.

O termo geopolítico, elaborado por Kjellén, conheceu várias interpretações. O sueco definiu-a como *la ciencia del Estado como organismo geográfico y, significativamente, como soberanía*<sup>16</sup> (citado em VICENS VIVES, 1956, 49), Weigert (1943, p. 25) define *la Geopolítica como geografía política aplicada a la política de poder nacional y a su estrategia de hecho en la paz y en la guerra*<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Tradução livre: A ciência do Estado como organismo geográfico e, significativamente, como a soberania.

<sup>17</sup> Tradução livre: A Geopolítica como Geografia Política aplicada à política do poder nacional e sua estratégia realizada paz e na guerra.

Haushofer e os editores da Zeitschrift für Geopolitik chegaram à seguinte definição: *Geopolítica es la ciencia que trata de la dependencia de los hechos políticos con relación al suelo. [...] La Geopolítica debe convertirse en la conciencia geográfica del Estado*<sup>18</sup> (citado em WEIGERT, 1943, p. 24).

Spykman explica a Geopolítica como *o planejamento da política de segurança de um Estado, em termos de seus fatores geográficos* (citado em COUTO e SILVA, 2003, 27), o que coincide com Backheuser (1942, p. 22) quando afirma que a *Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas*.

Para Brzezinski (1986, p. 10), *geopolítico reflete a combinação de fatores geográficos e políticos que determinam a condição de um Estado ou região, enfatizando o impacto da Geografia sobre a política*. Guardadas as diferenças e divergências que as definições suscitam e os momentos geográficos em que foram elaboradas, chama atenção a importância do Estado em todas elas, mas não se verifica o tratamento de crescimento do capital. Importante também é o caráter espacial da Geopolítica, muitas vezes exposto como o poder sobre o território e os recursos.

Muito se relaciona a Geopolítica com conflitos entre Estados por domínio territorial, o que levou Lacoste a afirmar que

O termo Geopolítica, do qual se faz múltiplos usos nos dias atuais, designa de fato tudo que concerne às rivalidades de poderes ou de influências nos territórios e as populações que nele vivem: rivalidades entre poderes políticos de toda sorte — e não somente entre Estados, mas também entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou menos clandestinos — rivalidades pelo controle ou dominação de territórios de grande ou pequeno porte. Os raciocínios geopolíticos ajudam a melhor compreender as causas de tal ou tal conflito, dentro de um país ou entre Estados, mas também a considerar quais podem ser, por repercussão, as consequências destas lutas nos países mais ou menos distantes e por vezes até mesmo em outras partes do mundo. (LACOSTE, 2006, 8).

Sarita Albagli traz importante contribuição quando expõe à Geopolítica:

(...) como articulação entre o político e o espacial, na medida em que se torna mais evidente que os fenômenos de dominação e de desigualdade

---

<sup>18</sup> Tradução livre: Geopolítica é a ciência que lida com a dependência dos acontecimentos políticos em relação ao solo. [...] A Geopolítica deve tornar-se a consciência geográfica do Estado.

se fundarão cada vez mais sobre o domínio do espaço e dos fluxos, tanto quanto sobre o domínio do tempo. (ALBAGLI, 1988, 19).

Desde a década de noventa, um conjunto de geógrafos anglo-saxônico apresenta uma releitura do campo da Geopolítica visando sua re-conceitualização como discurso. São eles, Gearóid Ó Tuathail, John Agnew, Simon Dalby, Klaus Dodds, Peter Taylor entre outros, re-conceituam criticamente a Geopolítica como

prática discursiva em que os intelectuais da arte de governar 'espacializam' a política internacional, de tal forma a representá-la em um mundo caracterizado por determinados tipos de lugares, povos e dramas". [Entendem que] "o estudo da Geopolítica é o estudo da espacialização da política internacional pelos poderes centrais e os Estados hegemônicos" [e advertem que] "a definição precisa de explicação cuidadosa. (Ó TUATHAIL; AGNEW, 1992, 192).

De acordo com Joan Nogué Font e Joan Vicente Rufí<sup>19</sup> a Geopolítica crítica é

Uma das vertentes mais férteis do pós-modernismo (...) denominada teoria crítica. Uma visão da cultura e da sociedade em todas as suas vertentes, não submetida (ao menos teoricamente) a nenhum discurso oficial, nem aos dogmas dos grandes paradigmas. Seu método consiste precisamente em analisar criticamente estas estruturas aparentemente sólidas e indiscutíveis, com o objetivo de oferecer perspectivas alternativas e, frequentemente, desmascarar os mecanismos discursivos do poder estabelecido (FONT; RUFÍ, 2006, p. 47).

A afirmação acima, de maneira alguma, propõe a negação do Estado, apenas relativiza seu papel ao apresentá-lo como uma das fontes, mecanismos de poder, mas não exclusivamente a única, o que em nossa opinião, é uma posição que fragiliza o papel do Estado com ator principal.

Outras interpretações podem ser tomadas, no entanto as que foram expostas nos bastam para identificar que os elementos a considerar são: o poder sempre presente nas relações estatais com outros atores; o Estado, seu território, os conflitos e as repercussões oriundos dos envolvimento com as organizações que

---

<sup>19</sup> *Geopolítica, Identidade e Globalização* (2006) foi uma exceção de tradução nos últimos anos no Brasil. Pode-se também considerar as traduções dos livros de David Harvey como importantes para o pensamento geográfico nessas terras.

mantêm relação/ligação. De uma suposição tradicional de que o Estado era dependente de suas características físicas e como estas influenciavam sua política externa e relações internacionais, passa-se hoje a considerar que a Geopolítica significa *as percepções geográficas dos formuladores de política externa*. (WUSTEN, 1997, 406).

O ponto de encontro entre Geografia Política e Geopolítica é assumido considerando-se as relações entre os Estados (interna e externamente) e os atores que forjam a disputa por espaço na sociedade moderna. Assim, apresenta-se para título de entendimento a fórmula usada por Maull, que elaborou um termo binário quando a discussão da identidade entre as ciências estava na retirada do caráter científico de uma ou de outra e grafou *Geografia Política-Geopolítica* (BACKHEUSER, 1942, 32). Nesse trabalho assume-se essa fórmula como norteadora da análise do que foi escrito pelos geógrafos no campo da Geografia Política e Geopolítica no Brasil, nos últimos trinta anos, considerando-se o risco da perpetuação da produção de um “discurso frouxo”, como bem salientou Machado (2001) sobre a utilização de formulações teóricas provenientes de outros contextos espaciais.

## 1.5 – LUGARES DA PRODUÇÃO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NO BRASIL

Se o interesse hoje está na articulação entre o político e o espacial, a produção da Geografia Política e Geopolítica conta com lugares institucionais, onde geógrafos, militares, entre outros, trabalham para estudar e preparar os planos para a “organização nacional”. Outros papéis, como analisar os melhores planos para estrutura interna de um país e o seu conseqüente crescimento e acumulação de capital, também pode ser imputado àqueles profissionais. Constitui um desafio abrir os lugares de produção da Geografia Política e Geopolítica onde se produz os projetos que não interessam à maioria da população brasileira e aos movimentos que lutam contra as desigualdades oriundas de um sistema baseado na obtenção do lucro e acumulação de capital através da exploração do trabalho e da natureza.

No Brasil, os lugares da produção, por muito tempo, se resumiram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: *a maior agência de planejamento territorial do governo brasileiro* (ALMEIDA, 2000, 19), às Universidades (USP criada em 1934 e UFRJ em 1935), e à AGB criada em 1934. Elas compõem, segundo Becker (1986, p. 158), as instituições da produção do saber geográfico, assim são lugares a serem investigados na busca de projetos que revelam as ideias sobre a integração do território no Brasil.

Os militares com a Escola Superior de Guerra e os Clubes Militares foram importantes locais de produção do pensamento geopolítico no Brasil. Não é nosso objetivo tratar especificamente dos militares, porém alguns geógrafos mantiveram e mantêm relações estreitas com esses estamentos.

Ao longo dos últimos cinquenta anos, as instituições se multiplicaram nas análises das relações entre espaço e política, basta constatar a criação nas universidades de vários laboratórios, como por exemplo, o LAGET<sup>20</sup> e o GRUPO RETIS<sup>21</sup> na UFRJ, o GEOPO<sup>22</sup> e o LABOPLAN<sup>23</sup> na USP.

Na busca de um referencial para analisar as instituições e os geógrafos que produzem Geografia Política e Geopolítica, pode-se aplicar o conceito de “Centro de Cálculo” introduzido e desenvolvido por Latour (2000). Segundo ARAUJO (2009 p. 304),

O autor apresenta a informação como uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia e o segundo que se torna um centro, sob a condição de que entre os dois circule um veículo, de caráter material, a inscrição. Para se chegar à inscrição são feitos trabalhos de ampliações, de reduções e de transformações, e o local onde esses trabalhos ocorrem é chamado [por Latour] de centro de cálculo.

Centros de Cálculo são locais onde o conhecimento é acumulado, por exemplo, a agência de planejamento de governo. A acumulação é feita por ciclos que vão conferindo à agência o poder de agir a distância. Estabelece-se a rede de conhecimento entre o centro e sua respectiva periferia. *Para compreender o*

---

<sup>20</sup> <http://www.laget.eco.br/> (acessado em 10/03/2012).

<sup>21</sup> <http://www.retis.igeo.ufrj.br/> (acessado em 10/03/2012).

<sup>22</sup> <http://www.Geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/Geopo/> (acessado em 10/03/2012).

<sup>23</sup> <http://www.Geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/laboplan/index.htm> (acessado em 10/03/2012).

*conceito de centro de cálculo é necessário compreender, paralelamente, outros quatro conceitos centrais, a ele relacionados de maneira íntima: o grande divisor, os ciclos de acumulação, a relação centro versus periferia e as redes de atores.*

O conceito de centro de cálculo tem como objetivo combater a ideia da 'grande divisão'. [...] rejeita-se, em princípio, toda e qualquer divisão como as que separam, por exemplo, as mentalidades científicas e as pré-científicas, o conhecimento universal e o local, a natureza e a sociedade, a ciência e as demais práticas sociais, o saber e o saber-fazer, a razão e a emoção, o centro e a periferia, a civilização e a selvageria. Todas essas divisões encobririam uma única 'grande divisão', um único preconceito que as diferentes disciplinas se limitam a assinalar. Trata-se, assim, de uma fronteira artificial, como por exemplo, as fronteiras políticas que existem entre dois países, as quais não demarcam nada natural, pois não existem de fato no mundo real (LATOURET, 2000, p. 348; ODDONE et al, 2000, p. 30).

É preciso dizer que essas oposições não são causas da divisão, mas efeitos dos ciclos de acumulação. Vale a pena tentar um exemplo para apresentar esse conceito. No Brasil da década de quarenta, cinquenta e sessenta, o projeto do desenvolvimento tinha como empecilho e era limitado pelo baixo conhecimento que se tinha do território, para tanto o IBGE foi

(...) criado num contexto de acentuada centralização política teve, desde a sua origem, papel de destaque no sistema de planejamento governamental em dois sentidos: enquanto órgão destinado a promover a regularização e racionalização do quadro territorial brasileiro; e no sentido de contribuir para o estabelecimento de políticas de organização do território, dentro de uma perspectiva de integração nacional, (PENHA, 1993 p. 154).

O Estado brasileiro criou estratégias para centralizar o poder político e construir a “integração nacional”. Com vistas a empreender ao reajustamento do quadro político-territorial e atender às necessidades do Estado de coesão, foram elaborados estudos e propostas que ficaram conhecidas como “Ideário Cívico dos Ibegeanos” (PENHA, 1993, p. 89-90). Expedições foram criadas e o levantamento de campo subsidiou a tomada de decisão. Construiu-se a rede de coleta de dados que atinge a base municipal da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2000, 38).



O IBGE funcionou como o centro das atividades, o que conferiu centralidade aos geógrafos que ali desempenhavam as funções traçadas pelo poder central. Admite-se, então, que o instituto funcionou e funciona como uma central de cálculo de onde se planeja a integração de frações do território brasileiro à dinâmica do capital na escala local, regional e global. As ações somadas acabam por oferecer resultados que acumulados nos centros permitem agir a distância e transportar qualquer estado do mundo (no caso, os locais do Brasil a serem integrados) para certos lugares, reunindo informações que serão usadas nas decisões futuras sobre ordenamento de políticas territoriais.

Além disso, é preciso que cientistas, políticos, militares, funcionários públicos constituam uma rede que faça o conhecimento circular, junto a elementos chamados não humanos que, na teoria ator-rede, são importantes na acumulação do conhecimento. As redes de atores são constituídas de elementos materiais e imateriais. Os laboratórios e equipamentos como lugares da produção científica têm papel importante na formulação de ideais a serem aplicadas como política territorial por um Estado.

Repetimos que se os locais de formulação do pensamento em Geografia Política e Geopolítica são fundamentais, a sua identificação também é, pois é preciso saber quais projetos estão sendo forjados e com quais interesses.

Desse modo é preciso perguntar: Quais os lugares da produção dos geógrafos em Geografia Política e geopolítica no Brasil nas últimas três décadas? Quais temas têm sido estudados? Que relações foram construídas entre os geógrafos?

David Livingstone defende que a ciência é, ao mesmo tempo, local e global, particular e universal, provinciana e transcendental, portanto questionar o papel de locais específicos na elaboração de conhecimento científico – e perceber como a experiência local é transformada em generalização compartilhada – é, fundamentalmente, formular questões de ordem geográfica (LIVINGSTONE, 2003, p. XI-XII).

Considerando a ciência desse modo, pode-se discutir que os laboratórios das instituições localizadas geralmente em grandes centros urbanos têm controle e fronteiras bem definidas na divisão científica do trabalho. Nos laboratórios, o acesso e a produção do conhecimento são, muitas vezes, a garantia de troca de informações para além dos limites da disciplina em que trabalham os geógrafos –

por exemplo, a participação em curso oferecido pela Escola Superior de Guerra<sup>24</sup>, tanto como estudante e/ou palestrante –, consolidando aquilo que se convencionou chamar *think-tank*, numa tradução literal, '*usina de ideias*'.

Ali são elaborados e realizados planos que transformam os cientistas em especialistas, com um serviço bem definido na construção e formatação de políticas territoriais, quase sempre ligadas a interesses estatais. A partir da identificação dos especialistas, que trabalham em assuntos estratégicos para o Estado e empresas, podem ser investigadas quais as relações que foram construídas no campo.

Por exemplo, o levantamento dos livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, teses e dissertações produzidos no campo por geógrafos nos últimos trinta anos no Brasil, revela que a obra de Bertha K. Becker (1930-2013) merece estudo particular. Sua obra foi forjada em conjunturas que perpassam a ditadura sob tutela militar até regimes democrático-populares com cunho social acentuado.

A autora elege o Estado no Brasil e seus planos de desenvolvimento como principal interlocutor, todavia não deixa de diversificar a análise dos atores. Na Geografia no Brasil formou quadros para atuação em diversas instituições, principalmente naquelas localizadas no Rio de Janeiro. Contribui com o enriquecimento de autores citados em trabalhos no campo e publica vasta bibliografia nacional e internacional. Participa e dirige associações tanto no Brasil como no exterior, por exemplo, a UGI, o que indica, apesar de se declarar nacionalista, a preferência por um conhecimento produzido em instituições acadêmicas dos Estados Unidos e Inglaterra. Contribui na formulação e desenvolvimento de projetos que servem de base para políticas territoriais do Estado brasileiro e que é, muitas vezes, continuação do projeto militar, mesmo após o fim do regime de exceção.

A geógrafa será pesquisada e analisada em sua trajetória acadêmica com intuito de revelar que Geografia Política e Geopolítica produziu; quais relações

---

<sup>24</sup> O desenvolvimento da Teoria do Poder Nacional, ao longo das décadas de 50 e 60, elaborada na ESG é, segundo PENHA, ligada ao "Ideário Cívico dos Ibegeanos" e imbricada nos planos estratégicos governamentais (PENHA, 1993 p. 94) para projeção externa do Brasil. Pode-se citar algumas participações, nos Cursos de Altos Estudos da ESG, de ibegeanos como o engenheiro FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES (1950), os professores MIGUEL ALVES DE LIMA (1956) e SPERIDIÃO FAISSOL (1963), os geógrafos NEY STRAUCH (1957) e ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA (1961). Outra referência àquela teoria são os artigos sobre poder nacional e segurança nacional, publicados na Revista Brasileira de Geografia dos anos de 1958, 1963, 1965 e 1966.

elegeu para o desenvolvimento de sua obra; quais as aplicações e incorporações das ideias que produziu por políticas de Estado.

Ainda será avaliada até que ponto uma Geografia Política e Geopolítica “formal”, aquela elaborada nos meios acadêmicos confunde-se com a “prática” produzida e exercida em nível estatal/governamental (O TUATHAIL, 1996; CONTINI, 2009). A Geografia Política e Geopolítica “popular”, veiculada pelos meios de comunicação de massa e pela cultura popular, não será objeto de avaliação nessa pesquisa.

Os geógrafos, enquanto intelectuais, *tem uma função essencial no mundo, pois toda ampliação do ‘horizonte geográfico’ depende dos geógrafos e dos políticos* (COSTA, 1992, p. 39) e as relações construídas por esse grupo de cientistas com diplomatas, militares e políticos devem ser explicitadas.

Com intuito de explicitar as relações entre os geógrafos, as instituições e os processos que aí se estabelecem, recorre-se ao conceito de “afinidade eletiva”<sup>25</sup>. O conceito tem longa história que perpassa a alquimia, a literatura romântica – especialmente a Alemã com Goethe – e é apropriado por Weber, nas ciências sociais (LÖWY, 2011, p. 129).

Na alquimia, a afinidade é a força em virtude da qual duas substâncias diversas se procuram, unem-se e se encontram (Hermanus Boerhave citado por Löwy). Aplicando as ideias dos alquimistas, Goethe, metaforicamente na literatura romântica, afirma que ocorre afinidade *quando dois seres ou elementos procuram um ao outro, atraem-se, apoderam-se um do outro e, em seguida, em meio a essa união íntima, ressurgem de forma renovada e imprevista* (LÖWY, 2011, p. 130).

Nas ciências sociais, o termo sofre metamorfose pelas mãos de Max Weber na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Segundo Michael Löwy, Weber manterá as acepções de *conotações de escolha recíproca, atração e combinação, mas a dimensão da novidade parece desaparecer* (LÖWY, 2011, p. 131).

A importância do conceito, afinidade eletiva, está em “analisar a relação complexa e sutil entre essas duas formas sociais”. Weber pretende *ir além da*

---

<sup>25</sup> Nossa intenção é adaptar o conceito as circunstâncias de nossa investigação. Para uma discussão conceitual, sugere-se a leitura de Michael Löwy, “Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber” e “Redenção e Utopia. Messianismo judaico e utopias na Europa Central”. Segundo Löwy, o conceito ocupa um lugar importante na “clássica” obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, precisamente por analisar a relação complexa e sutil entre duas formas sociais (LÖWY, 2011, p. 131).

*perspectiva tradicional em termos de causalidade e de contornar o debate sobre a primazia do “material” ou do “espiritual”:*

Face ao extraordinário emaranhado de influências recíprocas entre os substratos materiais, as formas de organização social e política e o conteúdo intelectual das épocas culturais da Reforma, a única maneira de proceder é examinar de perto se, e em quais pontos, podemos reconhecer as “afinidades eletivas” (*Wahlverwandtschaften*)... (WEBER apud LÖWY, 2011, p. 131).

Considerando o campo da Geografia Política e Geopolítica no Brasil um “emaranhado de influências” de diversas concepções Geopolíticas – veiculadas por militares, cientistas sociais e geógrafos –, concordamos que a maneira de proceder é examinar como as “afinidades eletivas” permeiam as relações entre os geógrafos, nomeadamente àqueles vinculados ao campo da Geografia Política e Geopolítica.

Contudo, Michael Löwy afiança que Weber não definiu o conceito de afinidade eletiva, por acreditar que a expressão era de conhecimento dos alemães que tinham familiaridade com Goethe. Então, ele apresenta sua definição, consoante o uso weberiano do termo:

(...) afinidade eletiva é o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo (LÖWY, 2011, p. 139).

Enquanto intelectuais, os geógrafos que produziram no campo, nos últimos trinta anos, selecionaram os elementos a serem analisados (por exemplo, a organização do território), atraíram com reciprocidade interlocutores em instituições diversas (relação IBGE com a UFRJ, geógrafo com a ESG), propiciando uma relação ativa, que nada tem de desinteresse, como faz crer análises que buscam a neutralidade.

Nas relações entre os geógrafos e suas escolhas, eles articulam, combinam e unem o que estava separado, almejando o resultado de síntese, em que duas ou mais personagens, instituições e contextos – sociais, políticos, econômicos,

culturais, históricos, e geográficos –, ainda que, virtualmente permanecendo distintos, encontrem-se organicamente associados. O resultado está em *um desenvolvimento de uma íntima e sólida unidade [que] se instaura* (LÖWY, 2011, p. 140).

A afinidade eletiva tem como componente o grau de adequação das relações estabelecidas e será favorecida ou não por certas condições históricas. Segundo Löwy,

(...) é necessária uma determinada constelação [...] de fatores históricos, sociais e culturais para que se desenrole um processo de *attractio electiva*, de seleção recíproca, reforço mútuo e, até mesmo, em alguns casos, de “simbiose” de duas figuras espirituais (LÖWY, 2011, p. 140).

No Brasil, as condições históricas do período pós Segunda Grande Guerra, estão marcadas por relações internas e externas que podem assim ser resumidas: alinhamento ao projeto americano de sociedade capitalista; centralização territorial do poder político; alternância de períodos de abertura democrática e de fechamento político [regime ditatorial sob tutela militar em 1964]; criação de empresas estatais em setores básicos (energia, comunicação e transporte) da economia e posterior privatização; implantação de planos de desenvolvimento; concentração fundiária; ascensão de uma classe média urbana; urbanização crescente verificada na modificação do perfil populacional.

Mais do que fatos, devem ser considerados como elementos que compõem, determinam a cultura, são processos constituintes que impulsionam o espírito de uma época, o desenvolvimentismo.

Essas condições históricas propiciam aos geógrafos a definição das temáticas que constituem o *corpus* do campo: Estado, território, fronteira, poder, circulação, natureza, desenvolvimento e técnica.

## II – RENOVAÇÃO, RENOVAÇÕES – O TEMA DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

### 2.1 – NOTAS SOBRE RENOVAR E A GEOGRAFIA

Renovar no dicionário Aulete Digital tem quinze significados. Desde “tornar novo outra vez”, passando por “substituir por novo”, “retomar”, “recomeçar” até “fazer vigorar novamente”. De todos os significados expostos, o que mais chama atenção quando se fala em renovar algo é “efetuar mudanças, reformulações em”. Esse sentido serve bem ao conhecimento científico, especialmente à Geografia. A mudança parece ser o elemento mais importante que o pesquisador tem em mente quando quer discutir e propor caminhos diferentes para análise da realidade.

Na Geografia, “renovar” está sempre em pauta. Essa ideia pode ser constatada na consulta aos livros que contam sua história. Nos livros, Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859) deram novo alento ao conhecimento geográfico. Friedrich Ratzel (1844-1904) introduziu leis da relação entre o Estado e o solo. Élisée Reclus (1830-1905) explicitou a ligação entre a Geografia, a sociedade e o mundo político. Piotr Kropotkine (1842-1921) mostrou como a indústria se descentralizou e se reterritorializou na Europa. Halford John Mackinder (1861-1947) elaborou uma teoria de análise das condições de poder de um Estado em relação aos outros. Richard Hartshorne (1899-1992) contribuiu com a sistematização da Geografia. Os exemplos de mudanças na ciência geográfica podem ser multiplicados muitas vezes.

Pode-se concluir então que renovar não deve ser visto como virtude do geógrafo, mas deve ser entendido como necessidade de análise da realidade social, econômica e política em constante mutação, o que desafia a Geografia a produzir respostas às questões contemporâneas. Desse modo Geografia e renovação estão ligadas, pois a ciência geográfica busca a análise das condições de existência do homem em sociedade específica. A Geografia não deve lidar somente com as mudanças, mas também com as permanências o que nos permite perceber com clareza as rupturas e os efetivos processos de transformação.

No Brasil, as mudanças na Geografia também têm nomes que renovaram a ciência. Delgado de Carvalho (1884-1980) e Everardo Backheuser (1879-1951), no

começo do século XX, se empenharam em modernizar a ciência geográfica e aproximá-la da vida dos professores e alunos. Josué de Castro<sup>26</sup> (1908-1973), com o tema da fome, trouxe perspectivas renovadas para a Geografia humana. Aziz Ab'Saber (1924-2012) contribuiu sobremaneira na formulação da Teoria dos Refúgios e Redutos. Milton Santos (1926-2001), com o estudo do meio técnico-científico-informacional, colocou elementos para pensar a organização do espaço na sociedade contemporânea e desmitificar o discurso da homogeneidade da globalização. A pequena lista de geógrafos pode se estender a outros sempre preocupados em compreender a realidade do Brasil com estudos originais e renovadores.

No livro “O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes brasileiras” (2010) Ruy Moreira, além dos geógrafos citados anteriormente, acrescenta as obras de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro que inovou no estudo do clima urbano, de Bertha K. Becker, com a fronteira e periferia, de Horieste Gomes com teoria e crítica em Geografia e, finalmente, de Armando Correa da Silva contribuindo com Geografia e lugar social. Nesse sentido, defende que existe uma Geografia brasileira, aquela que só pode existir devido às particularidades da formação sócio-espacial chamada Brasil (MOREIRA, 2010).

O campo da Geografia Política e Geopolítica também teve seus processos de renovação na ciência geográfica, apesar de pouca visibilidade nos estudos da sua história. Ao longo de três décadas, pode-se constatar a produção dos geógrafos e incluí-la no contexto das modificações teóricas e temáticas das últimas três décadas.

É na realidade social, econômica e política que a Geografia gera e refaz suas análises, sendo assim, o tema da renovação será uma constante nessa ciência. A renovação é sempre permanente, porque é também permanente a crise que é inerente à própria constituição da Geografia como disciplina científica e campo profissional. Como escreveu Carlos Walter Porto Gonçalves (1982), “A Geografia está em crise, viva a Geografia”.

Defende-se que a Geografia passa por renovações nos últimos trinta anos, mas não só, ao contrário de aceitar a renovação **somente** com bases ‘marxistas’

---

<sup>26</sup> Só recentemente apareceram estudos sobre a importante obra de Josué de Castro, traduzido em vinte e quatro idiomas, portanto deve-se considerar que Geografia da Fome (1946) e Geopolítica da Fome (1951) são fundamentais para o campo.

como discurso predominante no pensamento geográfico no Brasil. Não se nega que a incorporação do pensamento marxista trouxe renovações teóricas e metodológicas, porém quando a corporação opta por repetir a exaustão que o processo de mudança tem somente um viés, ela silencia 'outras Geografias' que coexistem em períodos de mudanças e continuam sendo produzidas nas universidades, centros de pesquisas, escolas fundamentais e médias, entre outros lugares da produção do conhecimento geográfico. Consiste em equívoco confrontar 'Geografia crítica' (marxista) a 'Geografia tradicional' sem a devida contextualização e indicação das contribuições e críticas existentes em cada momento histórico.

A nosso ver, a Geografia da renovação é marcada pela inserção de temas oriundos da vivência de muitos geógrafos, que objetivavam inserir e discutir as práticas dos movimentos sociais, até então ausentes. Nesse processo, temos de um lado a Geografia que se manteve intacta nas suas análises fundadas nos projetos estatais e de outro a novidade de inserção das práticas dos movimentos sociais com novos aportes teóricos.

Algumas renovações buscaram mudar as coisas para que elas permanecessem exatamente no mesmo lugar, defendendo os interesses do Estado e do Capital.

## 2.2 – AS PERIODIZAÇÕES

A Geografia Política e Geopolítica encontra-se muitas vezes citada em estudos sobre a periodização da Geografia no Brasil. Sendo assim, escolhemos alguns trabalhos que fazem periodizações e procuramos identificar a Geografia Política e Geopolítica nesses trabalhos.

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, em "A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências", elaborou uma periodização, tomando por base o que foi publicado nos anais da AGB, na Revista Brasileira de Geografia e o acervo de teses defendidas na USP. No primeiro capítulo intitulado "Uma tentativa de periodização na evolução da pesquisa geográfica no Brasil a partir de 1934", o autor divide a Geografia no Brasil em quatro períodos. No primeiro, "A implantação da Geografia Científica (1934-1948)", há referência a três autores com estudos no



campo: Delgado de Carvalho, Everardo Backheuser e Fabio Macedo Soares Guimarães, porém só a Backheuser é creditado estudos de Geografia Política (p.14). No segundo, “A cruzada Agebeana de difusão nacional (1948-1956)”, não se tem nenhuma indicação de autores e obras. No terceiro, “A caminho da afirmação: 1ª época (1956-1968)”, faz alusão ao tema da “Geografia e Poder Nacional” ligada mais à Geografia do Rio de Janeiro e à participação de um geógrafo nos cursos da ESG. Cita quatro trabalhos de Antonio Teixeira Guerra e um de Lysia Bernardes (p.20). No quarto e último período, “A caminho da afirmação: 2ª época (1968-1977)”, informa a ligação dos geógrafos com o planejamento e o desacordo com a ideologia da “Geografia e Poder Nacional” (p.27). Ainda indica em nota a informação de que os estudos de Geopolítica têm sido uma constante entre militares brasileiros, como Mario Travassos e Golbery do Couto e Silva (p.132). (MONTEIRO, 1980).

A professora Bertha K. Becker publicou um texto no periódico “Progress in Human Geography” intitulado “Geografia no Brasil na década de 1980 – antecedentes e avanços recentes”<sup>27</sup> (1986), em que identifica o marco histórico da Geografia no Brasil e aponta os temas correntes na pesquisa. No item “A Institucionalização da Geografia no Brasil”<sup>28</sup> propõe uma periodização, até aquele momento, em quatro fases: A institucionalização da Geografia nos principais centros urbanos (1934-1945); Consolidação das funções acadêmicas e estratégica da Geografia e sua institucionalização em outros centros do território nacional (1946-1966); Tecocracia e institucionalização da Geografia no planejamento (1967-1977), O Surgimento do pensamento crítico na Geografia, crise e busca de novos rumos (1978 ...) <sup>29</sup>. Já no item II, “Temas atuais e abordagens da Geografia no Brasil”<sup>30</sup> expõe correntes da pesquisa: “Questões epistemológicas”; “Questões urbanas, de Capitalização das zonas rurais”; “Mobilidade do Trabalho”; “A Fronteira”; “A recuperação da Geografia física e da questão ambiental”; “A questão regional”; e “A

---

<sup>27</sup> No original: “Geography in Brazil in the 1980s – background and recent advances”;

<sup>28</sup> No original: “The institutionalization of geography in Brazil”

<sup>29</sup> No original: “Institutionalization of geography in the main urban centres (1934-45); Consolidation of geography’s academic and strategic roles and its institutionalization in other centres of the national territory (1946-66); Technocracy and institutionalization of geography in planning (1967-77); The Emergence of critical thinking in geography, crisis and search for new directions (1978...)”.

<sup>30</sup> No original: “Current themes and approaches of geography in Brazil”

nova Geografia Política”<sup>31</sup>. Guardada a importância de todos os temas, interessa a pesquisa, “A Fronteira” e “A nova Geografia Política” (BECKER, 1986, p.157-183).

No item “A Fronteira”, Bertha K. Becker afirma a ligação da história do Brasil com a expansão da fronteira econômica, com ênfase na região Amazônica a partir de 1960. O papel do Estado nesse processo é feito através de incentivos fiscais para apropriação de terras por grupos nacionais e internacionais que, conseqüentemente, gera conflitos e luta violenta pela terra.

Nessa conjuntura de apropriação de mais da metade da área total do Brasil, a ocupação da região Amazônica torna-se assunto de debate nacional. A comunidade geográfica só recentemente toma parte no debate, apesar de apresentar importantes contribuições individuais sobre frentes pioneiras. Após essa constatação, afirma que a rica tradição de estudos sobre a fronteira foi retomada. De maneira geral os estudos objetivam denunciar a expansão do capitalismo selvagem na região apoiada pelo Estado.

Avaliações dos problemas ecológicos na ocupação da região também são apresentadas por estudos feitos a partir de diferentes pontos de vista. Por fim, outra linha de pesquisa sobre a fronteira demonstra o processo de integração regional com base no modelo centro-periferia, em primeiro momento, depois em aspectos geopolíticos. Nos aspectos geopolíticos, a mobilidade da população, a urbanização, o assentamento privado e oficial, a regionalização e os conflitos de terra, ganham significado político novo superando as visões deterministas veiculadas anteriormente na Geografia (BECKER, 1986, p.169-170).

No item “A Nova Geografia Política”, a professora Bertha K. Becker apresenta com clareza o projeto de superação da Geografia Política e Geopolítica produzida anteriormente pelos geógrafos no Brasil. Inicia com a ideia de que a sociedade brasileira enfrenta problemas e suas conseqüências devido ao modelo de desenvolvimento capitaneado por decisões tomadas por um Estado autoritário. Afirma que apesar da grande interferência do Estado na construção da sociedade brasileira, a pesquisa geográfica foi pequena em relação à dimensão política.

O papel do Estado foi analisado indiretamente em estudos sobre o planejamento no final da década de setenta. Até então, a ideia de uma entidade

---

<sup>31</sup> No original: Epistemological issues; Urban issues; Capitalization of rural areas; Labour mobility; **The frontier**; The recovery of physical geography and the environmental issue; The regional question; e **The new political geography**.

autônoma e neutra estava implícita no conceito de Estado. Passa a identificar os estudos sobre a gestão urbana que explicitam o papel das políticas públicas, que é o da estratificação urbana e a criação das condições para reprodução da estrutura produzida no processo. Identifica que sob a influência dos escritos de Henri Lefebvre, estudos que objetivam relacionar o Estado e o espaço e abordar estratégias espaciais no âmbito das políticas estatais, estão sendo feitos. Ainda sob a influência de Henri Lefebvre, as relações de poder estão sendo incorporadas à Geografia, com ênfase no papel do estado e a produção do espaço, o que segundo Becker revive uma Geografia Política que se aproxima da Geopolítica.

Para Bertha K. Becker, o Estado deixa de ser elemento neutro e se constitui como protagonista na construção da sociedade. O compromisso dessa forma estatal é com a burguesia e a acumulação de capital. Esse pensamento não é absoluto, pois há visões diferenciadas quanto ao grau de compromisso do Estado com a classe dominante e com o seu poder de manipulação. O ponto de vista geopolítico está sendo reavaliado em relação às estratégias de integração territorial e seu discurso governamental. Contradições entre o Estado e a corporação transnacional estão ficando claras devido às propostas que estão surgindo no contexto de estratégias de descentralização do poder absoluto estatal.

Para a autora, os temas acima arrolados estão configurando (moldando) uma nova Geografia Política, onde o espaço é concebido como elemento constituinte da realidade social.

A Geografia<sup>32</sup> no Brasil não está mais voltada para estudos que interessam somente ao governo, agora busca ampliar seu papel social com a discussão e proposição de soluções das questões prioritárias que interessam à sociedade brasileira em sua totalidade (BECKER, 1986, p.172-173).

O texto apresentado é prova inquestionável da ligação da autora com a Geografia anglo-saxônica. Apesar de anunciar uma nova Geografia Política, que podemos até considerar “**new political geography**”, é no fundo o não rompimento

---

<sup>32</sup> Sugiro a leitura e a divulgação do artigo “Tarefas da Geografia brasileira num mundo em transformação: um momento de sua trajetória”, de Milton Santos e Adriana Bernardes. Esse texto, como o de Becker e Dias, publicado na revista *Ciência Geográfica*, editada pela AGB Bauru, ficou à sombra do debate (O mesmo aconteceu com os textos de Becker e Dias, porém deve-se ressaltar que a publicação em inglês e francês tenha dificultado o acesso de muitos estudantes que não dominam outros idiomas). Santos e Bernardes têm por propósito avaliar os caminhos percorridos pela Geografia brasileira e propor ou sugerir novos caminhos ao debate de modo a alcançar uma inserção da disciplina mais eficaz e consciente. O artigo se constitui em quadro de referência relativo às modificações na Geografia no Brasil nos últimos trinta anos (SANTOS; BERNARDES, 1999, p. 4).

com a tradição, é a continuidade e renovação da *new geography*<sup>33</sup>, a rerepresentação do pensamento colonizado de antiruptura. [grifos nossos]

A reprodução do modelo de análise e periodização da Geografia, proposto por Becker – que de maneira peculiar reforça a periodização de MONTEIRO (1980) –, se encontra no artigo "O Pensamento Geográfico no Brasil: ontem e hoje"<sup>34</sup> (1989), publicado por Leila C. Dias, três anos mais tarde. Leila é da relação de afinidade de Becker, pois foi sua orientanda na pós-graduação. Segmenta o texto em "O Espaço Geográfico"<sup>35</sup>, em que segue a periodização proposta por Becker com pequenas modificações. Apresenta a "Pré-História da Geografia"<sup>36</sup>, anterior ao período intitulado "Institucionalização da Disciplina: 1934-1945" com a identificação de dois itens, "Os Pioneiros" e "Estabelecimento de instituições", continua com a "Constituição do objeto de estudo: 1946-1966"<sup>37</sup>.

Leila C. Dias afirma que o período é caracterizado por uma grande riqueza temática em diferentes níveis de análise (p. 195), e expõe alguns assuntos estudados no momento: as cidades; o campo; a região; relevo e clima; e política. Deve-se sublinhar a política no período onde informa que os estudos realizados nessa temática são de autoria de engenheiros e geógrafos ligados ao IBGE e são relacionados, em primeiro momento, à organização política do território brasileiro.

Observa a criação da Escola Superior de Guerra (1949) e o trabalho de Golbery do Couto e Silva como principal contribuição fora do meio acadêmico.

Lembra e revela o importante papel de Josué de Castro<sup>38</sup> com corajosa contribuição com o tema da fome. Encerra o esforço de sistematização da Geografia no Brasil com "A mudança metodológica e institucional: 1967-1977" e "Diretrizes atuais: diversidade das temáticas e metodológicas"<sup>39</sup> (DIAS, 1989, p. 193-203).

O artigo de Leila C. Dias diferencia-se do de Bertha K. Becker somente pelo fato de não excluir a Geografia produzida no Brasil antes da institucionalização

---

<sup>33</sup> Os títulos dizem muito. Milton Santos, ao escrever "Por Uma Geografia Nova", já estabelecia uma antítese àquela Geografia de cunho neopositivista e pragmático a serviço do Capital, que era o projeto da nova Geografia. Isso reforça a nossa tese de que há renovações e renovações.

<sup>34</sup> No original: "La Pensée Géographique au Brésil: hier et aujourd'hui"

<sup>35</sup> No original: "L'Espace Géographique"

<sup>36</sup> No original: "Préhistoire de la Géographie"

<sup>37</sup> No original: "Institutionnalisation de la Discipline: 1934-1945"; "Les pionniers"; "Mise en place des institutions"; "Constitution de l'objet d'étude: 1946-1966".

<sup>38</sup> Apesar de todo o mérito atribuído por DIAS (1989), não se pode esquecer suas ligações com o Estado e os Organismos Internacionais.

<sup>39</sup> No original: "Changements Institutionnels et Méthodologiques: 1967-1977"; "Orientations Actuelles: diversités thématiques et méthodologiques".

aceita a partir dos anos trinta do século XX. Apesar de demonstrar a preocupação em debater as origens, as duas propostas, como as demais, expõem a construção de discursos com histórias lineares desconsiderando contextos geográficos diferenciados.

Paulo Scarim (2000, p. 46-49), em sua dissertação de mestrado, apresenta cinco possibilidades de periodização para o “percurso da Geografia acadêmica brasileira”. A primeira, pelo entendimento das escolas de pensamento hegemônicas. A segunda leva em consideração a política acadêmica centrada na AGB. A terceira, vinculada ao perfil dominante do pesquisador. A quarta buscaria as perspectivas da comunidade acadêmica. Por fim, pensar a periodização a partir das gerações, estabelecendo quinze anos para cada. Concluindo por não adotar nenhuma delas, pois é do entendimento que são parciais e de que os participantes são de origens diferentes, mas que têm algo em comum na renovação da Geografia no Brasil. Não há nenhuma referência ao campo da Geografia Política e Geopolítica, pois não faz parte das pesquisas do autor. O que interessam são as possibilidades de periodizações apresentadas.

Gearóid Ó Tuathail – na introdução de “The Geopolitics Reader” – apresenta uma periodização para a Geopolítica, estruturada em “discursos”, “intelectuais-chave” e “léxico dominante”.

Os discursos são classificados em “Geopolíticas Imperialistas” com intelectuais como Alfred Talyer Mahan, Friedrich Ratzel, Halford John Mackinder, Karl Haushoffer e Nicholas J. Spykman, sobressaindo as palavras fortes: ‘poder marítimo’, ‘poder terrestre’, ‘espaço vital’ e ‘rimland’.

No período da “Geopolítica da Guerra Fria”, os discursos foram elaborados por homens de Estado como George Kennan, por militares soviéticos e por líderes políticos ocidentais. Os discursos estão referenciados na ‘teoria da contenção’, na ‘divisão do mundo em Primeiro/Segundo/Terceiro’, na ‘divisão entre países e satélites’, na ‘teoria do Dominó’ e no ‘Bloco Ocidental versus Oriental’.

Em “Nova Ordem Geopolítica Mundial”, Ó Tuathail apresenta obras escritas: Mikhail Gorbachev (Pensamento Político Novo), por Francis Fukuyama (O fim da história), por Edward Luttwak (Estatística geo-econômica), por George Bush (Liderança Americana), por líderes de organizações internacionais (liberalismo e neoliberalismo), por planejadores e estrategistas militares (Estados delinquentes, terroristas, etc.), e por Samuel Huntington (Choque de civilizações).

Encerrando a periodização, expõe uma “Geopolítica do Meio Ambiente”, tendo como principais formuladores a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (desenvolvimento sustentável), adotada e difundida por Al Gore (Iniciativa estratégica ambiental). A lista é completada por Robert Kaplan (Advento da Anarquia) e por Thomas Homer-Dixon e Michael Renner (escassez ambiental), (Ó TUATHAIL, 1998, p. 1-7).

Gearóid Ó Tuathail (1998) trabalha com grandes períodos espaço-temporais, identifica os sujeitos de cada período classificado e as palavras-chave que estruturam os discursos. Poderíamos adaptar e aplicar a proposta à produção dos geógrafos em Geografia Política e Geopolítica no Brasil nos últimos trinta anos, contudo estaríamos somente copiando o modelo e deixando a contribuição da pesquisa ligada a propostas já existentes.

As periodizações apresentadas podem ser caracterizadas por serem cronológicas e/ou temáticas. Para uma periodização da Geografia Política e Geopolítica produzida por geógrafos no Brasil, podemos adotar as duas características. Pode ser **cronológica**, pois os primeiros trabalhos são da década de vinte do século XX, o que de algum modo expõem a preocupação com o território brasileiro e sua organização, também como renovar os estudos em Geografia. Segue o tempo com os eventos de construção do Estado brasileiro e sua estrutura de poder e dominação sobre o território. Pode ser **temática**, dado que a organização do território requer bom grau de *circulação*, daí a necessidade de sistema de transportes; *centralização do poder*, de onde vem o projeto da construção da capital relacionada à interiorização das relações econômicas; definição e defesa das *fronteiras*, divisão interna do território e inserção na economia mundial.

Outro modo é seguir as orientações das periodizações expostas e encaixar a produção dos geógrafos em cada fase. Essa ação traria problemas gerais, como por exemplo, aceitar o modelo proposto de divisão da Geografia e juntar a produção de autores distintos em fases absolutas. Não se tem muito a fazer quando se trabalha com períodos longos, no caso noventa anos de produção. Diante desse problema, trabalha-se com um período curto e se aceita a datação-periodização sobre a renovação do pensamento geográfico no Brasil nas últimas três décadas.

### 2.3 – Renovação, renovações...

Na década de setenta começa a se delinear um período de modificações na Geografia, tanto de caráter institucional quanto epistemológico no Brasil e em outros países. A Geografia experimentará mudanças qualitativas.

Os câmbios estão relacionados à crise de paradigma da Geografia em particular e da ciência em geral. Os motivos advêm dos problemas colocados pela realidade que passa a ser percebida de forma diferenciada pela introdução de matrizes filosóficas que criticavam o positivismo dos geógrafos. A esse movimento, deve-se aliar o questionamento sobre a rigidez hierárquica das instituições geográficas e o poder exercido pelos catedráticos.

Na ciência geográfica, de modo geral, os problemas estão ligados à pobreza dos fundamentos, às dicotomias suscitadas nas análises entre homem-meio, à pretensa neutralidade do cientista e da própria ciência, à produção de discurso pouco fundamentado, à criação de grupos que se isolam e não dialogam com outros campos científicos, à criação de elites pensantes a serviço do poder, ao papel social que a ciência deve ter e à desatualização da linguagem, entre elas a cartográfica. Embora considerando os problemas arrolados, formas e maneiras de conceber a Geografia anteriormente, continuam coexistindo com os processos de mudanças dos anos oitenta do século passado até o momento.

As insatisfações com uma Geografia ligada ao Estado por um lado, e o ensino básico e de graduação desinteressado por outro, forjaram a busca e realização de modificações no pensamento geográfico. Deve-se considerar também o contexto de transformação do Brasil. A industrialização, a urbanização, enfim, a modernização colocou novos desafios aos geógrafos e demais cientistas em relação à organização do território brasileiro. Nesse contexto, as modificações na Geografia no Brasil, nos últimos trinta anos, requerem pesquisas e debates, devido à exígua literatura sobre a renovação do pensamento geográfico desse período. Mas ela é cada vez mais e mais multifacetada, considerando as novas investigações e seus diferentes aportes teórico-metodológicos (LAMEGO, 2006; BOMFIM, 2007; SILVA, 2010; PEDROSA, 2013.).

A pesquisa sobre a Geografia no Brasil gerou artigos, monografias, capítulos de livros teses e dissertações. É de conhecimento de grande parte da comunidade

geográfica e bastante citado o trabalho monográfico de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1980). Em nossa opinião é preciso conhecer também os artigos em periódicos, de autoria de Armando Corrêa da Silva (1983), Bertha K. Becker (1986), Leila Christina Dias (1989), Milton Santos e Adriana Bernardes (1999) e Ruy Moreira (2000). Eles expressam visões diferenciadas sobre a história da Geografia no Brasil, desde sua institucionalização até o momento em que se torna claro o momento da renovação. Registre-se que os artigos de Becker e Dias são publicados em periódicos de língua inglesa e francesa, respectivamente, o que restringiu a sua divulgação mais ampla na comunidade de geógrafos brasileiros.

Roberto Lobato Corrêa (1982) e Carlos Walter Porto Gonçalves (1982). A dissertação de Paulo Scarim (2000) contribuíram com textos em coletânea organizada por SANTOS (1982): “Novos rumos da Geografia brasileira”. A tese de Charles da França Antunes também é exemplo das colaborações mais recentes. Antonio Carlos Robert Moraes, em reedição de ‘Geografia Pequena História Crítica’, acrescenta posfácio sobre o “movimento de renovação da Geografia”. Os trabalhos citados foram escritos para discutir a crise que a Geografia vivenciava, assim como apresentar os principais aspectos e características, bem como propor saídas<sup>40</sup>.

É possível identificar que o movimento de renovação já se esboçava na comunidade geográfica. A Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, em 1973, organizou o Simpósio A Renovação da Geografia na XXV Reunião Anual da SBPC no Rio de Janeiro. A publicação traz textos de Livia de Oliveira (UNESP - Rio Claro, SP), Jorge Xavier da Silva (UFRJ), José Alexandre Felizola Diniz (UnB), Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (USP), Pedro Pinchas Geiger (IBGE) e Bertha K. Becker (UFRJ/CNPq), autora do relatório final.

Pelo conjunto de pesquisadores representando instituições diferentes, pode-se inferir que um movimento começava a tomar corpo e o que estava sendo tratado

---

<sup>40</sup> Para uma discussão mais ampla, sugiro os seguintes artigos e teses: MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos; A renovação da Geografia brasileira no período 1978-1988. *GEOgraphia*, Niterói, ano II, nº 3, p. 27-49, jun 2000. SILVA, Armando Corrêa da. A Renovação Geográfica no Brasil – 1976/1983 (As Geografias Crítica e Radical em uma perspectiva teórica). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 60, p. 73-140, 1983. SCARIM, Paulo Cesar. *Coetâneos da Crítica; uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da Geografia brasileira*. 2000. 248 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. ANTUNES, Charles da França. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - origens, ideias e transformações: notas de uma história*. 2008, 303 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2008. CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia Brasileira: crise e renovação*. In: MOREIRA, Ruy (org.). *Geografia: teoria e crítica, o saber posto em questão*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982. p. 115-121.



era a maneira de fazer Geografia ligada ao planejamento estatal. Deve ficar claro que nenhum dos geógrafos citados é protagonista do movimento de renovação que teve lugar cinco anos mais tarde.

O conjunto de geógrafos, expoentes dos trabalhos no encontro, não são personagens no movimento de renovação da Geografia crítica, a partir do final da década de setenta, contudo seguem exercendo suas funções e se articulando institucionalmente, de forma interna e externa à Geografia.

Sobre as instituições geográficas no Brasil, não foi dito que houve verdadeira batalha de ideias. À época, geógrafos no Brasil comprometidos com mudanças viam na UGI uma instituição dominada por ideias de cunho imperialista e que buscava impor uma Geografia colonizada e a serviço do Capital. A AGB até então seguia essa ótica que foi sendo rompida com a perspectiva de olhar para os problemas da sociedade brasileira a partir da realidade das periferias e dos movimentos sociais. Almeja-se interromper a lógica do olhar colonizado, passando-se a discutir os problemas relativos ao Brasil. Nesse sentido, a renovação da Geografia não foi só de cunho teórico, mas de perspectiva teórica e política, não se tratava só de fazer uma mudança de natureza epistemológica. Pode-se dizer que houve verdadeira “guerrilha epistemológica” entre os que propugnavam mudanças e os que lutavam pela manutenção dos privilégios de que gozavam. Nessa guerra, os geógrafos que defendiam seus privilégios se afastaram da AGB e se refugiaram em outras instituições como a UGI para continuar pensando uma Geografia com caráter subalternizada, que é mais prestigiada academicamente, a partir do mundo anglo-saxônico.

Contraditoriamente os que participaram desse processo permaneceram ativos, e não foram capazes de incorporar debates oriundos das proposições dos geógrafos de mundo anglo-saxônico nos anos oitenta do século XX. O que nos leva a dizer que também se estabeleceu uma renovação com cunho conservador na Geografia no Brasil.

Muitos dos que pretendiam manter a Geografia colonizada têm trabalhos que são referência em alguns assuntos geográficos. A título de exemplificação pode-se citar a produção de Bertha K. Becker, ligada e articulada com o Estado brasileiro — desde a década de sessenta quando foi professora no Instituto Rio Branco (1966-1975), época do regime autoritário; consultora de projetos em governos militar e democrático. Ressalta-se ainda que quando da renovação com cunho crítico, optou

por privilegiar instituições como a União Geográfica Internacional, que veicula e incentiva conhecimentos que visam mais a reprodução do capital do que a crítica a projetos nacionais de integração territorial. Ainda dialogou e discutiu na Escola Superior de Guerra temas como Amazônia e Meio Ambiente, referências em seus estudos, entre participações em tantas outras instituições.

Na história oficial da Geografia no Brasil, considera-se a existência de três instituições que detinham o monopólio da produção. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Universidades com os cursos de Geografia, que eram em número pequeno e a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB.

A história da AGB começa em 1934, todavia nosso interesse concentra-se no final dos anos setenta, especificamente 1978. Nesse ano foi organizado o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado na cidade de Fortaleza. Até esse momento a AGB caracterizava-se como uma associação de pesquisadores ligados ao IBGE e às universidades.

As relações entre os geógrafos das três instituições começam a se modificar substancialmente quando, principalmente os estudantes, mas não só, levam a cabo uma renovação de perspectiva organizacional da AGB. O que proporcionou a mudança foi conceber uma Geografia contra o Estado que visava contribuir com os movimentos contrários aos processos de acumulação ampliada do capital.

Estudantes universitários e professores dos diversos seguimentos, com ideias críticas sobre a Geografia e a situação política, econômica e social, encontraram-se naquele momento e lutaram contra aqueles que pretendiam manter o *status quo*, ou seja, uma AGB estratificada, sob a direção e poder dos catedráticos.

O grupo de geógrafos ávidos por mudanças tomou à frente dos debates e questionou as bases da Geografia que se produzia e acabou estabelecendo um novo período da ciência geográfica e de sua comunidade. O processo marcou o surgimento de uma geração de geógrafos preocupados com as mudanças internas na Geografia em particular e o aviltamento das condições sociais em geral. Eles buscaram combater as ideias daqueles que mantinham o poder institucional na Geografia no Brasil e que estavam ligadas às práticas das instituições que detinham o monopólio da produção geográfica.

A geração que vai sendo forjada com base em uma perspectiva social, visa a formulação de ideais que comprometam a ciência com a discussão dos interesses dos processos relativos à liberdade dos sujeitos sociais.

Essa “nova” geração convive com aqueles que dominavam as instituições e a produção das ideias de uma Geografia para o planejamento estatal. Dos debates entre a Geografia comprometida com liberdades humanas – mais afeita aos dramas dos sujeitos sociais –, a Geografia para o planejamento estatal – próxima ao discurso de Brasil potência –, e a Geografia ensinada nas escolas primárias e secundárias, forja-se a Geografia que busca a **crítica**<sup>41</sup> da realidade social vivida. De certa maneira embora se tenham desenhado dois projetos políticos claros, a questão é mais complexa. A paleta de cores ideológicas é mais ampla.

Os debates travados em torno da superação dos modelos do fazer geográfico crescem até o momento atual, o que pode ser notado com a argumentação de que

O movimento de renovação, ao contrário da Geografia Tradicional, não possui uma unidade; representa mesmo uma dispersão, em relação àquela. Tal fato advém da diversidade de métodos de interpretação e de posicionamentos dos autores que o compõem. A busca do novo foi empreendida por variados caminhos; isto gerou propostas antagônicas e perspectivas excludentes. O mosaico da Geografia Renovada é bastante diversificado, abrangendo um leque muito amplo de concepções. (MORAES, 2007, p. 107-108).

No mosaico aludido por Moraes inclui-se o tratamento dado à temática da Geografia Política e Geopolítica. É fato que esse campo sofreu alterações nessa nova etapa do pensamento geográfico no Brasil. Isso pode ser constatado com o levantamento da produção feita anteriormente como também com algumas ideias veiculadas na literatura específica.

No contexto da renovação, ou renovações, podem-se verificar modificações nas abordagens da Geografia Política e Geopolítica. Alguns artigos exemplificam a afirmação. O artigo de Armando Corrêa da Silva, “A Concepção Clássica da

---

<sup>41</sup> Ciente de todos os problemas que esse rótulo contém, não há outra forma de nomear a Geografia naquele momento de fins dos anos setenta até os anos noventa. José William Vesentini afirma que: “A Geografia crítica, enfim, foi aquela — ou, mais propriamente, aquelas, no plural — que não apenas procurou superar tanto a Geografia tradicional quanto a quantitativa, **como principalmente procurou se envolver com novos sujeitos**, buscou se identificar com a sociedade civil, tentou se dissociar do Estado (esse sujeito privilegiado naquelas duas modalidades anteriores de Geografia!) e se engajar enquanto saber crítico — aquele que analisa, compreende, aponta as contradições e os limites, busca contribuir na ação... — nas reivindicações dos oprimidos, das mulheres, dos indígenas, dos negros e de todas as demais etnias subjugadas, dos excluídos, dos dominados, dos que ensejam criar algo novo, dos cidadãos em geral na (re)invenção de novos direitos”. (grifo do autor). VESENTINI, J.W. A Geografia crítica no Brasil: uma interpretação depoente. Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/texto07.htm> (acessado em 19/06/2012).

Geografia Política” de 1984, em que ensaia a aplicação de categorias como modo de produção e acumulação primitiva de capital na análise de autores como Friedrich Ratzel, Arthur Dix, Derwent Whittlesey e Jean Gottmann. Outro importante artigo é “A Geografia e o Resgate de Geopolítica”, de Bertha K. Becker, publicado na edição comemorativa do cinquentenário da RBG em 1988. Segundo Roberto Schimdt Almeida (2000, p. 94), *se pode classificar [o artigo] como estabelecedor de um quadro de referências de vetores de conhecimento, no caso, as turbulentas relações entre a Geopolítica e a Geografia, no contexto dos diferentes papéis que o Estado assumiu ao longo do século XX no gerenciamento do território e no controle social subsequente*. Wanderley Messias da Costa e Hervé Théry. em artigo publicado na Hérodote, “Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil: de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale”, também consideram Bertha K. Becker como divisor de águas entre o pensamento antigo e novo na Geopolítica no Brasil (COSTA E THÉRY, 2012, p. 258).

Considera-se, na Geografia, a obra de Bertha K. Becker com muito mérito, porém nesse trabalho vamos tratá-la como continuidade do pensamento de geógrafos e geopolíticos, ou seja, da conservação renovada a serviço da modernização capitalista no Brasil.

Outras publicações que demonstram mudanças na abordagem da Geografia Política e Geopolítica são as teses de doutorado de José William Vesentini, “A Capital da Geopolítica: um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília” de 1985 e a de Wanderley Messias da Costa, “Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder” de 1991, ambas publicadas mais tarde em livros. Os exemplos se multiplicam e pode-se identificar que não só no exterior se experimenta modificações nas abordagens da Geografia Política e Geopolítica, mas também no Brasil, por mais que esteja diluída na produção geral da Geografia.

Nesse ambiente de modificações e inovações, não podem ser desconsideradas as publicações que tiveram lugar na Geografia francesa. No período coloca-se importância nos seguintes autores e obras: Yves Lacoste com o livro *A Geografia, isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra* [1976] e a *Hérodote, revue de géographie et de géopolitique*, Claude Raffestin com *Por uma Geografia do poder* (COSTA e THÉRY, 2012, p. 258). Interessa notar que esse tipo de escolha silencia autores e obras como Harry Magdoff, *A era do Imperialismo* [1969 (1978)]; Alain Lipietz, *O capital e seu espaço* [1978 (1987)]; David Harvey “A

*justiça social e a cidade*” [1973 (1980)]; entre tantos outros, e, por fim, a revista Antipode que reuniu os mais importantes geógrafos em atividade naquele momento.

Na atualidade, José William Vesentini, expõe a crise da Geopolítica brasileira tradicional e se interroga se existe hoje uma “nova Geopolítica brasileira”. O que chama de Geopolítica brasileira tradicional cobre uma produção de sessenta anos, de 1920 a 1980. Inclui autores de diversos matizes, principalmente o militar. Para o autor, a escola Geopolítica brasileira existiu, mas entrou em crise e não existe mais, o que há são trabalhos acadêmicos sobre aquela escola e seus autores nas universidades brasileiras (VESENTINI, 2009, p. 195-207).

Os últimos anos da década de setenta e os primeiros da de oitenta marcaram um período de renovação no pensamento geográfico brasileiro, quando uma nova geração de geógrafos vem ocupando lugar e produzindo trabalhos no campo da Geografia Política e Geopolítica. Avaliar a suposição de José William Vesentini de que não existe uma nova escola Geopolítica brasileira se faz necessário na Geografia no Brasil. Se não existe, pelo menos nas universidades produziram-se trabalhos que têm o objetivo de pensar o Brasil e delinear projetos de ordenamento territorial no país. O próprio José William Vesentini, no ano 2000, publicou *Novas Geopolíticas*, em que apresenta a Geopolítica como interdisciplinar e analisa obras de autores como Lester Thurow, Francis Fukuyama, Samuel Huntington, entre outros, ligados ou não ao poder de Estado.

Da produção sobre a renovação da Geografia no Brasil, deve-se enfatizar que a procura por caminhos diferentes daqueles trilhados pelos geógrafos até então, é resultado da insatisfação das respostas dadas e da conjuntura que começa a atingir todas as instituições da vida brasileira. Percebe-se que os grupos que não estão diretamente ligados à vertente crítica mantêm suas articulações e continuam se reproduzindo para além das relações internas que muitas vezes são priorizadas como únicas na comunidade geográfica nacional.

A bibliografia que mais teve citação e mobilizou os geógrafos no Brasil, naqueles períodos de mudanças, foi o livro de Yves Lacoste, *A Geografia — isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Primeiro ele foi traduzido do francês para o português pela Iniciativas Editoriais de Lisboa em 1977, depois foi impresso no Brasil sem editora, e por último foi traduzido pela professora Doutora Maria Cecília França do Departamento de Geografia da USP e publicado pela Papyrus em

1988. A apresentação da obra de Lacoste coube ao professor José William Vesentini.

É preciso também considerar a diversidade de obras que estavam sendo traduzidas e possibilitando a discussão pelos geógrafos ávidos por leituras diferenciadas sobre os problemas pertinentes à sociedade brasileira. São exemplos de citação pelos geógrafos autores como Foucault, Lefebvre, Baran & Sweezy, Magdoff, Lipietz e Frank entre os estrangeiros e Teotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Caio Prado Júnior, Celso Furtado entre os brasileiros. A bibliografia se amplia e a análise vai enriquecendo também com a incorporação de geógrafos como David Harvey, Paul Claval, entre outros.

No campo da Geografia Política e Geopolítica, além dos já citados, tem importância o periódico *Hérodote; revue de géographie et de géopolitique*, que sob a direção de Lacoste impulsiona o debate sobre a crítica a Geografia tradicional e a quantitativa. O livro de Raffestin, *Por uma Geografia do Poder*, também tem importância na leitura do Estado como único ator da política em Geografia. A título de exemplificação, Yves Lacoste e Claude Raffestin são citados na literatura de Geografia Política e Geopolítica no Brasil nos últimos trinta anos. O que leva a crer que os seus trabalhos trouxeram possibilidades de leitura diferenciada no campo e ajudaram no entendimento de problemas geográficos da sociedade brasileira.

### III – A PRODUÇÃO DOS GEÓGRAFOS EM GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Recuperar o que foi produzido por geógrafos, fazer o balanço do que foi editado em tempos de renovações e refletir sobre a construção da Geografia Política e Geopolítica no Brasil nos últimos trinta anos, será o objetivo desse capítulo.

A Geografia, em sua dimensão política, busca pesquisar como os eventos, fatos e processos influenciam a produção do espaço. Assim “*A política nunca deixou de estar em evidência na Geografia*” (CASTRO, 2005, p. 31). Daí a produção do espaço ser política e sendo político, “*é um espaço humano que se realiza como domínio sobre o espaço produzido*” (SILVA, 1984, p. 103). Então para nós a Geografia é, por excelência, política.

Outra intenção é indagar por que a renovação da Geografia no Brasil não incorporou os debates realizados por geógrafos anglo-saxões. Não se tem no Brasil disponível para a comunidade geográfica traduções de autores como Gearóid Ó Tuathail, John Agnew, Klaus Dodds, Peter Taylor entre tantos outros e outras. A mesma situação acontece com geógrafos muito citados, que não tiveram suas obras disponibilizadas em português, como Jean Gottmann e Camille Vallaux. Os escritos em Geografia Política, de Richard Hartshorne, ainda aguardam estudos e versões. Assim pode-se perguntar: por que no processo de renovação os debates em Geografia Política e Geopolítica foram pouco divulgados e não foram disponibilizados para os estudantes de graduação? Qual a preparação e o debate disponível aos professores que são formados para atuar nas escolas? Qual é a tarefa dos professores de Geografia Política na formação dos graduandos?

Não houve divulgação, mas essa bibliografia foi incorporada. Uma incorporação restrita, subordinada e estabelecadora da lógica de dominação. A nosso ver, ao mesmo tempo em que ela colaborava para defesa de certas proposições, tinha que ser mantida distante de uma leitura massiva por parte dos estudantes e demais geógrafos.

A preparação de professores para a escola básica levará, futuramente, os graduando a desenvolverem atividades cotidianas para a formação dos estudantes com viés geográfico. Yves Lacoste chamou a atenção quando afirmou que o espaço não deve ser somente do interesse dos Estados Maiores, mas que os professores

devem saber pensá-lo para junto à sociedade, ajudar a ver sua importância e desdobramentos que interferem e se atualizam na vida cotidiana.

No âmbito da história da Geografia e do pensamento geográfico no Brasil não há estudos que explorem a Geografia Política e Geopolítica apresentando a produção e a importância desse campo para a Geografia em geral. Diante disso é necessário perguntar: o que tem sido produzido pelos geógrafos no Brasil em Geografia Política e Geopolítica? O levantamento e a análise da literatura escrita em Geografia Política e Geopolítica nos últimos trinta anos por geógrafos, período em que as renovações da Geografia no Brasil se mostram mais visíveis, será necessária e básica para essa pesquisa.

O primeiro procedimento é o recuo temporal e a procura do que se fez em termos de levantamento sobre a produção em Geografia Política e Geopolítica. Entre bibliografias gerais, optou-se pela utilização de dois artigos publicados por Lewis Arthur Tambs, em 1970, na Revista Geográfica, e por Shiguenoli Miyamoto, na revista Perspectiva, em 1981. Os dois autores não são geógrafos, o que coloca perspectivas diferenciadas na abordagem do tema. Aqui um aspecto a ressaltar é que os balanços feitos não foram realizados por geógrafos e, nesse sentido, são muito mais abrangentes e se articulam com diversas outras disciplinas. Ao realizar um balanço acerca da produção dos geógrafos *stricto sensu*, o que se deseja é também averiguar como a Geografia Política e a Geopolítica têm sido realizada por dentro do trabalho disciplinar dos geógrafos e averiguar até que ponto a comunidade geográfica incorpora o que é proposto de fora e realiza proposições a partir de dentro.

Lewis Arthur Tambs é um acadêmico, especialista em história da América Latina na Universidade do Estado do Arizona e também especialista em Geopolítica da América Latina, foi o primeiro da América do Norte a explorar e analisar a extensa literatura sobre Geopolítica da América Latina. Seus escritos sobre a expansão brasileira e o papel da *Heartland Charcas* influenciaram geopolíticos latinoamericanos. Foi ativo na política conservadora republicana nos Estados Unidos, tanto por meio de grupos políticos e documentos, tais como o relatório Santa Fé de 1981 e através da atividade política de direita. Foi membro do Conselho de Segurança Nacional de Reagan e depois Embaixador na Colômbia e Costa Rica, na década de 1980. Permanece ativo na política



conservadora, enfatizando a importância Geopolítica da ameaça do “narcoterrorismo”.

Shiguenoli Miyamoto, professor titular em Relações Internacionais e Política Comparada pela Universidade Estadual de Campinas, é colaborador voluntário no programa de pós-graduação em Ciência Política na mesma instituição. Sua trajetória acadêmica teve como linha de pesquisa prioritária as “Relações Internacionais e a Política Externa Brasileira”. Tratou também de temas como “Geopolítica e Questões Estratégico-Militares”. Apresentou no início da década de oitenta do século passado a dissertação “O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)” (1981) que mais tarde seria publicado como livro com o título de “Geopolítica e Poder no Brasil” (1995). Pode-se considerar que esse livro marca o interesse pelo tema da Geopolítica em uma conjuntura de abertura e mudanças políticas no Brasil.

Os balanços, apresentados nos artigos, optaram por realizar levantamentos a partir de diferentes perspectivas, Tambs privilegiou especificamente o que era estritamente geopolítico, enquanto Miyamoto considerou as relações do Brasil como potência na América do Sul a partir de temáticas próprias do debate geopolítico.

### 3.1 – LEWIS ARTHUR TAMBS – A PRODUÇÃO DE QUASE UM SÉCULO

No artigo “Latin american geopolitics: a basic bibliography” (1970), Lewis Arthur Tambs apresenta minucioso levantamento do que foi produzido sob o rótulo de Geografia Política e Geopolítica desde 1874 a 1969 na América Latina. Lista quatrocentos e vinte publicações de vários países da América Latina e inclui o Brasil nesse recorte regional. O que foi escrito no Brasil tem destaque desde o engenheiro geógrafo Everardo Backheuser<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Sobre o engenheiro-geógrafo sugere-se consultar: SANTOS, Sydney M. G. dos. **A Cultura Opulenta de Everardo Backheuser: conceitos e leis básicas da Geopolítica** cap. c. Rio de Janeiro: Ed. Carioca de Engenharia, 1989. Sydney Santos apresenta e comenta no capítulo três os artigos e livros de Geografia Política e Geopolítica de Backheuser. Consultar também ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira; Everardo Adolpho Backheuser. 2000. 282 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. SP, 2000. E ainda ALMEIDA, Roberto Schmidt. A Geografia e os Geógrafos do IBGE no período de 1938-1998. 2000. 2 v. 634 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2000.

Lewis Arthur Tambs não privilegia só o geógrafo, dispõe a produção de outros cientistas sociais como também de militares. Nesse trabalho, a produção dos cientistas sociais e militares não será analisada e discutida.

Objetiva-se trabalhar somente com a produção dos geógrafos – mesmo que essa denominação seja imprecisa na história da Geografia e do pensamento geográfico no Brasil – que orientaram suas pesquisas para a análise ou apresentação da Geografia Política e Geopolítica.

O artigo identifica a produção de quase um século e é essencial, pois constitui primeiro esforço de sistematização das publicações no campo. Por listar as publicações dos anos setenta do século XIX até o final da década de sessenta do século XX, coloca a tarefa de atualizar a produção dos geógrafos que desenvolveram trabalhos nessa temática desde os anos 1980 até os dias de hoje.

O que extrair do levantamento de Lewis Arthur Tambs? Em primeiro lugar, os trabalhos escritos por autores brasileiros. Depois os artigos escritos especificamente pelos geógrafos e, por fim, as questões e temas tratados. A escolha ea definição dos geógrafos baseou-se na publicação “World Directory of Geographers” (1952)pela UGI. Nesse documento encontram-se, listado por países, os profissionais que compunham aquela União (IGU, 1952, p. 18-20).

Das quatrocentos e vinte publicações (livros, artigos em revistas e em jornais) apresentadas por Lewis Arthur Tambs, cento e noventa e oito são de autores brasileiros, dentre estes trinta e oito escritos por geógrafos. Everardo Backheuser foi quem mais publicou, com um total de dezessete, entre livros e artigos. Depois vem Fernando Antônio Raja Gabaglia com quatro artigos. Carlos Miguel Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro também publicaram quatro vezes, sendo que duas em coautoria. Christóvam Leite de Castro, Miguel Alves de Lima e Antônio Teixeira Guerra aparecem cada um com duas publicações e, por fim, Fabio de Macedo Soares Guimarães, Moisés Gicovate, Aroldo de Azevedo, Julio Cezar de Magalhães e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes com uma publicação.

Lewis Arthur Tambs considera que Backheuser lidera desde 1920 uma geração de pensadores que estabeleceu uma escola de Geografia Política. Nessa escola, são considerados participantes os autores citados anteriormente, a maioria, com pequena exceção, como podemos ler na citação:

A contribuição brasileira para a Geopolítica latino-americana tem se destacado. Liderados por Everardo Backheuser, o Brasil avançou no final dos anos 1920 e tem continuado a manter uma liderança em publicações Geopolíticas. Backheuser foi capaz de estabelecer uma tradição ou escola de pensamento político-geográfico que, durante os anos trinta e quarenta produziu, entre outros, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Mário Travassos, Francisco de Paula Cidade, José de Lima Figueiredo, Leopoldo Nery da Fonseca Jr., Lysias A. Rodrigues, Djalma Poli Coelho, Omar Emir Chaves, Fernando Antonio Raja Gabaglia, e Jayme Ribeiro de Graça. Esse grupo original, estimulado pelo sucesso do Brasil na Segunda Guerra Mundial e motivado pelo debate sobre a transferência da capital nacional, manteve-se produtivo ao longo dos anos de 1950. Além disso, eles receberam ajuda durante esse período de uma nova geração de geopolíticos liderada por Carlos de Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva, Aurélio de Lyra Tavares, Octavio Tosta e Therezinha de Castro, que surgiu em meados da década de 1950 e continua a florescer no Brasil. Assim, sob o impulso inicial e sustentada por Backheuser conseguiu, ao contrário da Argentina, o estabelecimento de uma tradição Geopolítica. (TAMBS, 1973, p. 73).

Jean-Marie Bohou também considera Backheuser como precursor do pensamento geopolítico brasileiro e apresenta-o como autor da teoria da expansão das fronteiras ligado à escola organicista. Mostra a influência da Geopolítica de R. Kjellén na teoria geral do Estado e a subdivisão da disciplina na obra do professor Backheuser (BOHOU, 2007, p. 39-51).

Everardo Backheuser (19, 20, 34, 48, 54, 97, 98, 119, 135, 136, 143, 184, 203, 221, 222, 262, 310, 311)<sup>43</sup> com maior número de publicações, propôs teorias e discutiu os temas da política de expansão territorial, o problema da divisão territorial brasileira, a localização do poder central com a nova capital, aspectos relativos à Geopolítica dos mares, além de ser divulgador da Geografia Política e Geopolítica com base em Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén e Otto Maull.

Fernando Antônio Raja Gabaglia (121, 130, 147, 148) reclama o silêncio que se fez no centenário de Friedrich Ratzel, para ele um pensador importante para a Geografia, pois definiu que *o método geográfico consiste em determinar a extensão dos fenômenos sobre a superfície da Terra* (1944, p. 313), divulga a *Geopolítica como novo campo de doutrina, porque a política tem que se basear sobre o conhecimento geográfico pois a noção de Estado decorre da de território aceita a ideia de que o Estado é uma "individualidade geográfica" que comanda as instituições fundadas no território e na propriedade* (1945, p. 41) e apresenta a relação entre Geografia, política e engenharia com o intuito de mostrar a síntese

---

<sup>43</sup> Os números entre parênteses referem-se à bibliografia apresentada no anexo I.

geográfica no espaço, seu trabalho tem como base a Geografia ratzeliana.

Carlos Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro (277, 373) apresentam a Geografia Política e advertem que *o conceito tradicional de Geografia Política vai-se diversificando, à medida que visões especializadas de Geografia humana vão considerando aspectos novos das relações entre a Terra e as comunidades que a ocupam* (CARVALHO e CASTRO, 1956, p.401). Também trata, em livro, a África em seus aspectos sociais, econômicos e políticos. Carvalho (34, 55) tem dois escritos sobre a teoria em Geografia Política e Geopolítica e objetiva a divulgação de uma Geografia moderna (PEREIRA, 2000, p. 107).

Therezinha de Castro (338, 410) apresenta estudos sobre as “Alemanhas”, enfocando o contexto da divisão territorial do pós-guerra e o Mundo Atlântico, em que mostra a importância do Atlântico para o Brasil no cenário geopolítico.

Christóvam Leite de Castro (144, 188) trata da mudança da Capital no Brasil com a visão da Geografia em dois textos. Miguel Alves de Lima (295, 322) apresenta os temas do poder nacional e dos conceitos da Geopolítica. Antônio Teixeira Guerra (382, 401) relaciona região, recursos e poder nacional. Fábio de Macedo Soares Guimarães (110) discute o problema de divisão das unidades política no Brasil. Moisés Gicovate (131) demonstra a importância da Geopolítica para o ensino de Geografia e história. Aroldo de Azevedo (261) expõe os temores da relação Geografia e política, devido à conjuntura do pós-guerra e os assombros dos ensinamentos da Geopolítica alemã. José César de Magalhães Filho (296), as noções de Geografia Política. Por fim, Lysia Maria Cavalcante Bernardes (397) relaciona Geografia e poder nacional (Anexo I – BIBLIOGRAFIA TAMBS).

As seguintes temáticas estão presentes nos autores arrolados por Tambs: 1) teoria em Geografia Política e Geopolítica; 2) divisão e formação do território brasileiro; 3) mudança de localização da capital brasileira; 4) construção do poder nacional brasileiro; 5) Geografia da África; 6) a Alemanha pós Segunda Guerra; 7) região e regionalização; 8) recursos naturais com importância estratégica.

A Geografia dessas temáticas tem por base a conjuntura de construção da sociedade brasileira e a consolidação do sistema capitalista. Como sugere Gearóid Ó Thuatail (1998), estão localizadas em um período em que há domínio dos discursos e práticas das Geopolíticas imperialistas, que – no caso brasileiro – tem, por principal objetivo, o conhecimento e o domínio do território, coordenado por órgãos estatais para assegurar a supremacia do capital na reprodução das relações

sociais.

A concepção imperialista do mundo é aceita e propalada com certa “naturalidade”, como dada, pois a partir da análise da política internacional almeja-se o estudo da distribuição do poder no espaço territorial para aplicá-lo à escala nacional. A crítica à Geopolítica imperialista de mundo aplicada a realidade nacional brasileira não se faz presente nas obras apresentadas. Importa produzir e difundir a ideia de expansão das relações capitalistas de produção no território brasileiro com objetivo de integrá-lo internamente ao centro de poder e externamente ao ‘concerto harmônico das nações’.

O exemplo que torna claro esse processo é a divulgação no Curso de Férias para Professores do IBGE (como vimos, uma das mais importantes instituições da Geografia no Brasil), das teorias da Geografia Política e Geopolítica fundadas em Alfred Taylor Mahan, Friedrich Ratzel, Halford John Mackinder, Karl Haushoffer, intelectuais chaves, segundo Ó TUATHAIL, na formulação do discurso da Geopolítica imperialista. Acrescenta àqueles intelectuais, os nomes de Rudolf Kjellén, Otto Maull e Arthur Dix. Os estudos sobre continentes e Estados são de caráter descritivo apresentando dados sobre base física, população e economia, de cunho informativo e quando da formulação de teorias, analítico.

Outro elemento importante a considerar nos geógrafos presentes nos artigos de Lewis Arthur Tambs é sua filiação institucional. De modo geral, pertenceram às universidades e instituições de ensino secundário, ao Conselho Nacional de Geografia, aos Institutos Geográficos e Históricos, às Associações e Sociedade de Geografia (nacional e internacional). Alguns participaram de trabalhos junto aos ministérios de governo e também como participantes de cursos e palestrantes na Escola Superior de Guerra. A diversidade de instituições leva a crer que, dentro do possível e considerando a época, esses intelectuais tinham as suas relações e articulações em círculos restritos, porém quase que exclusivamente ligados ao poder de Estado.

## QUADRO I – INSTITUIÇÕES DE TRABALHO DOS GEÓGRAFOS CITADOS NO ARTIGO DE TAMBS

Autor	Ano de Nascimento e de Morte	Cidade	Instituições
Antônio Teixeira Guerra <sup>44</sup>	1924-1968	Rio de Janeiro	IBGE; UEG; UFF
Aroldo de Azevedo <sup>45</sup>	1910-1974	São Paulo	USP; AGB
Carlos Delgado de Carvalho <sup>46</sup>	1884-1980	Rio de Janeiro	CNG-IBGE; CPII; IPGH; IHGB
Christóvam Leite de Castro <sup>47</sup>	1904-2002	Rio de Janeiro	CNG-IBGE; UGI; IPGH
Everardo Backheuser <sup>48</sup>	1879-1951	Niterói	CNE; CNG-IBGE; SGRJ; FC; USU; IHGB
Fábio de Macedo Soares Guimarães <sup>49</sup>	1906-1979	Rio de Janeiro	CNG-IBGE; MRE; PUC; ESG-IBAD
Fernando Antônio Raja Gabaglia <sup>50</sup>	1895-1954	Rio de Janeiro	UDF; SGRJ; CPII; FFILF
José Cézar de Magalhães Filho <sup>51</sup>	1930-2013	Rio de Janeiro	CNG-IBGE; AGB
Lysia Maria Cavalcante Bernardes <sup>52</sup>	1924-1991	Rio de Janeiro	IBGE; UFRJ; IPEA; MPI;
Miguel Alves de Lima <sup>53</sup>	1915-2010	Rio de Janeiro	IBGE; ESG; UERJ
Moisés Gicovate <sup>54</sup>	1912-1992	São Paulo	IHG-SP; CB
Therezinha de Castro <sup>55</sup>	1930-2000	Rio de Janeiro	IBGE; CPII; FHPII; ESG;

Fonte: citadas nas notas de rodapé 35-46  
Elaboração: Eduardo Karol

O Quadro I apresenta os geógrafos com autoria de trabalhos citados no artigo de Tambs, bem como a localidade de trabalho e as instituições nas quais desenvolveu atividades, seja como funcionário ou convidado.

O primeiro item a observar é que a maioria dos geógrafos citados tem suas atividades concentradas na cidade do Rio de Janeiro e adjacência: Niterói. Respectivamente Distrito Federal e capital do Estado do Rio de Janeiro. Somente dois geógrafos têm suas atividades na cidade de São Paulo. A realização das

<sup>44</sup> <http://confins.revues.org/7912> (Acessado em 26/06/2013); ALMEIDA, 2000, p. 131.

<sup>45</sup> <http://memoriasdelorena.blogspot.com.br/2011/02/personalidades-de-lorena-aroldo-de.html> (Acessado em 26/06/2013).

<sup>46</sup> IBGE. Documentos para disseminação 16. 2009.

<sup>47</sup> <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/christovam-leite-de-castro> (Acessado em 26/06/2013).

<sup>48</sup> ANSELMO, 2000, p. 30-45.

<sup>49</sup> <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/fabio-de-macedo-soares-guimaraes> (Acessado em 26/06/2013).

<sup>50</sup> MACHADO, 2009, p. 74-75.

<sup>51</sup> Curso de férias para aperfeiçoamento de professores de Geografia do ensino médio, 1967, p.295.

<sup>52</sup> ALMEIDA, 2000, p. 169.

<sup>53</sup> ALMEIDA, 2000, p. 172.

<sup>54</sup> SILVA, 2012.

<sup>55</sup> IBGE. Documentos para disseminação 16. 2009.

atividades nas três localidades apresentadas está diretamente ligada à centralidade das instituições produtoras da Geografia à época.

Segundo, quanto à formação temos geógrafos que se graduaram em instituições no exterior e no Brasil. Na formação em terras brasileiras pode-se identificar duas situações: 1) engenheiros-geógrafos oriundos da Escola Politécnica; 2) geógrafos provenientes das primeiras turmas das instituições que começavam a preparar quadros para a Geografia a partir da década de trinta do século XX.

Terceiro, as instituições de trabalho citadas no quadro confirmam as arenas do IBGE-CNG, Universidades, Sociedades científicas e associações como lugar da produção da Geografia Política e Geopolítica à época. A afinidade com instituições estatais condiciona o pensamento no campo, o que mais tarde vai proporcionar, pelo menos no discurso, a superação com a Geopolítica como produto dos engenheiros-geógrafos e militares (BECKER, 1993, p. 8).

### 3.2 – A CONTRIBUIÇÃO DE SHIGUENOLI MIYAMOTO

O artigo de Lewis Arthur Tambs expõe os textos da Geografia Política e Geopolítica desde o início no século XIX até o último ano da década de sessenta do século XX. Período de vigência do pensamento e discursos da Geopolítica imperialista — interregno entre as últimas décadas do século dezanove até o fim da Segunda Guerra. É preciso indicar que os discursos alcançam o início do período classificado como Geopolítica da Guerra Fria. A mudança na conjuntura do pós-guerra, coloca desafios novos aos especialistas em questões territoriais e passa a exigir que se verifique o que tem sido publicado e como a pesquisa está se mantendo no campo.

Para essa tarefa recorreremos ao artigo *Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação* (1981), de Shiguenoli Miyamoto. Ele possibilita complementar o balanço de Lewis Arthur Tambs e avança uma década na produção da Geografia Política e Geopolítica.

Shiguenoli Miyamoto, em sua dissertação de mestrado (1981), estudou e analisou o pensamento geopolítico brasileiro, já no doutorado (1985) a política externa brasileira, do qual resultou a elaboração da tese intitulada *Do discurso*

*triumfalista ao pragmatismo ecumênico (Geopolítica e política externa no Brasil pós-64).*

O artigo foi publicado em “Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da UNESP” (1981) e apresenta o resultado da pesquisa realizada para a escrita da dissertação de mestrado. Shiguenoli Miyamoto tem como objetivo *tecer rápidas considerações sobre os estudos geopolíticos produzidos no país, ver quais os temas analisados com maior frequência e quem os discutiu* (p. 75). Expõe os principais temas da Geopolítica discutidos no período de 1920 a 1980; identifica temas tratados com menor ênfase, como as fronteiras e o mar territorial, que considera elementos importantes para a política internacional de qualquer país (p. 75); mostra que a política exterior foi relegada a um plano secundário (p. 75); faz *considerações sobre o que é a Geopolítica e a Geografia Política, delimitando seus campos de atuação e quais as ‘escolas Geopolíticas* (p. 76); apresenta as escolas dos países da América do Sul que produziram estudos com a pretensão hegemônica regional da política externa brasileira.

Os temas inventariados são: 1) Expansionismo do Estado; 2) a Localização da capital federal; 3) Aplicação da teoria do poder terrestre 4) Território como fonte de poder; 5) Poder marítimo e poder aéreo; 6) Transportes; 7) Guerra Fria; 8) África; 9) Antártica; 10) Segurança Nacional; 11) Fortalecimento do poder nacional.

Do balanço de Tambs para o de Miyamoto, nota-se a ampliação em relação ao número de geógrafos que produzem no campo, no entanto os temas abordados são, com poucas modificações, os mesmos. Existe uma variação nos rótulos dos temas, mas em essência guardam as mesmas substâncias.

Shiguenoli Miyamoto lista duzentos e cinco publicações das quais se identificam dezoito produzidas por geógrafos, sendo que seis são citadas por Tambs, então temos doze textos de geógrafos que não são encontrados no levantamento de Tambs.

Quatro artigos de autoria de Fábio de Macedo Soares Guimarães (84, 85, 86 e 87) sobre mudança da capital e poder nacional. Três de Carlos Delgado de Carvalho (23, 24 e 25) sobre a relação Geografia e estatística, Atlas de Geopolítica e diplomacia no Brasil. Carlos Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro (26) sobre A Questão da Antártica, que visa chamar atenção para a partilha que está em andamento no continente gelado e alertar os dirigentes a reivindicar o território pertinente ao Brasil.



Therezinha de Castro (32) com o artigo *Antártica o assunto do momento*, retoma a discussão sobre a necessidade de política para participar da partilha do continente. Antônio Teixeira Guerra (74) escreve sobre a Geografia e o poder nacional. Espiridião Faissol (50) aponta a relação entre Geografia, história e segurança nacional. Por fim, aparece a novidade no balanço: artigo de Bertha K. Becker (18) sobre a Amazônia e o espaço brasileiro.

O artigo de Becker é único nos anos setenta. Isso nos leva a ideia de que pode ter certo distanciamento dos geógrafos que produziam preocupados com as temáticas políticas.

As temáticas em relação ao artigo de Tambs são acrescidas com trabalhos sobre: 1) Cartografia Geopolítica; 2) Diplomacia; 3) Relações Externas; 4) Reivindicação da Antártica pelo Brasil; 5) Segurança Nacional; 6) Integração Nacional; 7) Amazônia (Anexo II – BIBLIOGRAFIA MIYAMOTO)<sup>56</sup>.

### 3.3 – OBSERVAÇÕES À PRODUÇÃO DOS GEÓGRAFOS EM TAMBS E MIYAMOTO

A primeira observação que deve ser feita, é a da falta de balanços com autoria de geógrafos no campo. Nos balanços apresentados constata-se a autoria de um historiador especialista em América Latina, ligado à política conservadora nos Estados Unidos, um homem de Estado. O segundo balanço é resultado de pesquisa de um cientista político, um acadêmico.

Levando em conta a autoria dos dois balanços, afirma-se que não podemos tratar com pureza os trabalhos apresentados. Eles estão determinados por contextos e intencionalidades.

O fato de Tambs ser homem de Estado norte-americano condiciona sua busca das escolas Geopolíticas na América Latina. Isso se dá no período em que regimes ditatoriais estão sendo impostos, com ajuda do poder norte-americano, as várias sociedades na região. Já Miyamoto está condicionado pelo ambiente de

---

<sup>56</sup> Os textos sobre transportes, no Brasil, de Moacir Malheiros Fernandes Silva foram mantidos no Anexo II devido ao entendimento de que configuram estudos de Geografia Política e o autor está envolvido com os projetos e planejamentos no IBGE.

distensão que se instala no Brasil a partir da década de setenta. Sua busca visa compreender quais instituições, que personagens e quais temas estão presentes na Geopolítica produzida no Brasil. São dois balanços de abrangência escalar diferenciada, um trata da produção regional na América Latina, o outro de caráter nacional no Brasil.

A crítica à produção dos geógrafos nos balanços de Tambis e Miyamoto deve considerar aspectos como a separação entre sujeito e objeto que produz a naturalização do discurso geopolítico, diminuindo o papel do sujeito político, econômico e histórico. Está consoante com uma Geografia que trata os fenômenos como naturais que dispensa interpretação de discursos, especialistas, intelectuais, instituições e ideologias.

A instrumentalização da Geografia Política e Geopolítica, como saber intencional nas políticas territoriais, não sofre crítica, reforçando a ideia de que o Estado pode 'naturalmente' exercer o monopólio da violência em absoluto. As condições históricas de produção são ignoradas, colocando preeminência do geográfico sobre o histórico.

A disputa pelo espaço vital entre os Estados é natural e o discurso geopolítico com base na biologia ou na teoria evolucionista de Darwin, leva a crer que a luta é inevitável e o mais forte sempre vencerá. Esse discurso desvia o foco, tanto da necessidade de conquista territorial quanto do objetivo da acumulação capitalista sem fim, ou seja, de domínio imperialista.

O mundo organizado em Estados é uma totalidade e as categorias para interpretá-los são tratadas como se fossem homogêneas para todos os países. Toda diferença é homogeneizada e todos os lugares perdem suas especificidades, suas marcas. Esse raciocínio baseia-se no imaginário ocidental, legitimado por instituições da produção do conhecimento do exterior como se não fosse necessário contextualizar as teorias, bastando aplicá-las. (STEINBERGER, 2005, 116-117).

### 3.4 – A GEOGRAFIA POLÍTICA-GEPOLÍTICA EM TEMPOS DE RENOVAÇÕES: ATUALIZANDO A PRODUÇÃO DOS GEÓGRAFOS

O movimento de renovação da Geografia, no Brasil, possibilitou o ressurgimento de temas que estavam, por motivos diversos, em segundo plano na análise e pesquisa acadêmica. Na Geografia Política e Geopolítica, as temáticas ganharam novas interpretações após a conjuntura do pós-guerra que inibiu e desestimulou a pesquisa naquele campo da Geografia. Não compactuamos com a ideia de que a ‘Geopolitik’ foi desencorajadora para os geógrafos cessarem pesquisas políticas. Nem de que a conjuntura brasileira, de ditadura sob tutela militar, desestimulou os geógrafos. Intuímos que não havia interesse em produzir e divulgar o pensamento político na organização espacial, devido ao envolvimento dos geógrafos com técnicas quantitativas voltadas para o planejamento estatal. Entretanto a onda quantitativa não arrebatou todas as mentes.

Percebe-se que na produção dentro do campo há uma lacuna nos anos setenta do século XX. Nesse período encontra-se produzido, um trabalho de Bertha K. Becker (1974) e os escritos de Therezinha de Castro (1979)<sup>57</sup> que continuou ativa e consolidando sua obra.

A partir dos anos oitenta, houve renovado interesse e vários autores passam a pesquisar e produzir em Geografia Política e Geopolítica, recuperando, superando e atualizando geógrafos que, durante décadas do século XX, apresentaram a Geopolítica à comunidade científica e particularmente a geográfica.

Em 1982 é publicado o livro *Geopolítica da Amazônia* de Bertha K. Becker – que será analisado mais adiante nesse trabalho. A autora ainda oferece à comunidade geográfica o debate sobre *A Geografia e o Resgate da Geopolítica*, no número especial da Revista Brasileira de Geografia (1988), periódico prestigiado no meio acadêmico em geral, e, em particular, no geográfico. São apresentadas as teses de doutorado de José William Vesentini: *A Capital da Geopolítica* (1984) e de Wanderley Messias da Costa: *“Geografia Política e Geopolítica”* (1991). Esses trabalhos foram publicados como livros, em 1987 e 1992 respectivamente.

---

<sup>57</sup> CASTRO, Therezinha. **África - Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1979.

Os artigos de Lia Osorio Machado, *Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem Geopolítica* no Boletim Carioca de Geografia (1982) e de Armando Correa da Silva, *A Concepção Clássica da Geografia Política*, (1984) na Revista do Departamento de Geografia da USP, também podem ser invocados para exemplificar o interesse nos estudos em Geografia Política e Geopolítica.

Os trabalhos citados demonstram a continuidade dos debates sobre política e território no Brasil. Desse modo, entende-se que a produção sobre política e território nunca foi abandonada pelos geógrafos. Isso leva necessariamente ao questionamento das ideias de “retorno”, “resgate” e “reaparecimento”, muito comuns em autores que não desejam enfrentar o debate em Geografia Política e Geopolítica num período em que era prudente o silêncio em oposição à crítica.

Pode-se constatar que vários trabalhos tratavam da temática e tinham como objetivo discutir políticas territoriais e o papel do Estado em sua configuração, mesmo não indicando explicitamente o campo. São exemplos dessa situação os livros “Integrar para não Entregar: políticas públicas e Amazônia” (1988), “Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos” (1990), de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e ainda, “Corpo da Pátria” (1997) de Demétrio Magnoli e o artigo “O Território Brasileiro no Limiar do Século XXI” (1997), de Antonio Carlos Robert Moraes.

Os artigos de Lewis Arthur Tambs e Shiguenoli Miyamoto disponibilizaram a produção do campo até o início dos anos oitenta. Devemos lembrar que os artigos, de Tambs e Miyamoto, oferecem textos de vários especialistas em diversas disciplinas e que só utilizamos a produção dos geógrafos. Desse modo, torna-se necessário fazer um balanço sobre os trabalhos publicados pelos geógrafos a partir dos anos oitenta até a atualidade, com objetivo de contribuir para a bibliografia produzida nesse tempo.

As publicações foram listadas (Anexo III – BIBLOGRAFIA ATUALIZADA G.P. E G.) utilizando-se as normas as ABNT de citação bibliográfica. A lista está organizada por ordem de autor obedecendo à sequência de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos. As teses e dissertações serão apresentadas mais adiante em item separado.

### 3.4.1 – Definição das escolhas

No contato com a literatura da Geografia em geral, constatamos a dificuldade para definir quais são os geógrafos e as produções que compõem a Geografia Política e Geopolítica nas três últimas décadas.

Para que essa situação não se tornasse obstáculo e interditasse a investigação, foi preciso criar e definir critérios. O primeiro critério usado foi o de considerar aqueles que se intitulam (dizem) geógrafos políticos. Ao identificar um texto que nos parecia comum ao campo, buscamos consultar o currículo público do autor existente na plataforma Lattes. No item “área de atuação”, os geógrafos podem definir quais as suas especialidades. Sendo assim, foi possível constatar a autodenominação de trabalho em Geografia Política e ou Geopolítica.

Outro procedimento utilizado foi escolher os trabalhos que são intitulados com as palavras Geografia Política e Geopolítica, bem como a existência dessas nas fichas catalográfica das publicações: livros, capítulos de livros, dissertações e teses. Nos artigos em periódico buscou-se a identificação das palavras-chave existentes nos resumos. Quando inexistia referência ao campo em todos os tipos de materiais, procedeu-se à leitura e à identificação no corpo do texto.

#### 3.4.1.1 – Resultados

A seguir apresentamos o quadro com a autoria dos geógrafos e o número de publicações – livros, capítulos de livros e artigos em periódicos – resultantes do levantamento da bibliografia. Com objetivo de identificar os autores e demonstrar o quantitativo do que foi produzido em três décadas (1982-2012).

QUADRO II - GEÓGRAFOS E NÚMERO DE PUBLICAÇÕES

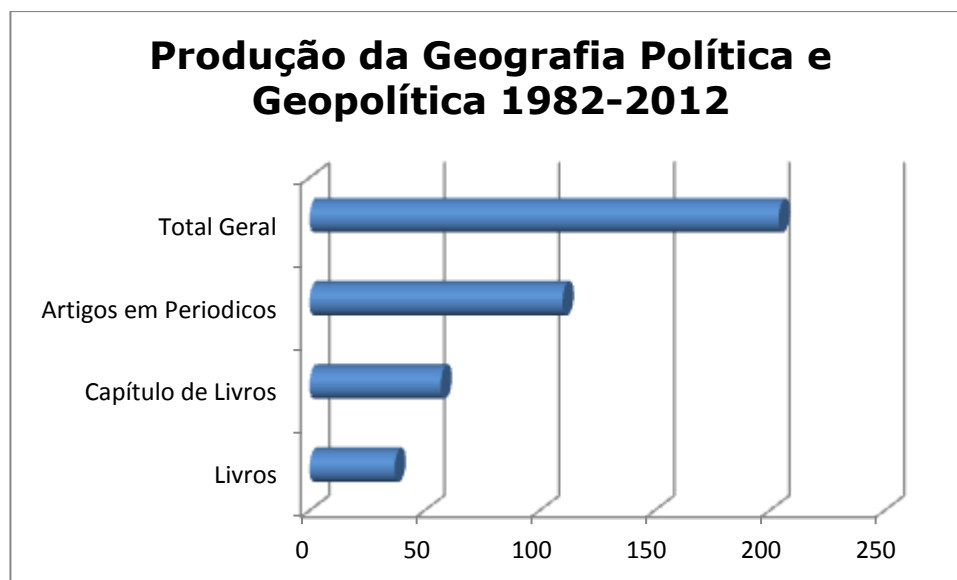
	Autor/Autora	Livro	Cap. Livro	Artigo em Periódico	Total por Autor(es)
1	AJARA, César			1	1
2	ALBAGLI, Sarita	1		1	2
3	ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de	1	1	2	4
4	AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno		1	1	2
5	ANDRADE, Manuel Correia de	1			1
6	ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza		1		1
7	ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza BRAY, Silvio Castro		1		1
8	BECKER, Bertha K.	5	23	34	62
9	BECKER, Bertha K. EGLER, Claudio A.	3		2	5
10	BECKER, Bertha K. MACHADO, Lia Osorio			1	1
11	BECKER, Bertha K. STENNER, Claudio	1			1
12	BECKER, Bertha K. VIEIRA, Ima Célia Guimarães			1	1
13	CASTRO, Iná Elias de	1	1	4	6
14	CASTRO, Therezinha de	6		5	11
15	COSTA, Wanderley Messias da	2	4	5	11
16	COSTA, Wanderley Messias da THÉRY, Hervé			1	1
17	DAMIANI, Amélia Luisa		1	1	2
18	EGLER, Claudio A.			2	2
19	EVANGELISTA, Helio de Araujo			1	1
20	FAISSOL, Speridião LOPES, Cláudia Cerqueira VIEIRA, Sebastião			1	1
21	FARIA, Ivani Ferreira de			1	1
22	FERRARI, Maristela			1	1
23	FIGUEIREDO, Adma Hamam de			1	1
24	FIGUEIREDO, Adma Hamam de AJARA, César			1	1
25	GUIMARÃES, Raul Borges			1	1
26	HAESBAERT, Rogério			1	1
27	HAESBAERT, Rogério PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter	1			1
28	HORTA, Célio Augusto da Cunha			1	1
29	LIMA, Ivaldo Gonçalves de			1	1
30	MACHADO, Lia Osório		7	11	18
31	MACHADO, Lia Osorio HAESBAERT, Rogério RIBEIRO, Leticia Parente STEIMAN, R. PEITER, P. NOVAES, A.R.		1		1

32	MACHADO, Lia Osorio NOVAES, A. R. MONTEIRO, L. C. R.			1	1
33	MAGNOLI, Demétrio	2			2
34	MARTIN, André Roberto	1	1	1	3
35	MELLO, Marcus Pereira			1	1
36	MORAES, Antonio Carlos Robert	1		1	2
37	MOREIRA, Ruy			1	1
38	MOURA, Rosa			1	1
39	MUEHE, Dieter		1		1
40	NASCIMENTO, Saumíneo da Silva			1	1
41	NEVES, Gervásio Rodrigo		1		1
42	OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de	2			2
43	PENHA, Eli Alves	1	5	5	11
44	PENHA, Eli Alves MENDES, Andrea Ribeiro		1		1
45	PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter	1	2	2	5
46	PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter AZEVEDO, Nilce Moreira de		1	1	2
47	RIBEIRO, Wagner Costa	2		4	6
48	SCALZARETTO, Reinaldo MAGNOLI, Demétrio	1			1
49	SENA FILHO, Nelson de CASTRO, Juliani Ervilha B. de			1	1
50	SILVA, Altiva Barbosa da			2	2
51	SILVA, Armando Correa da			1	1
52	SOUZA, Marcelo José Lopes de		1		1
53	VESENTINI, José William	4	3	4	11
54	VICTER, Caio Costa DAMASIO, Frederico Augusto; Luiza MOREIRA, Deschamps Cavalcanti			1	1
Total		37	57	110	204

Elaboração: KAROL, Eduardo

A bibliografia de Geografia Política e Geopolítica escrita por geógrafos, no período de 1982 a 2012, tem um total de duzentos e quatro trabalhos: trinta e sete livros; cinquenta e sete capítulos de livros; e cento e dez artigos em periódicos.

GRÁFICO I



Elaboração: KAROL, Eduardo

No gráfico, Produção da Geografia Política e Geopolítica, pode-se observar que do total de publicações (204), visualiza-se uma quantidade maior de artigos publicados em periódicos (110), que corresponde quase ao dobro de capítulos de livros (57) e por uma unidade não chega ao triplo de livros (37).

O número de artigos em periódicos somado aos capítulos de livros revela a predominância e preferência dos geógrafos por ensaios. Pode-se conceber que o campo é hegemonizado por ensaístas, dado que existe uma quantidade pequena de obras consolidadas, ou seja, de livros. Soma-se a essa pequena quantidade, alguns livros que são resultantes de coletâneas de artigos, como por exemplo, *Geopolítica da Amazônia* (1982).

Os números absolutos de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos, não permite a visualização com maior precisão das publicações em três décadas. Com intuito de resolver a dificuldade apresentada, vamos listar a produção por décadas. Esse movimento permitirá visualizar em quais períodos os geógrafos se dedicaram à produção no campo mais intensamente.

Os quadros a seguir expressam o resultado do exercício. Estabelecemos duas formas de organizar os trabalhos por períodos. Na primeira forma, temos duas décadas inteiras (1990-1999 e 2000-2009) e dois intervalos de anos (1982-1989 e



2010-2012). Para a segunda forma, estabelecemos períodos por dez anos (1982-1991; 1992-2001; 2002-2011 mais o ano de 2012).

### QUADRO III – DEMONSTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE GEÓGRAFOS EM QUATRO PERÍODOS

Período	Livros	% em relação ao total	Capítulos de Livros	% em relação ao total	Artigos em Periódicos	% em relação ao total	Total de Trabalhos por períodos	% dos trabalhos por períodos
1982-1989	11	29,73	06	10,53	15	13,64	32	15,69
1990-1999	12	32,43	14	24,56	38	34,54	64	31,37
2000-2009	12	32,43	32	56,14	42	38,18	86	42,16
2010-2012	2	5,41	5	8,77	15	13,64	22	10,78
Total	37	100%	57	100%	110	100%	204	100%

Elaboração: KAROL, Eduardo.

### QUADRO IV – DEMONSTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE GEÓGRAFOS EM TRÊS DÉCADAS

Período	Livros	% em relação ao total	Capítulos de Livros	% em relação ao total	Artigos em Periódicos	% em relação ao total	Total de Trabalhos por períodos	% dos trabalhos por períodos
1982-1991	13	35,14	10	17,54	23	20,91	46	22,55
1992-2001	14	37,83	16	28,07	40	36,37	70	34,31
2002-2011 + 2012	10	27,03	31	54,39	47	42,72	88	43,14
Total	37	100%	57	100%	110	100%	204	100%

Elaboração: KAROL, Eduardo.

As duas formas que utilizamos para aferir os trabalhos dos geógrafos no campo não apresentaram tantas disparidades. Nos dois movimentos, percebe-se o crescimento da produção e conseqüente interesse na Geografia Política e Geopolítica no Brasil. Porém uma análise mais atenta, revelará que se deve relativizar o crescimento do número de publicações. Basta lançar mão do que foi publicado somente por Bertha K. Becker, junto com os colaboradores.

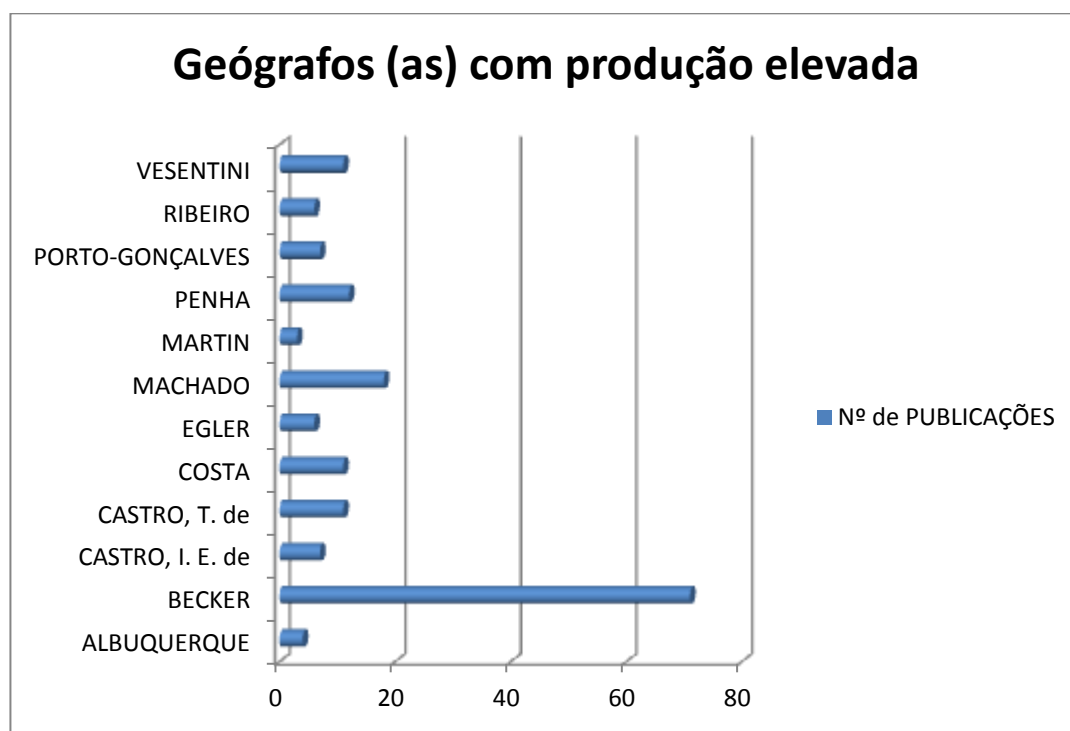
Bertha K. Becker tem nove livros publicados, sendo cinco de sua autoria e quatro em coautoria, ou seja, quase um quarto (24,32%) do total de trinta e sete (37) publicados no período. Em capítulos de livros não há coautoria, ela publica vinte e três capítulos de livros, o que representa 40,35% do total de cinquenta e sete (57). Em relação aos textos disseminados em periódicos, com cooperadores, conta trinta e oito do total de cento e dez, um pouco mais que um terço (34,54%). Do total de duzentos e quatro publicações, setenta são assinados por Bertha K. Becker e seus colaboradores perfazendo um terço do que foi publicado nos últimos trinta anos no campo no Brasil.

Os geógrafos que foram apresentados, em maioria, no levantamento acima, têm reduzida produção em Geografia Política e Geopolítica. Observa-se que uma minoria tem produção elevada dentro do campo. Considera-se produção elevada aqueles autores com mais de três publicações entre livros, capítulos de livros e artigos em periódicos, sendo possível agrupá-los ou tomá-los separadamente.

É preciso enfatizar que, em três décadas, grande parte dos geógrafos identificada com trabalhos no campo publicou muito pouco. Assim, constatamos a concentração em pequeno número de geógrafos com autoria de elevada proporção da literatura em Geografia Política e Geopolítica. Registramos também o enorme número de autores eventuais que contam quarenta e seis geógrafos(as). Entendemos que essa eventualidade corresponde a um campo extremamente fraco, em que geógrafos e geógrafas se aventuram sem a obrigação científica de consolidá-lo.

O gráfico, a seguir, expressa o pequeno número de autores com larga proporção de produção no campo.

## GRÁFICO II



Elaboração: KAROL, Eduardo.

O campo recebe contribuição dos geógrafos com constância durante as três décadas, no entanto as contribuições são exíguas considerando-se o número total de autores: cinquenta e oito. São doze autores com produção elevada. Vamos nomeá-los com a ressalva de que fazem parte de diferentes gerações, que atuaram e atuam na Geografia no Brasil desde os anos cinquenta do século XX: Therezinha de Castro (1930-2000); Bertha K. Becker (1930-2013); Lia Osório Machado; Iná Elias de Castro; Claudio Antonio Gonçalves Egler; José William Vesentini; Wanderley Messias da Costa; Andre Roberto Martin; Wagner da Costa Ribeiro; Eli Alves Penha; Carlos Walter Porto-Gonçalves; e Edu Silvestre Albuquerque.

Para não incorrer em erro de colocar esses geógrafos e geógrafas como se constituíssem um corpo homogêneo ligado ao Estado, necessitamos identificar cada um, expondo algumas características.

Therezinha de Castro – com onze publicações: seis livros e cinco artigos em periódicos – pode ser considerada muito ativa em relação à maioria dos geógrafos que produziu no campo em anos de renovação da Geografia no Brasil, que fique claro que veiculou uma Geografia Política e Geopolítica conservadora. Não

colaborou com modificações substanciais no campo. Tinha estreita ligação com os setores militares, é uma das poucas geógrafas, senão a única, que publicou livros na Editora da Biblioteca do Exército e artigos nas revistas da ESG e Defesa Nacional. Adaptou para a realidade brasileira a "Teoria da Defrontação", para sustentar a reivindicação do Estado brasileiro às terras geladas da Antártida. Teoria que foi criada com o objetivo de determinar os limites dos países da América do Sul em uma futura divisão do setor antártico, denominado: Quadrante Antártico Sul-americano ou Antártida Americana.

Bertha K. Becker não receberá nesse momento a devida atenção, porque nos capítulos finais desse trabalho trataremos de sua obra e relações. Mas deixemos claro desde já a sua ligação com o Estado.

Daqui em diante, iremos agrupar os geógrafos por instituições. Começamos com as professoras Lia Osório Machado, Iná Elias de Castro e o professor Claudio Antonio Gonçalves Egler que desenvolvem atividades acadêmicas no Departamento de Geografia da UFRJ. Lia Osório e Claudio Egler tiveram suas formações ligadas à professora Bertha K. Becker, colaboraram em diversos trabalhos e projetos.

A professora Lia Osório, mais tarde, construiu e consolidou sua própria trajetória, no entanto a marca – já tinha se consolidado em seu trabalho: fronteira e Amazônia. Atualmente discute as questões colocadas pela constituição de redes pelo tráfico de drogas ilícitas. Exemplo disso é o trabalho “Espaços Transversos: tráfico de drogas ilícitas e a Geopolítica da segurança” (2011). Coordenadora do Grupo Retis que desenvolveu para o Ministério da Integração Nacional, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, “A Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” (2005) (Anexo XXX, capa, e folha de rosto com as equipes).

A afinidade de Claudio Egler com as ideias beckerianas pode ser confirmada, não só pela cooperação na produção, mas também pela criação do Laboratório de Gestão do Território, junto com Bertha K. Becker e Mariana Miranda. Nesse lugar de produção científica, fabricaram-se matrizes para a discussão da questão territorial brasileira na ótica do Estado. A afirmação pode ser confirmada com dois trabalhos: *Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico econômico pelos estados da Amazônia Legal* (1997) e *O embrião do projeto geopolítico da modernidade no Brasil* (1989). No último capítulo vamos cotejá-los com documentos oficiais do governo brasileiro.

Para encerrar esse grupo sediado na UFRJ, temos a professora Iná Elias de Castro, como Lia e Egler não está ligada a ideias beckerianas, tem trajetória própria: coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território – GEOPPOL; desenvolve pesquisas em Geografia Política com temas da territorialidade das instituições políticas, os sistemas de representações e os sistemas políticos em diferentes escalas. Em seu último trabalho, faz adaptação das ideias de John Agnew com o intuito de reencantar a política na Geografia, mas no fundo é o retorno das discussões fragmentadas sobre a Geografia eleitoral.

O outro grupo visível com um bom número de trabalhos está sediado no Departamento de Geografia da USP. Guardadas as devidas diferenças, temos os nomes de José William Vesentini, Wanderley Messias da Costa, Andre Roberto Martin e Wagner Costa Ribeiro.

José William Vesentini é personagem que merece na história da Geografia no Brasil um capítulo à parte. Sua trajetória acadêmica pautou-se sobre as temáticas relativas ao Ensino de Geografia e Geografia Política/Geopolítica. Com a última temática apresentou oficialmente à comunidade geográfica o magnífico *A Geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra* (1988) de Yves Lacoste. Colaborou com o campo discutindo a implantação de Brasília, a teoria do imperialismo, as novas Geopolíticas, procurando superar visões ortodoxas. É notória sua aversão às teses marxistas transladadas para a Geografia. Não fossem as assessorias para governos estaduais e municipais, passaria ileso a crítica de que os geógrafos sempre têm compromisso com o poder.

Outra personagem que transitou pela renovação crítica que foi de encontro aos aparelhos de Estado, foi Wanderley Messias da Costa. Construiu sua trajetória com ideias inovadoras junto com Antonio Carlos Robert Moraes, até ser alçado à esfera nacional de poder. A publicação da tese de doutorado em livro foi uma contribuição significativa para o campo. Nas relações estabelecidas por dentro do Estado brasileiro, seu encontro com as ideias beckerianas possibilitou a realização de trabalhos sobre a Amazônia vista como recurso a ser potencializado. De um combate ao modo de produção capitalista que consome a natureza, Wanderley Messias da Costa passa a defender “bionegócios na selva”. Isso está registrado por Cristiane Segatto na revista *Época* e no programa *Roda Viva* da TV Cultura de São Paulo.

"Queremos fazer bionegócios já", afirma o coordenador do Probem, Wanderley Messias da Costa. A novidade está sendo apresentada às 500 empresas da região. Dez delas já acertaram parcerias com a Bioamazônia, a organização criada para fazer a ponte entre os centros de pesquisa e as empresas da região. Uma rede de 43 laboratórios está pronta para participar do projeto. Compõem a rede centros como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Butantan, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Instituto de Química da Universidade de São Paulo. (<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI194184-15224,00.html> acessado em 16/09/2013).

No programa Roda Viva, as intenções e interesses ficam mais claros,

**Paulo Markun:** Professor Wanderley, talvez fosse conveniente, antes de passar para os outros colegas aqui, explicar para o público, o que é esse acordo com a Novartis, porque nós estamos falando como se todo mundo soubesse dele, e na verdade, as pessoas não sabem. O que é exatamente? E em que pé está isso?

**Wanderley Messias da Costa:** Bem a...

[...]: E que explicasse também, Paulo, por que a Novartis...

**Paulo Markun:** Isso exatamente, lógico, que é um laboratório suíço, não é?

**Wanderley Messias da Costa:** Isso. Então a Bioamazônia é uma organização social, como já foi dito, é uma entidade de direito privado, qualificada pelo governo federal, para colaborar na implementação desse programa federal. Então é uma forma de terceirização de um programa federal em mãos de uma organização criada para esse fim. Ela tem um contrato de gestão com o governo, com várias metas para cumprir dentro desse programa, e recebe um repasse de recursos do governo para desempenhar esse trabalho. De outro lado, a Novartis é uma das dez maiores empresas farmacêuticas, é uma empresa líder nesse setor, é resultado da fusão de uma grande empresa – a Sandoz – e outra grande empresa – a Ciba-Geigy – que resultou, então, na Novartis. Ela deve ser a sexta ou a sétima empresa, fatura algo próximo a 32 bilhões de dólares por ano, aplica 2,8 bilhões de dólares em pesquisas de desenvolvimento em todo o mundo, no seu trabalho de desenvolvimento de drogas. Bem, nós, ao longo de 1998, ainda estruturando o Probem, visitamos várias capitais do mundo, entre elas, Zurique na Suíça. E nessas capitais todas, apresentávamos o Probem a empresários, representantes de ONGs e de setores de governo, e ali conhecemos representantes da Novartis na Suíça. Fomos procurados em janeiro de 1999 pelo presidente mundial da empresa, que se mostrou disposto a iniciar negociações para um acordo desse tipo. O que é o acordo? É um projeto de pesquisas, que prevê uma doação de dois milhões de francos suíços para a Bioamazônia, para que ela use livremente nas suas atividades, [para a] formação de recursos humanos etc. Mais de um milhão de francos suíços para aquisição de equipamentos, e mais um milhão de francos suíços, por ano, durante três anos, que totaliza aproximadamente quatro milhões de dólares pelo câmbio médio, dólar franco suíço, e que se destina a reunir um grupo de pesquisadores brasileiros, que vai fazer atividades de coleta na Amazônia, de micro-

organismos, isto é, fungos e bactérias; fazer o isolamento, a caracterização desses micro-organismos, produzir extratos deles, fazer análises químicas e bioquímicas deles. E a partir daí, partir para o desenvolvimento de produtos com base.

<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/608/entrevistados/> (acessado em 19/09/2013).

A participação de Wanderely, defendendo a economia capitaneada pelas grandes empresas, demonstra até que ponto um geógrafo de Estado se relaciona com práticas que não aparecem nos discursos acadêmicos, que ficam na sombra, sendo a tradução da produção mais ligada aos interesses estatais do que a uma sociedade participativa, que seja capaz de fazer a gestão dos recursos e, conseqüentemente, do seu futuro. É uma Geografia para o capital!

Andre Roberto Martin começa aparecer como personagem com expressão no final dos anos noventa. A ênfase do seu trabalho está na Geografia Regional e Política. Investiga, analisa e discute os seguintes temas: 1) fronteiras; 2) a questão nacional; 3) regionalismo e federalismo; 4) geo-política global. Uma de suas contribuições no campo está na releitura, por exemplo, da “tese da defrontação”, que interessa aos países sulamericanos em contradição com a “internacionalização”, que libera o acesso dos países do Norte às terras geladas da Antártida.

Wagner da Costa Ribeiro, como os demais geógrafos da USP citados anteriormente, é personagem constituído em tempos de renovação crítica e conservadora na Geografia no Brasil. Seu trabalho tem como principais temáticas: 1) políticas públicas ambientais; 2) relações internacionais e meio ambiente; 3) gestão dos recursos hídricos; 4) ordem ambiental internacional; e 5) cidade e meio ambiente. Ainda não mostrou predileção pelo desenvolvimento de projetos estatais, mas por outro lado é muito afeito às relações internacionais.

A apresentação dos geógrafos com expressão na produção no campo chega a três personagens que não devem ser considerados separadamente. É necessário algumas linhas sobre suas práticas na Geografia.

Eli Alves Penha é pesquisador nas seguintes instituições: Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE; na UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Colabora na Escola Superior de Guerra. Seu trabalho tem como principais temáticas: 1) Geopolítica externa; 2) Brasil-África; 3) Atlântico Sul. Sua afinidade com as ideias beckerianas pode ser atestada pela orientação de Bertha K. Becker,

tanto no mestrado como no doutorado. Sua colaboração com a ESG lhe rendeu o título de conferencista especial.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, “um ourives das palavras”, geógrafo com participação essencial no processo de renovação crítica da Geografia no Brasil, atua com pesquisas em Geografia Social, onde veicula as ideias de que é possível o diálogo entre o conhecimento com as populações locais da Amazônia, por exemplo, os seringueiros e o saber acadêmico. Está ideologicamente distante dos geógrafos apresentados anteriormente, isso é preciso ser dito devido à sua formação ter sido constituída institucionalmente na UFRJ. Todavia sua formação política, sobretudo, se deve ao relacionamento de escuta e respeito junto aos movimentos sociais.

É da geração recente Edu Silvestre de Albuquerque, que se junta ao conjunto de geógrafos do campo. Atua fora dos dois centros mais ativos da Geografia Política e Geopolítica, São Paulo e Rio de Janeiro. É professor adjunto na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG-PR, aborda, como temas principais de pesquisa, a Geopolítica e as relações internacionais. A principal contribuição tem sido em consolidar o Simpósio Nacional de Geografia Política com a criação de uma rede de pesquisadores interessados nas temáticas do campo. É coordenador da primeira “Revista de Geopolítica” com continuidade organizada por geógrafos no Brasil.

Esperamos ter demonstrado com elementos visíveis algumas características dos geógrafos envolvidos com as práticas estatais que têm expressão de produção no campo, e indicado às afinidades e relações entre as diferentes gerações que coexistem.

#### 3.4.1.2 – OS NÚMEROS E OS PERIÓDICOS

No resultado absoluto do levantamento da produção em Geografia Política e Geopolítica no Brasil, a quantidade de cento e dez artigos em periódicos deve ser esmiuçada. Quais são os periódicos? Quais as instituições que os organizam e suas localidades?



No levantamento, encontram-se quarenta e nove<sup>58</sup> títulos de periódicos. Desses, trinta e dois são nacionais e dezesseis estrangeiros. Entre os nacionais podemos destacar oito com mais de três artigos publicados: 1) Revista Brasileira de Geografia (IBGE); 2) Brasil em Números (IBGE); 3) Parcerias Estratégicas (CGEE); 4) Território (LAGET/UFRJ); 5) Revista do Departamento de Geografia (USP); 6) Grifos (UNOCHAPECÓ); 7) Estudos Avançados (IEA); 8) Revista da Escola Superior de Guerra.

No conjunto de periódicos citados foram publicados quarenta e oito artigos. É preciso relativizar os números, dado que somente um exemplar da Grifos publicou quatro artigos em um dossiê sobre Geopolítica. O quadro, a seguir, demonstra os títulos das revistas, a quantidade de artigos publicados, a quantidade de fascículos diferentes e a localização da instituição responsável.

#### QUADRO V – PERIÓDICOS COM MAIOR PRODUÇÃO DOS GEÓGRAFOS

Títulos das Revistas	Nº de Artigos	Nº de Fascículos	Localização
Revista Brasileira de Geografia (IBGE)	12	9	Rio de Janeiro
Brasil em Números (IBGE)	9	9	Rio de Janeiro
Parcerias Estratégicas (CGEE)	6	4	Brasília
Território (LAGET/UFRJ)	6	5	Rio de Janeiro
Revista do Departamento de Geografia (USP)	5	5	São Paulo
Grifos (UNOCHAPECÓ)	4	1	Santa Catarina
Estudos Avançados (IEA)	3	3	São Paulo
Revista da Escola Superior de Guerra (ESG)	3	3	Rio de Janeiro
Total	48	39	

Organização: KAROL, Eduardo.

Do total de cento e dez artigos, quarenta e oito (43,63%) encontram-se concentrados em oito periódicos. Desse subtotal (48) temos vinte e um artigos (43,75%) em dois títulos do IBGE. Se considerarmos a localização das instituições que organizam as publicações, encontramos quatro no Rio de Janeiro, ou seja, metade dos títulos com trinta artigos (62,5%), duas em São Paulo com dois títulos e oito artigos (16,7%), uma em Brasília-DF com um título e seis artigos (12,5%) e, por fim, uma em Santa Catarina com quatro títulos (8,3%) da amostra de quarenta e oito.

<sup>58</sup> O artigo de NASCIMENTO (2003) não se encontra em um periódico formal, está disponível em <http://www.guiaolog.com.br/ARTIGO474.htm> (acessado em 12/04/2012).

Esperamos com o exercício ter identificado e mostrado que a produção da Geografia Política e Geopolítica se concentra entre instituições e personagens localizados no Rio de Janeiro e São Paulo.

#### 3.4.1.3 – O DISCURSO DOS “MAIS” PRODUTIVOS NO CAMPO

Quais os discursos difundidos pelos geógrafos considerados com produção elevada em Geografia Política e Geopolítica?

De início, podemos dizer que, de maneira geral, estão localizados em conjunturas que priorizam os discursos sobre nova ordem mundial e o meio ambiente. Temas e questões que surgem na conjuntura pós ‘Guerra Fria’, como confrontos civilizacionais, aquecimento global, lutas dos movimentos sociais, finanças globais e redes mundiais de comunicação, ganham lugar nos debates e publicações do final do século XX e início do XXI (Ó THUATAIL, 1998, p.i).

Isso não quer significar que produções sobre a Geopolítica imperialista e a ‘Guerra Fria’ tenham sido superadas e abandonadas. Os geógrafos sempre se viram obrigados a fazer um histórico que remetesse ao surgimento da Geografia Política e Geopolítica e que expusesse o seu declínio e retomada no pós-guerra.

A realidade de conflito entre os Estados não foi superada nos estudos, passando-se a identificar o alinhamento com as “potências” militares. A Geografia com base em outras formas de unidades políticas e/ou unidades multinacionais, como sugeriu Saul Bernard Cohen, foi negligenciada no pós Segunda guerra. Só mais tarde com a formação de blocos econômicos, as ideias apresentadas por Cohen foram tratadas, mesmo assim no caso brasileiro, desconsiderando-se aquele autor.

A discussão da utilização e preservação da natureza obtém grande importância no meio acadêmico, empresarial, estatal e dos movimentos sociais nos anos noventa. Não se deve esquecer que em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a Convenção da ONU para o Meio Ambiente, que foi consagrada com o título de ECO-92.

Pode-se dizer que o meio ambiente tornou-se um paradigma na crise estrutural do capitalismo, mais clara no mundo todo nos anos setenta do século XX,

com a crise econômica gerada a partir da redefinição e organização dos países produtores de petróleo, entre outros motivos.

A partir de então, passa-se a discutir modelos de desenvolvimento que levem em conta a “utilização” e “preservação da natureza”. O debate se torna presente nas discussões e relações entre os Estados, empresários, cientistas e movimentos sociais.

É preciso salientar que a discussão sobre a utilização, preservação da natureza está inserida em uma conjuntura onde “a propensão destrutiva do impulso prometeico” tornou-se clara e objetiva. A crítica é eficaz porque as pressões pela acumulação de capital, baseado na utilização da natureza tem duplo processo, por um lado fomenta o avanço tecnológico e por outro revela o seu enorme impulso destrutivo.

A preocupação com a deterioração geofísica, em termos ecológicos, arregimenta adeptos em todos os setores da sociedade, principalmente na classe empresarial. A premissa é simples: admite-se o pendor autodestrutivo do capitalismo histórico em ritmo crescente e acelerado. No entanto, a proposição de solução é frágil, pois a natureza transformada em mercadoria aparece com nomes de ‘despoluição’, ‘reciclagem’, ‘preservação ambiental’ entre outros (WALLERSTEIN, 2002, p. 180).

O debate no Brasil sobre o desenvolvimento ganha novos contornos quando o modelo econômico vigente até os anos oitenta se esgota e ganham visibilidade os movimentos de reivindicação por melhores condições de vida e mais tarde ‘a defesa da natureza’. Devemos lembrar que quando no mundo todo se percebe a crise estrutural do capitalismo, no Brasil se vive à época do milagre econômico capitaneado pelo domínio dos militares nas instituições estatais. Quase nada foi explicitamente criticado no projeto geopolítico dos militares brasileiros e a consequente adesão de geógrafas como Bertha K. Becker que frequentou o poder por décadas.

O papel do Estado intervencionista ainda se faz presente na organização do território brasileiro. E lá estão presentes os geógrafos de Estado a serviço muitas vezes do grande capital das empresas transnacionais.

De uma geração de geógrafos, comprometida com as políticas estatais, surgem outros que objetivam questionar as políticas estatais e constroem aliança com outros cientistas atentos às práticas sociais de reivindicações por movimentos

organizados. O que não quer dizer que geógrafos comprometidos com as políticas estatais tenham desaparecido ou perdido espaço nas instituições acadêmicas e esferas de poder.

### 3.5 – TESES E DISSERTAÇÕES EM GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

O inventário das teses e dissertações em Geografia Política e Geopolítica, não é exaustivo, mas sim exemplar. Foi construído em pesquisa junto ao banco de teses da CAPES<sup>59</sup>. Utilizou-se a ferramenta de busca do site, onde priorizamos os assuntos ‘Geografia Política’ e ‘Geopolítica’. A ferramenta apresenta a possibilidade de acessar às teses e dissertações por ano de publicação e ainda diferenciando doutorado e mestrado.

Nos resultados provenientes da busca, optou-se pela escolha dos trabalhos apresentados nos programas de pós-graduação em Geografia<sup>60</sup>, junto à constatação da existência de elementos identificadores do campo.

Constata-se que na Geografia o aumento do número de programas e, conseqüentemente, a produção em Geografia Política e Geopolítica é recente. Para exemplificar a busca, preenche-se o assunto com a palavra ‘Geopolítica’ marcando “expressão exata” mesclando com o nível de ‘doutorado’ e o ano de 1991: encontram-se dois resultados, as teses de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa. Desse modo fomos rastreando a produção e registrando os resultados.

A consulta teve como resultado o número de trinta e quatro teses e trinta e duas dissertações de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação em

---

<sup>59</sup> É necessário esclarecer que esse procedimento tem os seguintes problemas: 1) trabalhos que não foram disponibilizados pelos programas ou seus autores; 2) trabalhos que não trazem as palavras procuradas, mas que os autores julgam ser do campo. Pode haver outros problemas, no entanto resolvemos correr o risco de talvez ocultar algumas produções.

<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do> (acessado em 16/05/2011).

<sup>60</sup> Segundo a CAPES, atualmente existem 52 Programas e Cursos de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. 22 somente com mestrado, 2 com mestrado profissional e 28 com mestrado e doutorado. Explicitamente não existe nenhuma linha que considere a Geografia Política e Geopolítica, porém há muitos programas que incluem o campo em ordenamento do território, gestão do território, Geografia humana, entre outros rótulos.

<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&codigoGrandeArea=70000000&descricaoGrandeArea=C1%CANCIAS+HUMANAS+> (acessado em 24/01/2013).

Geografia, nível de doutorado e mestrado. Constatou-se ainda que o crescimento do número de teses e dissertações ocorreu no final dos anos noventa do século XX.

Excetuando-se Altiya Barbosa da Silva (1, 2)<sup>61</sup>, Eli Alves Penha (16, 25), Vicente Paulo dos Santos Pinto (20, 29) e Antonio Marcos Roseira (3, 4) que escreveram dissertação e tese, todos demais pesquisadores fizeram uma ou outra. Os autores são indicados pelo nome, com o número de ordem do anexo entre parênteses e a palavra chave principal do trabalho entre colchetes.

As dissertações apresentadas na Universidade de São Paulo são em número de treze e têm como palavra-chave principal 'fronteira'. Altiya Barbosa da Silva (1) [teoria], Andre Luiz de Almeida (2) [poder aéreo], Antonio Marcos Roseira (3) [fronteira], Circe da Fonseca Vidigal (4) [Amazônia], Edilson Adão Cândido da Silva (5) [fronteira], Filipe Giuseppe Dal Bó Ribeiro (6) [Geografia militar], Herbert Schutzer (7) [política externa], Laércio Furquim Júnior (8) [fronteira], Luiz Carlos Batista (9) [fronteira], Marcos Toyansk Silva Guimarães (10) [Turquia, Geopolítica], Maria Irene de Conte (10) [fronteira, integração], Oscar Medeiros Filho (12) [forças armadas, América do Sul], Paulo Miranda Favero (13) [globalização do futebol].

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram sete tendo como palavra-chave principal 'território': Davi Viuge Iff de Mattos (14) [logística], Elen Araujo de Barcellos Gamarski (15) [território], Eli Alves Penha (16) [Estado], João Eduardo de Alves Pereira (17) [ciência e tecnologia], Jurandyr Carvalho Ferrari (18) [território], Maria Goretti da Costa Tavares (19) [território] e Vicente Paulo dos Santos Pinto (20) [território].

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro foram três: Friederich Brum Vieira (21) [teoria], Ronaldo Wilken (22) [política externa], e Rosilane Ribeiro Maralhas (22) [governo militar, Estado].

Na Universidade Federal de Goiás foram duas: Jean Molinari (24) [ensino] e Marajá João Alves de Mendonça Filho (25) [poder, defesa nacional].

Na Universidade Federal Fluminense, Rodrigo Pina de Sousa (26) [imperialismo, código geopolítico]. Na Universidade de Brasília, Marcio Gimene de Oliveira (27) [fronteira]. Na Universidade Federal de Santa Catarina, Maristela Ferrari (28) [fronteira]. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rogério Madruga Gandra (29) [meio ambiente]. Na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Rosane

---

<sup>61</sup> Os números representam a ordem dos autores nos anexos IV e V.

Salache de Souza (30) [política externa]. Na Universidade Federal da Bahia, Thiago de Araujo Mendes (31) [território marítimo]. E na Universidade Federal de Uberlândia, Sandra Rodrigues Braga Machado da Fonseca (32) [movimento social]. (Anexo IV – DISSERTAÇÕES GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA).

As teses na Universidade de São Paulo contam dezoito autores: Alberto Pereira dos Santos (1) [religião] Altiva Barbosa da Silva (2) [fronteira], Antonio Carlos Robert Moraes (3) [território], Antonio Marcos Roseira (4) [Brasil – Integração Regional], Bernardo Palhares Campolina Diniz (5) [região], Celso Roberto de Brito (6) [poder local, movimento social], Gilberto Souza Rodrigues Júnior (7) [território, água], Gloria Maria Vargas Lopes de Mesa (8) [Colômbia – território], João Phelipe Santiago (9) [teoria], José Levi Furtado Sampaio (10) [Estado], Matheus Hoffmann Pfrimer (11) [Bolívia – Água], Michele Tanckman Candido da Silva (12) [rede], Moacir Nunes e Silva (13) [máfia], Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim (14) [Estado – Planejamento], Ricardo José Batista Nogueira (15) [Amazônia – fronteira], Roberto Monteiro de Oliveira (16) [território], Wagner Costa Ribeiro (17) [meio ambiente], Wanderley Messias da Costa (18) [teoria].

Na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus de Rio Claro com duas publicações, Edilson Alves de Carvalho (19) [Estado] e Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo (20) [teoria, personagem].

Na Universidade Federal de Uberlândia, Aguinaldo Alemar (21) [direito, meio ambiente], Ronaldo da Silva (22) [Integração Regional], Sandra Rodrigues Braga (23) [Brasil, partidos].

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em número de cinco, Andre Reys Novaes (24) [fronteira], Eli Alves Penha (25) [política externa], Helio de Araujo Evangelista (26) [território – fusão – Guanabara – Rio de Janeiro], Sarita Albagli (27) [Geopolítica – meio ambiente], Vicente Paulo dos Santos Pinto (28) [território].

Na Universidade Federal Fluminense, Ivaldo Gonçalves de Lima (30) [Amazônia, rede] e Nazira Correia Camely (31) [meio ambiente, ONG]. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jones Muradás (29) [fronteira]; na Fundação Universidade Federal de Sergipe, Saumíneo da Silva Nascimento (32) [agricultura brasileira]; e na Universidade de Campinas, Elói Martins Senhoras (33) [América do Sul – regionalização], Leandro Dias de Oliveira (34) [desenvolvimento sustentável]. (Anexo V – TESES GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA).

Do total absoluto das teses e dissertações, queremos dar destaque a quatro personagens que se repetem com grande expressão no campo. Aqui é necessário considerar que são oriundos das duas instituições que contém programas de pós-graduação mais antigos.

#### QUADRO VI – GEÓGRAFOS COM MAIOR NÚMERO DE ORIENTAÇÕES

	Orientadores	Instituição	Número de trabalhos orientados		Total
			Mestrado	Doutorado	
1	Andre Roberto Martin	USP	06	03	09
2	Bertha Koiffmann Becker	UFRJ	04	03	07
3	Jose William Vesentini	USP	01	03	04
4	Wanderley Messias da Costa	USP	02	05	07

Fonte: Bancos de Teses – Capes, 2011.

Apresentaremos os dados relativos aos anos da defesa da tese ou dissertação com o intuito de visualizar as diferenças no tempo de término dos orientados, tentando assim não dar a impressão de que os números definam o papel e a importância de cada um no campo. Isso porque as personagens têm um número elevado de orientações em seus currículos. A título de exemplificação, veja nos anexos, Bertha K. Becker tem quarenta orientações desde o ano de 1976, sendo vinte e oito no mestrado e doze no doutorado.

#### QUADRO VII – GEÓGRAFOS COM MAIOR NÚMERO DE ORIENTAÇÕES SEGUNDO O ANO

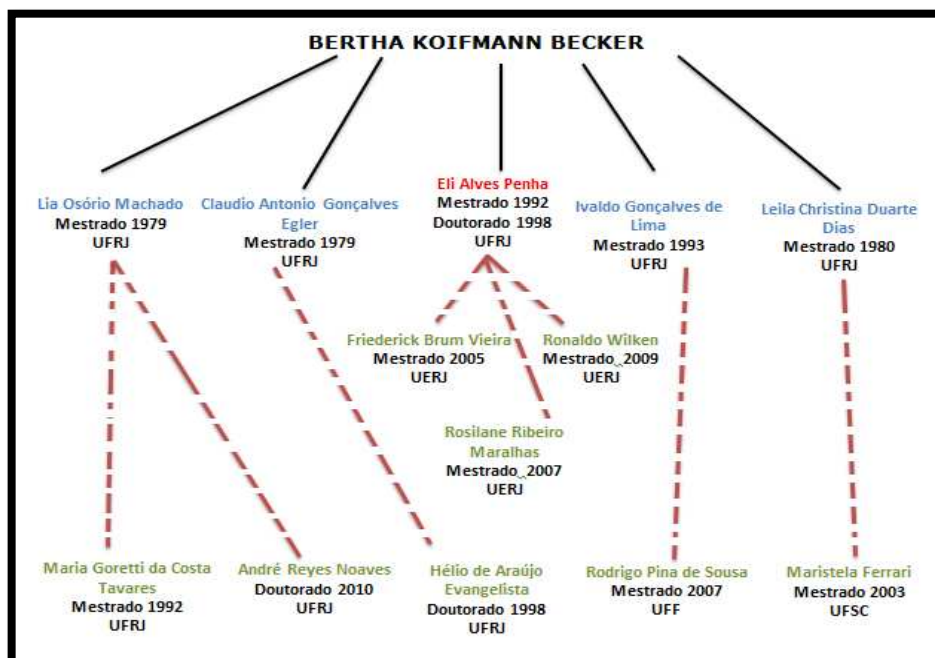
Geógrafo	Ano da Orientação	Mestrado	Doutorado
André Roberto Martin (USP)	2000	1	
	2002		1
	2006	1	
	2008	1	
	2009	1	1
	2010	2	1
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>3</b>
Bertha Koiffmann Becker (UFRJ)	1992	2	
	1997	1	1
	1998		1
	2004	1	1
	<b>Total</b>		<b>4</b>

Wanderley Messias da Costa (USP)	1999		2
	2005	1	
	2006	1	1
	2007		1
	2011		1
<b>Total</b>		<b>2</b>	<b>5</b>
José William Vesentini (USP)	2007	1	
	2008		1
	2010		1
	2011		1
<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>3</b>

Fonte: Bancos de Teses – Capes, 2011.  
Organização: KAROL, Eduardo.

A apreciação das relações entre os orientadores, orientandos e suas instituições, pode ser apreciada no esquema abaixo. A árvore mostra como vai se constituindo a reprodução dos geógrafos no campo.

FIGURA 1 – ÁRVORE DA REPRODUÇÃO DE GEÓGRAFOS NO CAMPO A PARTIR DE BERTHA K. BECKER



Organização: KAROL, Eduardo  
Confeção: LUCAS, Fernanda.



Bertha K. Becker, na UFRJ, orientou Lia Osorio Machado (Mestrado, 1979), Claudio Egler (Mestrado, 1979), Eli Penha (Mestrado 1992 e Doutorado 1998), Ivaldo Lima (Mestrado, 1993) e Leila Dias (Mestrado, 1980).

Lia Osorio orientou Maria Goretti e André Reys (Mestrado, 1992).

Claudio Egler orientou Hélio Evangelista (Doutorado, 1998).

Eli Penha orientou, no mestrado na UERJ, Friederick Brum Vieira (2005), Ronaldo Wilken (2009) e Rosilane Ribeiro Maralhas (2007).

Ivaldo Lima orientou na UFF, Rodrigo Pina de Sousa (Mestrado, 2007).

Leila Dias orientou no mestrado na UFSC, Maristela Ferrari (2003).

A manutenção da formação em Geografia Política e Geopolítica nos leva a afirmar que há uma tênue garantia de reprodução no campo, pois as ligações (redes) institucionais vão se tornando complexas à medida que novas relações de trabalho, por exemplo, na análise do território, se consolidam.

Não se parte do ideário de que a influência do orientador determina os rumos da pesquisa e do orientando, mas de que as afinidades que são eleitas pelos sujeitos propiciam a manutenção, controle da produção e criação do conhecimento científico.

Com o intuito de confirmar a ideia anterior, vejamos a relação que se estabeleceu entre Armando Corrêa da Silva (1931-2000), Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa na USP. Pode-se dizer que tanto um quanto outro são da linhagem de Armando – brilhante “geógrafo” que almejava colocar o “espaço no lugar” – que era avesso às ligações com o Estado, pois viveu a conjuntura de caça aos comunistas na sociedade em geral e na universidade em particular.

Os discípulos flertaram com o Estado e trabalharam em projetos com a participação de Bertha K. Becker. Guardadas as devidas diferenças, isso pode ser atestado nas publicações oficiais do Ministério da Integração com relação a Antonio Carlos Robert Moraes e no Ministério do Meio Ambiente com Wanderley Messias da Costa. A distinção precisa ser feita, pois MORAES não aprofundou essa relação como fez COSTA.

A afinidade de geógrafos com os trabalhos para o Estado propicia alianças que parecem esdrúxulas, mas que no fundo só revelam o que sempre foram, defensores da ordem estabelecida.

Após algumas afinidades serem observadas, passamos a outros aspectos sobre a apresentação das teses e dissertações. São eles, o estudo do território, a contemporaneidade dos temas e a produção das ideias formuladas em grandes universidades brasileiras.

O primeiro aspecto que constatamos, após avaliar o levantamento de teses e dissertações, é a permanência da análise do território. Essa situação indica que a tradição de estudos territoriais no campo se mantém como nos primeiros teóricos e se renova quando se alia à escala de análise, relacionando local-regional-global. O território é analisado para além das suas características físicas, o que permite a formulação de ideias de territorialidade, des-territorialidade, re-territorialidade, na busca dos movimentos que os sujeitos realizam em suas construções societárias.

O segundo é a contemporaneidade dos temas, confirmando a classificação de Ó THUATAIL (1998, p. 5) sobre Geopolítica da nova ordem mundial e do meio ambiente. Com estudos sobre as problemáticas atuais os geógrafos atualizaram as análises e participaram do debate na modernidade. Nesse aspecto existe uma variedade de exemplos, mas basta a citação da discussão sobre a água. São três trabalhos que apresentam a água como elemento de disputa entre Estados (RODRIGUES JÚNIOR, 2010), no interior de um Estado Nacional (PFRIMER, 2010) e o Estado e o Direito Internacional (ALEMAR, 2006).

O terceiro é a concentração da produção de ideias em instituições localizadas em grandes cidades do Sudeste. Nos programas de pós-graduação do Departamento de Geografia da USP e UFRJ – com mais tempo de existência – tem-se o total de quarenta e três teses e dissertação, o que representa 65,15% da amostra de sessenta e seis.

Há o domínio quase que absoluto da produção, o que configura uma Geopolítica do conhecimento no campo. Os dois programas que, por razões diversas, são os melhores ranqueados pela CAPES, conseguem atrair geógrafos de todas as localidades do Brasil e também de outros países. Recentemente esse quadro vem se alterando com a abertura de novos programas, mas ainda não altera a correlação de forças entre as instituições de produção da Geografia Política e Geopolítica no Brasil.

QUADRO VIII – NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES ORIENTADAS NA USP,  
REFERENTES À GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA – 1990-2011

	Orientadores	Instituição	Número de trabalhos orientados		Total
			Mestrado	Doutorado	
1	Andre Roberto Martin	USP	06	03	09
2	Antonio Carlos Robert Moraes	USP	00	01	01
3	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	USP	02	00	02
4	Armando Correa da Silva	USP	00	02	02
5	Francisco Capuano Scarlato	USP	00	02	02
6	Heinz Dieter Heidermann	USP	01	00	01
7	Jose William Vesentini	USP	01	03	04
8	Marcelo Martinelli	USP	00	01	01
9	María Mónica Arroyo	USP	01	00	01
10	Wagner Costa Ribeiro	USP	00	01	01
11	Wanderley Messias da Costa	USP	02	05	07
TOTAL			13	18	31

Fonte: Bancos de Teses – Capes, 2011.

QUADRO IX – NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES ORIENTADAS NA UFRJ  
REFERENTES À GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA – 1992-2010

	Orientadores	Instituição	Número de trabalhos orientados		Total
			Mestrado	Doutorado	
1	Bertha Koiffmann Becker	UFRJ	04	03	07
2	Claudio Antonio Gonçalves Egler	UFRJ	00	01	01
3	Frederic Jean Marie Monie	UFRJ	01	00	01
4	Iná Elias de Castro	UFRJ	01	00	01
5	Lia Osório Machado	UFRJ	01	01	02
TOTAL			07	05	12

Fonte: Bancos de Teses – Capes, 2011.

QUADRO X – NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES ORIENTADAS EM VÁRIAS INSTITUIÇÕES, REFERENTES À GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA – 1992-2011

	Orientadores	Instituição	Número de trabalhos orientados		Total
			Mestrado	Doutorado	
1	Andre Roberto Martin	USP	06	03	09
2	Antonio Carlos Pinheiro	UFG	01	00	01
3	Antonio Carlos Robert Moraes	USP	00	01	01
4	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	USP	02	00	02
5	Arlete Moysés Rodrigues	UNICAMP	00	01	01
6	Armando Correa da Silva	USP	00	02	02
7	Barbara-Christine Marie Nentwig Silva	UNESP RIO CLARO	00	01	01
8	Bertha Koiffmann Becker	UFRJ	04	03	07
9	Claudete de Castro Silva Vitte	UNICAMP	00	01	01
10	Claudio Antonio Gonçalves Egler	UFRJ	00	01	01
11	Edu Silvestre de Albuquerque	UEPG	01	00	01
12	Eli Alves Penha	UERJ	03	00	03
13	Francisco Capuano Scarlato	USP	00	02	02
14	Frederic Jean Marie Monie	UFRJ	01	00	01
15	Gervasio Rodrigo Neves	UFRGS	00	01	01
16	Heinz Dieter Heidermann	USP	01	00	01
17	Iná Elias de Castro	UFRJ	01	00	01
18	Ivaldo Gonçalves de Lima	UFF	01	00	01
19	Jose William Vesentini	USP	01	03	04
20	Josué Modesto dos Passos Subrinho	FUFSE	00	01	01
21	Leila Christina Duarte Dias	UFSC	01	00	01
22	Lia Osório Machado	UFRJ	01	01	02
23	Luis Alberto Basso	UFRGS	01	00	01
24	Marcelo Martinelli	USP	00	01	01
25	Marcio Piñon de Oliveira	UFF	00	01	01

26	Maria Geralda de Almeida	UFG	01	00	01
27	María Mónica Arroyo	USP	01	00	01
28	Marilia Steinberger	UnB	01	00	01
29	Rubens de Toledo Junior	UFBA	01	00	01
30	Ruy Moreira	UFF	00	01	01
31	Samuel do Carmo Lima	UFU	00	01	01
32	Silvio Carlos Bray	UNESP RIO CLARO	00	01	01
33	Vânia Rubia Farias Vlach	UFU	01	02	03
34	Wagner Costa Ribeiro	USP	00	01	01
35	Wanderley Messias da Costa	USP	02	05	07
TOTAL			32	34	66

Fonte: Bancos de Teses – Capes, 2011.

A observância das instituições e dos geógrafos que fazem o trabalho de orientação dos estudantes de pós-graduação, condiciona que os lugares da produção da Geografia Política e Geopolítica estão relacionados às universidades localizadas nos grandes centros urbanos do Brasil. Esse raciocínio aparente pode levar a crer que outros lugares devem ser desconsiderados. Para não incorrer nessa virtualidade, deve-se lembrar que a ciência é, ao mesmo tempo, local e global, particular e universal, provinciana e transcendental, o que permite pensar a produção em rede e discutir que os cursos e seus laboratórios das instituições localizadas em grandes centros urbanos têm controle e fronteiras bem definidas na divisão científica do trabalho.

Isso pode ser exemplificado com a escolha, formação e qualificação de mestres e doutores nos programas de pós-graduação nas grandes universidades. Estrategicamente a afinidade entre “mestre e discípulo” é a forma de controle e acesso ao conhecimento que garante as relações para além do campo científico do qual são representantes.

São mais do que personagem de uma trama a se realizar. São cientistas/especialistas dedicados a serviço, bem definido, no planejamento e execução de políticas territoriais. Assim pode-se considerar que a construção de afinidades entre os geógrafos define muitas vezes, as relações que vão se configurando no campo.

### 3.6 - ENCONTROS, CONGRESSOS, SIMPÓSIOS E A GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Nas três últimas décadas de profundas transformações da Geografia no Brasil, os encontros, congressos e simpósios foram à arena de debate e apresentação das ideias produzidas por geógrafos e geógrafas. Julgamos também ser uma excelente oportunidade para perceber como as afinidades se soldam em eventos diversos.

Tomamos como referência os encontros e congressos realizados sob os auspícios da Associação dos Geógrafos Brasileiros, por entender que é a legítima representante dos alunos de graduação, pós-graduação, professores de todos os níveis e técnicos. Novamente não se busca uma análise exaustiva, mas sim exemplar.

De 1982 a 2012 foram realizados treze encontros e três congressos nacionais. A Geografia Política e Geopolítica<sup>62</sup> foi tratada, implícita ou explicitamente, por poucos geógrafos nos eventos. Vejamos algumas evidências da presença da temática, que tende a ser exemplar e não exaustiva.

No 5º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado na cidade de Porto Alegre (1982), constou da programação a realização do simpósio “Geografia e Poder: o Estado nacional na nova ordem mundial”. Entre os eixos de organização do evento, existia o intitulado “O Estado”. Nos anais, livro 2/volume II está publicado o texto “Espaço e Política: reflexões sobre a significância da escala local” de Bertha K. Becker (5º ENG, 1982, p. 59-72). No caderno de teses e resoluções, livro 1 tem a recomendação de que “Se favoreça o debate para a desmistificação do termo ‘Geopolítica’, trabalhando para sua compreensão e aprofundamento” (5º ENG, 1982, p. 37). Ou seja, se reconhecia a importância da temática e se pedia empenho em estudá-la, com o intuito de superar os problemas que negligenciaram seu tratamento nos anos sessenta e setenta.

---

<sup>62</sup> No III Simpósio Nacional de Geografia Política, foi apresentado o trabalho “Geografia Política: disseminação da produção científica nos anais do ENG e da ANPEGE” de autoria de TEIXEIRA; SILVA, 2013.

Avançando uma década, em 1992 realizou-se em Presidente Prudente o 9º ENG, com o título de “Geografia, Democracia e a (Des) Ordem Mundial”. Os eixos “América Latina: passado, presente e futura” e “A crise do Estado Brasileiro” proporcionam o debate, naquele momento, das questões políticas relativas à Amazônia, aos militares, à política ambiental e ao planejamento territorial. Ainda nos resumos encontram-se contribuições científicas na seção Geopolítica Mundial Contemporânea.

Em Vitória da Conquista – BA, foi realizado o 11º ENG intitulado “A Geografia Brasileira e as transformações no trabalho e no espaço” no ano de 1998. Encontram-se no caderno de resumos os trabalhos de Hélio de Araújo Evangelista, A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro segundo uma perspectiva geográfica (p. 41); de Ivaldo Lima, Geografia Política do Desenvolvimento Local (p.61); e de Cileia Claudia de Oliveira, Luiz Antonio Alves de Oliveira e Alice Y. Asari, Geopolítica: um resgate histórico.

No 13º ENG, “Por uma Geografia Nova na construção do Brasil”, em 2002 tem-se uma flagrante opção por um debate político das temáticas. Isso pode ser constatado nos eixos “Natureza, Espaço e Política” e “Sociedade, Espaço e Política”. A proposição desses eixos visava superar as dicotomias recorrentes entre natureza e sociedade. Os trabalhos<sup>63</sup> reunidos nesses eixos procuravam apresentar processos mais interligados de leitura geográfica da realidade.

“O Espaço não para, por uma AGB em movimento” foi o título do 15º ENG, realizado em São Paulo no ano de 2008. No eixo Pensamento Geográfico, tem-se uma seção intitulada “Geopolítica e Fronteiras do Mundo” com o total de vinte e dois trabalhos (p. 23-24). No eixo Natureza-Meio Ambiente, tem-se uma seção com o nome de Política Ambiental com um total de vinte e cinco trabalhos (p. 91-93). E por fim o eixo Cidade-Urbano com a seção Geografia Política onde se encontram dezoito trabalhos (p. 117-118). Essa pluralidade de abordagens em três eixos demonstra o quanto o tema da política tem preocupado os geógrafos.

Façamos menção aos Congressos, realizados de dez em dez anos permitem aos geógrafos um balanço do que foi produzido e qual o debate está sendo realizado na Geografia no Brasil. Em 1994 realizou-se em Curitiba o 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG, com o título geral de “Velho Mundo – Novas

---

<sup>63</sup> Nos anais do encontro, encontra-se um total de 1135 trabalhos, dos quais 62 são de Geografia Política, perfazendo 5,4% em relação ao total (TEIXEIRA; SILVA, 2013, p. 108).

Fronteiras: perspectivas da Geografia brasileira”. Tinha o eixo Geografia, Política e Tecnologia que teve a participação de nove geógrafos divididos em mesas redondas para dinamizar o trabalho. Já no 6º CBG, “Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI”, realizado em Goiânia em 2004, o eixo não indica explicitamente o caráter político, Território, Região e Rede. No entanto uma busca a trabalhos<sup>64</sup> nos anais ajuda a confirmar a existência da temática. São exemplos, os trabalhos “A Geopolítica do Futebol” de Paulo Miranda Fávero (p. 454) e “A Importância da Geopolítica para a gestão do território” (p. 504) de Marcus de Souza Paes.

O breve percurso por alguns eventos realizados pela AGB objetivou demonstrar as evidências de que o tema da Geografia Política e Geopolítica esteve presente nos encontros realizados, seja de maneira explícita quando traz claramente à temática, seja implícita quando debate temas relevantes ao campo, como Estado, território, etc. Esse passo é importante para chegarmos a partir do ano de 2003 a apresentação de encontros específicos de Geografia Política.

Com o título de “Os Conflitos Globais e as Estratégias Político-territoriais para o século XXI”, realizou-se em 2003, no Rio Grande do Norte, o I Encontro Regional de Geografia Política. A organização esteve a cargo da AGB Seção Local de Natal, o Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN e o Departamento de Geografia da UFRN.

Apresentou três modalidades na programação, conferências, mesas redondas e comunicações livres. Para a conferência de abertura “O Mundo contemporâneo e a democracia neoliberal: para onde vamos?” foi convidada a professora Bertha K. Becker. O encerramento do evento ficou sob a responsabilidade do deputado estadual Fernando Mineiro<sup>65</sup> com o tema “O Brasil no século XXI: perspectivas atuais”.

Na modalidade mesas redondas, foram programadas quatro, com a participação de professores do departamento de Geografia e nomes de convidados, como Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves (UFF), Jan Bitoun, Alcindo Sá (UFPE) e Bertha K. Becker (UFRJ).

---

<sup>64</sup> Nos anais do encontro encontra-se um total de 1255 trabalhos, dos quais 136 são de Geografia Política, perfazendo 10.8% em relação ao total (TEIXEIRA; SILVA, 2013, p. 108).

<sup>65</sup> Fernando Mineiro, formado em Biologia, professor da Rede Estadual de Educação e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte, atualmente cumpre seu terceiro mandato.



Foram definidos vinte e um eixos temáticos, o que expõe as temáticas das (número de trabalhos inscritos e apresentados) comunicações livres apresentadas.

Com uma lacuna de seis anos foi organizado, em 2009, o I Simpósio Nacional de Geografia, Política, Território e Poder<sup>66</sup> no Centro Universitário Curitiba – PR (UNICURITIBA)<sup>67</sup>.

Entre os objetivos propostos estava divulgação e formação de rede de intelectuais que trabalham com Geografia Política nas instituições de ensino superior no Brasil. Seus organizadores intencionavam também permitir a discussão, aprofundamento e socialização de novos conceitos temáticos da Geografia Política.

O Simpósio foi composto de conferências, apresentação de trabalhos e evento cultural. Geógrafos como Francisco de Assis Mendonça e Rogério Haesbaert ficaram encarregados de conferências com os títulos “Brasil: desafios e contingências de uma Potência Anunciada” e “O Mito da Desterritorialização” respectivamente. Coube a Paulino Motter o tema “Territorialidades, Ensino e Política no Mercosul”.

Informou Nilson César Fraga, coordenador geral do evento, que seriam apresentados mais de duzentos e cinquenta trabalhos. Nos anais, publicado em <http://www.nilsonfraga.com.br/categorias.php> (acessado em 12/07/2013), constam um total de cento e oitenta trabalhos, que foram divididos em seis eixos temáticos: 1. Geografia Política - clássica, contemporânea e estudo de caso; 2. Território, Territorialidade e (Des)territorialização - teoria e estudo de caso; 3. Poder e Território - teoria e estudo de caso; 4. Território e Identidade - teoria e estudo de caso; 5. Políticas Públicas - Território, Identidade e Cidadania; 6. Geopolítica e Meio Ambiente – natureza, recursos naturais e energia. A tabela, a seguir, informa o número de trabalhos em cada eixo.

---

<sup>66</sup> O simpósio ficou conhecido, segundo afirmação de Nilson Cesar Fraga, como I GeoSimpósio.

<sup>67</sup> <http://www.anaceu.org.br/conteudo/noticias/27.05%20-%20Centro%20Univ.%20Curitiba.pdf>, (acessado em 12/07/2013)

## QUADRO XI – NÚMERO DE TRABALHOS NOS ANAIS DO I GEOSIMPÓSIO - 2009

EIXOS	NÚMERO DE TRABALHOS	% DOS TRABALHOS POR EIXO
I – Geografia Política	20	11,11%
II - Territorialidade	36	20,00%
III – Território e Poder	47	26,11%
IV - Identidade	18	10,00%
V – Políticas Públicas	39	21,67%
VI - Geopolítica	20	11,11%
Total	180	100%

Fonte: <http://www.nilsonfraga.com.br/> (acessado em 12/07/2013)

Organização: KAROL, Eduardo.

Diante dos números apresentados no quadro anterior, nota-se um interesse crescente na produção<sup>68</sup> e discussão sobre a temática, entretanto faz-se necessária uma avaliação para dirimir dúvidas quanto à pertinência ao campo, a origem e repetição da autoria, dado que alguns trabalhos não dizem respeito à relação de poder com o espaço/território<sup>69</sup> e os coautores<sup>70</sup> se repetem em trabalhos de vários eixos. Cabe a crítica de que são eventos que se adéquam as condições de produtividade exigidas e sustentadas pelos órgãos de fomento de ciência no Brasil.

No evento cultural foi encenada pelo Grupo da UNOESC (Joaçaba, SC) a peça de Romário Borelli, “O Contestado” no Colégio Estadual do Paraná.

Com o objetivo alcançado no primeiro evento de cunho nacional — formação da rede de intelectuais que trabalham com a(s) temática(s) — organizou-se em Foz do Iguaçu-PR na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, o II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, e concomitantemente o I Simpósio Internacional de Geografia Política, Território Transfronteiriços no ano de 2011, intitulados II GeoSimpósio e I GeoTrans.

<sup>68</sup> O que pode ser comprovado com a origem — descentralizada das instituições do sudeste — dos autores. Esse aspecto é positivo, dado que a produção ficava centralizada e hegemônica nas grandes universidades do centro-sul.

<sup>69</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Mozart Nogarolli, O Estado do Paraná – tem um novo clima?, no eixo Geopolítica e Meio Ambiente – natureza, recursos naturais e energia. Constate que o autor elenca como palavras-chave o clima, aquecimento global, evolução climática, Paraná. Em nossa opinião constitui um trabalho de climatologia o que pode ser atestado com as referências bibliográficas.

<sup>70</sup> O coordenador do simpósio é coautor em oito trabalhos de cinco dos seis eixos temáticos.

A coordenação geral ficou a cargo, mais uma vez, de Nilson Cesar Fraga, que desenvolve e articula pesquisas no Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFPR (Mestrado e Doutorado). Fraga é líder do Grupo “Geografia, Rede, Território e Poder” cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa (CNPq)<sup>71</sup>. O evento contou ainda com a rede de estudos que articula pesquisadores de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Universidade Estadual de Ponta Grossa e a União Dinâmica de Faculdades Cataratas.

Os eixos temáticos — Geografia Política Clássica e Contemporânea; Geografia Política e Poder; Território, Territorialidade e Política; Meio Ambiente, Política e Poder; Geografia, Território e Identidade; e Territórios Transfronteiriços e Turismo — foram mantidos em relação ao primeiro simpósio, com pequenas modificações para adequação ao evento internacional e a plêiade de profissionais relativos as áreas de Geografia, Relações Internacionais, Turismo, Ciência Política e Ciências Sociais. A ampliação das áreas de participantes revela a necessidade de satisfazer os cursos das entidades citadas no parágrafo anterior.

O simpósio foi organizado com conferências, mesas redondas, apresentações de trabalhos científicos e evento cultural com o mesmo modelo do I GeoSimpósio. Não localizamos os anais do evento para poder registrar o número de trabalhos inscritos em cada eixo, no entanto foi produzido o livro “Territórios e Fronteiras – (Re)Arranjos e Perspectivas”, organizado por Nilson Cesar Fraga, com dezoito textos apresentados em conferências e mesas redondas.

Do Sul para o Norte, organizou-se em 2013 o III Simpósio Nacional de Geografia Política em Manaus-AM. A comissão organizadora local contou com a participação de profissionais da UFAM, UEA e o INPA. A comissão científica foi composta de quarenta e dois professores e professoras de várias instituições universitárias do Brasil, confirmando a consolidação de uma rede de pesquisadores afeitos a temática como estabelecido pelos objetivos perseguido desde o primeiro simpósio<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, projeto desenvolvido no CNPq desde 1992, constitui-se em bases de dados que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. <http://memoria.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm#p1> (acessado em 12/07/2013).

<sup>72</sup> Cf. <http://geosimposio.wordpress.com/2012/08/10/comissao-cientifica-2/> (acessado em 12/07/2013).

O mesmo modelo dos simpósios anteriores foi mantido, conferências, mesas redondas, apresentações de trabalhos e evento cultural. Chama a atenção os conferencistas: Vladimir Kolossov do Instituto de Geografia de Moscou com Geopolítica na pós-modernidade; Beatrice Giblin da Universidade Paris VIII com Heródote: a história de uma revista de Geopolítica; e Andre Roberto Martin da Universidade de São Paulo com O Brasil no cenário geopolítico mundial.

As mesas redondas ficaram a cargo de Iná Elias de Castro (UFRJ) – A Geografia e a Política; General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas (CMA) e Wanderley Messias da Costa (USP) – Geógrafos e Gerais; Aldomar Ruckert (UFRGS) e Hervé Théry; e por fim Gilberto Rocha (UFPA) – Amazônia: Geografia Política e Meio Ambiente.

O terceiro simpósio apresentou os seguintes eixos para organização dos trabalhos científicos: Geografia Política/Geopolítica Clássica e Contemporânea; Meio Ambiente, Política e Poder; Geografia, Território e Identidade: nacionalismo, regionalismo e identidades territoriais; Fronteiras: um constante e poderoso desafio à Geografia Política; e Renovação das Políticas Territoriais.

Constam dos anais cento e onze trabalhos apresentados. O quadro abaixo mensura o número de textos por eixos.

QUADRO XII – NÚMERO DE TRABALHOS NOS ANAIS DO III GEOSIMPÓSIO – 2013

EIXOS	NÚMERO DE TRABALHOS	% DOS TRABALHOS POR EIXO
I – Geografia Política / Geopolítica	19	17,12%
II – Meio Ambiente, Política e Poder	17	15,32%
III – Geografia, Território e Identidade	19	17,12%
IV – Fronteiras	27	24,32%
V – Renovação das Políticas Territoriais	29	26,12%
Total	111	100%

Fonte: <http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/index.php/edicao-especial-3-Geografia-politica> (acessado em 13/07/2013)

Organização: KAROL, Eduardo.

Outro evento que demonstra o interesse e dinamismo renovados no campo é o Simpósio Internacional Geopolítica e Diplomacia. O primeiro foi realizado em 2011, na USP, e o segundo, em 2012, na UFRN.

O primeiro simpósio organizado pelo Departamento de Geografia da USP objetivou reunir especialistas no estudo de política exterior – professores universitários, militares e diplomatas – para troca de ideias e impressões sobre o presente e futuro do Brasil, a conjuntura mundial e regional. Intentou responder a pergunta: será que a Geografia brasileira não tem algo a dizer aos nossos diplomatas? Também buscou uma reconciliação entre o grupo de acadêmicos envolvidos no evento e os militares<sup>73</sup>.

Sua organização interna contou com conferências e mesas redondas, com um modelo mais verticalizado com os especialistas tratando dos temas sugeridos, como Geopolítica moderna, dilemas estratégicos dos Estados Unidos, conselho de defesa Sul-Americano, integração regional da América do Sul, a renovação do pensamento geopolítico brasileiro e a presença brasileira no mundo.

Interessante neste primeiro evento é o fato de expor na justificativa que o dialogo entre os atores se faz necessário devido “às dificuldades em torno da construção de um novo Projeto Nacional”. O que fica patente também é a afirmação de que “falta a bússola capaz de orientar o transatlântico brasileiro hodierno, através das águas revoltas da globalização e pós-globalização”<sup>74</sup>.

O segundo simpósio já trazia no título “Atlântico Sul: mare nostrum livre das potências do Norte” e foi realizado na UFRN, organizado por Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN), Andre Roberto Martin (USP), Charles Penaforte (CENEGRI) e Beatriz Soares Pontes (UFRN), o evento contou com conferências, mesas redondas e apresentações de trabalhos. Objetivou “propiciar o intercâmbio dos resultados das pesquisas sobre a evolução internacional e os condicionantes geopolíticos, bem como sua divulgação”<sup>75</sup>.

Pode-se constatar, consultando os anais dos simpósios, que a produção da Geografia Política e Geopolítica passa a acompanhar os contextos em que se insere. Os eventos buscam retratar a conjuntura, com o incentivo de que os trabalhos devam acompanhar o seu tema central. A diversificação das localidades

---

<sup>73</sup> Cf. <http://geodiplo.wordpress.com/apresentacao/> (acessado em 13/07/2013).

<sup>74</sup> Cf. <http://geodiplo.wordpress.com/apresentacao/> (acessado em 13/07/2013).

<sup>75</sup> Cf. <http://cchla.ufrn.br/ppge/simposio/apresentacao.html> (acessado em 13/07/2013).

da realização dos encontros, realizados ultimamente em lugares diferentes dos grandes centros, é uma realidade hoje na Geografia no Brasil. Isso pode ser explicado com o crescimento e a consolidação dos programas de pós-graduação criados nos últimos trinta anos. O que nos leva a acreditar que a política de produtividade instituída pelos órgãos de fomento acelerou o processo de criação de uma rede de interessados nas temáticas do campo.

#### IV – BERTHA KOIFFMAN BECKER, ENTRE A TRADIÇÃO E A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NO BRASIL

Bertha K. Becker aparece na atualização da bibliografia produzida em Geografia Política e Geopolítica com larga produção. Cabe então apresentar a trajetória institucional dessa personagem expressiva na Geografia no Brasil nas últimas três décadas. Mostrar as relações de afinidade que construiu no campo, as várias instituições onde trabalhou e produziu seu pensamento, referenciada pelos contextos nacional e internacional, será o objetivo desse item.

Num primeiro momento apresenta-se o pensamento da geógrafa, procurando relacioná-lo aos eventos que marcaram as modificações espaciais na sociedade brasileira. A sua produção consolidou-se em seis décadas (1952-2012)<sup>76</sup>, constituindo-se em pensamento influenciado por diversas conjunturas de regimes democrático e ditatorial. Transpassou e conviveu com momentos de mudanças teóricas metodológicas e renovações institucionais na Geografia no Brasil.

O longo período de afinidade com o Estado deve ser explicado com a expansão geográfica e a reorganização espacial implementadas no Brasil, desde a década de trinta do século XX. A existência de projetos estatais que levam muitos anos para ser efetivados, foi o componente que propiciou a participação de Bertha K. Becker em muitas atividades de órgãos governamentais.

Isso nos indica que juntamente com a chamada ‘Geografia crítica’, com matiz marxista, coexistiram e coexistem Geografias com bases conservadoras, olvidadas pela história da Geografia, mas fortemente presentes em instituições diversas do Estado e especialistas responsáveis por propor e gestar políticas territoriais, no nosso caso Bertha K. Becker. Esquecer é também uma forma de fazer história!

Rotular nossa personagem, sobre a qual até o momento, não há escrita nenhuma dissertação ou tese<sup>77</sup>, de representante da “New Geography”, não nos

---

<sup>76</sup> Poderemos ver mais adiante que desde a sua formação, na graduação em 1952, já frequentava as instituições da produção da Geografia no Brasil.

<sup>77</sup> Desde o ano de 2009, quando iniciei o doutorado no segundo semestre, identifiquei alguns trabalhos sobre concepções em Bertha Becker. PICINATTO, A.C.; SPIER, G.; LIMA, I.V.; GERMANI, R. D. Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, M.A.; SOUZA, E.B.C. de. (Orgs.). Leituras do conceito de território e de processos espaciais. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009. p. 67-77. Depois de nossa apresentação de trabalho sobre Bertha no ENG – Porto Alegre, 2010, foi publicado por Isabela Ribeiro Nascimento Silva, “Uma história sobre Bertha Becker” na Revista Geo-Paisagem (online) no segundo semestre de 2011. Marcos Aurélio Saquet e Pâmela

ajuda muito, pois pode condicionar e determinar nossos objetivos. A tarefa será demonstrar como essa Geografia se manteve e foi reproduzida nas políticas de Estado, veiculada pelas afinidades que a geógrafa elegeu.

Relacionar a geógrafa aos militares ou àqueles que colaboraram com eles, geralmente não é muito aconselhável. No entanto é preciso ser dito para pelo menos suscitar o debate.

Pode-se relacionar Bertha K. Becker a Golbery, mediante o planejamento estratégico, onde aquele preza mais pelo Estado do que pelo mercado, quando descreve um projeto desenvolvimentista particular e propõe uma rearticulação territorial para a integração definitiva e o desenvolvimento de todo espaço nacional (BARRIOS, 2009, p.201).

Liga-se Bertha K. Becker a Meira Mattos com a ideia de “Brasil Potência”, inspirada na grandeza territorial e na missão de explorá-la; a necessidade de uma política de interiorização, que busque integrar e incorporar a massa territorial inexplorada ao processo de povoamento, enriquecimento e de fortalecimento do poder nacional; a consciência da importância do desenvolvimento e defesa da região amazônica; o desenvolvimento tecnológico como fator indispensável à integração territorial; a necessidade de uma política de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico para todo o território; e, por fim, a importância de uma diplomacia firme e convincente (BARRIOS, 2009, p.201).

Expusemos os elementos que, salvo algumas exceções, permitem as continuidades entre o pensamento de militares e acadêmicos. No entanto é também dizer que se Bertha K. Becker é conhecida no Brasil e no exterior, talvez não o seja pelo viés de continuidade de ideias gestadas na caserna. Daí a pergunta: quais são os setores que conhecem e são beneficiados pelos trabalhos, em Geografia Política e Geopolítica, produzidos por Bertha K. Becker?

Os setores que mais se beneficiam das suas ideias são o estatal (militar e civil) e o empresarial. Esse interesse pode ser atestado pela sua declaração de que

---

Cichoski apresentaram no XXI ENGA, em 2012, o texto “Considerações sobre a concepção de Geografia, espaço e território de Bertha Becker”. Ima Célia Guimarães Vieira, do Museu Paranaense Emilio Goeldi, criou – em novembro de 2012 – o site <http://berthabecker.blogspot.com.br/> que objetiva reunir a obra de Bertha Becker.



tem no Estado seu principal interlocutor. Se considerarmos o Estado como uma coalizão de investidores<sup>78</sup>, notaremos a vinculação indireta com os empresários.

Outro item que poderia ser invocado em sua defesa pelos seus, seria a ideia de que renovou e superou a Geografia Política produzida por engenheiros-geógrafos na Geografia no Brasil. Intuímos que em seus estudos os mesmos temas permanecem — Estado, Poder, Amazônia, Território e Fronteira — vestidos com roupas novas como os avanços tecnológicos aplicados ao território. É necessário lembrar que o estudo da aplicação da tecnologia ao território teve sempre lugar no campo, pois geógrafos considerados ilustres já mostraram a importância estratégica das vias férreas, da navegação a distância e da comunicação por telégrafo entre lugares distantes.

A participação e a trajetória em instituições estatais, empresariais, e científicas está intrinsecamente aliada à produção de teorias sobre a Amazônia. Teorias que são discutidas e influenciam muito do que se tem pensado e escrito sobre aquela 'região', muitas vezes confundem-se as ideias beckerianas com a Amazônia.

A História da Geografia e do Pensamento Geográfico no Brasil pressupõe a análise de seus personagens e justifica o esforço de entendimento da obra da autora e suas escolhas. Pois a consideração, por muitos geógrafos ligados ou não a esta trajetória, a Bertha K. Becker é caso particular na Geografia, por ter participado de várias instituições, por ter atuado como consultora em vários projetos estatais, por ter formado quadros para a Geografia no Brasil, o que precisa ser rastreado e elucidado.

#### 4.1 – TRAJETOS E CONJUNTURAS

A pesquisa em memorial, anuário, currículo, artigos, entrevistas, dissertações, teses e livros da sua trajetória acadêmico-profissional, da sua produção e participação em diversas entidades, aliado aos contextos em que se inserem, será o

---

<sup>78</sup> Cf. FERGUSON, Thomas. **Golden Rule: the investment theory of party competition and the logic of money-driven political systems**. Chicago: University Chicago Press, 1995. 440p.

caminho trilhado para o rastreamento e elucidação das tramas que envolvem Bertha K. Becker e os seus na construção territorial do Brasil.

A formação da pesquisadora realizou-se, em grande parte, na Universidade do Brasil, atual UFRJ, e compreende um período de profundas transformações na sociedade brasileira, do final da década de quarenta, quando inicia a graduação, até o ano de 1970 do século XX, quando obtém o doutorado.

Quando no final da década de quarenta, aindam se sentia as consequências do grande conflito que abalou o mundo, uma jovem judia de dezoito anos, filha de pais imigrantes da Europa Oriental, ingressa no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia Nacional da Universidade do Brasil.

A Geografia vivia sua institucionalidade juvenil e era influenciada pelas mudanças espaciais oriundas da passagem da economia agrária para a economia industrial no Brasil. O comando da expansão do capitalismo tem agora na industrialização o motor básico do aprofundamento de sua divisão social do trabalho (OLIVEIRA, 1977, p. 115).

Nesse quadro de modificação do padrão de acumulação com bases assentadas no “Plano de Metas” do Governo Juscelino Kubitschek, as ideias desenvolvimentistas eram difundidas fundamentalmente pelo Estado. Empreendimentos estatais que deram materialização as atividade produtivas foram consubstanciados na criação da PETROBRÁS, por exemplo. O espírito da época estava impregnado pelo desenvolvimento o que influenciou sobremaneira a formação e adesão da jovem estudante e que marcaria sua trajetória.

No prosseguimento de seu trajeto, elege e é eleita pelo importante professor catedrático Hilgard O'Reilly Sternberg<sup>79</sup>, que foi seu orientador e tutor na graduação e especialização. Como salienta em seu memorial, escolheu o professor Hilgard O'Reilly Sternberg e preteriu nomes como Arthur Ramos e Djacir Menezes. A afinidade com o catedrático é extremamente forte já que chegam a participar das

---

<sup>79</sup> Bertha Becker, em seu memorial, considera o professor Hilgard O'Reilly Sternberg como fundamental na sua formação e trajetória na Geografia. A permanência desse professor oculto na História da Geografia no Brasil, nos faz crer que merece ser pesquisado e estudado, para trazer luz, esclarecer e desvendar as relações de afinidade que construiu com os geógrafos de sua época. Era “Filho de imigrantes – um alemão e uma irlandesa –, Hilgard O'Reilly Sternberg nasceu em 1917 no Rio de Janeiro, onde foi presidente da Sociedade de Geografia do Brasil de 1944 a 1964 e fundou o Centro de Pesquisa de Geografia do Brasil. Em 1956, foi um dos responsáveis pela realização do Congresso Internacional de Geografia, o primeiro num país tropical. Foi professor na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro”. <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/04/03/al%C3%A9m-da-Geografia/> (acessado em 21/09/2013).

mesmas instituições como o IRB e ABC em épocas diferentes. Em algumas instituições, como UGI e AGB foi discípula e parceira.

Dois anos após o fechamento do regime democrático pelos militares, aliado a frações do empresariado, Bertha K. Becker começa a docência no Instituto Rio Branco onde permanecerá até o ano de 1975. São tempos difíceis para a sociedade brasileira em geral e para os que lutavam contra a ditadura em particular, mas que não terá influência para quem está trabalhando na formação da diplomacia por dentro do regime de exceção.

Quando da divulgação e implantação do Ato Institucional nº 5 em 1968, conhecido como “golpe dentro do golpe” e no ano posterior a aprovação da “Nova Lei de Segurança Nacional” a professora Bertha K. Becker estava obtendo o título de doutoramento por Livre Docência na UFRJ. Sua tese intitulada “O Norte do Espírito Santo, Região Periférica em Integração” (1969/1970), já coadunava com o projeto territorial dos militares de Integração Nacional.

Segundo Becker “a possibilidade de realizar o concurso [para obtenção do título] decorreu de um feliz e oportuno acaso” (BECKER, 1993, p. 25). O prazo que tinha para preparar e escrever a tese eram de três meses. Com a hipótese de que no norte do Espírito Santo “a política de erradicação do café estava acompanhada pela expansão da pecuária, num processo de reorganização e articulação do espaço sob o comando não mais do mercado externo, mas sim de um centro nacional” (BECKER, 1993, p. 26), aplicou os conhecimentos sobre a expansão da fronteira agropecuária e a teoria e política do desenvolvimento regional no município de Pancas (ES). Após confirmar sua hipótese, descreve algumas características do município e afirma a importância do estudo da seguinte forma:

**Não por acaso a tese recebeu o elogio do governador do Estado do E.S. [Espírito Santo], que a considerou subsídio importante para os planos de desenvolvimento estadual. E ela foi passo fundamental para o avanço na construção de uma Geografia Política brasileira** (BECKER, 1993, p. 27). (grifo nosso).

A valorização descrita acima é de se estranhar, pois Paulo Scarim (2007) mostra que o estudo de Bertha K. Becker teve como base, documentos elaborados pela Federação das Indústrias do Espírito Santo e a Associação de Crédito e

Assistência Técnica Rural do Espírito Santo, além do Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola para o Estado do Espírito Santo. Para Paulo Scarim, o trabalho é uma legitimação acadêmica, em universidades do centro do país, das concepções presentes nos documentos “e que serviriam exatamente para a formulação de teses sobre o real” (SCARIM, 2007, p. 35).

Não podemos crer que a ocorrência de um acaso propicie um trabalho que seja **“passo fundamental para o avanço na construção de uma Geografia Política brasileira”**. Uma tese com base em documentos oficiais de órgãos estatais e empresas, e que conta com a cooperação de Lysia Bernardes, negligência as graves questões agrária – a concentração fundiária, por exemplo – vividas no Brasil. O silêncio sobre a situação de expropriação dos camponeses derruba a intenção de avançar e construir uma Geografia Política brasileira. Ainda comungar que a questão agrária é problema de resolução central do Estado, desconsidera que o Estatuto da Terra (1964/1965) foi uma lei que não saiu do papel, ou seja, foi aprovado, mas não implantado. Neste sentido, concordamos com as palavras de Paulo Scarim sobre a legitimação acadêmica, com o adendo de que também é a busca da legitimação da autora na instituição em que atua em convênio com órgãos estatais.

Com o fechamento e acirramento das relações do regime, os militares continuam os projetos definidos em décadas passadas por governos civis. A integração é colocada em prática com estradas que rasgam o território e se dirigem para o Norte, Belém-Brasília, Transamazônica, entre outras. É a época das grandes obras realizadas para criar mobilidade do capital no território brasileiro de Norte a Sul e Leste a Oeste. Nesse contexto, Bertha K. Becker realiza sua especialização em teorias da urbanização e análises de sistemas urbanos no ano de 1975. A orientação está a cargo do nigeriano Akin L. Mabogunje<sup>80</sup>, que mais tarde ocupará o cargo de presidente da UGI (1980-84).

---

<sup>80</sup> Roberto Schmidt Almeida, em sua tese de doutorado, analisa artigo de Faissol sobre a Geografia brasileira que “estreitou os contatos com outros geógrafos e instituições internacionais, enfatizando a UGI, que havia criado no final dos anos 60, uma Comissão de Métodos Quantitativos. A figura do presidente dessa comissão, o professor da Universidade de Ibadan (Nigéria) Akin Mabogunje, foi muito importante, pois tratava-se de um professor de uma universidade de país africano que enfrentava muitas dificuldades na estruturação dos dados estatísticos, sendo, portanto, um interlocutor com experiência em problemas que afligem países em desenvolvimento, e não um americano ou europeu que não consegue perceber as dificuldades inerentes a qualidade ou não do dado, pois não viviam com esses problemas em seus países”. (ALMEIDA, 2000, p. 127).

O texto resultante dessa especialização tem o título de: “Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil<sup>81</sup>”, apresentado no III Colóquio da Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, no XXIII Congresso Internacional de Geografia da UGI, realizado na cidade de Moscou-URSS, em 1976. Foi publicado na RBG (BECKER, 1978, p. 111-122) e como capítulo de “Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recurso” (BECKER, 1982, 110-123).

Desse trabalho queremos tecer alguns comentários. Primeiro, nem na revista, nem no livro encontramos a bibliografia utilizada. Só no início do texto temos a referência a Harvey, 1973. Segundo, diante dessa indicação, intuímos que já se verifica o estudo de “Social Justice and the City” (1973) e sua aplicação aos povoados que estão surgindo ao longo da rodovia Belém-Brasília. Terceiro, o livro de Harvey foi traduzido por Armando Correa da Silva e publicado no ano de 1980, o que indica a utilização da obra no original.

Sobre o pós-doutoramento, realizado em 1986, no departamento de Planejamento Urbano do Massachusetts Institute of Technology nos Estados Unidos, não obtivemos nenhuma informação significativa sobre qual estudo desenvolveu e seu resultado. Esse momento na trajetória, levando em conta a titulação, é o único realizado fora dos muros da Universidade do Brasil, atualmente UFRJ.

#### 4.2 – CPGB – UM LUGAR DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO

O retorno ao tempo da finalização da graduação (1952) é fundamental para entender um passo importante na formação de Bertha K. Becker. Como já aludido anteriormente, em um contexto de mudanças significativas na Geografia da sociedade brasileira, é criado, na Universidade do Brasil, o Centro de Pesquisa de Geografia do Brasil (CPGB) pelo professor Hilgard O'Reilly Sternberg, geógrafo formado pela primeira turma da Universidade do Distrito Federal, cuja afinidade com

---

<sup>81</sup> Título original, “A hypothesis concerning the origin of urban phenomen in a resource frontier of Brazil”.

nossa personagem durou até seu retorno para a Universidade da Califórnia em Berkeley (1964).

Nessa mesma época, Backheuser lançava pela Biblioteca do Exército Editora, seu livro “A Geopolítica Geral e do Brasil” (1952), Getúlio Vargas retornava à Presidência da República, pelo voto direto um ano antes, as Ligas Camponesas organizavam os lavradores para a consciência da luta em torno de uma reforma agrária radical (MORISSAWA, 2001, p. 93).

Aparentemente descolado de toda conjuntura de lutas e mudanças na sociedade, funda-se o centro de pesquisa que tem como primeiras atividades à elaboração de relatório interdisciplinar sobre a Conservação da Natureza no Brasil em colaboração com a Associação Internacional de Proteção a Natureza, com sede em Bruxelas e a “Série Bibliográfica” — publicação que teve seis números e que seguiu às resoluções do congresso da UGI de 1925, que estabeleceu a necessidade de criação de uma bibliografia geográfica internacional (AMARAL, 1968, p. 89).

A informação aponta o caráter internacional das relações estabelecidas pelos responsáveis do CPGB e seus colaboradores. Esse caráter pode ser indicado também pelo financiamento da Fundação Rockefeller<sup>82</sup>. Os colaboradores (bolsistas) foram mantidos com bolsas solicitadas ao Conselho Nacional de Pesquisa (atual CNPq). É preciso registrar que as verbas para pesquisa, também foram provenientes da solicitação que fez o professor Hilgard O'Reilly Sternberg ao conselho máximo da instituição, para constar do Orçamento Geral da União. A nosso ver, revela o prestígio do catedrático nas relações constituídas institucionalmente.

O CPGB será o lócus de formação e produção importante na carreira de Bertha K. Becker e de alguns nomes da Geografia no Rio de Janeiro, como Maria do Carmo Corrêa Galvão, diretora do centro em substituição a Hilgard O'Reilly Sternberg, Lia Domênico Osorio, quando estudante da graduação, entre outras.

Um dos primeiros textos de Bertha K. Becker, “O Significado do Núcleo Colonial do PIUM para o aproveitamento dos vales de PAUL no Rio Grande do Norte” foi publicado nos Anais da AGB, volume XIII de 1959-1960, apresentado no simpósio “Aspectos geográficos dos problemas agrários brasileiros, especialmente do Nordeste” identifica o CPGB como local de criação.

---

<sup>82</sup> Sobre a “filantropia científica” da Fundação Rockefeller consultar: MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. **Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)**. Campinas, SP: Autores Associados. São Paulo: Universidade São Francisco, 2001.

A situação agrária no Brasil determina e condiciona o debate, porém na Geografia os trabalhos são de caráter descritivo, desconsiderando o contexto. O que pode ser confirmado ainda com os seguintes artigos: 1) “O Mercado Carioca e seu Sistema de Abastecimento” (BECKER, 1966a) e “Expansão do Mercado Urbano e Transformação da Economia Pastoril” (BECKER, 1966b). Busca-se explicar a organização espacial “desequilibrada”.

Junto com a temática agrária desenvolveu-se pesquisas em Meio Ambiente, Relações Campo-Cidade (áreas do Sudeste e da Fronteira). Exemplos são os textos “As migrações internas no Brasil, reflexos de uma organização do espaço desequilibrada” (BECKER, 1968a) e “Aplicação de Índices Climáticos no Nordeste do Brasil”<sup>83</sup> (BECKER, 1968b).

Podemos dizer que os temas trabalhados por Bertha K. Becker no CPGB são oriundos da realidade espacial brasileira, mas como a Geografia ainda não se apresentava como ciência social, o tratamento mostrava seus resultados com a fragmentação entre Natureza, Homem e Economia. Por outro lado, Bertha K. Becker mostrava obediência e afirmava que o professor Hilgard O'Reilly Sternberg a encaminhou/direcionou para a Geografia física com receio de suas posições políticas. Ora não se pode negar, em relação de afinidade, o elemento da submissão.

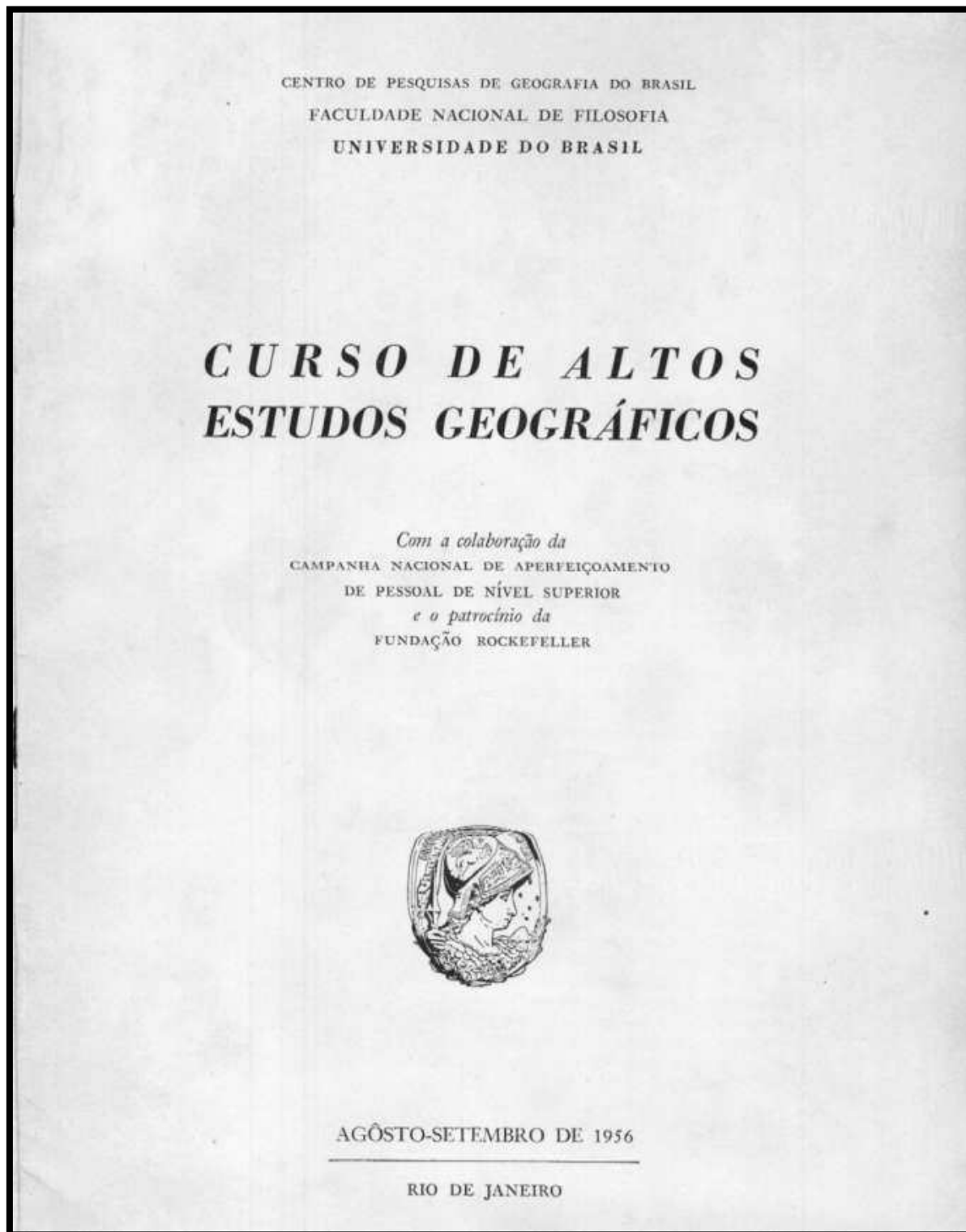
A importância do CPGB transpassa a fronteira nacional e projeta a Geografia da Universidade do Brasil no exterior. A participação na organização e realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia da UGI – 1956, na cidade do Rio de Janeiro, é de fundamental importância a consolidação de contatos e pesquisas realizadas pelo CPGB. A colaboradora Bertha K. Becker figura como secretária da subcomissão de recepção, que tem como presidente o geógrafo Nilo Bernardes.

O estreitamento dos laços com geógrafos de várias nacionalidades, após o congresso, possibilitou ao CPGB a organização e a realização do Curso de Altos Estudos Geográficos (já comparamos o nome com os cursos preparados pela ESG), apoiado pela FNF-UB e sob os auspícios do CNPq/CAPES. Professores de renome no cenário internacional, como Pierre Birot, Andre Cailleux, Pierre Monbeing, Carl Troll, Pierre Deffontaines, Orlando Ribeiro e Irwin Raiz foram os responsáveis pelas seções do curso

---

<sup>83</sup> Consta na bibliografia do artigo da nota XV como publicado pela primeira vez em 1958.

Figura 2 – Capa do Curso de Altos Estudos Geográficos





Diante das características do CPGB, podemos embrionariamente relacioná-lo à ideia de *think tanks* definido,

(...) como um grupo de indivíduos que se dedicam a um alto nível de pesquisa sobre um amplo feixe de temas, normalmente em laboratórios militares, empresas ou outras instituições. No geral, o termo se refere a organizações que apoiam teóricos e intelectuais que se empenham em produzir análises ou recomendações políticas (Canadian Democratic Movement (Encyclopedia) apud TEIXEIRA, 2007, p. 80).

Seria exagero nosso, forçar o Centro como referência para produção de ideias sofisticadas e estratégicas, no entanto, diante das relações estabelecidas, nacional e internacionalmente, era o que os idealizadores almejavam. De outro modo se nos ativermos à definição sugerida para *think tanks* encontraremos alguns elos de semelhança com relação ao grupo de geógrafos que desenvolviam seus estudos e mantinham contatos com outras instituições.

O CPGB encerrou suas atividades na conjuntura da reforma universitária dos anos de 1967 e 1968, a extinção da Faculdade Nacional de Filosofia reorganizou e realocou os departamentos resultando na criação do Instituto de Geociências.

Pelo exposto, pode-se notar a importância e marca do CPGB na constituição da formação, produção e relação de afinidade entre a autora e o conjunto de geógrafos ligados à Geografia tradicional, naquele momento e contexto.

#### 4.3 – AFINIDADES QUE CARECEM DE ESCLARECIMENTO

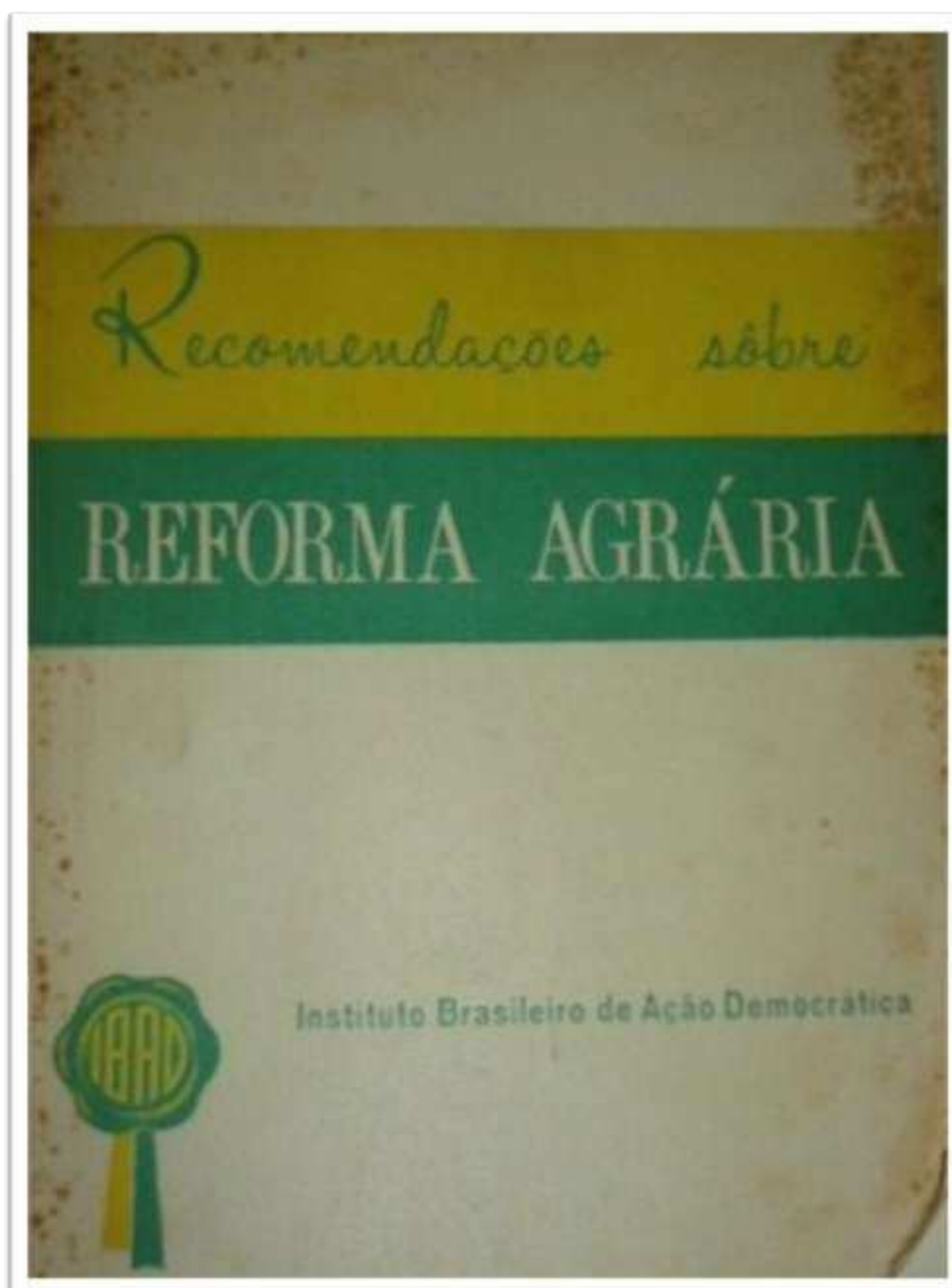
No livro “1964 A Conquista do Estado”, René Dreifuss revela, na página 241, a participação de Bertha K. Becker no Simpósio sobre Reforma Agrária, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD<sup>84</sup>. Consulta ao livro

---

<sup>84</sup> Cf. Sergio Lamarão, “Organização fundada em maio de 1959 por Ivan Hasslocher com o objetivo de combater a propagação do comunismo no Brasil. Financiado por contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, intensificou suas atividades em 1962 através da Ação Democrática Popular (Adep), sua subsidiária, que interveio ativamente na campanha eleitoral daquele ano, patrocinando candidatos que faziam oposição ao presidente João Goulart. Foi fechado, juntamente com a Adep,

“Recomendações sobre Reforma Agrária”, editado pelo IBAD que traz o resultado do simpósio, confirmou o nome da autora na página XXIII como participante.

Figura 3 – Capa do Livro Recomendações sobre Reforma Agrária - IBAD

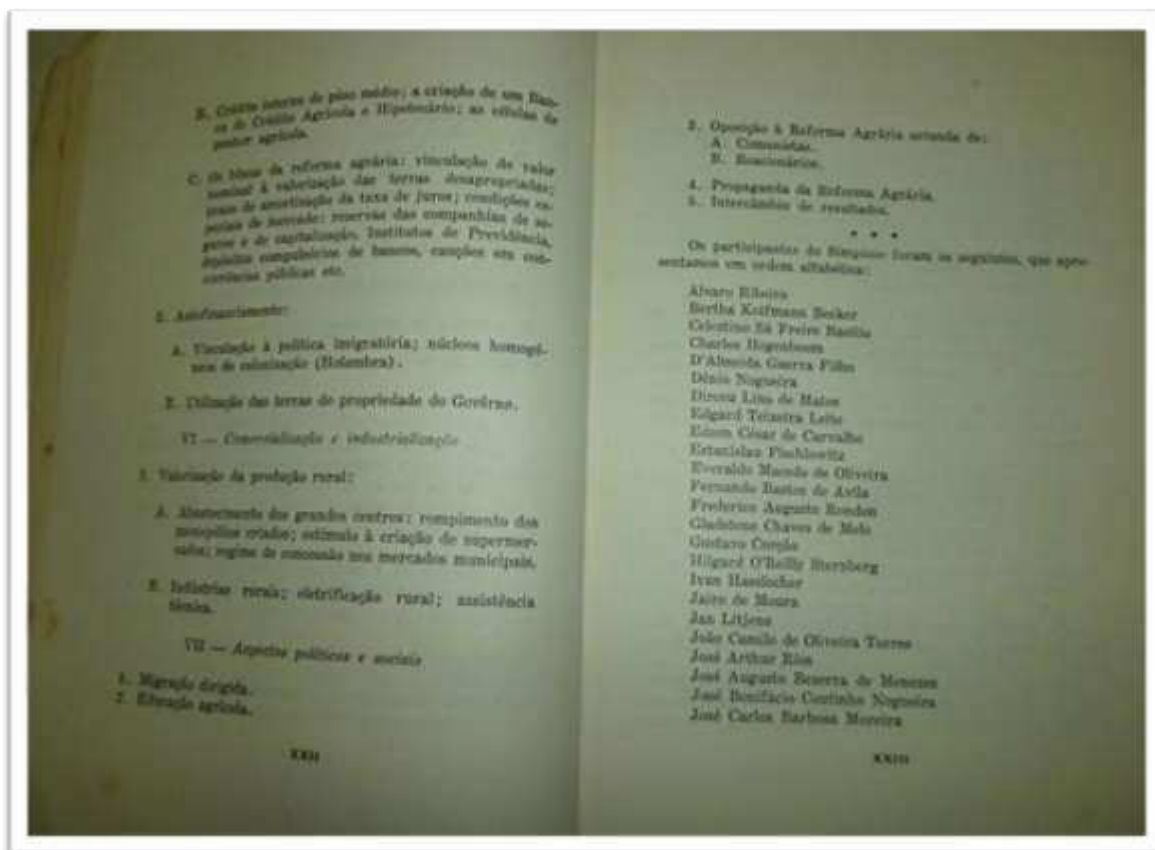


---

em 20 de dezembro de 1963, acusado de “exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade” (DHBB, <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> acessado em 30/07/2013).

A lista de presentes indica a professora Bertha K. Becker como única representante do sexo feminino no simpósio, que conta com a organização de Hilgard O'Reilly Sternberg, provavelmente o incentivador de sua participação no simpósio. É preciso também considerar que no CPGB e no início de carreira, Bertha K. Becker desenvolveu estudos na Geografia agrária no Brasil.

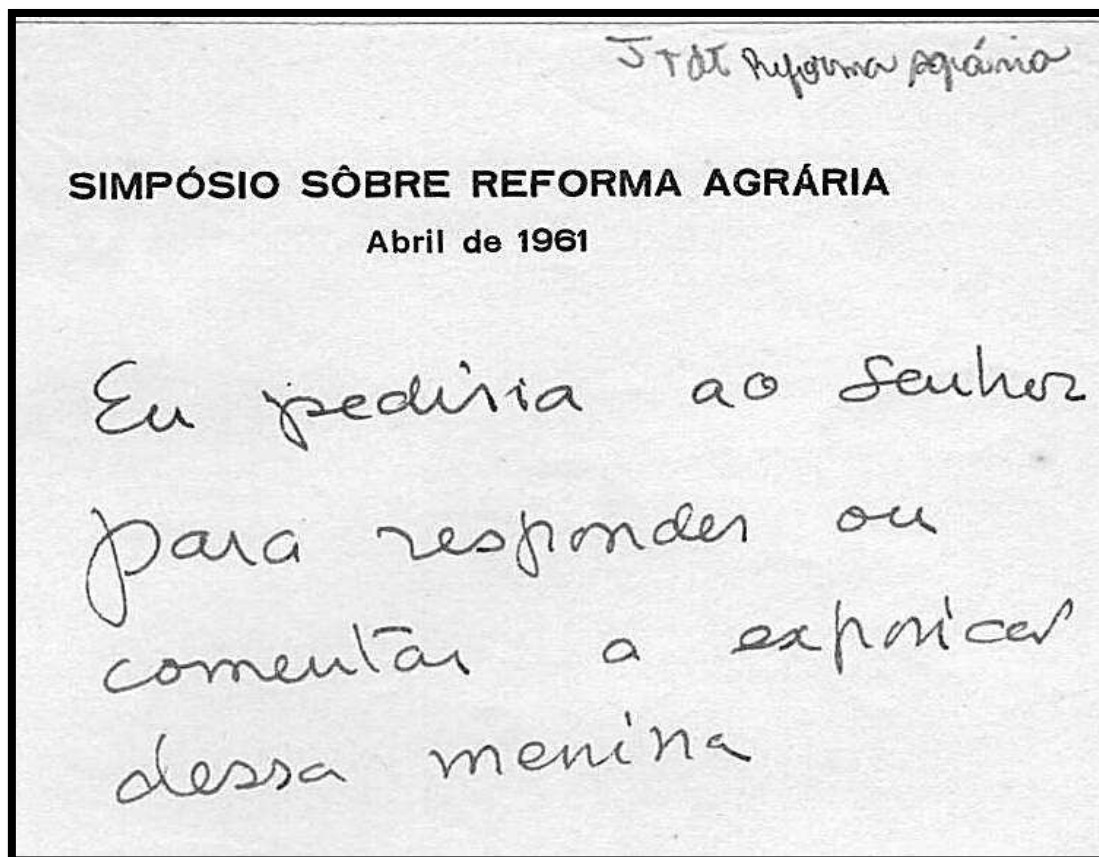
Figura 4 – Imagem do Livro Recomendações sobre Reforma Agrária – IBAD – Lista de Participantes



É difícil justificar e concluir o envolvimento da autora com o IBAD. Porém, encontra-se em documento no arquivo de Juarez Távora, sobre o simpósio, constante do acervo do CPDOC da FGV, um bilhete manuscrito que solicita ao general comentar a exposição da “menina”: *Eu pediria ao senhor para responder ou*

comentar a exposição dessa menina. Para registro e conhecimento torna-se necessário reproduzir o bilhete.

Figura 5 – Bilhete encontrado na documentação do General Juarez Távara



Fonte: <http://www.docvirt.no-ip.com/asp/fgv.asp?pesq=JT dt Reforma Agrária> (acessado em 03/10/2011).

Como a única participante do sexo feminino no simpósio foi Bertha K. Becker – dado que na listagem não aparece outro nome feminino –, pode-se intuir que o pedido é sobre as ideias que ela apresentou em algum momento de discussão. Não existe no documento nenhuma alusão que contenha as ideias apresentadas “pela menina”. O que se segue no documento é um manuscrito sobre a palestra de Moisés Rozental sobre ‘Comercialização e Industrialização’.

Interessa nesse debate perceber a não existência de arquivos para comprovação, dado que as informações ainda pertencem a indivíduos de forma privada.

Diante do falecimento da autora, jamais se saberá qual a sua participação no Simpósio e qual seu envolvimento com o Instituto. Em nenhum documento achamos referência ao caso e ao menos que algum fato surja e ajude no esclarecimento de tal participação, ficaremos nas especulações.

Até o momento da publicação de Dreifuss e sua posterior repercussão na comunidade acadêmica, não houve qualquer esclarecimento e jamais a comunidade geográfica solicitou um pronunciamento sobre o assunto. O que faz crer que a corporação protege alguns personagens, mesmo aqueles que são suspeitos de colaboração com regimes de exceção.

É necessário registrar que em entrevista concedida a SAMPAIO (2001), Bertha K. Becker afirma que Hilgard O'Reilly Sternberg foi um dos fundadores e participante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB<sup>85</sup>.

Essa afirmação não condiz com as afinidades eleitas, nem por Hilgard O'Reilly Sternberg nem Bertha K. Becker, naquele momento. Hilgard está mais perto das concepções veiculadas pelo IBAD, do que pelo ISEB. O depoimento de Bertha a Sampaio parece ser mais um esquecimento de sua participação no evento do IBAD. A participação pode ser comprovada com a lista apresentada no livro “Recomendações sobre a Reforma Agrária”.

#### 4.4 – A DOCÊNCIA NO INSTITUTO RIO BRANCO

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomatas (CPCD) do Instituto Rio Branco – instituição de formação dos quadros da diplomacia do Estado brasileiro – sempre contou com professores com projeção na ciência geográfica. Pode-se verificar no Anuário, nomes como o de, Carlos Delgado de Carvalho, Aluísio Capdeville Duarte, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Elza Coelho de Souza

---

<sup>85</sup> Cf. Alzira Alves de Abreu, “Instituição cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Desapareceu em 1964” (DHBB, <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> acessado em 30/07/2013).

Keller e Hilgard O'Reilly Sternberg, entre outros. Também no Curso de Extensão verifica-se a presença de Everardo Backheuser e Fernando Antônio Raja Gabaglia.

Dando segmento à participação de professores no quadro do IRB, Bertha K. Becker assume a docência de Geografia no Instituto Rio Branco, no ano de 1966 – após dois anos de instauração do regime militar – em substituição ao professor Arthur Bernardes Weiss, que faleceu. A permanência da professora lecionando no CPCD foi até o ano de 1975.

O que se deve destacar da sua prática é a mudança do programa do CPCD — segundo ela extenso, cansativo e desnecessário — e a ida ao campo com os futuros diplomatas para conhecer o Brasil.

Para registro e observação do leitor incluímos nos anexos os programas dos anos de 1966, 1967 e 1975. Pode-se verificar uma mudança do primeiro ano para o segundo de trabalho, onde se inclui a discussão da Geografia Política e Geopolítica. Já no último ano observa-se um programa consolidado que foi construído ao longo dos nove anos que teve a frente do curso de Geografia no IRB. Os temas do programa de 1975 são semelhantes desenvolvidos nos artigos que mais tarde compuseram o livro “Geopolítica da Amazônia”, especialmente a teoria do desenvolvimento polarizado, adaptada como desenvolvimento regional. (Anexo VI, PROGRAMA DE GEOGRAFIA IRB).

No trabalho no Instituto Rio Branco adquiriu capital intelectual em Geografia Política e Geopolítica, pois até o momento existia uma lacuna no campo, devido a vários fatores já citados. Não se importando com os problemas advindos da conjuntura da Guerra, propôs à reformulação do programa de Geografia Política e o trabalho de campo que possibilitasse aos futuros diplomatas o conhecimento da realidade nacional, através do Projeto Cisne<sup>86</sup> organizado pelo Itamaraty.

---

<sup>86</sup> Cf. entrevista concedida a Ewerton Vieira Machado, Sandra M. de A. Furtado e Maria Dolores Buss, publicada na Revista GEOSUL, apresenta a importância e aprendizado com a participação na instituição: (...) Mas quero voltar ao Instituto Rio Branco, que tinha um programa imenso de Geografia, uma loucura. Pensei: vou ter que mudar; procurar alguma coisa interessante para esses futuros diplomatas! E descobri: a Geografia Política, que naquela época estava muito escondida. E nunca mais deixei a Geografia Política. E eu sempre falava para o embaixador, que era o chefe, que deveria levar os alunos para conhecer o Brasil, pois eles eram oriundos das metrópoles. E acho que foi em 1972, que se criou o Projeto Cisne. Havia um avião da FAB à nossa disposição, uma representante do Itamaraty, e fomos primeiro recebidos em Corumbá, em Cáceres. Preparei os alunos com a teoria centro-periferia, do John Friedmann e apliquei para a América Latina. E foi um barato! Paramos no Forte Príncipe da Beira, em Guajará Mirim, em Cruzeiro do Sul; apaixonei-me pela Amazônia e nunca mais a larguei (BECKER, 2007, p, 208).

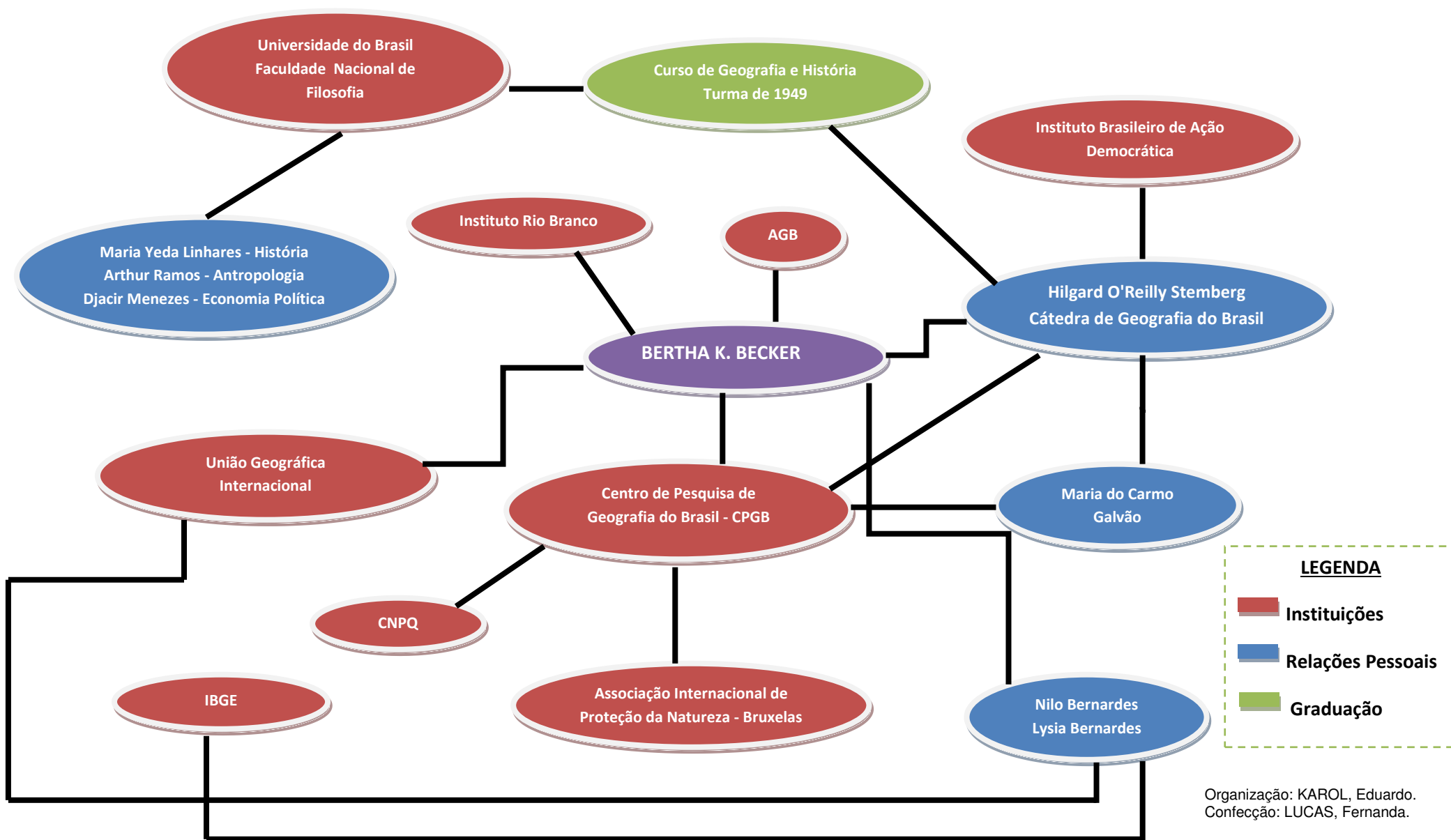
Veja que na docência no IRB, as afinidades se impõem o que possibilita experimentar e aprofundar discussões sobre o conhecimento do Estado brasileiro e o poder, vivenciar a fronteira do Norte do Brasil em plena transformação, o que lhe ajuda na formulação de teorias de políticas territoriais, como o conceito de fronteira como frente de expansão e a regionalização da Amazônia. Por outro lado, lhe possibilita imunidade política diante dos perigos que acadêmicos viviam diante do regime. O fato de estar dentro, junto, mostra que não enfrentou problemas de censura ideológica, pois esteve alinhada às ideias de integração, Brasil potência e outras veiculadas pelos militares.

A geógrafa, com um comportamento exemplar de alinhamento às políticas estatais, diz que – a partir da experiência no IRB – definirá definitivamente a temática da Geografia Política e Geopolítica da Amazônia, e que esse movimento influenciará sua obra futura e a colocará em evidência no cenário científico brasileiro e na Geografia em particular. Percebe-se que a tutoria do professor Hilgard O'Reilly Sternberg pós- 64, não se faz mais presente.

A participação no Instituto Rio Branco – IRB, de 1966 a 1975, o período mais duro dos “anos de chumbo”, deve ser entendida além das relações institucionais, dado que a professora revela em seu memorial que também foi um meio em que ganhava a vida como substituta do professor que veio a falecer. Sua carreira dentro da Geografia foi enriquecida graças às mudanças que ajudou a implementar no curso de formação de diplomatas. O IRB é vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, onde Bertha K. Becker também foi coordenadora da área de Geografia do Encontro Brasil-Portugal, comemorativo dos 500 anos do Descobrimento. Até recentemente manteve vínculo com o IRB na autoria e preparação do “Manual do Candidato” (2009) para o concurso de admissão à carreira de diplomata.

O esquema, a seguir, procura traduzir de forma ampla as relações estabelecidas desde o período da graduação até o doutoramento.

Figura 6 – AFINIDADES DE BERTHA K. BECKER 1949-1979





#### 4.5 – A GEOPOLÍTICA, O TERRITÓRIO E SUA GESTÃO

As relações construídas, desde sua formação na graduação até o doutoramento por livre docência na UFRJ, são enriquecidas com a produção de um conjunto de textos, que estabelecerá uma de suas obras mais importantes na época: “Geopolítica da Amazônia” (1982).

Posterior à tese, encontra-se a produção de dez anos, condensada no livro citado. Vamos nos limitar a discutir algumas ideias existentes no livro e efetuar o registro da publicação dos textos antes do aparecimento da primeira edição.

O primeiro aspecto que deve ser observado é a presença de Orlando Valverde<sup>87</sup> como prefaciador do livro. Esse renomado geógrafo faz severas críticas à Geografia quantitativa e à variação da *New Geography*, mais precisamente aquela exposta por John Friedmann.

É interessante analisar o discurso de Orlando Valverde discutindo as teorias utilizadas pela autora no prefácio do livro. Após criticar as teorias e seus autores, isenta Bertha K. Becker de filiações com os expositores da Geografia quantitativa e suas variações.

Sobre a filiação a Brian Berry ele escreve: “Embora Becker tenha citado Berry e seus seguidores com frequência, nos capítulos iniciais deste livro, não seria justo incluí-la entre seus mais fiéis adeptos”. Logo se conclui que é preciso proteger a autora, pois a filiação a identificaria com uma Geografia que vinha sendo questionada no mundo e no Brasil.

Depois de criticar severamente a teoria do desenvolvimento regional de John Friedmann, que se baseia na organização de modelos para a aplicação no Terceiro Mundo, assevera:

A teoria de Friedmann é falsa e reacionária, porque imagina uma sociedade homogênea, não dividida em classes. As inovações que se difundem da cidade para o campo são somente aquelas que interessam às classes dominantes. No mundo capitalista, isto significa as que vão proporcionar à burguesia e grandes empresas transnacionais maior margem de renda (VALVERDE, 1982, p. 6).

---

<sup>87</sup> Sobre essa personagem da Geografia no Brasil consultar, ADAS, Sérgio. **O Campo do Geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde** (1917-1964). Tese de doutorado, USP, 2006.

Novamente vai isentar a autora: “Tampouco se pode considerar a geógrafa Becker como um exemplo perfeito de seguidora de Friedmann”. Talvez essa isenção do prefaciador, como um juiz que condena e absolve, esconda relações que extrapola a corporação de geógrafos, dado que o mesmo tinha ligações com o círculo militar, que era parte integrante na formulação das políticas territoriais para a Amazônia. É bizarra e intrigante a postura de absolvição, dado que a própria Bertha K. Becker, desde a docência no IRB, não escondia em nenhum momento da sua produção a preferência pela teoria do desenvolvimento regional de John Friedmann, de quem utilizou a ideia de “fronteira de recursos” assinalada no subtítulo do livro.

A discussão das bases teóricas da autora é fundamental para o corte que Orlando Valverde identifica: “Da metade para o fim do livro, nota-se a influência da nova escola da “Geografia dialética”. A mudança de enfoque da autora passa de uma concepção aliada aos interesses elitistas para a denúncia da opressão que sofrem os povos subdesenvolvidos. O livro de Becker se insere num contexto de mudanças à medida que se folheiam suas páginas. No entanto, a tal “Geografia dialética”, nada mais é do que um nome ainda difuso à época de renovações e os textos de Bertha K. Becker apresentam ‘sobreposição teórica’ com mistura de vários matizes.

Expõe a inovação/mudança da autora com a citação sobre o estudo das migrações, “No estudo sobre migrações para a Amazônia – que estatísticos, demógrafos, economistas têm feito com base exclusiva em dados censitários –, a autora o realiza fundamentada em entrevistas”. A vantagem deste método assenta no fato de que, por ele, se podem enunciar as causas principais das migrações internas, e não simplesmente suas áreas de origem e seu “ponto de aplicação”.

Critica os geógrafos que não fundamentam suas pesquisas em trabalho de campo e exalta Becker,

Os geógrafos modernos brasileiros sofrem de uma carência aguda de pesquisas de campo. Tornam-se, por isso, excessivamente teóricos, livrescos. Becker é uma honrosa exceção; ela foi ao campo; sondou a realidade. Por isso, ela é, na minha opinião, a mais legítima representante da escola de Geografia que se esboça na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a qual teve como principal construtor o geógrafo Hilgard O'Reilly Sternberg (VALVERDE, 1982, p. 8).

Para terminar expõe a intenção de recuperação da Geopolítica por parte de Becker. Fato que só se consolidará em trabalhos posteriores, como o artigo “A Geografia e o resgate da Geopolítica” (1988), publicado na RBG.

A exposição das ideias do prefaciador tem como objetivo, trilhar o caminho percorrido pela autora. De algum modo, o lançamento do livro representa o momento exemplar de uma Geografia em processo de mudanças e também a consolidação da autora na arena geográfica brasileira. Orlando Valverde era um dos geógrafos renomados em Geografia agrária no Brasil e tinha estreitas ligações científicas com a autora e com o Clube Militar, sua patente foi colocada a serviço dos jovens geógrafos da renovação em ocasiões de conflito, revelou Carlos Walter em diversas oportunidades. Nada melhor do que uma figura conceituada na corporação para credenciar Bertha K. Becker como importante na Geografia do Brasil. Com a afinidade exposta, pode-se perceber que o “novo já nasce velho” ou guardam o movimento de conjunturas espaciais já superadas.

Ressalta-se que nesse período de uma década, Bertha K. Becker inicia a consolidação de estudos sobre a Geopolítica, especificamente sobre gestão do território pelo Estado, o que pode ser notado nos estudos sobre o Brasil e, particularmente, sobre a Amazônia. Juntar-se-ão aos estudos de Geopolítica os debates sobre o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, a logística e o aprofundamento e continuação das pesquisas sobre fronteiras.

O segundo aspecto que devemos observar é o conjunto de textos que compõe a obra. São trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais e um projeto financiado pelo CNPq (Quadro XIII). Esses trabalhos e projeto veiculam uma Geografia referenciada na teoria do desenvolvimento regional de John Friedmann, que foi incorporado quando a professora atuava no IRB, na formação dos embaixadores. As ideias sobre o desenvolvimento regional foram ensinadas aos futuros diplomatas, com o intuito de incentivar o exercício da negociação entre Estados, numa perspectiva submissa, para não alterar o quadro desigual entre países capitalistas – desenvolvidos versus subdesenvolvidos – e apresentar as benesses que a natureza no Brasil pode oferecer enquanto recurso a ser explorado e transformado em riqueza apropriada por grandes corporações.

A Geografia Política e Geopolítica, em Bertha K. Becker, não foi definida *a priori*, mas com a percepção da lacuna que se estabeleceu no campo nos anos setenta do século XX. Os trabalhos reunidos com um título pomposo (Quadro XIII)

são revalorizados e constituem credencial a ser explorada na luta concorrencial entre os geógrafos que pretendem manter o monopólio da autoridade científica.

### QUADRO XIII – APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS DE GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA

Capítulo do Livro		Apresentado e Publicado
1	Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil	Comunicação apresentada no I Encontro de Geógrafos, Presidente Prudente, 1972, e no II Simpósio da Comissão sobre Aspectos Regionais de Desenvolvimento, UGI (União Geográfica Internacional), Canadá, 1972. In Rev. Bras. de Geografia, ano 34 (4), 1972, IBGE, e Proceedings of th Commission on regional Aspects of Development, IGU (International Geographical Union), vol. II, Canadá, 1974.
2	Considerações sobre o Desenvolvimento Regional e a Localização das Atividades nos Países em Desenvolvimento	Junto com Nilo Bernardes em Geoforum, vol. 7, 1976, Pergamon Press, Grã Bretanha.
3	A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil	Apresentado no Simpósio sobre Estrutura Espacial do Brasil, III Congresso Brasileiro de Geógrafos, AGB, Belém, 1974, e publicado na Rev. Bras. de Geografia, ano 36 (2), 1974, IBGE
4	Projeto Aripuanã – Programa de Pesquisas	Inédito – Parte do Projeto Aripuanã, Elementos para Programação, SPL-CNPq, 1975.
5	Uma Hipótese sobre a Origem do Fenômeno Urbano numa Fronteira de Recursos no Brasil.	Trabalho apresentado no III Colóquio da Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, Congresso Internacional de Geografia, URSS, 1976, in Rev. Bras. de Geogr., FIBGE, 40 (1), 1978.
6	Política regional e mobilidade da população na fronteira de recursos	Apresentado na Comissão sobre Sistemas e Políticas Regionais, UGI, Nigéria, 1978, e publicado na Rev. Bras. de Geografia, ano 41, (4), 1979, FIBGE.
7	Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola	II Encontro Nacional de Geografia Agrária, Simpósio sobre Agricultura e Desenvolvimento no Brasil, dezembro de 1979. Publicado em Regional Dialogue, United Nations Centre for Regional Development, vol. 1, nº 2. 1980
8	Relações de Trabalho e Mobilidade na Amazônia Brasileira: Uma Contribuição	Elaborado em co-autoria com Lia O. Machado, do Departamento de Geografia da UFRJ. Publicado anteriormente em Brazil Spatial Organization, vol. II, março de 1980, pela Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional.
9	O Estado e a Questão da Terra na Fronteira: uma contribuição Geopolítica	Trabalho apresentado ao Seminário sobre Expansão da Fronteira e Meio Ambiente na América Latina, promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, Brasília, 1981. Publicado pela Comissão Nacional do Brasil da UGI, para a Conferência Regional Latino-Americana, 1982.

Fonte: BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia.  
Elaboração: KAROL, Eduardo.

#### 4.6 – A GEOPOLÍTICA, A GESTÃO E O MEIO AMBIENTE

Em seu memorial, Bertha K. Becker lista os artigos e as publicações que julga importante em sua trajetória acadêmica. Seguimos algumas sugestões da autora com o intuito de apreciar e discutir suas ideias, já que também afirma, ter resgatado a dimensão política da Geografia no Brasil (BECKER, 1993, p. 8). Após a escrita do memorial outros trabalhos foram acrescentados à sua obra.

Tomamos como ponto de inflexão o livro *Geopolítica da Amazônia: fronteira de recursos*<sup>88</sup>. De sua edição em diante, as publicações são multiplicadas e crescem em número e importância, para os geógrafos ligados às políticas territoriais concebidas pelo Estado. Não temos como abranger a totalidade de sua obra, assim frente a esse empecilho, é necessário optar pela resenha de alguns livros, artigos e documentos, que julgamos conter o essencial para ser avaliado em Geografia Política e Geopolítica.

Na análise de “Geopolítica da Amazônia”, concorda-se, de maneira geral, com Ruy Moreira de que o livro “é um estudo do quadro geral do espaço brasileiro dentro do qual, e só nessa medida e espelho, aparece a especificidade da Amazônia, tema de escolha de investigação por excelência da autora” (MOREIRA, 2010, p.95). A teoria do desenvolvimento polarizado é a base de Bertha K. Becker, que a enriquece com elementos da economia política do espaço de Harvey. O que contrasta com os capítulos iniciais onde há textos tributários de autores da *New Geography*, que já era questionada a época. Só no final do livro identifica-se o texto que traz contribuições de autores que começam a despontar com uma leitura espacial renovada na Geografia e também, a alusão a Geopolítica que motiva o título geral da obra. Trata-se do capítulo nove, intitulado “*O Estado e a questão da terra na fronteira: uma contribuição Geopolítica*” que apresenta elementos a serem avaliados e finaliza a publicação.

O texto está estruturado em quatro partes: Proposições teóricas e metodológicas para uma análise Geopolítica; Estado e Fronteira: articulação dos níveis internacional e nacional; A Estratégia de apropriação da Amazônia Oriental e a estruturação do espaço regional; e O nível local: o confronto entre dominadores e

---

<sup>88</sup> A expressão “fronteira de recursos” foi utilizada por John Friedmann no livro *Regional development policy: a case study of Venezuela*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1966. p. 77.

dominados na disputa pela terra. O trabalho foi escrito para apresentação no Seminário sobre Expansão da Fronteira e Meio Ambiente na América Latina realizado em Brasília em 1981. Ou seja, em uma conjuntura<sup>89</sup> de esgotamento dos projetos de desenvolvimento e do regime ditatorial sob tutela militar. A censura das ideias já não estava tão dura como em outros momentos, porém o discurso da segurança nacional ainda se fazia presente nas relações entre Estado, Empresa e força de trabalho analisadas pela autora.

Os elementos que fundamentam a ‘Geopolítica imperialista’ encontram-se no texto, ou seja, o Estado, a população e o território. Articulados e aplicados à realidade “amazônica”, configuram a tentativa de atualizar o modo de abordagem da análise geográfica. Percebem-se o esforço e a necessidade de uma renovação do pensamento científico em geral e da Geografia em particular, o que pode ser confirmado pela bibliografia utilizada pela autora nesse capítulo: Lacoste (1976), Raffestin (1980), Lipietz (1977) e Lojkine (1977)<sup>90</sup>. Busca-se fundamentar a Geografia com leituras próprias e de outras ciências sociais, o que, de alguma maneira, enriquece o debate sobre políticas territoriais. Não raro, utilizam-se autores marxistas para defender os interesses do capital.

O Estado – como indutor das políticas territoriais – incentiva empresas com projetos e produz mobilidade da força de trabalho na ocupação do território (BECKER, 1982, p. 215). A mobilidade produz conflitos que estabelecem uma contradição fundamental para autora: *como atrair a força de trabalho necessária e mantê-la na região, sem lhe dar o domínio efetivo e duradouro da terra?* (BECKER, 1982, p. 213). Antes de continuar com a resposta da autora, é necessário registrar que não apresenta os que estão na terra, dando a impressão de que o povoamento da região somente pode ser externo para corrigir desequilíbrios, o que de certa maneira reforça a ideologia dos vazios geográficos desde a produção cartográfica da América portuguesa. É de se notar que no ano de lançamento do

---

<sup>89</sup> Conceito chave para a conjuntura é a “doutrina da segurança nacional” que foi praticada por vários regimes militares na América Latina. Com a ideologia do nacional-desenvolvimentismo orientou a industrialização no Brasil e em outros países da região. A discussão e a efetivação de um plano para o ‘espaço nacional’ produziu a ideia de integração nacional.

<sup>90</sup> Cf. bibliografia citada pela autora: Lacoste, Yves. **La Géographie, ça sert a faire la guerre**, 1976. *Unité et diversité dans le Tier Monde*. François Maspero-Herodote, Paris, 1980. Lipietz, A. *Le Capital et son espace*. F. Maspero, 1977. Lojkine, Jean. *L’Etat, le marxisme et la question urbaine*. Presses Universitaires de France, Paris, 1977. Raffestin, Claude. *Pour une Géographie du Pouvoir*. LITEC, Paris, 1980.

livro, um grande movimento explodiu contra a Barragem de Tucuruí, como registrado na imagem abaixo.

Figura 7 – Arca - Boletim do Movimento dos Desapropriados pela Eletronorte, 1982.

1. 1982-1983 (1982) 1982-1983



# ARCA

Número 01 Setembro 82 a Janeiro 83

## dos moradores da área do reservatório BARRAGEM DE TUCURUÍ



**TERRA POR TERRA** - Que a ELETRONORTE distribua outros lotes, de 21 alqueires, tituladas nos locais escolhidos por cada comunidade.

**CASA POR CASA, VILA POR VILA** - Que a ELETRONORTE construa novas vilas com casas melhores ou iguais as anteriores, luz, esgoto, água, ruas e prédios públicos.

**INDENIZAÇÃO JUSTA** - Que os processos de indenização sejam revistos e reavaliados de acordo com a tabela de valores feita pelos trabalhadores.

**RECUPERAÇÃO DOS PREJUÍZOS** - Uma sejam indenizados os prejuízos dos anos parados de plantar.

Utilizando os níveis de análise, propostos por Lacoste<sup>91</sup>, procura responder a contradição criada com maior interesse para os proprietários de terra do que para os trabalhadores e suas famílias na região. Define o nível internacional como determinante para o modelo de desenvolvimento nacional que é induzido do exterior<sup>92</sup>. Consagra o Brasil em geral, e a Amazônia em particular, como uma fronteira de recursos a ser integrada nos processos de acumulação,

As forças que operam na escala internacional determinam, em grande parte, o estilo de desenvolvimento nacional, marcando os períodos de transformação econômica e política, e as formas de apropriação do espaço. A análise nessa escala é, pois, fundamental para compreender-se que se trata de uma fronteira mundial num país cujo modelo de desenvolvimento é induzido do exterior. Na escala mundial, o Brasil, como os demais países da América Latina, é uma fronteira de recursos, tendo sua história vinculada à sua inserção na divisão internacional do trabalho. Entendida como a vanguarda da expansão territorial do modo capitalista de produção, a fronteira de recursos sempre adotou mais rapidamente inovações geradas no exterior e recebeu massa considerável de investimentos (BECKER, 1982, p. 215).

Do internacional ao nível nacional, concebe o papel estratégico do Estado como o ator de viabilização da ocupação da fronteira<sup>93</sup>, que define e seleciona os espaços<sup>94</sup> a serem apropriados. Elaboram-se as estratégias e táticas específicas para a apropriação nas diversas regiões. A escala nacional define a posição e a extensão territorial das regiões no conjunto do espaço nacional segundo a conjuntura. A estratégia global do Estado no Brasil tem sido a de assegurar o monopólio da propriedade da terra representada pelo latifúndio voltado para a exportação de recursos (BECKER, 1982, p. 217).

---

<sup>91</sup> Para uma pesquisa do termo “níveis de análise” ver: Lacoste, Yves. *A Geografia*, in: Châtelet, François (org.). *História da Filosofia, idéias, doutrinas*; v. 7, *A Filosofia das Ciências Sociais – de 1860 aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Lacoste, Yves. *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas – SP: Papyrus, 1988. Lacoste, Yves. *Géopolitique; I alongue histoire d’aujourd’hui*. s.l. Larousse, 2006. Considero que nas três obras citadas o leitor encontrará um rico material de desenvolvimento do conceito de “níveis de análise”.

<sup>92</sup> Ao assumir a tese, do “desenvolvimento nacional induzido do exterior” aproxima-se das teorias cepalinas para a industrialização tão bem expostas por Wilson Suzigan, no livro: *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*, publicado pela Brasiliense em 1986.

<sup>93</sup> “A fronteira expressa o modelo de crescimento econômico do país, o modelo tecnológico intensivo de capital, com forte industrialização, que comanda inclusive a modernização da agricultura, malgrado a forte concentração de renda, o acentuado autoritarismo político e a internacionalização da economia” (Becker, 1982: 212).

<sup>94</sup> “O espaço é a um tempo produto da articulação de relações sociais e, como espaço concreto, também produtor de relações sociais” (Lipietz, 1977 apud Becker, 1982:214).



No nível regional expõe a estratégia de apropriação da Amazônia Oriental e a estruturação do espaço. O conceito de posição estratégica articula a fronteira de recursos com a mão de obra nordestina necessária para exploração e ocupação da região. Aborda a conexão entre o Centro-Sul com Belém que, segundo a autora, é a primeira porção do espaço a ser “integrado” (BECKER, 1982, p. 218).

Por fim, chega ao nível local, que caracteriza como espaço vivido, onde vai se desenvolver o confronto entre dominadores e dominados na disputa pela terra. Identifica como agentes dominadores da construção do espaço, o Estado e a empresa que determinam formas de operação na escala local. Os dominados são identificados como pequenos produtores e assalariados. É nesse nível que se dá o conflito entre as diversas formas de produzir, a disputa pelo domínio do espaço entre os vários agentes.

Conclui com a ideia de que o estudo geopolítico da fronteira deve ser feito com a articulação de diferentes níveis de análise, pois se trata de uma fronteira de recursos mundial, espaço de expansão territorial do modo de produção capitalista.

Em nenhum momento a autora opta por uma análise baseada na crítica ao conceito de imperialismo<sup>95</sup>. É intrigante que na renovação do pensamento geográfico no Brasil, poucos geógrafos tratem do tema, visto que o livro de Harry Magdoff é considerado por José William Vesentini como básico para as mudanças que estavam sendo colocadas em prática.

Opta pela inserção de ideias e teorias que estão sendo difundidas à época para enriquecer seu pensamento, entretanto ao apresentar ‘nordestinos’ como “bacia de mão de obra” incorre em preconceito e contradiz a relação do pesquisador com as populações locais que diz em seu memorial “proteger” (BECKER, 1993, p.6). O pensamento de atribuir “importância estratégica a altas densidades populacionais e, por isso mesmo, às cidades”, encontra fundamento em autores dos primórdios da Geografia Política no século XVII (MACHADO, 1998, p. 58).

A Geopolítica veiculada está calcada com os elementos de outrora, bem expostas pelos militares, o privilégio do poder do Estado – indutor do desenvolvimento regional, ou seja, expansão espacial do capital – na apropriação

---

<sup>95</sup> Pode-se consultar: Gonçalves, C.W.P.; Azevedo, N. M. de. **A Geografia do Imperialismo: uma introdução**. Número Especial do Boletim Paulista de Geografia – nº 59 – 1982. p. 23-41. Oliveira, A.U. Reflexões sobre o imperialismo: a incorporação do Brasil ao capitalismo internacional. Número Especial do Boletim Paulista de Geografia – nº 59 – 1982. p. 59-113. Moreira, Ruy. **O Que é Geografia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

espacial/territorial, a mobilidade de população como saída para resolver problemas de pauperismo entre as regiões brasileiras, desequilíbrios regionais ao invés de desenvolvimento desigual, e os conflitos entre agentes de apropriação espacial decorrentes da mobilidade forçada e incentivada, luta de classe e expropriação.

Os agentes dessa trama são separados por suas práticas, ao Estado cabe o papel de incentivador e regulador das ações para exploração e ocupação, as empresas os benefícios da acumulação em negócios oportunos e aos 'dominados' resistir à expropriação capitaneada pelo Estado e as empresas.

Não concebe estratégias de grupos de agentes, como por exemplo, Estado e empresa como grupo articulado para um propósito de apropriação territorial, nem as alianças dos dominados com a Igreja, para resistir à expropriação. A homogeneização dos dominados não deixa entrever suas diferenças, classificando-os como pequenos produtores e assalariados e imputando uma visão de fora do processo. Neste sentido, por exemplo, silencia sobre as mortes causadas pela expulsão de posseiros e trabalhadores na área estudada<sup>96</sup> (ALMEIDA, 1994, p. 276-282).

A apresentação entre dominadores e dominados, de maneira formal, expõe a contradição daquilo que julga ser a análise crítica do movimento de apropriação territorial que acaba se transformando em discurso do conhecimento do território para a "integração nacional". A valorização do discurso que oculta à produção de visão hegemônica na Geografia sobre a região amazônica embasam ideias que se cristalizam no campo científico e são repetidas a exaustão sem muitas vezes recorrer-se à comprovação. Na melhor tradição da ciência de síntese, mescla-se Geopolítica com Amazônia e passa a observar a região como homogênea sem a preocupação de outras possibilidades de análise.

Percebe-se que a rica produção local de intelectuais que trataram da Amazônia é negligenciada<sup>97</sup>, o que pode levar o leitor a concluir que existe um vazio

---

<sup>96</sup> Almeida lista no livro "Carajás: a guerra dos mapas", 568 mortes no estado do Pará de 1964 a 1992. Se considerarmos os anos de 1964 até 1982 são 126 mortes de posseiros e trabalhadores por pistoleiros (p. 276-282). ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994. 329 p.

<sup>97</sup> Constata-se a ausência de autores como: TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo; uma planificação ecológica**. 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 177 p. e REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed., Rio de Janeiro; Manaus, Civilização Brasileira; Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. 213 p. BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Editora Umberto Calderaro, Edição Universidade do Amazonas e Codeama, 1977, 840p.

teórico na região, consolidando uma visão estereotipada. O que fortalece a visão do exterior, colonizada. Aqui tem um fato importante: exaltou-se como virtude a realização de trabalho de campo com intuito da manutenção de uma unidade teórico-empírica, de conhecimento da realidade, contudo o acesso à literatura local também não enriqueceria e fortaleceria a propalada unidade? A ocultação e silêncio sobre autores locais permite a criação de visão própria do processo de incorporação da região ao sistema mundial (internacional) reforçando o estereótipo de uma Amazônia vista a partir das políticas gestadas pelo poder estatal e instituições localizadas no centro-sul do país.

Pode-se concluir nesse primeiro texto que a Geopolítica é tratada como a dimensão geográfica da política, nos moldes tradicionais, onde a importância do estudo dos lugares, dos povos, das distribuições de recursos fornecem os dados para as escolhas de política interna e externa, e a conseqüente formação de políticas de base espacial projetada para alcançar objetivos específicos, como a obtenção de recursos estratégicos para o capital comandado pelas empresas, aliadas ao Estado (O'LOUGHLIN, 1994, p. VII).

*O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo* é importante para compreensão e o debate sobre a Geografia Política e Geopolítica veiculada pela autora. O texto foi apresentado no Simpósio sobre o *Uso Político do Território*, na Conferência Regional Latino-Americana, promovida pela Comissão Nacional do Brasil da UGI em agosto de 1982 e republicado em "Abordagens Políticas do Território" como resultado do Seminário sobre Espaço e Política junto ao Programa de Pós-Graduação do departamento de Geografia da UFRJ. Tanto no Simpósio como no Seminário, participaram nomes como Edward Soja, Arie Shachar, Walter Stöhr e Miguel Morales, entre outros. Deve-se ressaltar a definição do temário de Geografia Política na conferência realizada no Rio de Janeiro.

A discussão posta, nesse artigo, inicia-se com a afirmação de que no plano teórico o projeto político na Geografia não foi desenvolvido. Apesar de a obra de Friedrich Ratzel ter representado avanço na teorização geográfica do Estado. Nesse avanço, Becker identifica que o território emerge como noção fundamental, pois é a expressão concreta das unidades políticas no espaço, define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política, que é o Estado, e esse é o seu

próprio espaço, onde exerce sua soberania, o que implica a noção de limite, pois o seu desdenho é resultado da relação de poder entre Estados (BECKER, 1983, p. 1).

Seu entendimento é de que nas relações entre Estados manifestaram-se duas limitações que impediram o aprofundamento do estudo entre os processos políticos e o espaço: 1) a adoção de leis deterministas em que o Estado é entendido como um produto do meio físico e a reação a essa ideia; 2) o Estado visto como única fonte de onde emanava o poder, ou seja, a escala de análise estava definida pelas suas fronteiras políticas.

É necessário alterar o conceito de Estado diante de tais limitações, pois as transformações no mundo do pós-guerra geraram algumas contradições nas relações entre o político e o espaço. Do entendimento de uma unidimensionalidade do poder estatal, passa-se a uma multidimensionalidade. O Estado-Nação tem que dividir o poder com organizações supranacionais. Essa divisão o limita no plano internacional, no entanto internamente ainda mantém poder dominante sobre as formações econômico-sociais.

A natureza e o destino do Estado devem ser considerados como fundamentais para o final do século XX. O debate, tanto da teoria neoclássica quanto da marxista para a análise das relações entre espaço e poder, é apontado como insuficiente. Reconhece que a necessidade de tratar o poder como multidimensional e de resgatar o conceito de território, que em sua opinião foi negligenciado pelos geógrafos preocupados em definir o espaço como objeto da Geografia.

Estado, espaço e território são discutidos com o intuito de superar contribuições e teorizações clássicas na Geografia. O Estado é o indutor da modernização investindo em infraestrutura e propiciando alianças entre empresas nacionais e multinacionais, tem papel preponderante não só na defesa do território, mas também no processo de circulação do capital em áreas de expansão. O espaço é o lócus da reprodução total, o que lhe dá na análise teórica uma preponderância da esfera social. O território é de construção social sendo o lócus do conflito entre as classes. Estado, empresas e movimentos organizados (locais, nacionais ou internacionais) buscam referenciar-se no domínio territorial para preservação de seus interesses, com o sentido de ***estar entre, no meio, participar***.

Nesse trabalho o que devemos ressaltar, é em primeiro lugar, o tratamento teórico que se quer dar ao Estado na contemporaneidade, superando a ideia de

único ator territorial e mostrando a ligação com as empresas. Depois a reafirmação do Brasil e de outros países da América Latina como “fronteira de recursos mundial”, o que foi consagrado em *Geopolítica da Amazônia* (1982). E por último a consideração de que a contradição entre dominadores e dominados, torna-se significativa no bloco de poder, apresentando aquilo que Cohen já havia anunciado, sobre as modificações das configurações estatais, desde a década de sessenta.

O fio condutor do pensamento político de Bertha K. Becker – iniciado no último capítulo de “*Geopolítica da Amazônia*” e rediscutido no “Uso político do território” – liga-se ao artigo *A Geografia e o Resgate da Geopolítica* (1988). Publicado em edição comemorativa do cinquentenário da Revista Brasileira de Geografia em dois tomos. O primeiro tratou dos “Clássicos da Geografia” e o segundo “Reflexões sobre a Geografia”. É no tomo dois que se encontra o texto assinado pela autora.

Em um momento histórico da produção de espaço e poder na sociedade brasileira, onde a transição entre governo militar e democrático, está se consolidando, pois, depois de algumas décadas, o pleito direto para escolha da presidência volta a fazer parte da constituição de uma sociedade democrática. Isso representa mais um passo no processo de abertura política. No âmbito interno da instituição UFRJ, consolida-se o Laboratório de Gestão do Território – LAGET, pensado e coordenado por Bertha K. Becker. O texto, pode-se dizer, é uma carta de intenção para a inserção dos geógrafos na leitura e participação dos projetos estatais.

O artigo está organizado em subitens que apresentam a discussão do projeto político da Geografia desde Friedrich Ratzel, que de acordo com a autora foi prejudicado teoricamente por não ter aprofundado a discussão da Geopolítica: a relação entre Estado, povo e território, isso atrasou o próprio desenvolvimento teórico da Geografia, já referido no “Uso político do território”. Essa constatação pode ser encontrada também em Taylor e Flint, quando afirmam que a Geopolítica foi silenciada devido sua instrumentalização como conhecimento a serviço de projetos totalitários, leia-se que estão referenciado na *Geopolitik* alemã. Diante dessa situação expõem como consequência do desaparecimento da Geopolítica a desvinculação da Geografia Política da herança dos fundadores: Friedrich Ratzel, Halford John Mackinder e Isaiah Bowman: *A quebra voluntária com o passado indica o profundo impacto que teve a Geopolítica alemã dos anos trinta sobre a Geografia*

*Política em particular e a Geografia em geral.* A Geopolítica se converteu em um terreno movediço que devia se distinguir da Geografia Política (TAYLOR; FLINT, 2002, p. 53).

Bertha K. Becker discute as proposições de Friedrich Ratzel e critica os autores que enveredaram pelas armadilhas do determinismo geográfico e econômico, recusando as teses do poder continental baseada no domínio do território e do poder marítimo e no domínio dos mares. A crítica está fundada na nova situação do pós Segunda Guerra que coloca a 'alta tecnologia' e a logística como elementos fundamentais na análise e debate na sociedade, especialmente a brasileira.

Concorda-se que o artigo é estabelecedor de referências, entretanto é preciso ser dito que assume as teses de Golbery do Couto e Silva sobre o projeto geopolítico da modernidade no Brasil. Isso não o consagra como renovador, mas como continuador das ideias militares de desenvolvimento expostas desde Travassos até Meira Mattos. É de se notar a presença de suas obras na bibliografia, enquanto que só é dado aos geógrafos lugar a Everardo Backheuser e Carlos Delgado de Carvalho. Traz outra possibilidade de interpretação quando apresenta que o Estado assume no século XX diferentes papéis no controle social do território. Esse controle foi viabilizado pelo domínio tecnológico e a ampliação do controle espaço-tempo pelo Estado. A relação entre ciência e tecnologia capitaneada pelo Estado, devido aos altos custos, foi fundamental para o desenvolvimento no Brasil, pois sempre esteve nas mãos das instituições criadas e ligadas ao aparelho de Estado – tecnologia espacial, telecomunicações, etc.

Avalia o projeto geopolítico da modernidade no Brasil, estabelecendo relações entre macro e microconjuntura, procurando não criar dicotomia entre esses níveis e mostrar com clareza os projetos implantados pelo Estado desde a década de trinta no Brasil. Explica que na relação Estado/Empresa surgem conflitos que não estão na escala de ação daquela relação e que surgem problemas locais com movimentos reivindicatórios que colocam possibilidades diferenciadas no tratamento e resolução entre Estado e sociedade civil organizada. Alerta que a força política dos atores pode alterar padrões de explicação, porque os conflitos e cooperações dependem dos setores e dos poderes de negociação dos sujeitos envolvidos.

Por fim, exemplifica com o espaço amazônico a implantação do vetor tecnológico com os grandes projetos e apresenta a região como arena Geopolítica

de novas tendências de gestão do território (ALMEIDA, 2000 p. 76-77). Gestão entendida como “a prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço”. (BECKER, 1987, p. 4).

Ao tratar de “projeto geopolítico da modernidade no Brasil”, procura se afastar da tendência conhecida no campo, da produção de “Geopolíticas nacionais”, determinadas pelas características geográficas do país e baseadas na apropriação física e delimitação dos limites do território. Ao contrário, vislumbra como premissa básica o domínio do vetor científico-tecnológico. A implantação desse vetor, desde a década de trinta do século XX pelo Estado, seria condição essencial para a pretensão dos militares de assumir, no cenário regional e internacional, posição preponderante<sup>98</sup>.

Como afirmamos no começo dessa análise, o texto é uma carta de intenção, que apresenta o geógrafo com capacidade profissional para avaliar e propor políticas de desenvolvimento regional em um mundo de mudanças tecnológicas; e dotado de instrumental para fazer análises sobre o Estado com a especificidade do cientista político que domina as leituras sobre espaço e território.

“Significância Contemporânea da Fronteira: uma interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira” (1988), publicado na coletânea “Fronteiras” (AUBERTIN, 1988), segue a linha de proposição de novo conceito geopolítico de fronteira.

Ao conceito de fronteira apresentado anteriormente como espaço não estruturado e em incorporação e processos intranacional e internacional, inclui o Estado e alta-tecnologia como determinantes históricos da produção da fronteira, mediando o nível global e local com alto potencial político (BECKER, 1988, p. 60).

Está organizado com pequena introdução onde expõe o *objetivo de contribuir para uma nova orientação de pesquisas sobre a fronteira* na Amazônia brasileira *visa responder às questões — Qual a significância da fronteira no final do século XX? Sob que condições se efetua sua expansão?* (BECKER, 1988, p. 62). O primeiro item “A Produção Intelectual da Fronteira Amazônica” está dividido em dois subitens: o debate apresenta as vertentes dos economistas (tese da funcionalidade da fronteira) e a dos sociólogos e antropólogos (“terra liberta”). “O novo significado geopolítico da fronteira” é o segundo subitem, em que proclama, novamente que “a

---

<sup>98</sup> Cf. BECKER, B.K.; EGLER, C.A. **O Embrião do projeto geopolítico da modernidade: o Vale do Paraíba e suas ramificações**. Rio de Janeiro, LAGET Textos 4, 1989. Mimeo.

fronteira amazônica só pode ser interpretada a partir da inserção do Brasil no capitalismo global” (BECKER, 1988, p. 66).

O segundo item “Condições atuais de produção da fronteira” são listadas e expostas às condições: “A implantação de redes de integração espacial”; “A apropriação monopolista do espaço”; “A mobilidade do trabalho”; A urbanização e a ordenação do espaço”; “A fragmentação do espaço e a formação de regiões”.

Por fim o terceiro item, “A Resistência dos usuários – Um poder local?” onde apresenta a multiplicação de movimentos de protesto e resistências em base territorial. Em primeiro momento escreve sobre “Formas de resistência na Amazônia Oriental” e depois “Formas de resistência em Rondônia”.

Os elementos que julgamos importantes nesse trabalho são: 1) a afirmação de que existe um espaço planetário, onde os Estados conservam suas funções de controle, hierarquização e regulação interna, contrastando com o que foi anunciando anteriormente da perda de poder para organizações supranacionais; mantém o Estado como ator privilegiado da análise em Geografia Política, não somente ou apenas como gerenciador da economia, mas assegurando as condições da reprodução das relações de dominação inerentes à hierarquia dos grupos e dos lugares (BECKER, 1988, p. 66).

O livro *Brasil: uma potência regional na economia mundo* (1993)<sup>99</sup>, publicado em coautoria com Claudio Antonio Gonçalves Egler, é resultado das ligações e do convite de Peter Taylor para a apresentação do Brasil na comunidade geográfica anglo-saxônica. Claudio Egler manteve afinidade com as ideias Becker desde sua orientação no mestrado. Colaborou e fundou o LAGET e assinou trabalho sobre o “Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico econômico pelos estados da Amazônia legal” (1996) para Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente.

A referência na formulação de economia-mundo de Immanuel Warllestein é o fio condutor para a exposição do Brasil no exterior. É um livro literalmente para “inglês ver”, ou seja, novamente a ligação com as ideias e relações externas naquele momento. Com o intuito de apresentar um país diferente do que aquele que até então era visto no estrangeiro.

---

<sup>99</sup> Publicado pela Cambridge University Press em 1992. O prefácio é assinado pelos autores em 1990.



Os autores se esforçam para desmitificar o ideário de potência atribuído ao Brasil devido à grandeza territorial, bem como superar a visão que o reduz a simples componente do Terceiro Mundo nos moldes de uma divisão internacional do trabalho baseada na produção de recursos naturais e consumidor de produtos industrializados.

O país é apresentado como integrante da economia-mundo capitalista e possui uma via própria de caminho para a modernidade no século XX. Essa via tem no Estado seu principal dirigente na relação com as empresas capitalistas e na expansão/integração das atividades econômicas e sociais no território brasileiro.

Afirmam os autores que se trata de um livro de Geografia Regional, contudo veiculam os mesmos elementos arrolados nos textos anteriores: 1) o papel do Estado autoritário no projeto de modernização do país; 2) o projeto geopolítico para a modernidade; 3) a modernização conservadora e o território; 4) a fronteira; e 5) a potência regional e a crise.

O artigo “Brasil – Tordesilhas, Ano 2000” (1999)<sup>100</sup> trata da tensão fronteira-limite na formação territorial brasileira. Os conceitos de fronteira e limite são enriquecidos, e de

“Fronteira de acumulação do capitalismo europeu, estabelecidas por conquista e colonização da empresa mercantil através do processo de ocupação e desbravamento de novos espaços onde, apropriados terra e recursos naturais, formaram-se territórios ultramarinos (...)”

passa a ser entendida como *espaço não plenamente incorporado a sistemas estruturados e, por essa razão, potencialmente gerador de realidades novas. Representa indiferenciação, transgressão e conflito.*

Esse significado é o mesmo expresso nos textos de 1982 e 1988. Limites resultam *das fronteiras de acumulação que constituíram linhas demarcatórias das novas áreas controladas pelas potências hegemônicas* em um primeiro momento, posteriormente, significam *diferenciação, contenção e consenso pelo*

---

<sup>100</sup> Apresentado pela primeira vez no Congresso Brasil-Portugal Ano 2000, realizado em Lisboa de 16-18/6/1999, em comemoração ao V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral e posteriormente publicado na Revista Território em 1999, Political Geography em 2001 e na Revista Grifos (Dossiê Geopolítica) em 2005. No ano 2000 ganhou uma versão levemente modificada na terceira edição do Atlas Nacional do Brasil do IBGE, na seção O Brasil e a Geopolítica Mundial.

*reconhecimento do outro e, portanto, da própria identidade expressa, inclusive, por movimentos de autonomia e resistência.* Com base na tensão vai apresentando o debate entre a ‘riqueza circulante’ e a ‘riqueza *en situ*’ que configuram “novos Tordesilhas”, monetário e ecológico na contemporaneidade.

Coloca como fundamental no início do século XXI, o papel do Estado na direção e manutenção de processos financeiros globais e a defesa e proteção da riqueza atribuída à natureza. Mediante a conjuntura, vai adaptando o entendimento do Estado, do território, da fronteira, acrescidos da alta tecnologia neles aplicados pelo grande capital. Nesse texto identifica-se outra inflexão que aparecerá na obra a seguir.

No livro *Amazônia Geopolítica na Virada do III Milênio* (2004), verifica-se uma mudança no tratamento da Geopolítica aplicada à Amazônia. A atualização das ideias concebidas e produzidas sobre o Brasil e a Amazônia é exposta em termos do conflito que se estabelece entre os atores que defendem a preservação e os que desejam a utilização da floresta como recurso, em suma, ambientalismo *versus* acumulação. Supera as ideias de “fronteira de recursos mundial” e desenvolvimento regional, baseadas na economia de fronteira, onde identifica a utilização dos recursos finitos como legado dos projetos de integração nacional e passa a entender a Amazônia como “fronteira do capital natural”. O que muda nas ideias sobre a região brasileira em permanente modificação?

Primeiro, a Geopolítica passa a ser “entendida como um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço” (BECKER, 2005, p. 71), ou seja, uma reafirmação da disciplina agora como campo. Nesse o território usado tem maior importância para os atores do que a sua conquista. O que torna a análise mais complexa, pois não estão em jogo somente a ocupação, mas também como os recursos serão apropriados e por quem. De um comando do Estado como ator das políticas aplicadas a região desde a década de sessenta, surgem no complexo jogo da ocupação, atores locais reivindicando seu quinhão de riqueza. Os movimentos sociais com suas estratégias próprias tendem a se articular acima e abaixo da escala do Estado, configurando nova Geopolítica e estabelecendo conflitos com as corporações que se interessam pela riqueza circulante, principalmente aquela relativa à exploração da biodiversidade.

Segundo, a “fronteira do capital natural” é comandada, sobretudo pelo vetor tecno-ecológico, resignificando e reconfigurando à região. Becker identifica nesse

processo três macrorregiões: 1) arco de povoamento consolidado, onde estão as cidades, as densidades demográficas maiores, as estradas e o cerne da economia; 2) *Amazônia central*: corresponde ao restante do estado do Pará, que é a porção mais vulnerável da Amazônia, porque cortada pelos eixos, pelas estradas e onde estão duas das frentes localizadas; 3) a última é a *Amazônia ocidental*, que tem a maior área de fronteira política e é a mais preservada (porque não foi cortada por estradas e seu povoamento foi pontual, na Zona Franca de Manaus, enquanto o resto do estado ficou abandonado).

Terceiro, nas palavras de Bertha K. Becker:

Hoje, a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores. Nela, a sociedade civil passou a ser um ator fundamental, tanto no campo como nas cidades, especialmente pelas suas reivindicações de cidadania, que inclusive influem no desenvolvimento urbano (BECKER, 2005, p. 82).

O livro está organizado em seis capítulos que trata da história e mudanças estruturais da região amazônica em fins do século XX até o que chama de nova Geografia Amazônica, passando pela globalização (fronteira e escala), novo lugar (esgotamento da fronteira móvel, cidades e redes), domínios naturais (áreas protegidas, projetos e conflitos) e uso do território e políticas públicas.

O fundamental das ideias arroladas será o seu cotejamento com os projetos em que Bertha K. Becker participou como consultora. Esse movimento possibilitará avaliar até que ponto a geógrafa afeita a relação com o Estado influenciou a formulação de políticas territoriais no Brasil.

#### 4.6.1 – PROJETOS, DOCUMENTOS E A OBRA DE BERTHA K. BECKER

O primeiro projeto a ser apresentado está contido no quarto capítulo do livro “Geopolítica da Amazônia” (BECKER, 1982, p. 91-109). Trata-se de “Projeto Aripuanã – programa de pesquisas”. Consta na nota de rodapé que não está

completo, que é parte de trabalho realizado para o CNPq em 1975. No CNPq, pode-se atestar a sua afinidade desde 1974, quando atuou como consultora, membro de comitê de avaliação, representante na comissão nacional da UGI e membro de comissão temporária, como por exemplo, no Projeto Aripuanã.

Era o ano de 1972, a ditadura caminhava a passos largos para sua consolidação, enquanto a economia já apresentava sinais de desaceleração, quando um assessor do ministro do Planejamento João Paulo do Reis Veloso apresentou um estudo sobre a ocupação racional da Amazônia mato-grossense. Pedro Paulo Lomba<sup>101</sup> sugeriu a criação de uma cidade científica, batizada de Humboldt, que realizasse “o levantamento do capital natural da região, apontando as alternativas não predatórias de seu aproveitamento racional”, como relata Alfredo da Mota Menezes<sup>102</sup> (2010). O projeto era a resposta do governo brasileiro a reunião de Paris em 1971 sobre os limites do crescimento e a Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1972<sup>103</sup>. Pois segundo o general Meira Mattos,:

“Os governos, centro do poder político nacional, devem coordenar um sistema bem articulado de cérebros e de vontades, operando no âmbito de adequada estrutura de órgãos, utilizando modernas técnicas de informática e de avaliação permanente, tendo por mira objetivos traduzidos em planos, programas, projetos e orçamentos” (MEIRA MATTOS, 2011, p. 227).

O governo militar começou a implantar o Projeto Aripuanã com o objetivo de criar modelos para a integração da Amazônia ao território nacional, diferente do levado a cabo até então, baseado em abertura de estradas que estava sendo questionado na opinião pública nacional e internacional. O projeto compõe o pacote

---

<sup>101</sup> Ozório Fonseca escreveu: “Nos anos de 1970 o então Ministro João Paulo dos Reis Veloso delegou a um de seus assessores – Pedro Paulo Lomba – a tarefa de elaborar um projeto de desenvolvimento para a Amazônia assentado no uso sustentável dos recursos naturais. A bordo de um Caravelle da Cruzeiro do Sul, entre Brasília e Manaus, Pedro Paulo fez um esboço do projeto que foi discutido com a direção do Inpa e, alguns meses depois surgiu o projeto “Cidade Científica de Humboldt” que foi implantado, no noroeste de Mato Grosso na margem direita do rio Aripuanã, ao lado da Cachoeira de Dardanelos”. <http://www.portalamazonia.com.br/blogs/medico-da-floresta/> (acessado 02/10/2013).

<sup>102</sup> Cf. artigo publicado em julho de 2010 [http://www.alfredomenezes.com/index.php?paginas\\_ler&artigos&cat=&id=2897](http://www.alfredomenezes.com/index.php?paginas_ler&artigos&cat=&id=2897) (acessado em 01/10/2013).

<sup>103</sup> É reveladora a matéria “Cidade-laboratório surge em Aripuanã como solução econômica para Amazônia”, do 1º Caderno do Jornal do Brasil 07/01/1973 assinada por Mário Chimanovitch, apresentando todo o projeto e seus objetivos. E ver também “A Cidade científica perdida no meio da mata” de Oscar Ramos Gaspar, publicada em 25/07/1975, no estado de São Paulo.

do I e II Planos Nacional de Desenvolvimento, concebido pelo Ministério do Planejamento e contava com o envolvimento de várias esferas de governo: Ministério do Interior, a Força Aérea Brasileira, o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – Codemat, o CNPq e a UFMT.

Vultosas quantias de recursos foram investidas para a criação da cidade Humboldt, em Aripuanã – no Salto de Dardanelos. Casas pré-fabricadas em São Paulo foram levadas por aviões búfalos para abrigar os cientistas que participariam do primeiro projeto de universidade na selva – UNISELVA, como ficou conhecida. A concepção do projeto era de característica endógena, porém os aviões da FAB levaram equipamentos comprados nos grandes centros urbanos do país. Parece perfeito demais, por isso tivemos que trazer algumas informações do Sr. Lomba no “Opinião” de 19/09/1975. Sobre o projeto ele separa Humboldt e Aripuanã. Diz que teve que juntar porque tratava com tecnocratas. Vamos ler suas palavras:

Há três anos [1972], no entanto, me bateu um estalo; fui a Brasília e disse aos tecnocratas: se vocês colocarem uma comunidade integrada de pesquisas dentro da floresta de Aripuanã, antes da abertura dessas estradas amazônicas que não estão dando certo, poderão localizar as zonas mais ricas em recursos naturais; depois vocês abrirão a sua estrada através delas, evitando a destruição inútil das zonas de baixo potencial, lotearão as terras marginais e venderão aos empresários. Este era – porque nem isso foi executado – o projeto Aripuanã, aprovado oficialmente em 1973 (LOMBA, 1975, p. 6).

Para Lomba<sup>104</sup>, “o importante era construir uma *plataforma espacial*” [linguagem adaptada da corrida espacial entre EUA e URSS] “na órbita daquele planeta verde e úmido que a tecnocracia urbana tentava conquistar a distância, munida de telescópios embaçados e embaraçada em suas próprias estatísticas” (LOMBA, 1975, p. 6).

---

<sup>104</sup> Existe a suspeita de que o idealizador também tenha sido o responsável pelo fracasso, pois não sabia conduzir o projeto. Segundo MENEZES, em correspondência pessoal comigo, afirmou: “Não sei o que o Lomba disse, mas aqui se acredita que parte da culpa do fracasso foi dele. Foi ele o idealizador, o teórico, mas os fatos sugerem que não sabia dirigir. Matou o grande sonho da UFMT que era, através de Humboldt, ter pesquisa na região amazônica, trazer pesquisadores de fora”.

Antes de apresentar o texto temos que explicar que em 1975, ou seja, três anos após ser implantado, o projeto passa a administração do CNPq<sup>105</sup> e começa a ser deixado de lado.

---

<sup>105</sup> Cf. Centro de Memória CNPq; Principais Realizações em 1975 – Integração do Projeto Aripuanã às atividades do CNPq, por meio da Portaria Interministerial n.º 038 de 09 de abril de 1975. Desde sua criação, em 1973, o projeto vinha sendo dirigido por um grupo de trabalho formado por técnicos do IPEA, SUDECO, UFMT e o Governo do Mato Grosso. <http://centrodememoria.cnpq.br/realiz75.html> (acessado em 01/10/2013).

FIGURA 8 – REPORTAGEM DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O PROJETO  
ARIPUANÃ – 21/08/1975

## **Novo diretor de Aripuanã afirma que todo o acervo do projeto está desaparecido**

**Cuiabá** — Está desaparecido o acervo de pesquisas do Projeto Aripuanã. Afirma o seu novo gerente-geral, economista Fernando Augusto Cruz, que "nada recebeu de seu antecessor, Pedro Paulo Lomba", enquanto o Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Gabriel Novis Neves, que supervisionava o projeto, diz nada saber sobre o assunto.

O Sr Lomba, poucos dias antes de o Conselho Nacional de Pesquisas assumir o controle do Projeto, exibiu a repórteres de jornais do Sul em trânsito por Cuiabá parte do acervo, revelando então que "a aproveitou para a elaboração de um livro a ser editado na Espanha, no qual contaria suas experiências na selva em contato com a Cidade de Humboldt".

### **TUDO BEM**

O Reitor Novis Neves disse que o Sr Pedro Paulo Lomba foi contratado pela Universidade de Mato Grosso, depois de desligar-se do Projeto, para dirigir seu Departamento de Planejamento e Projetos, com vencimentos de Cr\$ 8 mil. Acrescenta que não vê motivos para sensacionalismos em torno do assunto.

Disse também que são infundadas as críticas assacadas contra a Universidade de Mato Grosso, "todas infundadas" e que, se tiverem de ser feitas, que o sejam aos Ministérios do Planejamento, do Interior e da Educação, de onde proviham recursos para o Projeto e não à UFMT, cujo papel "era de um órgão puramente repassador desses recursos."

### **SOLO E MADEIRA**

Afirmando que o Projeto Aripuanã passa a viver a partir de agora uma nova fase, o economista Fernan-

do Cruz anunciou ontem a assinatura de dois convênios com a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, a Codemat.

O primeiro destina-se ao levantamento pedológico de áreas marginais à Rodovia AR-1, que está sendo construída com dinheiro da Sudeco e do Governo estadual, e que ligará a localidade de Pontalbas à cidade científica de Humboldt.

O segundo propiciará o detalhamento do que já foi levantado pelo Projeto Radam e visa a detetar as áreas de Aripuanã de maior potencial madeireiro, pois sabe-se que o município é rico em madeira de lei, particularmente mogno.

Quanto à gestão anterior, diz o Sr Fernando Cruz que as dívidas que ela deixou junto ao comércio local e seus funcionários ascenderam à casa dos Cr\$ 1 milhão e 500 mil. Mas acha que vai ser difícil apurar qualquer coisa porque as contas relativas ao exercício de 74 já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União.

## **Lomba diz que fruto de pesquisa teve destino**

O Sr Pedro Paulo Lomba disse ontem no Rio que "não existe nenhum tipo de acervo de pesquisa do Projeto Aripuanã que tenha sido produzido oficialmente e que não esteja, também oficialmente, em mãos das entidades responsáveis."

— Essas pesquisas produzidas oficialmente em 1974 — disse ele — foram realizadas pelo Instituto Evandro Chagas, pelo Projeto Radam e pela Universidade Federal de Mato Grosso. Todos esses três relatórios foram entregues à administração do Projeto Aripuanã em Brasília.

### **DEFESA**

— Realmente — prosseguiu o Sr Pedro Paulo Lomba — eu tenho arquivos de anotações pessoais envolvendo um espectro muito amplo de investigação científica e tecnológica, que faz parte de uma obra que estou elaborando e que anuncia sua elaboração desde

1972, intitulada *Amazonologia*.

— Essa obra estabelece os pontos-chave para o trabalho científico e tecnológico, visando à penetração não predatória do homem e do desenvolvimento industrial no domínio ecológico da floresta pluvial.

— A minha tarefa em 1973 era construir o núcleo pioneiro de Humboldt, na medida dos recursos e do tempo que me foram dados. A par disso, desenvolvi estudos paralelos e particulares. Esse trabalho é a continuação do primeiro documento sobre a cidade-laboratório de Humboldt, que apresentei ao Ministro Reis Veloso em julho de 1972, propondo uma revisão de estratégia de desenvolvimento da Amazônia, com o uso de uma ponte de lança científica e tecnológica, que se antecipasse à ocupação econômica e social, para evitar a predação ambiental.

Não é intrigante escrever um texto em 1975 quando o projeto está sendo desativado e publicá-lo em 1982 em uma coletânea de textos que pretende ser referência em Geografia Política e Geopolítica na Geografia no Brasil?

A resposta está na opção política que fez para estar ao lado do poder e desconsiderar a real situação daqueles que eram atingidos pela incorporação de seus recantos a lógica da acumulação do capital. Isso faz cair a máscara da pesquisadora eficiente que realiza trabalho de campo para captar mais de perto a realidade vivida na Amazônia. Vemos com Aripuanã que Bertha K. Becker esteve ligada ao gabinete do CNPq, onde tinha boas relações desde os tempos do Hilgard O'Reilly Sternberg, e deve ter sido solicitada a tentar salvar algumas ideias existentes no projeto.

Vejamos algumas ideias veiculadas no texto presente no livro, a política de desenvolvimento regional não pode ser dissociada do planejamento das pesquisas sobre os processos naturais e humanos. É necessário criar um modelo de desenvolvimento adaptado às condições amazônicas para uma ocupação *racional* do território (BECKER, 1982, p. 91). Vamos recorrer a Lomba novamente para entender que as ideias veiculadas já eram questionadas devido a não existência de tecnologia para tal empreitada.

Conceber a expansão de uma fronteira agrícola em terras tropicais úmidas, onde inexistia experiência tecnológica consolidada, quando os campos temperados e subtropicais longamente trabalhados nos séculos anteriores se esvaziavam em favor das cidades, foi uma decisão histórica negativa, que marcará toda uma geração no poder. A resposta do ecossistema amazônico a essa tentativa será chocante". Então, nosso projeto para Humboldt, depois de implantada a base científica, consistia em ocupá-la periodicamente com cientistas e tecnólogos de diferentes áreas do conhecimento, que trilhassem juntos num centro de reconhecimento terrestre e num centro de desenvolvimento experimental. O primeiro seria uma máquina produtora de informações sobre o meio ambiente, e o segundo, uma máquina produtora de engenhos e sistemas que funcionassem superando os fatores ambientais negativos, tirando partido integral dos fatores ambientais positivos. Como fator ambiental negativo, produzido pela interação entre a atmosfera e a biosfera, pode-se citar a lama. Como positivo, produzido pela mesma interação, as alternativas de descoberta de uma agricultura sombreada pela floresta primitiva ou de plantas alimentícias selvagens escondidas entre a biomassa. Mas isso era um segredo dos alquimistas que estavam chegando à floresta amazônica. **Jamais seria entendido pelos burocratas que desejavam, e ainda desejam, apenas mais outro e inviável plano de desenvolvimento regional.** [Grifo nosso] Os cientistas e tecnólogos trabalham em algo maior, incrivelmente mais viável: *o projeto de uma nova e grande nação tropical úmida*, necessariamente diversa dessa nação temperada que cresceu como uma planta alienígena invasora, no Centro-Sul, desde o século XVI,



destruindo 30% da mala atlântica encontrada pelos portugueses (LOMBA, 1975, p. 6).

A crítica do formulador aos burocratas/tecnocratas é exemplar, pois entende que aqueles estão mais interessados em mais um projeto de desenvolvimento regional. Essa crítica foi feita também por Orlando Valverde na apresentação do livro da Bertha K. Becker. Será que o desenvolvimento regional era o único caminho teórico a ser trilhado? Nossa percepção é de que para estar nos projetos do governo era necessário assumir tal teoria. Lembremos que Bertha K. Becker fala do seu encontro com Friedmann quando foi professora dos diplomatas no IRB.

O documento “Estudo Geopolítico Contemporâneo da Amazônia”<sup>106</sup> (1989), como subsídio a discussão de macrocenários Amazônia 2010, será avaliado devido ao não conhecimento da comunidade geográfica e por expor claramente a ligação com certo projeto geopolítico. É um texto preparado para a SUDAM/BASA/SUFRAMA/PNUD.

Em sessenta e quatro páginas, Bertha K. Becker segue a estrutura do texto “Geografia e o resgate da Geopolítica” e aprofunda o ‘projeto geopolítico da modernidade no Brasil’ na região amazônica. Está organizado em três capítulos com subitens. Os capítulos são: 1º - “Significado da Amazônia no Projeto Geopolítico da Modernidade do Brasil”. No limiar do século XXI, retorna a ideia de fronteira nacional/mundial para a região amazônica. Expõe a estratégia de ocupação da região pelo governo federal, explicando elementos, do que chama, de ‘malha tecnopolítica’ e ‘malha sócio-política’. Daí a disputa pela terra e por territórios fracionar o espaço e proporcionar a formação de novas regiões; 2º - “A Problemática Amazônica ao nível Continental”. Trata da relação com os países amazônicos, onde aponta problemática comum e diferenciada, devido as estratégias e vulnerabilidade das amazônias. Apresenta a política dos governos e a necessidade de cooperação e por fim, a fronteira e novas tendências de cooperação; e 3º - “A Questão Tecno(ecol)ógica”. Trata da ‘problemática ambiental’, em que contrapõe os cenários para ‘frente energética’ e ‘frentes biotecnológicas e a Geopolítica daí resultante.

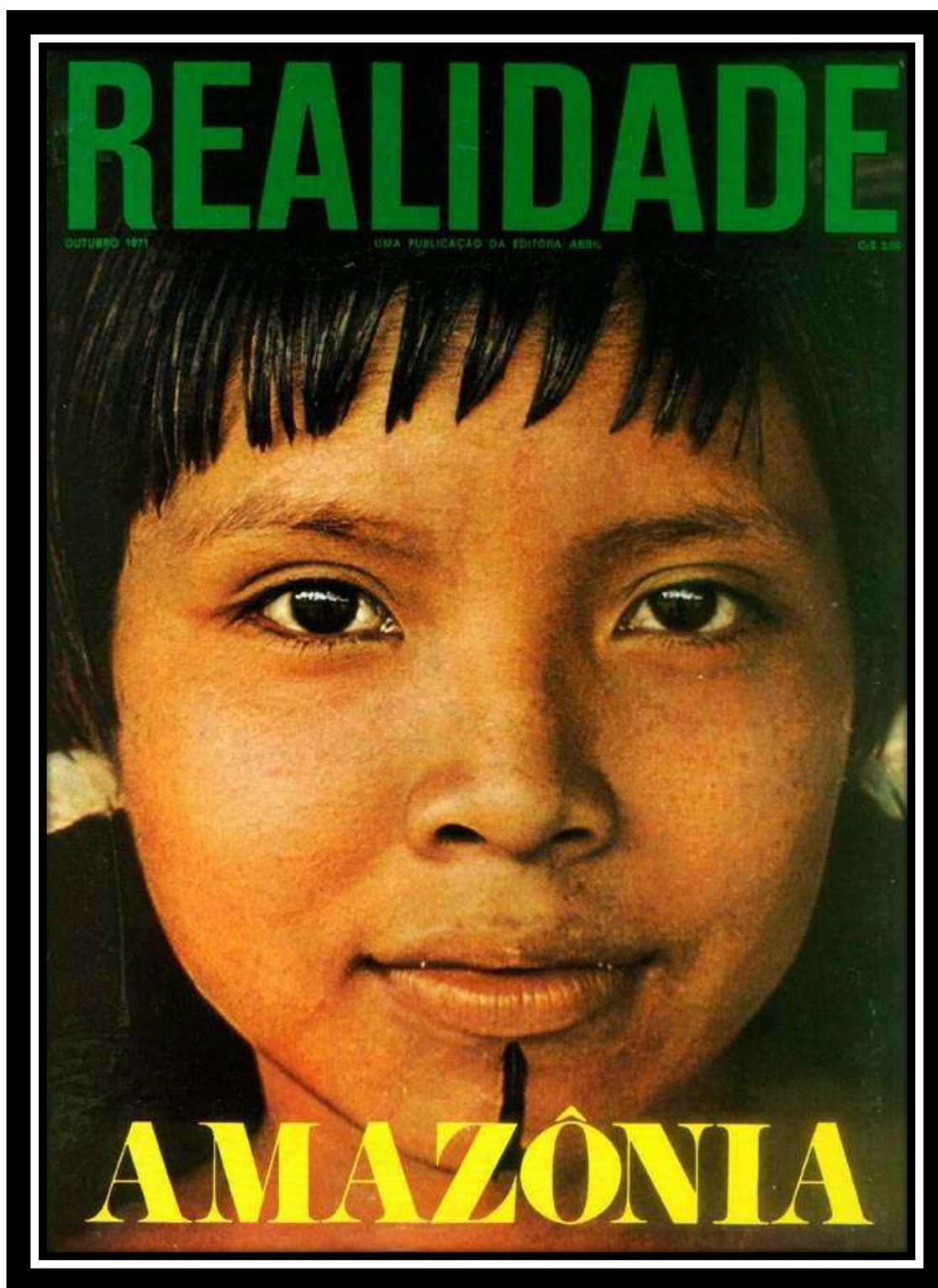
Alguns elementos expostos no documento são importantes como guia de rastreamento. 1º - A constatação de que o regime militar centralizou e concentrou as

---

<sup>106</sup> O documento foi publicado um ano depois como capítulos do livro *Amazônia* (1990).

informações sobre a Amazônia, bem como as mudanças rápidas no mundo, dificultaram o conhecimento dos fatos. Se tomarmos como referência a imprensa, os periódicos publicados à época noticiavam a ocupação da Amazônia com edições e cadernos especiais. Esse autor é testemunha de publicações como a revista “Realidade”, que em um número especial sobre Amazônia (imagem XX) e “O Globo” com cadernos de reportagem oferecia aos leitores informações da ocupação da região e os projetos desenvolvidos na ótica estatal.

Figura 9 – CAPA DA REVISTA REALIDADE DE OUTUBRO DE 1971



Fonte: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/files/2011/08/capa-realidade-amazonia.jpg> (acessado em 03/10/2013)

Em 2º: a questão ecológica é a maior expressão dos paradoxos e da falta de transparência da política de ocupação regional implantada por alguns setores militares aliados a frações civis que o sustentaram; 3º - A polêmica ecológica envolve mais do que os interesses dos atores locais: índios, seringueiros, mas também interesses tecnológicos, geopolíticos e uma ideologia ecológica; 4º - Os interesses geram conflitos entre atores nacionais e internacionais possibilitando coalizões esdrúxulas; 5º - O conflito se estabelece entre uma “frente energética”, continuadora do projeto de ocupação regional e integração regional, e uma “frente biotecnológica” – particularmente a da engenharia genética – vinculada ao novo paradigma tecno-científico do movimento capitalista global. As duas frentes se baseiam em um crescimento quantitativo, no entanto a primeira tende a ser seletiva; 6º Reafirmação da Amazônia como fronteira nacional e mundial, sendo que a novidade está em a região assumir posição central como capital natureza na crise/reestruturação do capitalismo. Encontra-se aqui o embrião da formulação do que mais tarde chama de “fronteira do capital natural” ,apresentado no livro *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio* (2004). 7º - A Geopolítica é entendida como a prática estratégia do poder no espaço, onde a identificação das estratégias territoriais dos atores em jogo é reveladora da complexidade das relações existentes na região. 8º - A formação de novas regiões rompendo com as divisões administrativas oficiais. Pode-se distinguir uma Amazônia Oriental, o esboço de uma Amazônia Meridional e um espaço pouco alterado por frentes de povoamento. Ressalta-se que essa formulação embrionária aparecerá mais tarde como a regionalização proposta e exposta em documentos como o Plano Amazônia Sustentável.

Esse documento é um guia de conjuntura e cenários para as políticas de investimentos dos órgãos governamentais – SUDAM, BASA, SUFRAMA – em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Daí a afirmação do caráter internacional da região e a perspectiva tecnológica que se anuncia no cenário da globalização. “Capital natural” é a expressão chave para os setores que lidam com os “recursos vivos”, especialmente a engenharia genética.

FIGURA 10 – PROPAGANDA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

# Chega de lendas, vamos faturar!

**MINISTÉRIO DO INTERIOR**  
SUPERINTENDÊNCIA  
DO DESENVOLVIMENTO  
DA AMAZÔNIA SUDAM

**BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**

Fonte: <http://www.pedromartinelli.com.br/blog/wp-content/uploads/2009/08/vamos-faturar.jpg> (acessado em 03/10/2013).

O documento “Plano Amazônia Sustentável” (2006 e 2008) é uma iniciativa governamental do processo de institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como interesse principal orientar como proceder no desenvolvimento da Amazônia. Conforme anunciado na introdução, constitui um conjunto de estratégias e orientações para as políticas dos governos federal, estaduais e municipais.

Veicula-se no documento que a Amazônia não deve ser considerada de forma isolada, mas de maneira que contemple a integração continental priorizada pela política externa do governo federal. O foco da preocupação de uma política de desenvolvimento regional deve ser a Amazônia sul-americana, tendo a bacia amazônica e o bioma florestal como referências. Para “faturar” é preciso regionalizar!

Para nossa pesquisa, o interesse no documento está na forma explícita como apresenta a regionalização que foi sendo aperfeiçoada desde a década de oitenta, relatada anteriormente. A divisão regional é apresentada,

Como se observa com maior detalhe na segunda parte deste documento, referente à estratégia, a diversidade interna da Amazônia pode ser resumida em termos de três macrorregiões: 1) **Arco do Povoamento Adensado**, que corresponde à borda meridional e oriental, do sudeste do Acre ao sul do Amapá, incluindo Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e o sudeste e nordeste do Pará; 2) **Amazônia Central**, que corresponde ao oeste e norte do Pará, ao norte do Amapá e ao vale do rio Madeira, no Amazonas; 3) **Amazônia Ocidental**, que consiste no restante do Amazonas acrescido de Roraima e do centro e oeste do Acre. Estas macrorregiões, por sua vez, podem ser divididas em subregiões e outras frentes de ocupação, descritas no final deste documento (BRASIL, 2006, p. 16).

A regionalização citada é a mesma constante no livro *Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio* (2004), capítulo “A Nova Geografia Amazônica e a Regionalização como estratégia de desenvolvimento” (p. 145-159), que apresenta o modelo de divisão interna da Amazônia brasileira – “A Macrorregião do Povoamento Condensado”; “Amazônia Central” e “Amazônia Ocidental”. Em versão do PAS no ano de 2008, lê-se no diagnóstico a seguinte passagem,

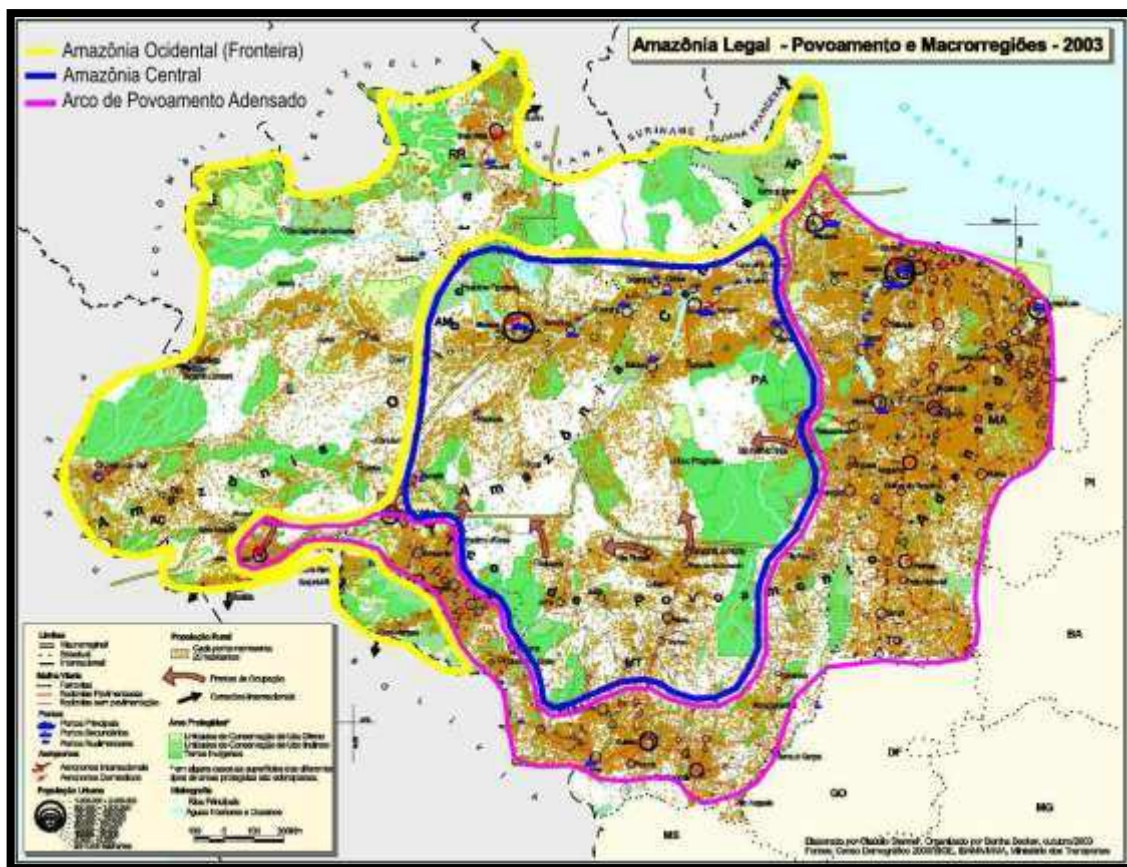
Cerca de 80% do total desmatado se localiza em um grande arco que se estende do leste do Maranhão e oeste do Pará até o Acre, passando pelo sudeste do Pará, norte do Tocantins, norte do Mato Grosso e Rondônia. [E

na nota de rodapé esclarece] Essa região foi definida pela geógrafa Berta Becker como o Arco do Povoamento Adensado in: BECKER, B. Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 (BRASIL, PR, 2008, p. 20).

É flagrante na primeira página do documento (2006) a imagem do mapa elaborado por Claudio Stenner e organizado por Bertha K. Becker.

A publicação do Ministério de Minas e Energia, com o título de Cenários Macroeconômicos para Amazônia 2005-2025, versão executiva de 2006 publica uma descrição das regiões e ilustra com a respectiva imagem cartográfica. Em nota, afirma que *O conceito das três macrorregiões é de autoria da pesquisadora Bertha Becker (2005), e foi incorporado pelo Governo Federal na concepção do Plano Amazônia Sustentável – PAS (2004)* (BRASIL, MME, 2006, p. 12-13). O que precisa ser dito é que o esboço dessa regionalização já se encontra nas *“Regiões naturais de circulação”*, proposta por Travassos em 1942, quando da análise do Plano Bicalho (SOUSA NETO, 2004, p. 130-131).

FIGURA 11 – MAPA DAS TRÊS MACRORREGIÕES DA AMAZÔNIA LEGAL (2003)



Fonte: Ministério da Integração Nacional  
\*Limites adaptados do original



# Amazônia Legal - Povoamento e Macroregiões - 2003

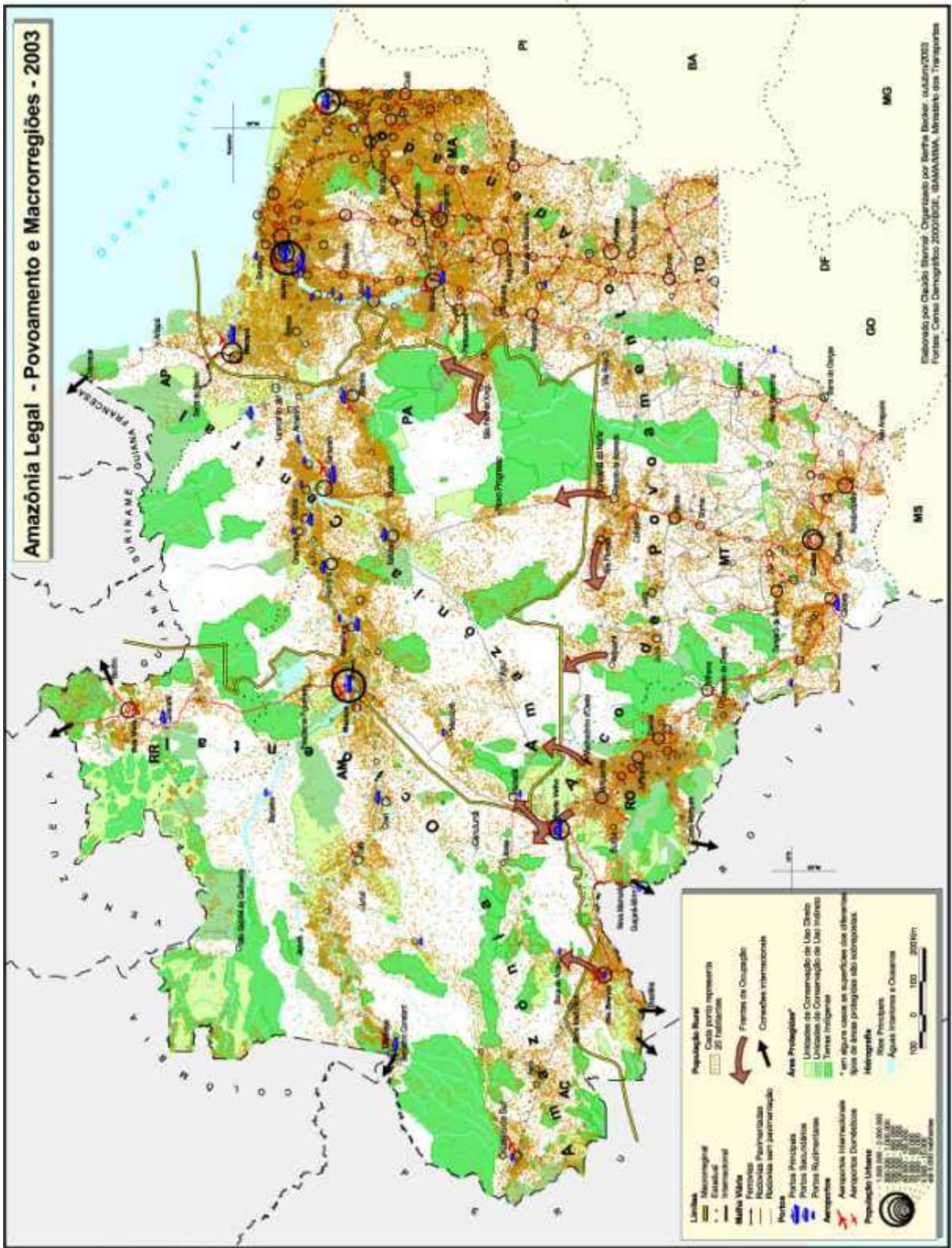
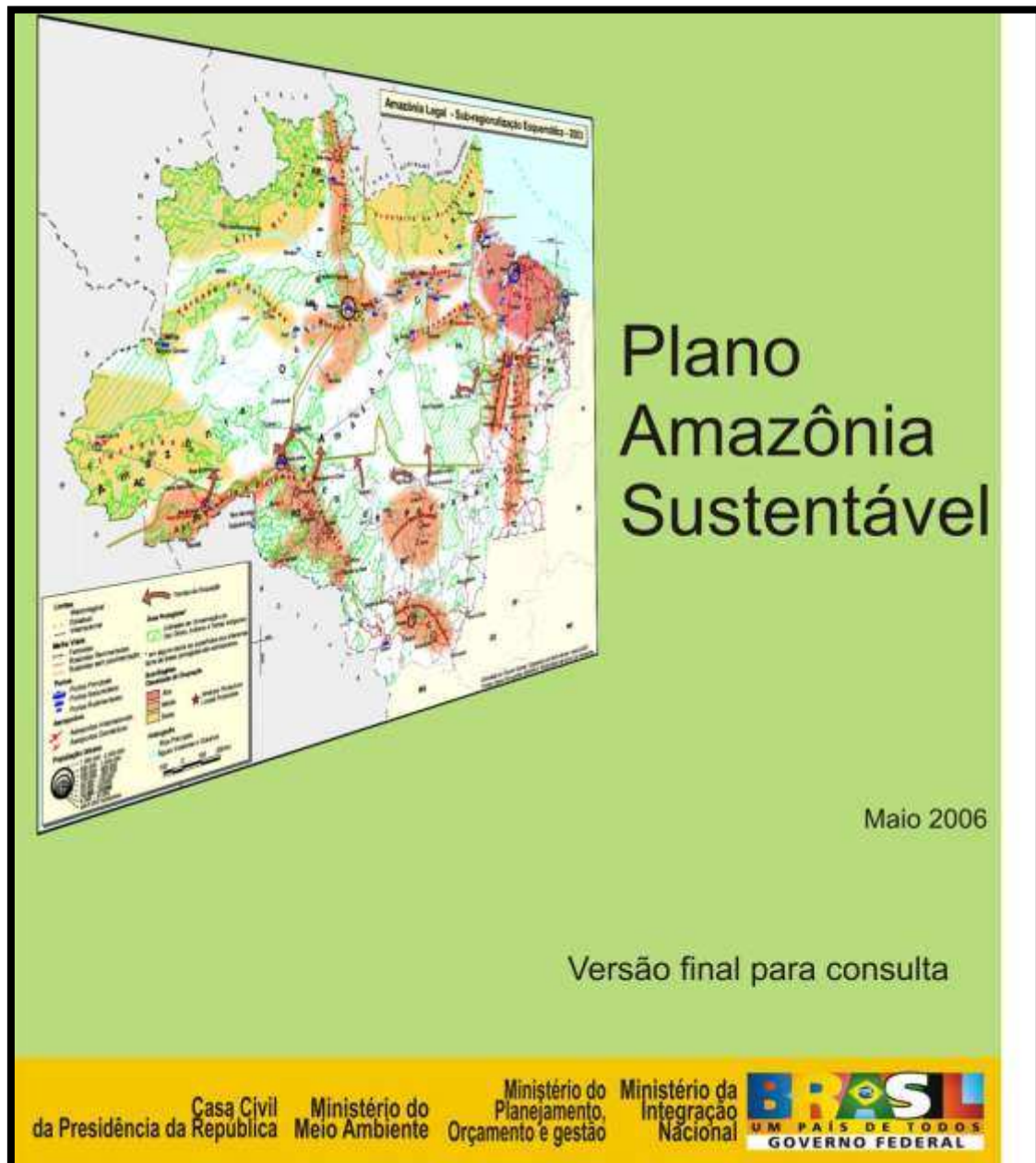


FIGURA 12 – CAPA DO DOCUMENTO PAS



O Ministério da Integração Nacional publicou, como resultado da “Oficina sobre Política Nacional de Ordenamento Territorial” realizada em Brasília em 2003, o livro *Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial* em 2005. A professora Bertha K. Becker encerra o documento com o texto “Síntese Geral sobre Política Nacional de Ordenamento Territorial”. O documento está organizado em três partes e é finalizado com a ‘Síntese’.

Na primeira parte, “Ordenar na era da globalização?”, participam os geógrafos Rogério Haesbaert com artigo intitulado “Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização” e Aldomar Arnaldo Rückert, com “O Processo de Reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial”.

Na segunda parte, também com a participação dos geógrafos, Antonio Carlos Robert Moraes, assina “Ordenamento territorial: uma Conceituação para o Planejamento Estratégico” e Wanderley Messias da Costa, assina “Ordenamento territorial: uma Conceituação para o Planejamento Estratégico”. Conta também com o texto da arquiteta Thereza Carvalho Santos, “Algumas considerações preliminares sobre o ordenamento territorial”.

A terceira parte apresenta visões de técnicos e dirigentes do governo federal sobre o ordenamento territorial. Destaco a participação dos geógrafos Adma Haman de Figueiredo do IBGE e Joaquim Correa de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco, respondendo às perguntas: “O que é ordenamento territorial?; Qual o conceito operacional de “ordenamento territorial” que deve ser utilizado para a formulação da PNOT?; Qual o objeto (ou objetivo) da PNOT?; Que elementos, temas importantes ou questões básicas são fundamentais e devem integrar a PNOT?”

A professora Bertha K. Becker encerra o documento fazendo a síntese do que foi apresentado na oficina. O texto está organizado em sete itens, dos quais vamos apresentar alguns que são suficientes para a constatação dos elementos arrolados nos textos anteriores.

Na “Introdução”, ressalta a importância da oficina e a participação de acadêmicos na elaboração de políticas públicas. Para ela é impossível sintetizar a riqueza de debates e das proposições discutidas no evento, diante dessa constatação se propõe “extrair alguns pontos recorrentes e/ou controversos que marcaram o debate”. No item “Conceitos correntes sobre o Ordenamento Territorial”,

após apresentar que a principal referência ao conceito de OT, é a Carta Europeia de Ordenação do Território (CEOT, 1983) e que falta clareza de definição exposta na carta, sugere a citação “o conjunto de decisões que afetam o território e que são da competência do setor público” (BECKER, 2005, p. 71).

“O contexto em que a PNOT se insere” e o próximo item – que apresenta o contexto mundial e nacional em constante modificação científico-tecnológica – geram relações locais/globais colocando desafios à possibilidade de ordenar o território. O papel do Estado apresenta nova natureza nesse contexto, não mais o de executor e financiador do processo de desenvolvimento, mas como “regulador do processo que resulta da atuação de múltiplos atores”. Para ela “Estado implica planejamento e planejamento implica território”. Deve-se superar a interpretação de território uniforme e homogêneo e que sempre teve o Estado como principal ator. No contexto de modificações das relações no espaço mundial e nacional, surgem ‘novos’ atores na sociedade civil que lutam e reivindicam sua institucionalidade a partir do território. Isso leva a “conflitos reais e potenciais embutidos no complexo e desigual uso do território, que caberia ao Estado ordenar e gerir” (BECKER, 2005, p. 73).

“O conceito de território” expõe o poder como componente básico e aquele como categoria social de análise, entretanto há diferentes compreensões em relação ao conceito.

Nesse documento é flagrante o número de geógrafos que colaboram com a política estatal de ordenamento territorial. As afinidades entre eles são das mais próximas, como entre orientador e orientandos e entre especialistas de diversas instituições.

O estudo *Um projeto para Amazônia no século XXI: desafios e contribuições*, de autoria de Bertha K. Becker, Francisco de Assis Costa e Wanderley Messias da Costa, preparado pelo Centro de Gestão Estudos Estratégicos – CGEE em 2009, são (como expõe o título) ‘desafios e contribuições’ para o desenvolvimento regional. Tema recorrente na obra da professora, agora balizado pela C & T, I. O trabalho está organizado em três partes, sendo a primeira e a terceira de autoria da professora Bertha K. Becker e a segunda de Wanderley Messias da Costa e Francisco de Assis Costa.

“Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia” é o título geral da primeira parte, sendo dividido em três subitens, a saber: 1. ‘Articulando o complexo

urbano e o complexo verde na Amazônia'; 2. 'Problematizando os serviços ambientais para o desenvolvimento da Amazônia. Uma interpretação geográfica'; e 3. 'Uma fronteira para inovar na mineração'. "À guisa de conclusão" compõe a terceira parte com os itens 9. 'Principais contribuições' e 10. 'Interlocuções necessárias'.

Na apresentação Bertha K. Becker escreve que o documento foi

Elaborado como subsídio ao Projeto Amazônia, proposto em 2008 pelo então Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), Roberto Mangabeira Unger, este estudo fundamentou-se na ideia da Amazônia como questão nacional e como espaço de vanguarda para a implementação de novas formas de produção, visando um desenvolvimento capaz de beneficiar a Região e o Brasil". (BECKER, 2009, p. 35).

No ano de 2008, foi lançado o documento "Amazônia: desafio brasileiro do século XXI" elaborado por alguns dos principais cientistas brasileiros que desenvolvem pesquisa na e sobre a região. O documento foi proposto pela Academia Brasileira de Ciência – ABC, com objetivo de servir de base para alternativas de desenvolvimento da Amazônia. Bertha K. Becker é componente do grupo e cita o trabalho no estudo do CGEE.

Os elementos a serem destacados são o desenvolvimento regional baseado na implantação de C&TI nas cidades que constituirão a rede de proteção do coração florestal, com o intuito de criar valores para a exploração da floresta com sua manutenção. O estudo indica diferença de aplicação de projetos para a Amazônia com mata e a Amazônia sem mata.

O Estado é indicado como o ator em relação com outros atores, pois cabe a ele *criar condições para o surgimento e/ou fortalecimento de instituições capazes de negociar decisões em âmbito global com base na consideração de contextos territoriais nacionais, regionais e locais* (BECKER, 2009, p.13).

A tradição da relação de afinidade entre os geógrafos e as instituições estatais pode ser constatada ao longo da história da Geografia como também nos dias atuais. O estigma de colaborador e funcionário do Estado permanece atual. Oriunda do meio acadêmico e com participação importante em diversos órgãos estatais/governamentais, em distintos momentos da história recente do Brasil, participou em projetos estatais desde o governo autoritário instalado em 1964 até

governos democráticos de cunho social democrata, pós-abertura política. Pode-se afirmar e comprovar que Bertha K. Becker configura uma verdadeira Geógrafa de Estado, em seu memorial elege o Estado como seu principal interlocutor e afirma que resulta daí o interesse pela Geografia Política, o que lhe permite acesso a informações estratégicas do Estado, que muitas vezes não são veiculadas pelas instituições acadêmicas que produzem o pensamento geográfico no Brasil. Situada entre a tarefa de produzir a Geografia “formal”, aquela do meio acadêmico e ao mesmo tempo participando da Geografia “prática”, aquela exercida em nível estatal/governamental, pode-se denominar como “especialista” no sentido de construir discursos que fundamentam projetos sobre a política territorial brasileira. Para exemplificar, termos como ‘fronteira de recursos’, ‘região periférica em integração’, foram consagrados em seus estudos e pesquisas e muitas vezes definem visões antecipadas sobre lugares no Brasil.

## V – A MANUTENÇÃO DE UMA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA LIGADA AO ESTADO E ÀS AFINIDADES DAÍ PROCEDENTES

Demonstrar como a Geografia do Estado permanece nas afinidades eleitas pelos geógrafos é o objetivo desse capítulo. Para isso será necessário retornar a participação institucional/intelectual da professora Bertha K. Becker na construção da Geografia Política e Geopolítica e averiguar as relações de afinidade construídas nas últimas três décadas. Intentamos mostrar as afinidades construídas pela geógrafa rastreando as instituições em que atuou, nas revistas em que publicou suas ideias, os geógrafos e outros profissionais com quem debateu e por fim, os “discípulos” formados nos cursos de pós-graduação, especialmente mestrado e doutorado.

Seguimos Ó Tuathail (1998) quando afirma que na Geografia Política e Geopolítica observamos a importância dos chamados "especialistas" na especificação e proclamação de certas "verdades" sobre a política nacional e internacional. Ele nos diz que

Os processos pelos quais certas figuras intelectuais tornam-se "especialistas" e são promovidos ou certificados como tal por instituições como a mídia, academia e o estado, enquanto outras vozes intelectuais e perspectivas são marginalizadas, variam consideravelmente ao longo do tempo e do espaço. Na maioria dos casos, estes processos são bastante complicados, envolvendo fatores como escolaridade e socialização, gênero e redes sociais, lugar, personalidade e convicções políticas. (Ó TUATHAIL, 1998, p.8)<sup>107</sup>.

No nosso caso temos a certificação pelas instituições citadas na passagem acima o que nos deixa tranquilos quanto a utilização de “especialistas” na pesquisa. Trataremos os envolvidos nas afinidades dessa forma entendendo sempre que são as relações e contextos que guiam a trajetória. Esse movimento é fundamental para

---

<sup>107</sup> No original: The processes by which certain intellectual figures become "expert" and get promoted or certified as such by institutions like the media, academia and the state, whereas other intellectual voices and perspectives get marginalized, vary considerably over time and across space. In most instances, these processes are quite complicated, involving as they do factors like schooling and socialization, gender and social networks, place, personality and political beliefs.

se pensar e avaliar criticamente a formação de intelectuais a serviço da 'arte de governar' discutindo poder e conhecimento. Pois

Intelectuais, obviamente, não são pensadores livres (free-floating = boiando livremente) na sociedade, mas sim, pensadores mergulhados dentro de certas estruturas institucionais e redes sociais de poder, privilégio e acesso. Pensando criticamente sobre Geopolítica, devemos considerar não apenas intelectuais sozinhos (isolados) mas as instituições e redes sociais que os envolvem e os tornam intelectuais e "experts" em Geopolítica. Em alguns casos, existem "camadas" de instituições interlocutoras (interligadas), envolvendo: universidades, institutos privados de pesquisa sobre política externa, think-tanks (termo que se usa para centros de excelência), estabelecimentos de mídia e agências governamentais. Para os primeiros geopolíticos imperialistas, as estruturas institucionais fundamentais mais comuns foram universidades e "sociedades científicas" (Ó TUATHAIL, 1998, p.9)<sup>108</sup>.

Considerando a recomendação que intelectuais não estão sozinhos – como queria Bertha K. Becker com a afirmação do seu autodidatismo – na sociedade e que se deve considerar as estruturas em que estão inseridos, passamos a tratar das relações de afinidade entre os geógrafos, principalmente aquelas que têm a professora como referência. É possível constatar que as estruturas institucionais mais comuns de construção das afinidades são as universidades, as associações científicas e órgãos estatais. E sabemos que no Brasil ter acesso e participar nessas instituições foi privilégio para uma minoria. Acrescentamos, secundariamente, mas não sem importância e como capital intelectual, as publicações e os cursos de pós-graduação, que de alguma maneira estão inseridos nas instituições acima.

A UFRJ e o IBGE – universidade e órgão estatal – nos possibilitam demonstrar algumas ligações institucionais. Assim podemos iniciar pelos artigos publicados em periódicos nas duas instituições.

Neste sentido dois periódicos são importantes na trajetória de afinidades da professora Bertha K. Becker: a Revista Brasileira de Geografia – RBG, revista da

---

<sup>108</sup> No original: Intellectuals, of course, are not free-floating thinkers in society but thinkers embedded within certain institutional structures and social networks of power, privilege and access. In thinking critically about geopolitics, we must consider not simply intellectuals alone but the institutions and social networks that enabled them to become intellectuals and "experts" on geopolitics. In many cases, there are layers of interlocking institutions involved: universities, private foreign policy research institutes, think-tanks, the media establishment and government agencies. For the early imperialist geopoliticians, the key institutional structures were usually universities and learned societies.



comunidade científica geográfica no Brasil publicada pelo IBGE e o Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ.

A produção da autora na RBG data de 1966 até 1991, conta com dezessete artigos. Extraem-se as relações institucionais assinadas pela autora. No primeiro artigo identifica Centro de Pesquisa do Brasil da U.B. No segundo, a “Equipe do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil: Lia de Domenico Osório, Maria Helena Lacorte, Maria Ocirema Coelho, Maristella de Azevedo Brito, Sônia A. Coube Bogado”. No terceiro, Centro de Pesquisa de Geografia do Brasil. No quarto apenas aparece seu nome. No quinto aparece a nova denominação Departamento de Geografia da UFRJ e Conselho Nacional de Pesquisas. No sexto e no sétimo, onde publica sua tese de doutoramento, também aparece apenas seu nome. No oitavo Instituto e Geociências, UFRJ e Conselho Nacional de Pesquisas. No nono, Instituto e Geociências, UFRJ e CNPq. No décimo UFRJ e CNPq. No décimo primeiro, Instituto de Geociências – UFRJ, CNPq. No décimo segundo e terceiro, Professora Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No décimo quarto, quinto, sexto e sétimo, Professora Titular do Departamento de Geografia da UFRJ. De maneira geral a autora se identifica com a instituição em que construiu sua carreira.

A assinatura como membro do Conselho Nacional de Pesquisas, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico, expressa a relação de afinidade como consultora que passa a exercer nos anos setenta e também a veicular a política de financiamento que as universidades e pesquisadores passam a usufruir.

O curso de pós-graduação em Geografia da UFRJ é de extrema importância nas relações com o IBGE e os geógrafos que lá trabalharam, pois – após uma fase de especializar seu quadro no exterior – passa a recorrer à universidade para fazê-lo.

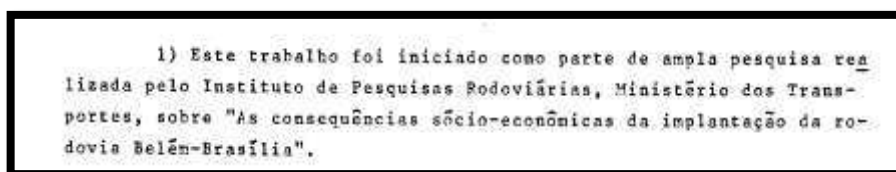
A relação com o IBGE é intensa, o que mostramos com a quantidade da difusão de suas ideias e membros do CPGB, onde a publicação de dezessete artigos para um só pesquisador é em nossa opinião relevante. Não consideramos todos esses artigos como sendo de Geografia Política e Geopolítica, porém os produzidos após o ano de 1985 devem ser remetidos àquele campo.

O que interessa é ressaltar que o processo de renovação tem maiores resistências institucionais e caminha lentamente em um órgão estatal e seu periódico, o que possibilita a manutenção do *status quo* para os geógrafos ligados ao Estado.

O Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ é outra fonte de manutenção de uma Geografia estatal, apesar de ser considerada 'local', era enviado as bibliotecas de diversas instituições no Brasil e no exterior, funcionava como o cartão de visitas da divulgação do curso das pesquisas e trabalhos do departamento. O Anuário tem como objetivo a divulgação das pesquisas desenvolvidas no Instituto de Geociências que é formado pelos departamentos de Geografia, Geologia e Meteorologia.

Nesse periódico encontram-se dois artigos de Bertha K. Becker que contribui com o nosso argumento. São eles "A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional" (1977) e "Notas sobre a organização espacial da pecuária no Brasil" (1978), em coautoria com Julia Adão Bernardes, que foi sua orientanda no mestrado (1977-1983) com um trabalho sobre movimentos sociais<sup>109</sup>. Sobre o artigo da implantação da rodovia, exemplificamos a ligação com órgãos estatais com a primeira nota apresentada no texto.

Figura 13 – NOTA DO TEXTO "A IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA..."



1) Este trabalho foi iniciado como parte de ampla pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias, Ministério dos Transportes, sobre "As consequências sócio-econômicas da implantação da rodovia Belém-Brasília".

Fonte: BECKER, 1977, p. 45.

---

<sup>109</sup> O trabalho de Julia Adão Bernardes foi analisado por SANTOS, R. E. N. dos. Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Dez. 2006. 607p. Tese (Doutorado) – UFF, DG/PPGG. Niterói – RJ.

Nos anos de 1978 e 1979 compôs com Maria Helena Castro Lacorte — sua primeira orientanda a apresentar dissertação no mestrado (1976) e que ocupou o cargo de professora Adjunta no DG/UFRJ — a editoria do Anuário.

Acrescenta-se na certificação de Bertha K. Becker, a participação em conselhos editoriais ou corpo editorial de periódicos nacionais e internacionais. No Brasil colaborou com a RBG do IBGE, o Boletim de Geografia Teorética da Geografia da UNESP de Rio Claro – SP e os Cadernos do IPPUR da UFRJ. No cenário internacional colaborou com *Political Geography Quartely* Elsevier de 2000 a 2005 e *L'Espace Geographique* de 1980 a 1982.

## 5.1 – AS AFINIDADES MEDIDA PELA PRODUÇÃO DOS GEÓGRAFOS

Utilizaremos nesse item o Quadro II – Geógrafos e Números de Publicações (p.XX) com o intuito de rastrear a bibliografia produzida por Bertha K. Becker e ver seu rebatimento em geógrafos nas últimas três décadas. Arbitramos que tal procedimento pode também indicar e revelar as afinidades construídas pela autora.

No Quadro II, encontramos a presença de cinquenta e sete autores com cinquenta e quatro trabalhos, contados separadamente. Com os autores indicados no quadro exercitamos a consulta na bibliografia de cada livro, capítulo de livro e artigo em periódico, para verificar a existência da citação da obra de Bertha K. Becker. Apresentamos o resultado considerando o tipo de publicação em conjuntos, sem discriminar livro, capítulo de livro e artigo em periódico. Excetuaremos a própria obra da autora e coautoria, bem como os artigos publicados no periódico “Brasil em Números”<sup>110</sup> do IBGE, devido a não consideração da citação pelos próprios autores e no caso do periódico a não presença de bibliografia.

Constata-se que existe a presença de citação da obra de Bertha K. Becker em dezoito trabalhos. A falta de citação no restante da amostra, vinte e seis trabalhos (Quadro VII), pode ser justificada por diversos motivos, entre eles o

---

<sup>110</sup> A observação da produção do item Território do periódico Brasil em Números do IBGE é, em grande parte, escrito por autores que apresentam ligação estreita com Bertha. Publicaram a própria Bertha nos anos de 1997 e 2007; Lia Osorio Machado em 1999; Wanderley Messias da Costa em 2008; Claudio Antonio G. Egler em 2002 e 2010; Adma Hamam de Figueiredo em 2006; e Rogério Haesbaert em 2011.

tratamento de temas em conjunturas diferentes, como por exemplo, trabalhos que expõem contextos da formação territorial do Brasil no início e nos anos noventa do século XX.

O Quadro VI demonstra os autores de trabalhos que usam citações de Bertha K. Becker. Com o intuito de facilitar a pesquisa no quadro II, foi mantida a numeração original dos autores.

#### QUADRO XIV – AUTORES QUE CITAM A OBRA DE BERTHA K. BECKER

	Autor/Autora	Citação na Bibliografia
1	AJARA, César	BECKER, Bertha K. <b>Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia - um poder territorial</b> . Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, v. 52 (4): p. 117- 126, out/dez. 1990. _____. <b>Geografia Política e gestão do território no limiar do século XXI- uma representação a partir do Brasil</b> . Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, v.53 (3): p.169 - 182, jul./set 1991. _____. <b>A Amazônia pós ECO-92: Por um desenvolvimento regional responsável</b> . In: "PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL". São Paulo, Ed. Brasiliense. 161 p. p.129-143, 1993.
2	ALBAGLI, Sarita	BECKER, B.K. <b>A Geografia e o resgate da Geopolítica</b> . Revista Brasileira de Geografia, ano 50, tomo 2, IBGE, 1988. _____. <b>Amazônia</b> . São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios). _____. <b>A Geografia Política e gestão do território no limiar do século XXI</b> . R.B.G.. 53,3, IBGE, 1991(b) _____. <b>A modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva</b> . Espaço e Debates, 1991(a) BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. <b>Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo</b> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.267 p. BECKER, Bertha K. et al. (orgs.). <b>Geografia e meio ambiente no Brasil</b> . São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Hucitec; Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995. BECKER, Bertha K. & MIRANDA, Mariana (orgs.) <b>A Geografia Política do desenvolvimento sustentável</b> . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
6	ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza	Becker, B. K. <b>A Geografia e o resgate da Geopolítica Revista Brasileira de Geografia 1.2</b> . n. 50.1988.
13	CASTRO, Iná Elias de	BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. <b>Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo</b> . 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.267 p.
15	COSTA, Wanderley Messias da	BECKER, Bertha. <b>Geopolítica da Amazônia</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1982. _____. "A Geografia e o resgate da Geopolítica" in <b>Revista Brasileira de Geografia</b> , Ano 50, Número especial, Tomo 2, IBGE, 1988. BECKER, Bertha, et alii (orgs.). <b>Tecnologia e gestão do território</b> . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988.
16	COSTA, Wanderley Messias da THÉRY, Hervé	BECKER, B. (1982). <b>Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos</b> . Zahar, Rio de Janeiro. BECKER, B. (1988), "A Geografia e o resgate da Geopolítica", IBGE, <b>Revista Brasileira de Geografia</b> , Rio de Janeiro, Número especial.

19	EVANGELISTA, Helio de Araujo	BECKER, Bertha Koiffman (1988). <b>A Geografia e o resgate da Geopolítica</b> . RBG, Rio de Janeiro, Ano 50, N. especial, T. 2. Rio de Janeiro:IBGE, pp. 99-126.
20	FARIA, Ivani Ferreira de	BECKER, Bertha. "Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?" In: <b>Revista Parcerias Estratégicas</b> , n° 12, setembro, 2001, p. 135-158. _____. <b>Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio</b> . 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond: 2006.
24	FIGUEIREDO, Adma Hamam de AJARA, César	Não tem bibliografia no artigo
28	HORTA, Célio Augusto da Cunha	BECKER, B. (1995) "A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável". In: <b>Geografia: conceitos e temas</b> . RJ: Bertrand Brasil.
29	LIMA, Ivaldo Gonçalves de	BECKER, B. "A Geografia e o resgate da Geopolítica". <b>Revista Brasileira de Geografia</b> , Rio de Janeiro, FIBGE, ano 50, n. especial, 1988. _____. "A Geopolítica na virada do milênio". In: <b>Geografia: conceitos e temas</b> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. _____. Amazônia sem extremismo. Revista FAPESP, 10 ed. versão online, ago 2004.
30	MACHADO, Lia Osório	BECKER, B. "Elementos para construção de um conceito sobre Gestão do Território". In: <b>LAJET: textos</b> n. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 1988. p. 1-5. BECKER, B. <b>Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos</b> . Rio de Janeiro, 1982. _____. "A gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros na província mineral de Carajás". <b>Fronteira Amazônica. Questões sobre a gestão do território</b> , p.196-219,1990. _____; MACHADO, L. "Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição". <b>Boletim Carioca de Geografia</b> , n. 32, p.26-50,1982. _____; MIRANDA, M.; MACHADO, L. <b>Fronteira Amazônica. Questões sobre a gestão do território</b> . Brasília, 1990. _____. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: a expansão da Fronteira Agrícola". Trabalho apresentado no 2º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Ass. Geogr. Teorética/UNESP, Águas de São Pedro, 1979. Becker, Bertha K. "A questão da terra na Amazônia e a via brasileira do desenvolvimento capitalista no campo: uma contribuição geográfica." <b>Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos</b> , Rio de Janeiro, 1980.
36	MORAES, Antonio Carlos Robert	BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. <b>Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo</b> . 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. BECKER, B. "A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável." In: Iná Elias de Castro et ai. <b>Geografia: conceitos e temas</b> . RJ: Bertrand Brasil, 1995.
38	MOURA, Rosa	BECKER, B. (1994) "Organização dos territórios: desigualdades regionais, cidades, metrópoles, a vida urbana "(Debatedor). <b>Anais da Conferência Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil</b> . Conferência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : FUJB/FASE, maio. BECKER, B. (1997). "Tendências de transformação do território no Brasil. Vetores e circuitos". <b>Território. Laget</b> , UFRJ, v.I, n° 2, jan./jun. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
41	NEVES, Gervásio Rodrigo	BECKER, Bertha K. "Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica". In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. H. P. (org.). <b>A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável</b> . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

		BECKER, B. K. "Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico". In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Brasil. <b>Questões atuais da reorganização do território</b> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
43	PENHA, Eli Alves	BECKER, B. "A Geografia e o resgate da Geopolítica". <b>Revista Brasileira de Geografia</b> . Rio de Janeiro, v. 50, t. 2, p. 99-126, 1988. Número especial. BECKER, B.; EGLER, C. <b>Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo</b> . 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. BECKER, B. K. <b>Geografia Política e gestão do território no limiar do século XXI; uma representação a partir do Brasil</b> . Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v 53, n 3, p 169-182, jul/set 1991 BECKER, B. K. "O uso político do território" In: BECKER, B K ; COSTA, R H da; SILVEIRA, C B (Coord ) <b>Abordagens políticas da espacialidade</b> . Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Geociências, 1983 p 1-24 BECKER, Bertha K. "A Amazônia pós-Eco' 92: por um desenvolvimento regional responsável". In: BURSZTYN, M. (org). <b>Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável</b> . São Paulo: Brasiliense/ENAP, 1993.
47	RIBEIRO, Wagner Costa	BECKER, Bertha. "A Geografia e o resgate da Geopolítica". <b>Revista Brasileira de Geografia</b> . Rio de Janeiro, n. especial, t. 2, p. 99-126, 1988. BECKER, Bertha K. et al. (orgs.). <b>Geografia e meio ambiente no Brasil</b> . São Paulo: Hucitec, 1995.
54	VICTER, Caio Costa DAMASIO, Frederico Augusto; Luiza MOREIRA, Deschamps Cavalcanti	BECKER, Bertha. "Geopolítica da Amazônia". In: <b>Dossiê Amazônia Brasileira I</b> . Revista de Estudos Avançados. Vol. 19, Nº 19. São Paulo, 2005. BECKER, Bertha. "A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável". In: CASTRO, Iná Elias de, et ali. <b>Geografia: conceitos e temas</b> . Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2008.

Organização: KAROL, Eduardo.

QUADRO XV – AUTORES QUE NÃO TEM CITAÇÃO DA OBRA DE BERTHA K. BECKER EM SEUS TRABALHOS SOBRE GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

3	ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de
4	AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno
5	ANDRADE, Manuel Correia de
14	CASTRO, Therezinha de
17	DAMIANI, Amélia Luisa
20	FAISSOL, Speridião LOPES, Cláudia Cerqueira VIEIRA, Sebastião
22	FERRARI, Maristela
25	GUIMARÃES, Raul Borges
27	HAESBAERT, Rogério PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter
31	MACHADO, Lia Osorio HAESBAERT, Rogério RIBEIRO, Leticia Parente STEIMAN, R. PEITER, P. NOVAES, A.R.
32	MACHADO, Lia Osorio NOVAES, A. R. MONTEIRO, L. C. R.
33	MAGNOLI, Demétrio
34	MARTIN, André Roberto
35	MELLO, Marcus Pereira
37	MOREIRA, Ruy
39	MUEHE, Dieter
40	NASCIMENTO, Saumíneo da Silva
44	PENHA, Eli Alves MENDES, Andrea Ribeiro
45	PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter
46	PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter AZEVEDO, Nilce Moreira de
48	SCALZARETTO, Reinaldo MAGNOLI, Demétrio
49	SENA FILHO, Nelson de CASTRO, Juliani Ervilha B. de
50	SILVA, Altiva Barbosa da
51	SILVA, Armando Correa da
52	SOUZA, Marcelo José Lopes de
53	VESENTINI, José William

Organização: KAROL, Eduardo

Do quadro XIV, extraímos as obras e o número de citações que são apresentadas a seguir. O trabalho mais citado é “Geografia e o resgate da Geopolítica” (1988), apreciado no capítulo anterior.

QUADRO XVI – SÍNTESE DAS OBRAS DE BERTHA K. BECKER QUE SÃO CITADAS NO QUADRO XIV

	LIVRO/CAPÍTULO DE LIVRO/ARTIGO	NÚMERO DE CITAÇÕES
1	Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia - um poder territorial	1
2	Geografia Política e gestão do território no limiar do século XXI- uma representação a partir do Brasil	3
3	A Amazônia pós ECO-92: Por um desenvolvimento regional responsável	2
4	A Geografia e o resgate da Geopolítica	8
5	Amazônia	1
6	A modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva	1
7	Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo	4
8	Geografia e meio ambiente no Brasil	2
9	A Geografia Política do desenvolvimento sustentável	2
10	Geopolítica da Amazônia: nova fronteira de recursos	3
11	Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?	1
12	Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio	1
13	A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável	4
14	Amazônia sem extremismo	1
15	Elementos para construção de um conceito sobre Gestão do Território	1
16	A gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros na província mineral de Carajás	1
17	Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição	1
18	Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: a expansão da Fronteira Agrícola	1
19	A questão da terra na Amazônia e a via brasileira do desenvolvimento capitalista no campo: uma contribuição geográfica	1
20	Organização dos territórios: desigualdades regionais, cidades, metrópoles, a vida urbana	1
21	Tendências de transformação do território no Brasil. Vetores e circuitos.	1
22	Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica.	1
23	Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico	1
24	O uso político do território	1
25	Geopolítica da Amazônia (artigo)	1

Organização: KAROL, Eduardo

Apurou-se e fica evidente que dos dezoito trabalhos<sup>111</sup> em que aparecem citações da obra de Bertha K. Becker, todos são de autores que estiveram ligados

<sup>111</sup> O item 24 do Quadro VI que tem como autoria FIGUEIREDO e AJARA, não consta bibliografia, no entanto resolvemos considerá-lo porque os dois são da relação de Bertha Becker.



às afinidades eleitas em relação à academia e/ou órgãos estatais. Diante dessa evidência, pode-se classificar os seguintes grupos de relações: I) geógrafos orientados por Bertha K. Becker; II) geógrafos com participações em projetos estatais; III) geógrafos com relações de trabalho institucionais; IV) geógrafos sem ligação aparente, mas que produziram em Geografia Política e Geopolítica nos últimos trinta anos. O quadro IX expõe e organiza os grupos e os geógrafos.

#### QUADRO XVII – CLASSIFICAÇÃO DAS AFINIDADES ELETIVAS

GRUPOS		GEÓGRAFOS
I	Geógrafos orientados por Bertha K. Becker	Cesar Ajara; Sarita Albagli; Hélio de Araujo Evangelista; Ivaldo Gonçalves de Lima; Lia Osório Machado; Eli Alves Penha
II	Geógrafos com participações em projetos estatais	Wanderley Messias da Costa; Antonio Carlos Robert Moraes;
III	Geógrafos com relações de trabalho institucionais	Lia Osório Machado; Iná Elias de Castro; Ivani Ferreira de Faria; Rosa Moura
IV	Geógrafos sem ligação aparente, mas que produziram em Geografia Política e Geopolítica nos últimos trinta anos	Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo; Célio Augusto da Cunha Horta; Gervásio Rodrigues Neves; Wagner Costa Ribeiro; Caio Costa Victer; Frederico Augusto Damasio; Luiza Deschamps Cavalcanti Moreira.

Organização: KAROL, Eduardo

Vejamos algumas relações com os geógrafos constantes no Grupo I:

Cesar Ajara foi orientado por Bertha K. Becker no doutorado e apresentou a tese “Brasil: espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica da geração de riqueza” (2001), participaram da banca Claudio Egler e Wanderley Messias da Costa, entre outros. Cesar Ajara trabalha no IBGE desde 1978 quando ingressou como estagiário. Hoje atua como pesquisador e é professor na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, atuando no Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais e no Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território. Sua tese

analisa o impacto das forças globalizadoras na reelaboração do espaço geográfico nacional, no período 1980-1996, procurando identificar a existência de uma nova configuração espacial atrelada à dinâmica econômico-espacial do país. Nesse sentido, associa a inclusão/exclusão de espaços mesorregionais à lógica da competitividade e seletividade espacial (ANUÁRIO DO IG, 2001, p. 35

Ivaldo Gonçalves de Lima, orientando e colaborador em várias publicações – Amazônia (1990, p. 16-17); Geopolítica na virada do milênio (1995, p. 271) – e trabalhos. Bolsista desde a década de oitenta, formou-se em consonância com as ideias beckerianas. Sua dissertação, com o título de “Fragmentação política e territorial em Carajás” (1993), expressa a afinidade com Bertha K. Becker. Participou de projetos, como o exemplificado na figura 14.

Lia Osorio Machado, orientanda e colaboradora de primeira hora, trabalhou junto com Bertha K. Becker no CPGB, publicou em coautoria, entre tantas outras atividades. Trabalha na UFRJ e colabora em várias universidades federais do país. Seus trabalhos são considerados na Geografia como verdadeiros exercícios de erudição. Seus últimos trabalhos têm dado atenção ao estudo do tráfico de drogas e ao papel do Estado na questão da segurança.

Eli Alves Penha, mestrado e doutorado na UFRJ com orientação de Becker. Atualmente trabalha na UERJ e IBGE e colabora na ESG na disciplina “O Brasil no Mundo: Enfoque Geopolítico”. Seu último livro, “Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul”, traz a temática estudada pela professora Therezinha de Castro e agora rerepresentada na conjuntura, significando a continuação de temáticas já estudadas por geógrafos em outros tempos.

Rogério Haesbaert, mestrado na UFRJ. Foi orientado e colaborou com Bertha K. Becker nas discussões da temática regional e a territorialidade. No seu último livro agradece as discussões sobre região levadas a cabo no programa de pós-graduação. Atualmente trabalha na UFF. É autor de um dos capítulos do livro *“Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial”*. Nesse documento há textos de outros geógrafos, como Antonio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa, entre outros.

## FIGURA 14 – COMPOSIÇÃO DO PROJETO O ESTADO E A FRONTEIRA NO BRASIL

NOTÍCIAS – LINHAS DE PESQUISA

153

NOTÍCIAS

LINHAS DE PESQUISA

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA

DEPARTAMENTO DE METEOROLOGIA

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

### 1. O ESTADO E A FRONTEIRA NO BRASIL

SUB-PROJETOS:

- . A apropriação do espaço
- . A colonização
- . A mobilidade do trabalho
- . A urbanização
- . A redefinição regional

Coordenador: Bertha K. Becker

Grupo de Trabalho: Bertha K. Becker  
Lia Osório Machado  
Mariana Helena P. de Miranda  
Luís Eduardo Soares

Colaborador: Maria Helena Lacorte

Mestrandos: Rogério H. Costa  
Hélio Araujo Evangelista  
Margarita Rizzo Rosas  
Angela Maria Moreira Martins

Bolsistas: João Eduardo Alves Pereira  
Ivaldo Gonçalves de Lima  
Cláudia Pereira Loureiro

Órgão financiador: FINEP, CNPq, CEPG

Início: 1984

Previsão de conclusão: 1988

Fonte: Anuário do Instituto de Geociências - 1986

Na página seguinte do Anuário, é apresentado um resumo do projeto em que são explicitados os objetivos e as linhas de pesquisa,

O projeto pretende colocar em foco a questão da fronteira, ou seja, dos espaços e setores sociais onde estão ocorrendo ou podem ocorrer mudanças geradoras de realidades novas dotadas de elevado potencial político.

Propõe algumas hipóteses gerais sobre a natureza da relação estrutura espacial e Estado, e discute o conceito de fronteira, propondo uma hipótese sobre o significado da fronteira.

Tem como objetivo desenvolver a construção do objeto e a metodologia para o estudo da fronteira, e analisar o papel da fronteira na constituição da ordem espacial e política, abrangendo as seguintes linhas de pesquisa:

- A Fronteira Amazônica e o Estado: apropriação do espaço e mobilidade da população.
- Estado, urbanização e mobilidade da população: a situação na fronteira amazônica.
- Colonização dirigida e expansão da fronteira agrícola na Amazônia.
- Estudo de fronteira em contexto urbano: sobre a construção do objeto e a metodologia (ANUÁRIO DO IG, 1986, p. 154).

O projeto é exemplar para o campo, pois – além de relacionar vários geógrafos – apresenta e reafirma o temário, desde o CPBG, do que Bertha K. Becker considera como a renovação do campo por ela estabelecida e levada a termo. Contudo, mais uma vez, seus discípulos estão envolvidos com as temáticas clássicas da Geografia Política e Geopolítica, na busca de instrumental necessário à leitura da realidade brasileira em contexto de abertura política, crise do Estado, mobilidade populacional e urbanização acelerada.

Temos a percepção de que o campo da Geografia Política e Geopolítica, estabelecido por Bertha K. Becker e difundido entre os geógrafos afins, não passou ao largo da renovação na Geografia desde os anos setenta. Pois apesar do problema numérico na produção acadêmica (pequeno número de trabalhos teóricos), pode-se constatar a formação de uma geração que busca superar as discussões clássicas e assume a expansão do campo com estudos e análises de temáticas complexas no mundo contemporâneo em geral e no Brasil em particular.

As teses e dissertações orientadas no programa de pós-graduação de Geografia da UFRJ revelam os estudos e análise em um mundo que vai se tornando complexo e desafiando os pesquisadores. Naqueles trabalhos existem elementos que revelam as afinidades construídas entre especialistas e instituições.

Desde a década de setenta, Bertha K. Becker fez quarenta e uma orientações, sendo vinte e nove no nível de mestrado e doze no doutorado. Confeccionamos um esquema a partir das orientações dirigidas por Bertha K. Becker em quase quatro décadas no Programa de Pós Graduação de Geografia da UFRJ. Ele foi composto a partir de pesquisa em cada tese e dissertação, orientada

pela professora, procurando detectar nos agradecimentos as indicações de pessoas e instituições envolvidas na produção dos trabalhos.

O programa de pós-graduação em Geografia da UFRJ foi implantado no ano de 1972 com nível de mestrado, e o doutorado no em 1993. As primeiras dissertações dos orientandos de Bertha K. Becker, no mestrado, foram apresentadas em 1976 e as teses de doutorado em 1997.

## FIGURA 15 – ORIENTANDOS BERTHA K. BECKER MESTRADO

Organização: KAROL, Eduardo  
Confecção: LUCAS, Fernanda

## FIGURA 16 - ORIENTANDOS BERTHA K. BECKER DOUTORADO

Considerando que as teses e dissertações foram escritas nas conjunturas da década de setenta até a primeira do ano dois mil, ou seja, no último quartel do século XX e nos dez primeiros anos do XXI, é necessário não incluí-las em sua totalidade, quarenta e uma como pertencente ao campo. No entanto, a citação de alguns agradecimentos corrobora nossa ideia de afinidade entre especialistas e órgãos estatais.

No mestrado tomamos como exemplo, Maria de Lourdes Rodrigues que apresentou o trabalho “Uma Forma de Ocupação Espontânea na Amazônia: Povoados do Trecho Norte da Belém-Brasília” (1978). Para a execução desse trabalho relacionou-se com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Instituto de Pesquisa Rodoviária, citado anteriormente. Sua pesquisa embasou com dados primários o texto de Bertha K. Becker sobre “A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional” (1977).

Outro trabalho é o de Carlos José Caldas Lins, “Crescimento dos Centros Urbanos do Nordeste do Brasil no período de 1960-1970” (1981). Foi geógrafo da SUDENE e professor na UFPE. Colega de trabalho de Tania Bacelar de Araújo com quem Bertha K. Becker trabalhou, anos mais tarde, no Ministério do Interior no Plano Nacional de Ordenamento Territorial. Note, nobre leitor, que as afinidades de ontem são capital acumulado para projetos de hoje.

No doutorado, vamos citar a primeira orientanda de Bertha K. Becker a apresentar tese. Trata-se de Sarita Albagli que estudou a “Geopolítica da Biodiversidade” (1997), tem o mérito de mostrar como no final de século a biodiversidade assumiu papel estratégico no desenvolvimento “sustentável” e na criação de riqueza de um Estado. Sua ligação com Bertha K. Becker após o doutorado se consolidou com participação em bancas de mestrado e doutoramento. Sua tese foi publicada pelo IBAMA através do Projeto de Divulgação Técnico Científica. Isso indica a importância das análises realizadas na pesquisa ao ponto de ser editada por um órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente.



## 5.2 – AFINIDADES E INSTITUIÇÕES

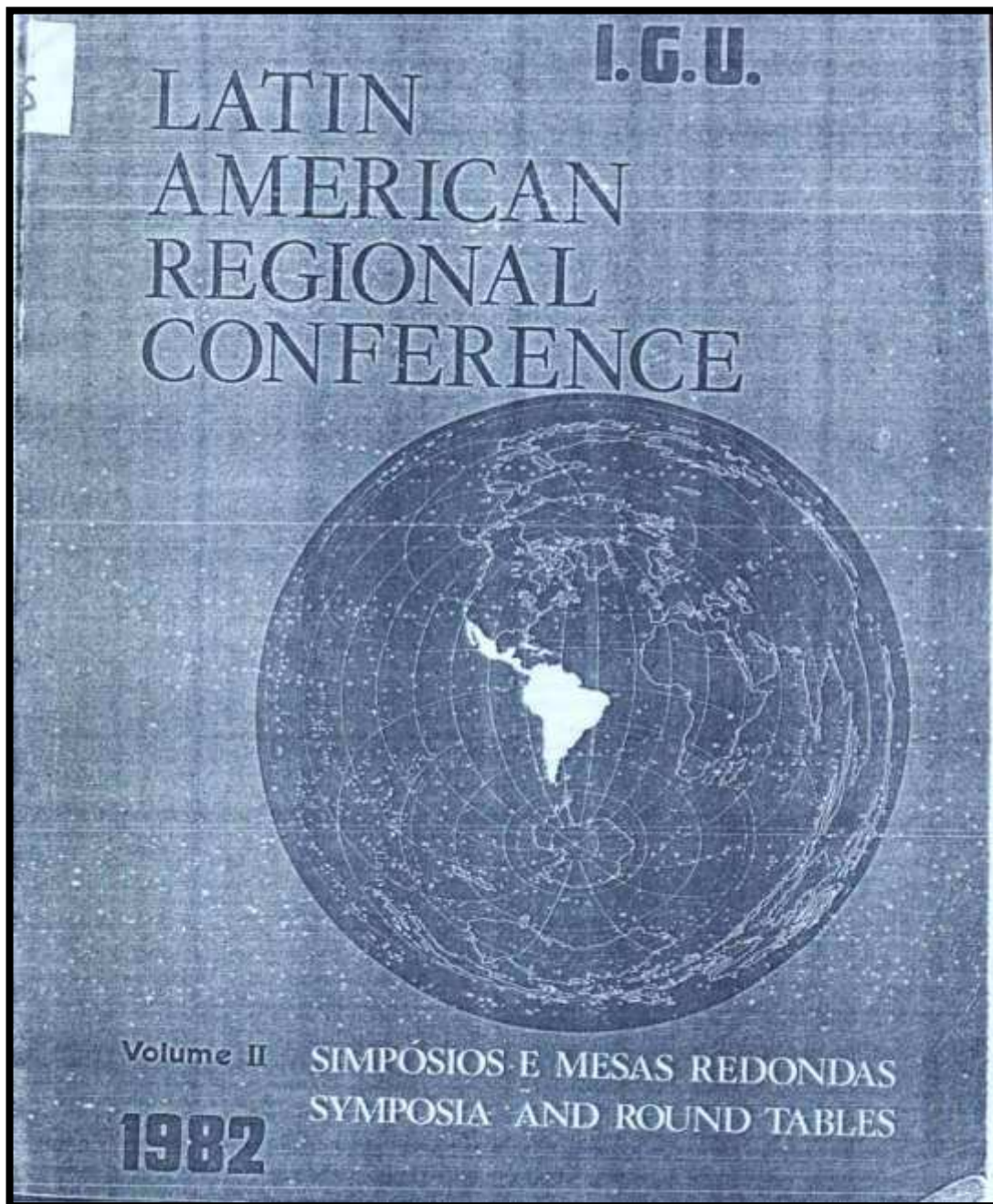
Bertha K. Becker foi aceita para o quadro da Academia Brasileira de Ciências em 06 de junho de 2006 sob o “id” 1098 seguindo o caminho trilhado por Hilgard O’Reilly Sternberg, que ingressou na ABC em 26 de junho de 1951 sob o “id” 240. Assim, após cinquenta e cinco anos e oitocentos e cinquenta e oito membros, a professora vai integrar importante instituição que incentiva trabalhos participativos com outros cientistas para a construção de políticas territoriais/ambientais que pretendem influenciar instituições do poder público. A participação no quadro da ABC lhe valeu integrar o corpo do International Council of Science.

Dessa experiência cabe registrar o texto “Amazônia: desafio brasileiro do século XXI” (2008), resultado do grupo de estudos composto por: Adalberto Luiz Val (pesquisador do INPA); Carlos Afonso Nobre (MCTI); Hernan Chaimovich Guralnik (USP-IQ); Jacob Palis Junior (IMPA); Roberto Dall’Agnol (UFPA-IG); secretariado por Marcos Cortesão Barnsley Scheuenstuhl (ABC).

A União Geográfica Internacional – UGI é de grande importância na carreira e formação da geógrafa. No momento em que, na Geografia no Brasil, se inseria a “renovação crítica”, foi o canal de interlocução com a Geografia produzida em outros centros universitários e de pesquisa pelo mundo. Sua participação se inicia no XVIII Congresso Internacional de Geografia ocorrido no Rio de Janeiro, em 1956, onde participou da subcomissão de recepção aos geógrafos, presidida pelo professor Nilo Bernardes. Consta como membro da delegação nacional brasileira. Não é demais registrar que o professor Hilgard O’Reilly Sternberg é figura chave na articulação e realização do evento, no momento que no Brasil o ideário do desenvolvimento está em alta nos círculos intelectuais e empresariais.

Em 1982, como organizadora da Conferência Regional Latino Americana da UGI também realizada no Rio de Janeiro, foi responsável pelo Comitê de Programa da conferência. O programa, visto na atualidade, corresponde à agenda de pesquisa desenvolvida e praticada por Bertha K. Becker, ao longo de três décadas. É interessante notar que na capa dos anais aparece a imagem da ‘projeção geoestratégica do Brasil’, apresentada por Meira Mattos, adaptada para a América Latina

FIGURA 17 – CAPA DOS ANAIS DA LATIN AMERICAN REGIONAL CONFERENCE  
– RJ



Os simpósios realizados no evento ajudam a confirmar que o programa pautou as pesquisas futuras: ‘O uso político do território’; ‘A degradação da natureza pela ação humana’; ‘O impacto do crescimento econômico sobre o ambiente, nos países do Terceiro Mundo. Algumas mesas redondas também nos permitem perceber a influência de Bertha K. Becker na conferência: ‘Transferência tecnológica e perspectivas de mudança no perfil produtivo da indústria: implicações na estrutura sócio-espacial’; ‘A apropriação atual da Amazônia’; ‘Mobilidade espacial da força de trabalho no Terceiro Mundo’ (AMARAL, 1982, p. 168).

#### QUADRO XVIII – CARGO/CONDIÇÃO DE BERTHA K. BECKER NA UGI

	Ano	Cargo/Condição
1	1969-2000	Membro
2	1969-1976	Membro da Comissão REGIONAL ASPECTS OF DEVELOPMENT
3	1976-1985	Membro da comissão Regional Systems and Policies
4	1977-1985	Secretária Executiva da Comissão Nacional
5	1982	Presidente da comissão de temário da Conferência Regional Latino Americana
6	1982	Presidente da Comissão Organizadora para a Comissão REGIONAL SYSTEMS AND POLICIES
7	1984-1988	Membro da comissão The World Political Map
8	1992-1996	Presidente da Comissão Nacional Brasil
9	1996-2000	Vice Presidente da UGI

Fonte: Currículo Lattes, acessado em 19/07/2012.

Afirmamos no início desse trabalho que a UGI foi a arena escolhida por Bertha K. Becker para o enfrentamento entre Geografias que disputavam projetos de mudanças que ocorriam no Brasil. A opção pelo externo colocou de um lado a professora e de outro Milton Santos, que postulava mudanças substanciais no ensino e pesquisa geográfica no país. O interessante é que o professor Milton, arauto de uma Geografia nova, foi trabalhar na UFRJ exatamente no período em que começa a ter lugar a crítica das bases epistemológicas de uma Geografia conservadora e muitas vezes reacionária. Até o momento não se esclareceu porque a Geografia da UFRJ, como lócus privilegiado de formação de cérebros para as políticas territoriais estatais, não manteve o professor que foi buscar seu espaço na Geografia da USP.

Contudo o Quadro X é expressão de que a valorização da participação de Bertha K. Becker foi crescente dentro da UGI. Sabe-se que desde a criação do IBGE, este órgão foi autorizado a aderir à UGI. Assim pode-se perceber que a necessidade de atender demandas externas não é privilégio de um pesquisador ou outro, mas um imperativo institucional.

A Escola Superior de Guerra é mais uma instituição a legitimar a Geografia Política veiculada por Bertha K. Becker. A ESG foi criada pela Lei nº 785/49, constitui-se atualmente em Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, ligada ao Ministério da Defesa. Tem como função exercer a direção e o assessoramento para o planejamento da Defesa Nacional. Em outro momento da história brasileira foi considerada “como laboratório ideológico das Forças Armadas Brasileiras” (MIYAMOTO, 1995, p. 77). Superada a conjuntura do regime ditatorial sob tutela militar, a ESG foi sendo modificada e mudando suas funções até chegar ao desenho que tem hoje.

No novo contexto, encontramos no ano de 2006 a participação como conferencista da professora Bertha K. Becker. No dia 15 de abril proferiu conferência com o título “Uma Geopolítica para Amazônia”. A professora assina a conferência com indicação da instituição LAGET/UFRJ. Em 30 de agosto pela portaria 47/ESG, foi agraciada com o título de ‘CONFERENCISTA EMÉRITO’ (Figura 18).

FIGURA 18 – LISTA DE CONFERENCISTA EMÉRITO DA ESG



**RELACÃO DE AGRACIADOS COM O TÍTULO DE CONFERENCISTA EMÉRITO**

Nº	TÍTULO/ POSTO/GRAD	NOME COMPLETO	BI/ESG	PORTARIA	ANO
1	Coronel	AMERINO RAPOSO FILHO	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
2	Professora	BERTHA KOIFFMANN BECKER	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
3	Professor	CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO R. DE LESSA	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
4	Professor Doutor	CARLOS GERALDO LANGONI	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
5	General-de-Divisão Rfm	CARLOS DE MEIRA MATTOS	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
6	Professor Doutor	HELIO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
7	Professor Doutor	YVES GANDRA DA SILVA MARTINS	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
8	Embaixador	JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
9	Ministro	LUIZ FERNANDO FURLAN	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
10	General-de-Exército Rfm	LUIZ GONZAGA SCHROEDER LESSA	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
11	Almirante-de-Esquadra Rfm	MARIO CESAR FLORES	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
12	Embaixador	MARIO GIBSON ALVES BARBOZA	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
13	Professor Doutor	NUNO LINHARES VELLOSO	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
14	General-de-Exército Rfm	OSWALDO MUNIZ OLIVA	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
15	General-de-Exército Rfm	PAULO NEVES DE AQUINO	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
16	Professor Doutor	RENÉ NAZARE ALVES	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
17	Coronel Rfm	ROBERTO MACHADO DE OLIVEIRA MAFRA	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
18	Tenente-Brigadeiro-do-Ar Rfm	SERGIO XAVIER FEROLLA	84, 5 Dez 06	47/ESG, 30 Ago	2006
19	General-de-Exército	JOSE BENEDITO DE BARRIOS MOREIRA	21, 10 Abr 07	23/ESG, 5 Abr	2007
20	Senhor	LUIZ ANTONIO PINTO DE OLIVEIRA	38, 14 Mai 09	24/ESG, 13 Mai	2009
21	Coronel R/1	JAYME DOS SANTOS TADDEI	83, 20 Out 09	49/ESG, 25 Set	2009

<http://www.esg.br/a-esg/condecoracoes-e-medalhas/titulo-de-conferencista-emerito/> (acessado em 08/04/2013)

No mesmo ano, Eli Alves Penha – um de seus orientandos no mestrado e doutorado – foi agraciado com o título de conferencista especial pelo prazo de três anos através da portaria 46/ESG de 30 de agosto de 2006. O que mais uma vez demonstra a afinidade e corrobora a afirmação de Gearóid Ó Tuathail de como certas figuras são promovidas e certificadas por instituições. Nada mais revelador, em tempos de certificação, do que ser considerado conferencista emérito ou especial de uma entidade extremamente conservadora.

No rastro da certificação, encontra-se a participação em diversas entidades de ensino de onde foi professora visitante em instituições no Brasil e no exterior. No Brasil nos anos de 1973 a 1976, exerceu a função na Fundação Getúlio Vargas ministrando curso de Geografia Política e Econômica. No exterior foram três universidades. Em junho e julho de 1989 na Universidade Autônoma do México ministrou a disciplina Geografia Política no âmbito do Seminário sobre a Amazônia para pós-graduação. Em setembro e outubro de 1991 na Université Paris X Nanterre, UPX, França, ministrou o curso O Uso da Terra no Brasil para pós-

graduação. Em maio e junho de 2007 na Loughborough University, LBORO, Inglaterra, ministrou a disciplina Geopolítica também para pós-graduação.

### 5.3 – A AFINIDADE NOS MINISTÉRIOS

Os trabalhos de consultoria e participação em projetos nos ministérios constituem prova cabal das afinidades com o poder. Essas afinidades se intensificam a partir da década de noventa, no contexto do desenvolvimento sustentável. O protagonismo nos debates sobre o meio ambiente pode ser identificado com a lista dos comitês, projetos, consultorias que integrou.

No Ministério de Ciência e Tecnologia foi membro do comitê de Coordenação das Ações na Amazônia; integrou o projeto GEOMA com a pesquisa Modelagem Ambiental para Amazônia e o LBA Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment In The Amazon, Sub Projeto Dimensão Humana da Mudança Ambiental Global. Entre tantas participações, queremos registrar o trabalho de consultora *Ad hoc* (literalmente 'para esta finalidade') na implantação do subprojeto "*Dimensões Humanas da Mudança Ambiental Global*" desde o ano 2000. O subprojeto tem a chancela, no Brasil, da ABC em convênio com SBPC e UFRJ. Está ligado ao "International Geosphere-Biosphere Programme" sediado no Brasil no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

Um dos produtos do programa é o relatório final "Síntese da Produção Científica em Ciências Humanas na Amazônia: 1990-2002", relacionado ao "*Large Scale Biosphere – Atmosphere Experiment in the Amazon – LBA*", coordenado por Bertha K. Becker.

## FIGURA 19 – DOCUMENTO DO PROJETO – EQUIPE RESPONSÁVEL

### Síntese da Produção Científica em Ciências Humanas na Amazônia: 1990-2002

Bertha K. Becker

O objetivo deste projeto é analisar como os pesquisadores das Ciências Humanas (CH) investigaram a Amazônia na década de 1990, e que interações podem ser estabelecidas entre essa investigação e as questões centrais do International Human Dimension Program do amplo programa sobre Mudanças Ambientais Globais (Global Environmental Change) e, especificamente, com as metas do LBA.

O tempo previsto para sua execução foi de apenas seis meses-janeiro-julho de 2003, estendidos por mais dois meses para revisão e síntese. Participaram do projeto, com responsabilidade pelo levantamento e análise de temas específicos:

Bertha K. Becker - UFRJ - coordenadora e responsável pelo tema "Cidades e Redes". Assistente - Cláudio Stenner.

Luis Aragon Vaca--NAEA/UFPa - consultor responsável pelo tema "Populações, Representações Étnico-culturais e Sociedade na Amazônia", Assistente - Adagenor Lobato Ribeiro.

Marcel Bursztyn - CDS/Unb - consultor responsável pelo tema "Dinâmicas Recentes das Atividades Agropecuárias e Extrativistas na Amazônia". Assistente - Francisca Neta Andrade Assunção.

Marilene Corrêa - Sociologia/UFAM - Secretária de C&T do Estado do Amazonas - consultor responsável pelo tema "Populações, Representações Étnico-culturais e Sociedade na Amazônia". Assistente - José Aldemir de Oliveira e Heloisa Lara.

Wanderley M. Costa - Geografia/USP - consultor responsável pelo tema "Expansão e Dinâmica das Atividades Industriais". - Assistente - Altiva Barboza.

FONTE: [http://lba.inpa.gov.br/lba/lba\\_ingles/port/pesquisa/Dimensoes\\_humanas.pdf](http://lba.inpa.gov.br/lba/lba_ingles/port/pesquisa/Dimensoes_humanas.pdf) (acessado em 24/09/2012).

No Ministério do Meio Ambiente está uma das atuações mais importantes para a análise dessa pesquisa. Isso porque foi nessa instituição que se desenvolveu a maioria dos projetos relacionados ao Zoneamento Ecológico-Econômico. Desde meados da década de noventa, os projetos foram estabelecidos através de

convênios entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Secretaria da Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Laboratório de Gestão do Território e o ministério.

Da consultoria, junto com Claudio A. G. Egler, foi produzido o “Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal” (1996). Da discussão desse texto, durante anos, chegou-se ao “Projeto de Pesquisa Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal” (2009). Aquele documento constitui-se em instrumento utilizado pelas esferas estaduais e municipais para ordenamento do território na região.

Registra-se também a participação em projetos do Ministério do Interior e do Ministério da Educação. O elemento comum dessas participações é o debate sobre o Estado, seu território e a tecnologia. Outro é o entendimento da relação global/local na formulação de políticas que transcende decisões somente locais.

O volume de afinidades indica que a professora é importante interlocutora das questões discutidas no âmbito do governo através dos ministérios, principalmente àquelas relativas ao desenvolvimento e preservação da Amazônia, tanto no cenário nacional, quanto regional e internacional.

Como especialista em Geografia Política e Geopolítica e mediante as afinidades pessoais e institucionais construídas, Bertha K. Becker se aproximou da Presidência da República, onde participou da elaboração de texto referente ao Desenvolvimento Regional no Brasil, do Relatório Nacional para a UNCED – Rio 92 – e foi consultora do Projeto SIVAM, em reunião realizada em Dallas com o governo e empresários da indústria de segurança. Dois trabalhos são de suma importância em sua obra na relação com a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, ligado à presidência: atuou como consultora no “Zoneamento Ecológico Econômico da Amazônia” (1992); e no IPEA/SAE, foi consultora do projeto “*O Novo Mapa da Economia Brasileira: Desafios do Planejamento Regional*” (1993).

A atuação de Bertha K. Becker no conjunto de instituições citadas e as afinidades criadas, remete à discussão da divisão entre Geografia Política e Geopolítica “formal” elaborada nos meios acadêmicos e a Geografia Política e Geopolítica “prática”, produzida e atuante em nível governamental. Nota-se que a divisão em formal e prática na classificação institucional apresenta problema quando se trata da avaliação da participação da professora, dado que ela própria se assume como interlocutora do Estado e produz em conjunturas diversas e transita por várias



instituições estatais, científicas e empresariais. Assim preferimos não entrar nesse debate e deixarmos de lado a classificação que divide autores entre formais e práticos, assim concluir que no movimento de construção e legitimação da sua obra, foi formal/prática, pois atuou em esferas de poder a partir da universidade e influenciou a construção de políticas públicas na estruturação e configuração do território brasileiro, como exemplo, citam-se as propostas sobre a Amazônia e seu desenvolvimento com a preservação da floresta a partir da implantação tecnológica nos possíveis polos urbanos. Para terminar, apresentamos a figura 20 que aborda o conjunto de instituições em que atuou nos últimos trinta anos.

FIGURA 20 – AFINIDADES INSTITUCIONAIS 1980-2010

Organização: KAROL, Eduardo.  
Confecção: LUCAS, Fernanda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geografia Política e Geopolítica produzida por geógrafos nos últimos trinta anos, no Brasil, não deixou de tratar da temática do Estado ligado ao território. Os estudos aperfeiçoaram e superaram temas de outrora, como a melhor forma de dividir as unidades internas, a comunicação em um país de dimensões continentais, a integração político-econômico-social total do território nacional, a proteção e a segurança das fronteiras com os países vizinhos e a ligação pelos transportes terrestres, fluviais e aéreos.

Apesar desse aperfeiçoamento, ficou de fora e fez-se silêncio sobre os geógrafos libertários e suas ideias em relação ao Estado, como também não houve incorporação de concepções, por exemplo, de Estado ampliado, que podem auxiliar no debate e superação da relação do Estado com o território e sua organização, fundada em elementos da *physis*. É estranho também os geógrafos, no Brasil, que atuaram no campo, não utilizarem a teoria política da competição partidária, que considera o Estado governado por uma coalizão de investidores, talvez mais afeita à realidade política brasileira.

Os geógrafos trouxeram para o debate outros temas, como a utilização/conservação da natureza (meio ambiente, recursos, água, biodiversidade), a logística, a ciência e a tecnologia, a inserção da economia brasileira em um mundo globalizado e os potenciais conflitos em um mundo mais interligado. Em grande medida, procurou-se superar a geopolítica produzida a partir da institucionalização da Geografia nos anos trinta do século XX.

Vimos, no Brasil, a fundação da Geografia política e da geopolítica, com teorias formuladas por autores que postulavam a naturalidade dos conflitos entre Estados como principal elemento. Isso não deve ser tomado como negativo nem como positivo, porque os geógrafos que não tiveram medo da Geopolítica e se aventuraram em discussões complexas buscavam dar legitimidade ao campo. O problema se apresenta quando nessa legitimidade científica são defendidas teorias de caráter expansionista sem a devida contextualização para a realidade espacial no Brasil.

Talvez a adesão às ideias de Richard Hartshorne e Jean Gottmann fossem mais próximas para o entendimento da realidade nacional, do que a adesão e a

continuação do pensamento militar sobre as políticas territoriais defendida por alguns “ilustres” geógrafos.

Em tempos de renovações, os geógrafos não deixaram de produzir no campo, porém o número de ideias originais foi ínfimo, pois grande parte dos autores publicou poucos trabalhos, assim acabou sobressaindo um número pequeno de autores com maior número de publicações e expressão na Geografia. Na produção original, a corrente marxista não logrou ser hegemônica no campo – o que era anunciado nos embates entre uma Geografia militante e outra acadêmica nas décadas de oitenta e noventa –, foram escritos trabalhos com sobreposição teórica que mesclou Geografias com múltiplo viés ideológico.

Esse fato leva a crer que o processo de renovação – ou renovações – ainda requer estudos/investigações que tragam esclarecimentos sobre o que foi produzido e qual o papel dos geógrafos na construção do discurso oficial de políticas territoriais. Ao contrário do que se afirmava no movimento de renovação – a rejeição pelo Estado –, os geógrafos o mantiveram como ator privilegiado nos seus manuais e alguns nomes proeminentes no campo trabalharam em projetos estatais para a definição de políticas territoriais.

A produção nas renovações é bem pequena comparada a outras áreas da Geografia, no Brasil, como é o caso da Geografia agrária e urbana, com maior tradição entre os geógrafos. Desse modo, observamos que a contribuição dos geógrafos, afeitos ao campo, trouxeram poucos elementos de enriquecimento para debate da Geografia Política e Geopolítica.

A crítica dos geógrafos anglo-saxônicos pouco foi discutida e incorporada por geógrafos dessas terras. É de se notar que um trabalho de doutorado em jornalismo teve como base teórica a Geopolítica crítica formulada por Ó TUATHAIL e outros. Isso não macula a imagem dos geógrafos que trabalham no campo, só revela o quanto temos que estudar e produzir ideias novas para atualizarmos a Geografia Política e Geopolítica em particular e a Geografia em geral. Sobre a geopolítica crítica, o que se encontra em nossos geógrafos são simplesmente citações das discussões que envolvem a análise do discurso à temática de geopolíticas femininas, de minorias, as análises dos projetos de segurança do Estado.

Assim uma tarefa árdua, para a Geografia no Brasil e os geógrafos do campo da Geografia Política-Geopolítica, se impõe: possibilitar o acesso aos estudantes das ideias produzidas – através de traduções – por outros grupos de afinidades que

se constituem pelo mundo. A não incorporação das bibliografias discutidas em outras terras dificulta a formação de novos geógrafos nas universidades brasileiras, o que pode ser constatado e está expresso de alguma maneira nos currículos, bibliografia, nas poucas traduções que se repetiram/foram realizados nos últimos trinta anos. Não se pode desconsiderar que a maioria das universidades com cursos de Geografia são recentes e não competem com os grandes centros em termos de produção. Aqui está o elemento do desenvolvimento político desigual entre as universidades e a valorização de seus estudantes.

Mesmo com todos os problemas apontados, a Geografia política e a Geopolítica no Brasil tiveram pequeno avanço. Observou-se que o debate sobre Geografia Política e/ou Geopolítica está superado, não importando aos geógrafos o confronto entre aquelas denominações. Retornar à expressão Geografia Política-/Geopolítica para lidar com os fenômenos espaciais/territoriais capitaneados por diversos atores na contemporaneidade, é mais do que uma necessidade.

As investigações realizadas no Brasil – em termos de dissertações e teses – são poucas se comparadas às outras áreas do saber geográfico e concentradas em alguns orientadores e instituições, só apresentando ampliação na primeira década do século XXI. O que pode ser explicado pelo incentivo dado à pós-graduação desde a década de setenta e a criação de grupos de pesquisas nas universidades pelos órgãos oficiais de fomento.

Está se formando um grupo de geógrafos, que preocupados com o debate no campo, vêm estimulando e organizando grupos de pesquisas e eventos em Geografia Política e Geopolítica. Esses eventos são bem recentes e buscam a diversificação e descentralização da produção que ainda se apresenta em poucas instituições universitárias do Centro-Sul do Brasil.

Consulta na ferramenta de busca do sítio do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil revela a existência e ampliação de pesquisadores com interesse no campo. Combinando Geografia Política (frase exata) com grande área do grupo, Ciências Humanas e área do grupo Geografia, encontramos vinte e três grupos. Entretanto é preciso fazer a ressalva quando se incorpora na pesquisa o item unidades da federação (UF do Grupo). Observa-se que das vinte e oito unidades da federação, incluindo o Distrito Federal, somente doze têm instituições universitárias com grupos de pesquisa no campo. E em instituições de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro,

dos vinte e três grupos temos aí localizados treze, o que configura a centralização dos lugares da produção.

Se trocarmos na consulta Geografia Política por Geopolítica mantendo grande área e área do grupo, vamos obter quatorze resultados. Novamente precisamos utilizar o item UF do Grupo para localizá-los no território brasileiro. Repete-se a concentração em instituições de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro com dez grupos dos quatorzes pesquisados.

Destacamos o evento organizado, desde 2009, Simpósio Nacional de Geografia Política, que começa a movimentar o conjunto de geógrafos preocupados com a criação de uma rede de discussão e produção no campo. Pode-se também listar o evento realizado sob o título de Simpósio Internacional Geopolítica e Diplomacia, de caráter mais vertical, com especialistas expondo os temas para discussão.

Embora já se visualize a rearticulação dos geógrafos em relação ao campo, o número de pesquisadores e formuladores de teorias ainda é baixo, comparado com produções de geógrafos de outras nacionalidades.

Dentre os intelectuais brasileiros que produziram teorias em Geografia Política ou Geopolítica, encontramos um número irrisório dos quais pode-se destacar o trabalho de Bertha K. Becker, de longe aquela que mais contribuiu com a formação de quadros e de proposições que tiveram desdobramentos em ações estatais diversas, nomeadamente aquelas que se desdobraram sobre a Amazônia.

As proposições geopolíticas de alguns geógrafos tiveram resultados/impactos nas políticas de Estado e foram para além das políticas de governo, dentre estes trabalhos estão aqueles que muitas vezes foram dirigidos por Bertha K. Becker.

A participação de geógrafos em órgãos estatais pôde ser demonstrada pelo cotejamento de documentos oficiais que expunha as ideias e as afinidades entre os grupos organizadores. Exemplo dessa situação é o Plano Nacional de Ordenamento Territorial, onde um conjunto de geógrafos, articulados em torno do Ministério do Interior, discutiu e apresentou ideias que estão consolidadas no documento *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005. Fizeram parte do debate os seguintes geógrafos: Rogério Haesbaert, Aldomar Arnaldo Rückert, Antonio Carlos Robert

Moraes, Wanderley Messias da Costa, Adma Hamam Figueiredo e Bertha K. Becker. O que configura a criação de um corpo de especialistas com afinidades de desenvolver e implementar políticas territoriais quando são chamados a colaborar com o Estado.

O documento do Plano Amazônia Sustentável – PAS – é exemplar sobre a construção de uma Geografia do Estado. Bertha K. Becker figura como consultora e tem a proposta de regionalização da Amazônia consagrada e utilizada como instrumento de macrozoneamento econômico ecológico. A tese da floresta em pé e das cidades como polos de irradiação de desenvolvimento baseado em ciência e tecnologia também é encontrada.

O documento Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, é mais um exemplo flagrante das relações afins. A responsabilidade da formulação de tal documento contou com equipe do Grupo Retis do DG/UFRJ sob a coordenação geral de Lia Osorio Machado; entre os pesquisadores figuram Letícia Parente Ribeiro, Paulo Peiter, Rebeca Steiman, Murilo Cardoso de Castro e André Reyes Novaes; Conta ainda com o pesquisador associado Rogério Haesbaert da UFF. Lia esteve ligada a Bertha K. Becker desde os tempos do CPGB, e Rogério foi orientando e colaborador em diversas publicações.

O avanço pode ser também considerado pela formação de quadros, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. No Rio deve-se em grande parte a Bertha K. Becker a formação de quadros para a atuação no campo, com nomes como de Ivaldo Lima e Eli Alves Penha ligados à participação na formação e produção da Geografia Política e Geopolítica nos últimos trinta anos. Em São Paulo, pode-se citar Wanderley Messias da Costa; Andre Martin, José William Vesentini, Wagner Costa Ribeiro. Desses, nos dois estados, já apresentam à comunidade geográfica novas levadas de geógrafos.

Quando da participação de Bertha K. Becker em projetos estatais, diga-se de passagem, por conjunturas políticas diversas, que vão do regime autoritário aos democráticos, sempre articulou em torno de si um conjunto de geógrafos, com os quais manteve afinidades em publicações, eventos, consultorias. Esse movimento possibilitou a constituição de relações afins, que foram se estruturando e construindo

o campo por dentro das instituições estatais e científicas. O que de certo modo explica a participação e atuação em tantos ministérios e associações científicas. Isso confirma a lógica do especialista que obedece às normas e à hierarquia, aceita a administração imparcial e tem elevada disciplina moral para arregimentar colaboradores a se submeterem às regras do jogo.

A inserção de Bertha K. Becker proporcionou a criação de uma Geografia que interessou aos diversos grupos que estiveram nos últimos trinta anos na direção das instituições estatais e científicas na organização territorial no Brasil. Essa Geografia interessou, principalmente, aos grupos dominantes, e tem como paradigma a integração nacional.

No contexto brasileiro, os projetos de integração do território, com o objetivo de criar mobilidade e articular mercados interno e externo, assim como o poder central aliado aos empresários da construção civil, traçaram e construíram estradas, principalmente na região Norte – Belém-Brasília, Transamazônica, BR 364, entre tantas outras – incentivaram o acesso a terra e o domínio da grande propriedade com projetos de colonização, potencializaram centros tradicionais, como Manaus, criaram infraestrutura para exploração de recursos minerais, hidrelétrica para fornecimento de energia, rodovias e ferrovias para escoamento e cidades para os operários. É na leitura desses projetos aliada à teoria do desenvolvimento regional, que se consagra a Geografia Beckeriana, olvidada na análise e avaliações nos últimos tempos.

Após todo o processo de integração, a questão ambiental tornou-se o calcanhar de Aquiles dos formuladores e executores de políticas de integração territorial. Os movimentos de reivindicação passaram a exercer certa vigilância sobre os projetos e outro pacto foi firmado para a ocupação do território e utilização de recursos. A agenda foi polarizada entre preservacionistas e desenvolvimentistas.

No debate entre preservação e desenvolvimento observa-se o papel de Bertha K. Becker. Com o argumento de que a preocupação com a preservação faz parte de uma política restritiva, baseada em unidades de conservação e reconhecimento de terras indígenas, diante disso defende que a floresta em pé deve ser pensada com novo modelo de desenvolvimento com base na ciência e tecnologia. Não se deve colocar a floresta numa redoma, mas articulá-la na produção de valor. Para isso formula a concepção de macrozoneamento, onde é



necessário pensar estratégias diferentes para áreas que foram ocupadas de forma distinta ao longo dos últimos cinquenta anos de exploração da região.

A pesquisa sobre produção da Geografia Política e Geopolítica escrita por geógrafos revelou que Bertha K. Becker mais do que uma personagem ligada às políticas de Estado deve ser considerada uma geógrafa a serviço do Capital no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998. 276 p.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994. 329 p.
- ALMEIDA, R. S. de. O IBGE e a evolução da ideia de desenvolvimento no Brasil. **Revista Geográfica**. Rio de Janeiro, n. 120, p. 5-26, 1994.
- ALMEIDA, R. S. de. A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1988. 2000. 2v. 899p. **Tese** (Doutorado, Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências; Departamento de Geografia.
- AMARAL, I. do. A Geografia através de seus congressos internacionais. **Finisterra, R. Port. Geogr.** Lisboa. v. III, n. 5, p. 84-101, 1968.
- AMARAL, I. do. Conferência regional latino-americana (Brasil, 1982). **Finisterra, R. Port. Geogr.** Lisboa. v. XVIII, n. 35, p. 167-170, 1983.
- ARAÚJO, R. F. de. Apropriações de Bruno Latour pela ciência da informação no Brasil: descrição, explicação e interpretação. 2009. 139p. **Dissertação** (Mestrado, Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação – Belo Horizonte.
- BACKHEUSER, E. Geopolítica e Geografia Política. **R. Bras. Geogr.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-38, 1942.
- BARRIOS, M. Á. (director). **Diccionario latinoamericano de seguridad y Geopolítica**. Buenos Aires: Biblos, 2009. 390p.
- BAUD, P.; BOURGEAT, S.; BRAS, C. **Dictionnaire de géographie**. 4<sup>a</sup> ed. Paris: Hatier, 2008. p. 196-203.
- BECKER, B. K. Depoimento concedido a Ewerton Vieira Machado, Sandra M. de A. Furtado e Maria Dolores Buss. **Revista Geosul**. Santa Catarina. n. 44, ano XXII, p.205-218, 2007.
- BECKER, B. K. **Memorial Bertha Koiffmann Becker**. Memorial que acompanha o requerimento de inscrição em concurso para provimento de cargo de professor titular no Departamento de Geografia da UFRJ. 1993. 51p.
- BECKER, B. K. Geography in Brazil in the 1980s. Background and recent advances. **Progress in Human Geography**, London, vol. 10, n. 2, p. 157-183, 1986.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 233p.
- BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **R. Bras. Geogr.** Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 111-122, 1978.

BERDOULAY, V. **La Formation de l'école française de géographie**. Paris : Bibliothèque Nationale, 1981. 245p.

BOHOU, J-M. **Géopolitique et projection de puissance du Brésil au XXI<sup>e</sup> siècle**. Paris: L'Harmatan, 2007. 368p.

BOMFIM, P. R. de A. A Ostentação Estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós 64). 2007. 387p. **Tese** (Doutorado Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia, São Paulo.

BORDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BORON, A. A. Estado. In: **LATINO AMERICANA: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006. p. 510-518.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 404p.

BRASIL. Presidência da Republica. **Plano Amazônia Sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 102p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. 418p.

BRZEZINSKI, Z. **EUA, URSS – o grande desafio**. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1986. 294p.

CARVALHO, C. D. de.; CASTRO, T. de. Geografia Política e Geopolítica – estudos e ensaios. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 14, n.133, p. 401-410, 1956.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política; território, escalas e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304p.

COHEN, S. B. **Geografia y política en un mundo dividido**. 2<sup>a</sup> ed. Madrid: Ediciones Ejercito, 1980. 478p.

COLOMBO, E. **Análise do Estado/O Estado como paradigma de poder**. São Paulo: Ed. Imaginário, 2001. 85p.

CONTINI, A. A. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Crítica. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XII, n. 69, 2009.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre território e poder**. São Paulo: Edusp, 1992. 374p.

COSTA, W. M. da; THÉRY, H. Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil : de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale. **Hérodote**, Paris, n. 146-147, p.253-276, 2012.

COUTO E SILVA, G. do. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003. 633p.

DALLARI, D. **Elementos de teoria geral do Estado**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998. 265p.

DAVID, O.; SUISSA, J.-L. (Coord.). **La dissertation de géopolitique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005. 386p.

DIAS, J. G. A Terminologia da Geografia Política. 1999. 226p. **Dissertação** (Mestrado, Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

DIAS, L. C. La Pensée géographique au Brésil : hier et aujourd'hui. **L'Espace géographique**, Paris, t. 18, n° 3, p. 193-203, 1989.

DUNLOP, J. **Les 100 mots de la géographie**. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2012. 127p.

FLINT, C. Political Geography. In: GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M.J.; WHATMORE, S.; (Edited). **The Dictionary of Human Geography**. 5<sup>th</sup> ed., London: Wiley-Blackwell, 2009. p. 549-551.

FLINT, C. State. In: GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M.J.; WHATMORE, S.; (Edited). **The Dictionary of Human Geography**. 5<sup>th</sup> ed., London: Wiley-Blackwell, 2009. p. 722-24.

FONT, J.N.; RUFÍ, J.V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006. 282p.

GABAGLIA, F. A. R. A Geopolítica. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 5, n.54, p. 692-697, 1947.

GAUCHON, P.; HUISSOUD, J.-M. **Les 100 mots de la géopolitique**. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2010. 128p.

GONÇALVES, C.W.P. A Geografia está em crise, viva a Geografia. In: MOREIRA, R. (org.). **Geografia: teoria e crítica; o saber posto em questão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982. p. 93-113.

HARVEY, D. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 97-126.

HORTA, C. A. da C. Geografia Política e Geopolítica: velhas e novas convergências. **Geografia**, Niterói-RJ, v. 8, n. 15, p. 51-69, 2006.

JELLINEK, Georg. **Teoria Geral do Estado**. México: Fundo de Cultura Econômica, 2002.

KROPOTKIN, P. **Textos escolhidos** (Seleção Maurício Tragtenberg). Porto Alegre: L&PM Editores, 1987. 191p.

LACOSTE, Y. **Gépolitique; la longue histoire d'aujourd'hui**. Paris: Larousse, 2006. 336p.

LAMEGO, M. Positivismo Lógico e Geografia. Uma interpretação da relação entre o Círculo de Viena e a Geografia Quantitativa. 2006. 97p. **Dissertação** (Mestrado Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro.

LATOURE, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 443p.

LIVINGSTONE, D. N. **Putting science in its place**. Chicago: University Chicago Press, 2003. 234p.

LÖWY, M. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. **Plural. Rev. do Progr. de Pós-graduação em Sociologia da USP**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-142, 2011.

MACHADO, L. O. Geografia Política e Ciências Sociais. In: ESCOLAR, M.; MORAES, A.C.R. (Org.). **Nuevos roles del Estado en el reordenamiento del territorio: aportes teóricos**. Buenos Aires: Ed.Universidad de Buenos Aires, 1998, p. 57-72.

MEIRA MATTOS, C. de. **Geopolítica, v.1**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/ FGV Editora, 2011. 316p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. R.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012 p. 347-353.

MIYAMOTO, S. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, n. 4, p.75-92, 1981.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 257p.

MONTEIRO, C. A. de F. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: USP – Instituto de Geografia, 1980. 156p.

MOODIE, A. E. **Geografia e política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. 197p.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007. 150p.

MOREIRA, R. **O Pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras**. v. 3. São Paulo: Ed. Contexto, 2010. 168p.

MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos (a renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988). **Geografia**, Niterói-RJ, v. 2, n. 3, p. 27-49, 2000.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

NIETZSCHE, F. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2005. 360p.

ODDONE, N. E. et al. Centros de cálculo: a mobilização do mundo. **Informare, Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.** Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 29-43, 2000.

OLIVEIRA, F. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977. 161p.

Ó TUATHAIL G. **Critical geopolitics**. London: Routledge, 1996. 314p.

Ó THUATAIL, G. Thinking critically about geopolitics. In: Ó THUATAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (Edited by). **Geopolitics reader**. London: Routledge, 1998. p. 1-12.

Ó TUATHAIL, G.; AGNEW, J. Geopolitics and discourse; Practical geopolitical reasoning in American foreign policy. **Political Geography**, Washington. vol. 11, n. 2, p. 190-204, 1992.

PEDROSA, B.V. Entre as ruínas do muro: a história da Geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013. XXXp. **Tese** (Doutorado Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia, São Paulo.

PENHA, E. A. IBGE e a organização do espaço geográfico brasileiro. **R. Bras. Geogr.** Rio de Janeiro. vol. 55, n. 1-4, p. 147-155, 1993.

PEREIRA, S. N. Delgado de Carvalho e o ensino de Geografia Política. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins. (Org.). **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, n. 16, p. 105-116, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. 269p.

RATZEL, F. **La Géographie politique; les concepts fondamentaux**. Paris: Fayard, 1987. 220p.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Rev. do Depart. de Geografia**. São Paulo: n. 2., FFLCH-USP, 1983. p. 93-101

RECLUS, É. **O homem e a terra. O Estado moderno**. São Paulo: Expressão e Arte; Ed. Imaginário, 2010. 95p.

RODRIGUES JUNIOR, G. S. Geografia Política e os recursos hídricos compartilhados: o caso israelo-palestino. 2010. 243p. **Tese** (Doutorado, Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia, São Paulo.

SANGUIN, A.-L. A evolução e a renovação da Geografia Política. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 35 n. 252, p. 5-23, 1977.

SANGUIN, A.-L. **Geografía política**. Barcelona: Oikos-tau, 1981. 181p.

SANTOS, D. Imperialismo e Estado; reflexões sobre a Geografia contemporânea. 1990. 192p. **Dissertação** (Mestrado, Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia, São Paulo.

SCARIM, P. C. Territorialidades em conflito na construção do espaço agrário capixaba. 2007, 242p. **Tese** (Doutorado, Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Niterói-RJ.

SCARIM, P. C. Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da Geografia brasileira. 2000. 248p. **Dissertação** (Mestrado, Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia, São Paulo.

SILVA, Ana Cristina da. O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI : o território na trama das significações imaginárias. Presidente Prudente : [s.n], 2010 xiii, 2v. **Tese** (Doutorado, Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente - SP.

SILVA, A.C. da. A renovação geográfica no Brasil - 1976-1983 (as Geografias crítica e radical na perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60, p.73-140, 1983.

SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bordieu: uma leitura contemporânea. **R. Bras. Educ.** n.20, p. 60-70, 2002.

SMITH, G. Teoria política e Geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 65-89.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005. 310p.

TAMBS, L. A. Latin american geopolitics: a basic bibliography. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro. n. 73, p. 71-105, 1970.

TAYLOR, P. J.; FLINT, C. **Geografía política; economía-mundo, Estado-Nación y localidad**. 2ª ed. Madrid: Trama Editorial, 2002. 447p.

TEIXEIRA, T. **Os think thanks e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 268p.

TEIXEIRA, V.; SILVA, M. da. Geografia Política: disseminação da produção científica nos anais do ENG e da ANPEGE. **Rev. Geonorte**, Manaus. Ed. Especial 3, v. 7, n.1, p. 98-114, 2013.

VALVERDE, O. Prefácio. In: BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 5-8.

VESENTINI, J. W. A crise da Geopolítica brasileira tradicional: existe hoje uma “nova Geopolítica brasileira”? In: VESENTINI, J. W. **Ensaio de Geografia crítica: história, epistemologia e (geo)política**. São Paulo: Editora Plêiade, 2009. p. 195-207.

VICENS VIVE, J. **Tratado general de Geopolítica**. 2ª Ed. Barcelona: Ed. Teide, 1956. 242p.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2002. 171p.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva**. v. 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999. 584p.

WEIGERT, H.W. **Geopolítica; generales y geografos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1943. 277p.

WHITTLESEY, D. **Geografia política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1948, p.13.

WILLIAMS, R. **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 464p.

WOOLDRIDGE, S.W.; EAST, W.G. **Espírito e propósitos da Geografia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 189p.

WÜSTEN, H. van der. Desenvolvimento sustentável e Geografia Política. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (org.). **A Geografia Política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 403-418.



## ANEXOS

### ANEXO I – BIBLIOGRAFIA TAMBS

TAMBS, L. A. Latin american geopolitics: a basic bibliography. **Revista Geográfica** 73, p. 71-105, 1970.

Transcrevo a bibliografia selecionada no artigo de TAMBS (1970). Algumas palavras foram modificadas quanto à acentuação gráfica e a presença do “and” e a numeração foram mantidas como no original.

1926

19. Backheuser, Everardo – Das politiche Konglomerat Brasiliens. **Zeitschrift für Geopohntik** (Bad Codesburg, etc.), 1, 3:7-12 (Juli-Dez., 1926), pp. 625-630.

20. Backheuser, Everardo – **A estrutura política do Brasil – I – Notas prévias**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado, 1926.

1929

34. Carvalho, Carlos Miguel Delgado de – **Introdução à geographia política**. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1929.

1933

48. Backheuser, Everardo – **Problemas do Brasil, "O espaço"**. Rio de Janeiro: Ed. Omnia, 1933.

1935

54. Backheuser, Everardo – **Fatores da unidade nacional**. Rio de Janeiro: n.p., 1935.

55. Carvalho, Carlos Miguel Delgado de – **Geographia humana, política econômico**. 2nd ed. Comp. Editora Nacional, 1935.

1942

97. Backheuser Everardo – Geopolítica e Geografia Política. **Revista Brasileira de Geografia** (Rio de Janeiro) 4:1 (Jan.-Março 1942) pp. 21-38 and **Boletim do**

**Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio** (Rio de Janeiro), 9:98 (Oct., 1942), pp. 315-328.

98. Backheuser, Everardo – O "Meio" em pedagogia. **Formação** (Rio de Janeiro), 5:50 (Set., 1942), pp. 23-40.

1943

110. Guimarães, Fábio de Macedo Soares – A propósito do problema da delimitação das unidades políticas. **Revista Brasileira de Geografia** (Rio de Janeiro), 5:4 (Out.-Dez. 1943), pp. 638-645.

1944

119. Backheuser, Everardo – Os fatos fundamentais da Geografia. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 2:16 (Julho, 1944), pp. 399-403.

121. Gabaglia, Fernando Antônio Raja – Centenário de Ratzel. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 2:15 (Junho, 1944), pp. 313-314.

1945

130. Gabaglia, Fernando Antônio Raja – Geopolítica e política geográfica. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 3:25 (Abril, 1945), pp. 40-42.

131. Gicovate, Moisés – A Geopolítica no estudo da Geografia e da história. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (Rio de Janeiro), 6:17 (Nov., 1945), pp. 213-229.

1946

135. Backheuser, Everardo – Alguns conceitos geográficos e geopolíticos. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 4:40 (Julho, 1946), pp. 403-409.

136. Backheuser, Everardo – Territórios nacionais. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 4:42 (1946), pp. 707-711.

1947

143. Backheuser, Everardo – Localização da nova capital. **Boletim Geográfico**. (Rio de Janeiro), 5:53 (Agosto, 1947, pp. 515-516; 5:56 (Nov., 1947), pp. 871-872.; 5:57 (Dez., 1947), pp. 967-968; 5:58 (Jan., 1948), pp. 1083-1084.

144. Castro, Christóvam Leite de – Mudança da capital do país a luz da ciência geográfica. **Revista Brasileira de Geografia** (Rio de Janeiro), 9:2 (Apr.-Junho, 1947) , pp. 179-285.

147. Gabaglia, Fernando Antônio Raja – A Geopolítica. **Boletim Geográfico**. (Rio de Janeiro), 5:54 (Set., 1947), pp. 692-697.

148. Gabaglia, Fernando Antônio Raja – Geografia-Política-Engenharia. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 5:55 (Out., 1947), pp. 819-822.

153. Reichardt, Herbert Canabarro – **A Geopolítica e a consciência geográfica da nação**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1947.

1950

184. Backheuser, Everardo – Leis Geopolíticas da evolução dos Estados. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 8:88 (Julho, 1950), pp. 419-430.

188. Castro, Christóvam Leite de – A transferência da capital do Brasil para o Planalto Central. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (Rio de Janeiro), 200 (Julho-Set., 1950), pp. 132-133.

1951

203. Backheuser, Everardo – Aspectos geopolíticos que o Tratado de Madrid sugere. **Jornal do Commercio** (Rio de Janeiro), (13 de Maio de 1951).

1952

221. Backheuser, Everardo – **A Geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

222. Backheuser, Everardo – A política e Geopolítica, segundo Kjellén. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 10:110 (Set.-Out., 1952), pp. 534-539.

1955

261. Azevedo, Aroldo de – A Geografia a serviço da política. **Boletim Paulista de Geografia** (São Paulo), 21 (Out., 1955), pp. 42-68.

262. Backheuser, Everardo – A nova concepção da Geografia. **A Defesa Nacional** (Rio de Janeiro) 394 (Set., 1955), pp. 73-81.

1956

277. Carvalho, Carlos Delgado de and Therezinha de Castro – Geografia-política e Geopolítica, estudos e ensaios. **Boletim Geográfico** (Rio de Janeiro), 14:133 (Julho-Agosto, 1956), p. 401-410.

1958

295. Lima, Miguel Alves de – **O poder nacional: seus fundamentos geográficos**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1958.

296. Magalhães, J. César de – Algumas noções sobre geográfica política. **Revista Brasileira de Geografia** (Rio de Janeiro), 20:2 (Abril-Junho, 1958), pp. 230-238.

1959

310. Backheuser, Everardo – Geopolítica e Geografia Política. **A Defesa Nacional** (Rio de Janeiro), 541 (Agosto, 1959), pp. 111-126.

311. Backheuser, Everardo – Aspectos geopolíticos do mar. **A Defesa Nacional** (Rio de Janeiro), 538 (Maio, 1959), pp. 131-138 and 539 (Junho, 1959), pp. 83-86.

322. Lima, Miguel Alves de – **Geopolítica, conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Escola Superior da Guerra, 1959.

1960

338. Castro, Therezinha de – As Alemanhas de após-Guerra. **A Defesa Nacional** (Rio de Janeiro), 551 (Junho, 1960), pp. 123-130.

1963

373. Carvalho, Carlos Delgado de and Therezinha de Castro – **África: Geografia social, econômica e política**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

1964

382. Guerra, Antônio Teixeira – A região geográfica e sua importância para o poder nacional. **Revista Brasileira de Geografia** (Rio de Janeiro), 26:3 (Julho-Set., 1964), pp. 459-463.

1966

397. Bernardes, Lysia M.C. – Geografia e poder nacional. **Revista Brasileira de Geografia** (Rio de Janeiro), 28:3 (Julho-Set., 1966), pp. 267-281.

401 . Guerra, Antônio Teixeira – A Geografia aplicada na conservação dos recursos naturais básicos, tendo em vista o poder nacional e a segurança nacional. **Revista Brasileira de Geografia** (Rio de Janeiro), 28:1 Jan.-Março, 1966, pp. 57-60 ,

1968

410. Castro, Therezinha de - O Mundo Atlântico e seus imperativos estratégicos. **A Defesa Nacional** (Rio de Janeiro), 622 (Nov.-Dez), 1968), pp. 61-65.

## ANEXO II – BIBLIOGRAFIA MIYAMOTO

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectiva*, São Paulo, n. 4, p. 75-92, 1981.

Transcrevo a bibliografia selecionada no artigo de MIYAMOTO (1981). A numeração foi mantida como no original.

6. BACKHEUSER, Everardo – Pela unidade do Brasil. Rio de Janeiro, s.c.p. 1925.
7. \_\_\_\_\_ A estrutura política do Brasil: notas prévias. Rio de Janeiro, Mendonça Machado, 1926.
8. \_\_\_\_\_ Problemas do Brasil: estrutura Geopolítica. Rio de Janeiro, Omnia, 1933.
9. \_\_\_\_\_ Localização da nova capital do país no planalto central. *Boletim Geográfico*, 5 (53): 515-6, 1947.
10. \_\_\_\_\_ Localização da nova capital: clima e capital. *Boletim Geográfico*, 5 (56): 871-2, 1947.
11. \_\_\_\_\_ Localização da nova capital: critérios de escolha. *Boletim Geográfico*, 5 (57):967-8, 1947.
12. \_\_\_\_\_ Localização da nova capital: ponto nevrálgico. *Boletim Geográfico*, 5 (58): 1083-4, 1948.
13. \_\_\_\_\_ Geopolítica geral e do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
14. \_\_\_\_\_ Aspectos geopolíticos do mar. *A Defesa Nacional*, 538/539: 131-8, 1959.
18. BECKER, Bertha K. – A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 36 (2): 3-36, 1974.
21. CARVALHO, Carlos Delgado de – Introdução à geographia política. São Paulo, Francisco Alves, 1929.
22. \_\_\_\_\_ Geographia humana; política econômica. São Paulo. Ed. Nacional. 1935.
23. \_\_\_\_\_ Geografia e estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, 3 (10): 291-302, 1942.

24. \_\_\_\_\_ Atlas de Geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, 5 (1): 113-23, 1943.
25. \_\_\_\_\_ História diplomática do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1959.
26. CARVALHO, Carlos Delgado de & CASTRO, Therezinha de. — A questão da Antártica. Revista do Clube Militar. 142, 1956.
27. CARVALHO, Carlos Delgado de & CASTRO, Therezinha de — A questão da Antártica. Boletim Geográfico 14 (135): 502-6, 1956.
30. CASTRO, Christovam Leite — A mudança da capital do país à luz da Ciência Geográfica. Revista Brasileira de Geografia, 9 (2): 269-85, 1947,
31. \_\_\_\_\_ A transferência da capital do Brasil para o Planalto Central. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 200:132-3, 1950.
32. CASTRO, Therezinha de — Antártica, o assunto do momento. Revista do Círculo Militar, 30 (146), 1957.
33. \_\_\_\_\_ Antártica, o assunto do momento. Boletim Geográfico, 17 (150): 238-45, 1959.
50. FAISSOL, Espiridião – Geografia e história e a segurança nacional. Segurança Desenvolvimento, 110, 1965.
65. GIKOVATE, Moisés. – A Geopolítica no estudo da Geografia e da história. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 6 (17): 213-31, 1945.
74. GUERRA, Antônio Teixeira – Importância da Geografia no poder nacional. Revista Brasileira de Geografia, 25 (4): 485-92, 1963.
75. \_\_\_\_\_ A região geográfica e sua importância para o poder nacional. Revista Brasileira de Geografia, 26 (3): 459-63, 1964.
76. \_\_\_\_\_ A Geografia aplicada na conservação dos recursos naturais básicos, tendo em vista o poder nacional e a segurança nacional. Revista Brasileira de Geografia, 28 (1): 57-60, 1966.
84. GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares – Relatório preliminar da segunda expedição geográfica ao planalto central do Brasil. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1947. (mimeografado).
85. \_\_\_\_\_ O planalto central e o problema da mudança da capital do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, 11 (4): 471-536, 1949.
86. \_\_\_\_\_ O poder nacional: seus fundamentos geográficos. Rio de Janeiro, ESG, 1954.

87. \_\_\_\_\_ Os fatores políticos no condicionamento do conceito estratégico nacional. A Defesa Nacional, 539, 1959.
95. LIMA, Miguel Alves de – O poder nacional: seus fundamentos geográficos. Rio de Janeiro, ESG, 1957.
96. \_\_\_\_\_ O poder nacional: seus fundamentos geográficos. Rio de Janeiro, ESG. 1958.
97. \_\_\_\_\_ Geopolítica, conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, ESG. 1959.
138. RAJA GÀBAGLIA, F. A. – Em torno da divisão territorial. Boletim Geográfico, 2 (18): 817-9, 1944.
139. \_\_\_\_\_ Geopolítica e política geográfica. Boletim Geográfico, 3 (25): 40-2, 1945.
143. REICHARDT, H. Canabarro. – A Geopolítica e a consciência geográfica da nação. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1947.
173. SILVA, Moacir M.P. – Geografia dos transportes no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, 1 (2): 84-97; 3: 60-72, 1939.
174. \_\_\_\_\_ A Geografia no Plano Rodoviário Nacional. Revista Brasileira de Geografia, 6 (1), 1944.
175. \_\_\_\_\_ Geografia da circulação sobre os continentes. Revista Brasileira de Geografia, 9 (1), 1947.
176. \_\_\_\_\_ Expansão dos transportes interiores. Alguns planos à luz da Geografia. Revista Brasileira de Geografia, 20(3): 367-409, 1947.
177. \_\_\_\_\_ Geografia dos transportes no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1949.



ANEXO III – BIBLIOGRAFIA ATUALIZADA GEOGRAFIA POLÍTICA E  
GEOPOLÍTICA – 1982-2012.

Apresento a bibliografia levantada e atualizada sobre Geografia Política e Geopolítica escrita por geógrafos.

1. AJARA, C. A (re)valorização do espaço geográfico no contexto de (re)definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre um confronto de territorialidades na Amazônia Brasileira". **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. vol. 54, n. 4, p. 49-59, 1992.
2. ALBAGLI, S. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998. 276 p.
3. ALBAGLI, S. Amazônia: fronteira Geopolítica da biodiversidade. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.12 p. 5-19, 2001.
4. ALBUQUERQUE, E. S. de. **Uma Breve História da Geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011. 96 p.
5. ALBUQUERQUE, E. S. de. A Geopolítica da Dependência como Estratégia Brasileira de Inserção no Sistema Internacional. In: PENNAFORTE, C.; LUIGI, R. (Org.). **Perspectivas Geopolíticas: uma abordagem contemporânea**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010. p. 49-66.
6. ALBUQUERQUE, E. S. de. O Lugar do Brasil no Cenário Geopolítico Mundial Contemporâneo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 229-236, 2011.
7. ALBUQUERQUE, E. S. de. A (Geo)Política da Defesa Brasileira. **Revista de Geopolítica**, [online]. 2010, vol. 1, n. 1, p. 46-59.
8. AMORIM FILHO, O. B. A Geopolítica e a primeira guerra do século XXI. In: BRANT, L. N. C.. (Org.). **Terrorismo e Direito - Os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, v. Único, p. 329-346.
9. AMORIM FILHO, O. B. Por uma Geografia Política Ampliada. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro. 1990, vol. 20, n. 39, p. 5-20.
10. ANDRADE, M. C. de. **Geopolítica do Brasil**. Campinas-SP: Papyrus, 2001. 88p.

11. ANSELMO, R. de C. M. de S. Geopolítica e Formação Territorial do Brasil. In: VITTE, A. C. (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 189-215.
12. ANSELMO, R. de C. M. de S.; BRAY, S. C. Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. In: GERARDI, L. H. de O.; MENDES, I. A. (Org.). **Do Natural, do Social e de suas Interações: visões geográficas**. Rio Claro: Progr. de Pós-Grad. Geografia – UNESP; Assoc. de Geografia Teorética – AGETEO, 2002. p. 109-119.
13. BECKER, B. K. **Manual do Candidato: Geografia**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. 204p.
14. BECKER, B. K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 172p.
15. BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990. 112p.
16. BECKER, B. K. **Estudo Contemporâneo de Geopolítica da Amazônia (Macrocenários Amazônia, 2010)**. s. l. mimeo. 1989. 65p.
17. BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia; a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 233p.
18. BECKER, B. K. Papel do Estado Brasileiro no Desenvolvimento da Amazônia. In: VAL, A. L.; SANTOS, G. M. dos. (Org.). **Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos**. vol. 4. Manaus: Editora INPA, 2011.
19. BECKER, B. K. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: BECKER, B. K; COSTA, F. A; COSTA, W. M. (Org.). **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. 1 ed. Brasília, DF: CGEE, v. 1, 2009. p. 39-86.
20. BECKER, B. K. Problematizando os serviços ambientais para o desenvolvimento da Amazônia. Uma interpretação geográfica. In: BECKER, B. K; COSTA, F. A; COSTA, W. M., (Org.). **Um projeto para a Amazônia no século 21: Desafios e contribuições**. Brasília: CGEE, v. 1, 2009. p. 87-120.
21. BECKER, B. K. Uma fronteira para inovar na mineração. In: BECKER, B. K; COSTA, F. A; COSTA, W. M., (Org.). **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. 1 ed. Brasília: CGEE, v. 1, 2009. p. 129-138.
22. BECKER, B. K. Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia. In: BECKER, B. K; COSTA, F. A; COSTA, W. M., (Org.). **Um projeto pra a Amazônia no século 21: Desafios e contribuições**. Brasília: CGEE, v. 1, 2009. p. 225-242.

23. BECKER, B. K. Logística e nova configuração do território brasileiro: que Geopolítica será possível? In: DINIZ, C. C. (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 267-300.
24. BECKER, B. K. Da preservação ao uso sustentável da Biodiversidade. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Dimensões Humanas da Biodiversidade**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 355-380.
25. BECKER, B. K. Amazônia: nova Geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, M.; KOHLHEPP, G. (orgs.). **Amazônia Sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005. p. 23-44.
26. BECKER, B. K. Síntese das contribuições da oficina da Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: IICA/MIN. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: MI, 2005. p. 71-78.
27. BECKER, B. K. Limitações ao Exercício da Soberania na Região Amazônica. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ciclo de Estudos sobre a Amazônia. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. p. 135-219.
28. BECKER, B. K. Por um redescobrimto do Brasil. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. Redescobrimdo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 11-23.
29. BECKER, B. K. Amazônia, Fronteira Experimental para o Século XXI; atores, estratégias, conceitos. In: BECKER, Paulo (ed.). **Bioética no Brasil. Espaço e Tempo**. Rio de Janeiro, 1999. p. 165-200.
30. BECKER, B. K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. H. P. (org.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 421-443.
31. BECKER, B. K. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil. Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 223-244.
32. BECKER, B. K. A (des)ordem Global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F.; GEIGER, P. **Geografia e Meio Ambiente**. 1995. p. 46-64.

33. BECKER, B. K. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brail, 1995. p. 271-307.
34. BECKER, B. K. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSTYN, M. (Ed.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 129-144.
35. BECKER, B. K. Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 147-164.
36. BECKER, B. K. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégias, trajetórias, conflitos e alternativas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 89-106.
37. BECKER, B. K. Significância Contemporânea da Fronteira. Uma interpretação Geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988. p. 60-89.
38. BECKER, B. K. Elementos para construção de um conceito sobre “Gestão do Território”. In: **Textos LAGET**, mimeo. 1987. p. 1-5.
39. BECKER, B. K. The state crisis and the region – preliminary thoughts from a third world perspective. In: TAYLOR, P.; HOUSE, J. (Eds.). **Political Geography: recent advances and future directions**. London: Croom Helm, 1984. p. 81-97.
40. BECKER, B. K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H. da; SILVEIRA, C. B. **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/DG/PPG, 1983. p. 1-21.
41. BECKER, B. K. Desafios e perspectivas da integração regional da Amazônia Sul-americana. **Parcerias Estratégicas**, vol. 15, n. 30, pp. 25-44, 2010.
42. BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi – C. Hum.**, vol. 5, n. 1, pp. 17-23, 2010.
43. BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins** [online], n.10, 2010.
44. BECKER, B. K. O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, vol. 14, n. 28, p. 33-50, 2009.

45. BECKER, B. K. Serviços Ambientais e Possibilidades de Inserção da Amazônia no Século XXI. **Revista T & C Amazônia**, Manaus. vol. 4, n. 14, p. 3-10, 2008.
46. BECKER, B. K. Território. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, vol. 15, p. 45-53, 2007.
47. BECKER, B. K. Amazonie brésilienne, nouvelle géographie, nouvelle politique régionale et nouvelle échelle d'action. **Géocarrefour**, Lyon, vol. 81 n.3, 2006.
48. BECKER, B. K. Réflexions sur la Géopolitique de la Logistique du Soja en Amazonie. **La Géographie**, vol. 1, p. 37-45, 2006.
49. BECKER, B. K. Brasil – Tordesilhas, ano 2000. **Revista Grifos**, *Dossiê Geopolítica*, Chapecó. n.19, p. 9-26, 2005.
50. BECKER, B. K. Ciência, tecnologia e informação para o conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 20 parte 2, p. 621-651, 2005.
51. BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
52. BECKER, B. K. Programa Nacional para conhecimento e uso da biodiversidade da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 20 p. 1627-1631, 2005.
53. BECKER, B. K. A Amazônia e a Política Ambiental Brasileira. **GEOgraphia**, Niterói. vol. 6, n. 11, p. 7-20, 2004.
54. BECKER, B. K. Brasil – Tordesilhas, year 2000. **Political Geography**, Oxford. vol. 20, n. 6, p. 709-725, 2001.
55. BECKER, B. K. No início do Século XXI, a Geopolítica do poder. **UnB Revista**, Brasília, vol. 2, p. 34-36, 2001.
56. BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.12 p. 135-159, 2001.
57. BECKER, B. K. Brasil – Tordesilhas, ano 2000. **Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7-23, 1999.
58. BECKER, B. K. Os Eixos de Integração e Desenvolvimento da Amazônia. **Território**, Rio de Janeiro, vol. IV, n. 6, p. 29-42, 1999.
59. BECKER, B. K. Tendências de transformação do território no Brasil. **Território**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 5-17, 1997.
60. BECKER, B. K. Território. **Brasil em Números**. Rio de Janeiro, vol. 5, p. 43-55. 1997.

61. BECKER, B. K. Logística: uma nova racionalidade no ordenamento do território? In: **3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, AGB Departamento de Geografia da UFRJ. Anais. Rio de Janeiro: IBGE/UFRJ, 1993. p. 59-62.
62. BECKER, B. K. The Future of Amazonia: destruction or Sustainable Development. **Journal of Anthropological Research**, Albuquerque, vol. 48, n. 1, p.74-79, 1992.
63. BECKER, B. K. Geografia Política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 53, n.3, jul/set. p.169-182, 1991.
64. BECKER, B. K. Modernidade e Gestão do Território no Brasil. Da Integração Nacional à Integração Competitiva. **Espaço & Debates**, São Paulo, vol. 11, n. 32, p. 47-56, 1991.
65. BECKER, B. K. Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia: um poder territorial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 52, n.4, out/dez. p.117-126, 1990.
66. BECKER, B. K. Os Significados da Defesa da Amazônia: Projeto Geopolítico ou Fronteira Tecno(eco)lógica para o século XXI? **Antropologia e Indigenismo**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 99-108, 1990.
67. BECKER, B. K. Gestion du Territoire et Territorialité em Amazonie Bresiliénne: entreprise d'Etat et Garimpeiros à Carajás. **L'Espace Géographique**, Paris, vol. 3, p. 209-217, 1989.
68. BECKER, B. K. Grandes projetos e produção de espaço transnacional uma nova estratégica do estado na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 51, n. 4, out/dez, p. 7-20, 1989.
69. BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 50, n. especial, t.2, p. 99-125, 1988.
70. BECKER, B. K. A crise do Estado e a região; a estratégia da descentralização em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1, jan/mar. p. 43-62, 1986.
71. BECKER, B. K. Geography in Brazil in the 1980s. Background and Recent Advances. **Progress in Human Geography**, London, vol. 10, n. 2, p. 157-183, 1986.
72. BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 3-4, jul./dez. p. 317-356, 1985.
73. BECKER, B. K. A Fronteira em fins do século XX: Oito proposições para um debate sobre a Amazônia. **Espaço & Debates**, São Paulo, vol. IV, n. 13, p. 59-73, 1985.

74. BECKER, B. K. Os deserdados da terra. Migrações e conflitos na Amazônia. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, vol.3, n.17, p.24-32, 1985.
75. BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico econômico pelos estados da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: LAGET/SAE/MMA, 1997. 43p.
76. BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil, uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. 267p.
77. BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. O embrião do projeto geopolítico da modernidade no Brasil. **Texto 4**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 1989. 17p.
78. BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. Amazonie: Methodologie et Enjeux du Zonage Écologique – Écoéconomique. **Cahiers des Ameriques Latines**, Paris, vol. 24, p. 93-106, 1997.
79. BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. Industrialization, Economic-Development and the Regional Question in the Third World - from Import Substitution to Flexible Production. **Environment and Planning. D, Society & Space**, London, vol. 10, n. 3, p. 365-366, 1992.
80. BECKER, B. K.; MACHADO, L. O. Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição. **Boletim Carioca de Geografia, Amazônia: problemas e impasses**, Rio de Janeiro, vol. 32, p. 26-50, 1982.
81. BECKER, B. K.; STENNER, C. **Um Futuro para Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 151p.
82. BECKER, B. K.; VIEIRA, I. C. G. A revisão do Código Florestal e o desenvolvimento do país. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, vol. 46, p. 64-67, 2010.
83. CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Editora, 2005. 304p.
84. CASTRO, I. E. de. Desigualdades Regionais, Cidadania e Representação Proporcional no Brasil. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. Redescobrimo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 123-135.
85. CASTRO, I. E. O problema da espacialidade da democracia e a ampliação da agenda da Geografia brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 291-305, 2011.

86. CASTRO, I. E. Do espaço político ao capital social. O problema da sobre-representação legislativa nos municípios pequenos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 56-72, 2008.
87. CASTRO, I. E. Décentralisation, démocratie et représentation législative locale au Brésil. **Espace Politique**, v. 3, p. 60-73, 2007.
88. CASTRO, I. E. Território. **Brasil em números**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 47-58, 2001.
89. CASTRO, T. de. **Geopolítica, princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Bibliex Ed., 1999. 392p.
90. CASTRO, T. de. **Rumo à Amazônia: problemática Geopolítica**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998. 83p.
91. CASTRO, T. de. **Nossa América: Geopolítica comparada**. Rio de Janeiro: IBGE; Colégio Pedro II, 1992. 304p.
92. CASTRO, T. de. **Retrato do Brasil – Atlas Texto de Geopolítica**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. 57p.
93. CASTRO, T. de. **O Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983. 122p,
94. CASTRO, T. de. **O Brasil no mundo atual: posicionamento e diretrizes**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1982. 72p.
95. CASTRO, T. de. América do Sul: vocação Geopolítica. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro. 1999, Ano XVI, n. 38, p. 99-110.
96. CASTRO, T. de. Ásia: estudo sobre uma caracterização Geopolítica. **Africana**, Porto. 1998, Ano XII, nº 19, p. 89-117.
97. CASTRO, T. de. Colômbia: destino geopolítico. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro. 1998, Ano XIII, n.36, p. 123-127.
98. CASTRO, T. de. O Brasil e a Nova Ordem Mundial: Enfoque Geopolítico (Integração de Grupos Regionais e Sub-Regionais Na América do Sul – Sua Projeção Para O Século XXI). **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro. 1997, Ano XII, n. 35, p. 26-31.
99. CASTRO, T. de. "O Mar, Enfoque Geopolítico". **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 708, 1983.
100. COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Edusp, 1992. 374p.
101. COSTA, W. M. da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. 83p.



102. COSTA, W. M. Ordenamento Territorial e Amazônia: Vinte anos de experiências de Zoneamento Ecológico Econômico. In: BATISTELA, M.; MORAN, E.; ALVES, D. (Org.). **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 241-274.
103. COSTA, W. M. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. In: OLIVEIRA, E. R. de. (Org.). **Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.
104. COSTA, W. M. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: IICA/MIN. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: MI, 2005. p. 55-59.
105. COSTA, W. M. da. Política e Território na democracia institucional: os desafios da representação. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. Redescobrimo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-122.
106. COSTA, W. M. da. La Grande Amazonie sud-américaine : un défi pour le Brésil. **Diplomatie - Affaires Stratégiques et Relations Internationales**, v. 8, p. 54-58, 2012.
107. COSTA, W. M. da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins** [Online], n. 7, 2009.
108. COSTA, W. M. Território. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, vol. 16, p. 53-62, 2008.
109. COSTA, W. M. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana. **Território**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 25-41, 1999.
110. COSTA, W. M. Política e Território na democracia institucional: os desafios da representação. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 12 p. 43-47, 1998.
111. COSTA, W. M. da; THÉRY, Hervé. Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil : de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale. **Hérodote**, Paris, n. 146-147, p.253-276, 2012.
112. DAMIANI, A. L. Geografia Política e Novas Territorialidades. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 17-26.

113. DAMIANI, A. L. Geopolítica do Ambiente Urbano: a integração da população ao Estado. In: **3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, AGB Departamento de Geografia da UFRJ. Anais. Rio de Janeiro: IBGE/UFRJ, 1993. p. 76-82.
114. EGLER, C. A. G. Território. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, vol. 10, p. 45-59, 2002.
115. EGLER, C. A. G. Território. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, vol. 18, p. 45-56, 2010.
116. EVANGELISTA, H. de A. Geopolítica. **Revista de Geociências**, Niterói, 2000, Ano 1, n. 1, p. 6-14.
117. FAISSOL, S.; LOPES, C. C.; VIEIRA, S. Organização territorial e/ou uma Geopolítica da população. Qual o desafio para o próximo milênio? **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. 1992, vol. 54, n. 4, p. 75-96.
118. FARIA, I. F. de. Geopolítica Ambiental: Reflexões Sobre Gestão do Território e Políticas Ambientais do Estado do Amazonas. **Anais V Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. 4 a 7 de outubro de 2010. Centro de Eventos da UFSC - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil.
119. FERRARI, M. A Geopolítica entre o Paraná e Santa Catarina na definição dos limites: a questão do Contestado. **Revista Grifos**, Dossiê Geopolítica, Chapecó. 2005, n. 19, p. 111-122.
120. FIGUEIREDO, A. H. Território. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, vol. 14, p. 37-49, 2006.
121. FIGUEIREDO, A. H. de; AJARA, C. Uma visão geográfica acerca da questão ambiental. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 52, n. 3, jul./set. p. 91-98, 1990.
122. GUIMARÃES, R. B. Geografia Política, Saúde Pública e as Lideranças Locais. *HYGEIA*, **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, 2005, vol. 1, n. 1, p. 18-36.
123. HAESBAERT, R. Território. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, vol. 19, p. 39-49, 2011.
124. HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Nova Des-Ordem Mundial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 157p.
125. HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia Política e Geopolítica: velhas e novas convergências. **GEOgraphia**, Niterói. 2006, vol. 8, n. 15, p. 51-69.

126. LIMA, I. G. de. Geopolítica Global: da promoção de resultados à busca de sentido. **Revista Grifos**, Dossiê Geopolítica, Chapecó. 2005, n. 19, p. 27-42.
127. MACHADO, L. O. Espaços Transversos: tráfico de drogas ilícitas e a Geopolítica da segurança. In: **GEOPOLÍTICA das Drogas: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. p. 97-117.
128. MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **Continente em chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 243-284.
129. MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T.; DAMIANI, A; SCHÄFFER, N.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB - Porto Alegre, 1998, p. 41-49.
130. MACHADO, L. O. Geografia Política e Ciências Sociais. In: ESCOLAR, Marcelo; MORAES, Antonio C.R. (Org.). **Nuevos Roles del Estado en el Reordenamiento del Territorio: Aportes Teóricos**. Buenos Aires: Ed.Universidad de Buenos Aires, 1998, p. 57-72.
131. MACHADO, L. O. O Comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração Financeira: Uma Simbiose?. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil. Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 15-64.
132. MACHADO, L. O. Urbanização e migração na Amazônia legal: sugestão para uma abordagem Geopolítica. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (Org.). **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990, p. 107-113.
133. MACHADO, L. O. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (Org.). **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990, p. 115-130.
134. MACHADO, L. O. Medidas Institucionais para o controle do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica Brasileira. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, vol. XXI, n.1, p. 9-31, 2007.
135. MACHADO, L. O. The Eastern Amazon Basin and the Coca-Cocaine Complex. **International Social Science Journal (ISSJ)**, Oxford, v. 53, p. 387-395, 2001.

136. MACHADO, L. O. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Território**, Rio de Janeiro. 2000, Ano V, n. 8, p. 7-23,
137. MACHADO, L. O. Money laundering and drug trafficking in the Amazon Basin. **Dialogo**, Washington D.C., v. 10, n. 3, p. 19-22, 2000.
138. MACHADO, L. O. Território. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, vol. 7, p. 45-61, 1999.
139. MACHADO, L. O. A Geografia das Drogas – redes e a organização territorial. **Anais O Desafio do Desenvolvimento Sustentável e a Geografia Política**, UGI – UFRJ – DG – LAGET, Rio de Janeiro, out. 1995.
140. MACHADO, L. O. A Geopolítica do Governo Local: Proposta de Abordagem aos Novos Territórios Urbanos da Amazônia. **Anais 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, AGB; Departamento de Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro: IBGE/UFRJ, p. 83-98, 1993.
141. MACHADO, L. O. Sociedade urbana, inovação tecnológica e a nova Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. 1993, vol. 55, n. 1-4, p. 5-13.
142. MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. 1992, vol. 54, n. 2, p. 27-55.
143. MACHADO, L. O. Geografia Política e Ciências Sociais – um comentário. **Anais do II Seminário Latino-americano de Geografia Crítica**, Buenos Aires. 1991.
144. MACHADO, L. O. Urbanização e migração na Amazônia Legal : sugestão para uma abordagem Geopolítica. **Boletim Carioca de Geografia, Amazônia: problemas e impasses**, Rio de Janeiro, vol. 32, p. 2-10, 1982.
145. MACHADO, L. O.; HAESBAERT, R.; RIBEIRO, L. P.; STEIMAN, R.; PEITER, P.; NOVAES, A. O Desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (org.). **Território sem limites; estudos sobre fronteiras**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2005.
146. MACHADO, L. O.; NOVAES, A. R.; MONTEIRO, L. C. R. Building Walls, Breaking Barriers: Territory, Integration and the Rule of Law in Frontier Zones. **Journal of Borderland Studies**, v. 24, p. 97-114, 2009.
147. MAGNOLI, D. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997. 323p.
148. MAGNOLI, D. **O que é Geopolítica**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 75p.
149. MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992. 91p.

150. MARTIN, A. R. A politização da Geografia como alternativa à crise dos territórios. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p.27-34.
151. MARTIN, A. R. Como se constitui no Brasil a rede de “fronteiras internas”? **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 5, p.73-83, 1991.
152. MELLO, M. P. de. Uma escala necessária à Geopolítica Atual. Espaço e Sociedade *vol. 3 n. 3*. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 36, p. 45-54, 1987/1988.
153. MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008.
154. MORAES, A. C. R. O Território Brasileiro no Limiar do Século XXI. **Revista Geouerj**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 7-11, 1997.
155. MOREIRA, R. A Guerra do Iraque, a ALCA e as Fronteiras da reestruturação capitalista dos Estados Unidos. **Revista Grifos**, Dossiê Geopolítica, Chapecó. 2005, n. 19, p. 43-58.
156. MOURA, R. Fronteiras Invisíveis: o território e seus limites. **Território**, Rio de Janeiro. 2000, Ano V, n. 9, p. 85-101.
157. MUEHE, D. A Definição das Novas Fronteiras Marítimas do Brasil. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 149-158.
158. NASCIMENTO, S. da S. **A Geopolítica e sua Importância para o Comércio Exterior Brasileiro. 2003. Disponível em <http://www.guiadelogistica.com.br/>**
159. NEVES, G. R. Fronteiras em Mutação. “Deletando” a memória? In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 137-148
160. OLIVEIRA, A. U. de. **Integrar para não Entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas-SP: Papyrus, 1988. 107p.
161. OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas-SP: Papyrus, 1990. 133p.
162. PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011. 245p.
163. PENHA, E. A. As dimensões da fronteira oriental brasileira: a política africana dos governos militares. In: DEL VECCHIO, A. (Org.). **Política internacional e**

- hegemonia: Brasil e Estados Unidos no contexto da globalização.** São Paulo: Sociologia e Política, 2010, p. 147-176.
164. PENHA, E. A. Geografia Política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de carvalho e Therezinha de Castro. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins. (Org.). **Geografia e Geopolítica: A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro.** Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, n. 16, p. 117-134, 2009.
165. PENHA, E. A. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. In: BELLUCCI, B.. (Org.). **África e Ásia Face à Globalização.** Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2002.
166. PENHA, E. A. Geopolítica das Relações Internacionais. In: GONÇALVES, W. da S.; LESSA, M. L. (Org.). **História das Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 133-162.
167. PENHA, E. A. Geopolítica da integração: projetos e realizações. In: **O NOVO MAPA DO MUNDO; Natureza e Sociedade Hoje: uma leitura geográfica,** 2ª Ed. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1993. pp. 88-95.
168. PENHA, E. A. Os sistemas de segurança regional no Atlântico Sul: da Guerra Fria ao período atual. **Ideias em Destaque,** Rio de Janeiro, n. 34, p. 151-166, set/dez. 2010.
169. PENHA, E. A. Território e Territorialidade: considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, vol. 59, n. 1, p. 7-21, jan/jun 2005.
170. PENHA, E. A. A nova política externa sul-africana e suas implicações para os países lusófonos da África Austral. **Africana,** Porto. 1998, Ano XII, nº 19, p. 139-152
171. PENHA, E. A. Política e gestão ambiental no Brasil. **Cadernos de Geociências,** Rio de Janeiro, n. 16, p. 11-22, out/dez, 1995.
172. PENHA, E. A. IBGE e a organização do espaço geográfico brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro. 1993, vol. 55, n. 1-4, p. 147-155.
173. PENHA, E. A.; MENDES, A. R. A Fronteira Marítima Brasileira e a Geoestratégia do Atlântico Sul. In: PENNAFORTE, C.; LUIGI, R. (Org.). **Perspectivas Geopolíticas: uma abordagem contemporânea.** Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010. p. 137-162.
174. PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazôniaas.** São Paulo: Contexto, 2001. 178p.
175. PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Coord.). **Los Desafios de las**

- emancipaciones em um contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197.
176. PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia, Nação e Classes Sociais. In: PORTO-GONÇALVES, C.W. **Paixão da Terra; ensaios críticos de ecologia e Geografia.** Rio de Janeiro: Pesquisadores Associados em Ciências Sociais-SOCII, 1984. p. 139-160.
177. PORTO-GONÇALVES, C. W. Outra Verdade Inconveniente – a nova Geografia Política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**, n.66, p. 327-365, jul-dic 2008.
178. PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia Política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, São Paulo. 1992/1993, n. 11-12, p. 9-75.
179. PORTO-GONÇALVES, C. W.; AZEVEDO, N. M. de. Geografia do imperialismo: uma introdução. In: PORTO-GONÇALVES, C. W. **Paixão da Terra; ensaios críticos de ecologia e Geografia.** Rio de Janeiro: Pesquisadores Associados em Ciências Sociais-SOCII, 1984. p. 80-102.
180. PORTO-GONÇALVES, C. W.; AZEVEDO, N. M. de. Geografia do imperialismo: uma introdução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 23-41, 1982.
181. RIBEIRO, W. C. **Geografia Política da Água.** São Paulo: Annablume, 2008. 162p.
182. RIBEIRO, W. C. **A Ordem Ambiental Internacional.** São Paulo: Contexto, 2001. 176p.
183. RIBEIRO, W. C. Geografia Política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados.** São Paulo, vol.24, n.68, pp. 69-80, 2010.
184. RIBEIRO, W. C. Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.. 22, n. 64, p. 227-238, 2008.
185. RIBEIRO, W. C. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, vol. 1, n. 18, p. 75-84, 2002.
186. RIBEIRO, W. C. Maquiavel: uma abordagem geográfica e (geo)política. **Terra Livre**, São Paulo, n. 7. p. 93-107, 1990.
187. SCALZARETTO, R.; MAGNOLI, D. **Atlas Geopolítica.** São Paulo: Scipione, 1996. 79p.
188. SENA FILHO, N. de; CASTRO, J. E. B. de. Geopolítica e pluralidade epistemológica. **Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**, Londrina 2005.

189. SILVA, A. B. da. A Renovação da Geografia na Alemanha nas Primeiras Décadas do Século XX. **Revista Acta Geográfica**, Roraima, vol. 1, n. 1, p. 29-44, 2007.
190. SILVA, A. B. da. A Geopolítica Alemã na Republica de Weimar: O Surgimento da Revista de Geopolítica. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2003, vol. 1, n. 2, p. 1-15.
191. SILVA, A. C. da. A Concepção Clássica da Geografia Política. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo. 1984 n. 3, p. 103-107.
192. SOUZA, M. J. L. de. A “Ingovernabilidade” do Rio de Janeiro – Algumas páginas sobre conceitos, fatos e preconceitos. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. Redescobrimo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 181-194.
193. VESENTINI, J. W. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global**. Campinas-SP: Papyrus, 2003. 158p.
194. VESENTINI, J. W. **Novas Geopolíticas; as representações do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2000. 125p.
195. VESENTINI, J. W. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Ática, 1987. 240p.
196. VESENTINI, J. W. **Imperialismo e Geopolítica Global**. Campinas-SP: Papyrus, 1987. 100p.
197. VESENTINI, J. W. A Crise da Geopolítica Brasileira tradicional: existe hoje uma “nova Geopolítica brasileira”? In: VESENTINI, J. W. **Ensaio de Geografia Crítica: história, epistemologia e (geo)política**. São Paulo: Editora Plêiade, 2009. p. 195-207.
198. VESENTINI, J. W. Golbery do Couto e Silva, o papel das forças armadas e a defesa do Brasil. In: VESENTINI, J. W. **Ensaio de Geografia Crítica: história, epistemologia e (geo)política**. São Paulo: Editora Plêiade, 2009. p. 209-220.
199. VESENTINI, J. W. . Terrorismo e nova ordem mundial. In: CARVALHO, L. A. de. (Org.). **Geopolítica & Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2002, p. 275-293.
200. VESENTINI, J. W. Repensando a Geografia Política. Um Breve Histórico Crítico e a Revisão de uma Polêmica Atual. **Revista do Departamento de Geografia**. [online]. São Paulo, n. 20, p. 127-142, 2010.
201. VESENTINI, J. W. . O apogeu e o declínio da Geopolítica. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.11, p. 19-28, 1997.
202. VESENTINI, J. W. A nova ordem mundial - território, soberania e democracia. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.8, p. 103-105, 1994.



203. VESENTINI, J. W. O Espaço do Mesmo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo , n. 62, p. 101-108, 1985.
204. VICTER, C. C.; DAMASIO, F. A.; MOREIRA, L. D. C. A Amazônia Brasileira no século XXI: as Ong's e o novo contexto geopolítico mundial. **Revista Geopaisagem**, Rio de Janeiro. Ano 10, nº 19, Jan./Jun. 2011.

## Anexo IV – DISSERTAÇÕES GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA



## Anexo V – TESES GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA





## Anexo VI – PROGRAMA DE GEOGRAFIA IRB

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO BRANCO – 1966 – páginas 69-71

PROGRAMA DE GEOGRAFIA PARA O CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA  
DIPLOMATA

GEOGRAFIA ECONÔMICA, POLITICA E HUMANA 1ª Parte (2º Semestre)

1. A Geografia como estudo da organização do espaço terrestre. O agente da organização: a população mundial.

1.1 – Distribuição e crescimento da população mundial e suas causas

1.2 – Formas de organização econômica da população

1.3 – A população brasileira.

2. A organização agrária

2.1 – Particularidades da organização agrária

2.2 – Principais formas mundiais de organização agrária

2.3 – Características da agricultura brasileira

3. Organização Industrial

3.1 – Característica e importância da organização industrial

3.2 – Tipos de Indústrias. Sua produção mundial.

3.3 – Implantação industrial no Brasil SE.

4. A Organização Comercial e os grandes mercados

4.1 – Características e tendências do comércio na época contemporânea e os grandes mercados.

4.2 – Expansão de mercados no Brasil e Transformações recentes no sistema de comercialização

### Seminários

- As grandes bacias carboníferas. Seu papel na expansão industrial na atualidade
- A indústria mundial do petróleo
- A produção mundial de energia elétrica. O seu papel na industrialização da URSS
- Importância da indústria madeireira no mundo
- A siderurgia no mundo. A indústria siderúrgica na América Latina
- A indústria têxtil. Confronto entre EE UU e Brasil

Discussão sobre leitura obrigatória

Le Pays Tropicaux – Pierre Gourou

La Campagne – Pierre George

O que aprendi no Brasil – Leo Waibel

2ª Parte (2º Semestre)

- Bases físicas da Geografia Política e Econômica
- América Latina
- Brasil
- Aulas expositivas e discussão de leituras
- Grandes unidades político-econômicas do Globo. Trabalho de grupo: 4-5 alunos.
  - 1) A Europa e as Bases Geográficas do Mercado Comum Europeu
  - 2) A União Soviética e o COMECON
  - 3) A China e o Sudeste da Ásia
  - 4) Índia e Japão
  - 5) África do Norte e Oriente Médio
  - 6) África Tropical e subtropical

Leituras para discussão

- Teorias Geopolíticas – Fabio Macedo Soares Guimarães
- Desenvolvimento do Mercado Interno e Transformações recentes no sistema de abastecimento do Rio de Janeiro – Bertha Koiffmann Becker



ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO BRANCO – 1967 – página 153

PROGRAMA DE GEOGRAFIA PARA O CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA  
DIPLOMATA

GEOGRAFIA POLÍTICA

I – Geografia e Política

1. Geografia e Geografia Política. Geografia Política e Geopolítica
2. Concepções Geopolíticas
3. Panorama político do mundo contemporâneo: grandes regiões geo-estratégicas e Geopolíticas

II – Características e potencialidades do espaço: o caso brasileiro

1. As características formais:
  - 1.1 – Dimensão e posição
  - 1.2 – Fronteiras
2. O potencial natural:
  - 2.1 – Condições naturais
  - 2.2 – Recursos naturais
3. O potencial humano:
  - 3.1 – Aspectos quantitativos
  - 3.2 – Aspectos qualitativos
4. A organização do espaço e a produção:
  - 4.1 – A organização agrária
  - 4.2 – A organização industrial e seus reflexos
  - 4.3 – A disparidade regional e o problema da integração nacional

III – Características e potencialidades do espaço latino-americano

1. Aspectos gerais. A diversidade regional
2. A América do Caribe
3. A América Andina
4. A América Platina

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO BRANCO – 1975 – páginas 53-54  
PROGRAMA DE GEOGRAFIA PARA O CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA  
DIPLOMATA

**GEOGRAFIA POLITICA**

**1. Geografia e Política**

- 1.1. Natureza da Geografia e sua contribuição ao estudo das Relações Internacionais.
- 1.2. Relações entre a Política dos Estados e ambiente geográfico. Tomada de decisão e ambiente geográfico. Poder Nacional e fatores geográficos.
- 1.3. Geografia política e Geopolítica.
- 1.4. Fundamentos Geográficos do Poder Nacional. Significância do Território: dimensão, forma e posição; fronteiras e limites.
- 1.5. Fundamentos Geográficos do Poder Nacional: O potencial natural e humano do espaço; a capacidade produtiva; a estrutura do espaço.
- 1.6. Hipóteses Geopolíticas sobre o Poder Mundial. Poder terrestre, marítimo e aéreo.
- 1.7. Regiões Geoestratégicas e Geopolíticas do Mundo Contemporâneo. Centro de poder e suas esferas de influência. Zonas de atrito.
- 1.8. Desigualdades internacionais do desenvolvimento. Teoria do desenvolvimento polarizado. Centros e periferias do mundo atual.

**2. O Brasil na América Latina**

- 2.1. Posição da América Latina no sistema espacial mundial. Características formais do espaço latino-americano.
- 2.2. O modelo de desenvolvimento regional da América Latina. Etapas de organização do espaço.
- 2.3. O potencial natural e o potencial humano.
- 2.4. A organização do espaço e os recursos efetivos da América Latina. Organização e produção industrial; organização urbana; organização e produção agrária.
- 2.5. Padrões de transporte e de comércio na América Latina.
- 2.6. A diversidade regional: América do Caribe, dos Andes e do Prata. O Brasil.

- 2.7. A estrutura espacial da América Latina: disparidades regionais do desenvolvimento.
- 2.8. Perspectivas de integração espacial, nacional e continental. Políticas e estratégias de desenvolvimento espacial.

#### TRABALHOS DISCENTES

##### 1. Leituras para Debate

- Man-environment relationships in International Politics. Harold and Margaret Sprout.
- The geographical Background of the Jordan Water Dispute. Moshe Brawer.
- Hipóteses Geopolíticas sobre o Poder Mundial. Saul Cohen, caps. 2 e 3.
- Teoria do Desenvolvimento Polarizado. John Friedmann.

##### 2. Pesquisa Individual

- 2.1. levantamento bibliográfico.
- 2.2. elaboração de documento sobre temas a serem estabelecidos.
- 2.3. apresentação dos resultados em seminário.